

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SANEAMENTO,
MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**

**A DINÂMICA DAS ÁGUAS E DAS GENTES:
HISTÓRIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E
PERCEPÇÃO DE RISCOS NO ACRE**

Domingos José de Almeida Neto

Belo Horizonte

2015

**A DINÂMICA DAS ÁGUAS E DAS GENTES:
HISTÓRIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E
PERCEPÇÃO DE RISCOS NO ACRE**

Domingos José de Almeida Neto

Domingos José de Almeida Neto

**A DINÂMICA DAS ÁGUAS E DAS GENTES:
HISTÓRIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E
PERCEPÇÃO DE RISCOS NO ACRE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Área de Concentração: Saneamento

Linha de Pesquisa: Políticas públicas e gestão em saneamento, meio ambiente e recursos hídricos.

Orientador: Léo Heller

Belo Horizonte
Escola de Engenharia da UFMG
2015

A447d

Almeida Neto, Domingos José de.

A dinâmica das águas e das gentes [manuscrito]: história, políticas públicas e percepção de riscos no Acre / Domingos José de Almeida Neto. - 2015.

xii, 238 f., enc.: il.

Orientador: Léo Heller.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Engenharia.

Anexos e apêndices: f. 228-238.

Inclui bibliografia.

1. Engenharia sanitária - Teses. 2. Saneamento - Teses. 3. Políticas públicas - Teses. 4. Saúde pública - Teses. 5. Rio Branco (AC) - Inundações - Teses. 6. Terras inundáveis - Teses. I. Heller, Léo, 1955-. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Engenharia. III. Título.

CDU: 628(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Escola de Engenharia

Programa de Pós-Graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Avenida Antônio Carlos, 6627 - 4º andar - 31270-901 - Belo Horizonte - BRASIL

Telefax: 55 (31) 3409-1882 - posgrad@desa.ufmg.br

<http://www.smarh.eng.ufmg.br>

FOLHA DE APROVAÇÃO

A DINÂMICA DAS ÁGUAS E DAS GENTES: HISTÓRIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E PERCEPÇÃO DE RISCOS NO ACRE.

DOMINGOS JOSÉ DE ALMEIDA NETO

Tese defendida e aprovada pela banca examinadora constituída pelos Senhores:

Prof. LÉO HELLER - Orientador

Profª SONALY CRISTINA REZENDE BORGES DE LIMA

Prof. LUIZ RAFAEL PALMIER

Prof. GILBERTO HOCHMAN

Prof. ELDER ANDRADE DE PAULA

Aprovada pelo Colegiado do PG SMARH

Versão Final aprovada por

Prof. Nilo de Oliveira Nascimento
Coordenador

Prof. Léo Heller
Orientador

Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2015.

Ao meu pai, Francisco José de Almeida (*in memoriam*), guerreiro incansável na luta contra a doença que o vitimou aos vinte dias do mês de julho de 2012 – portanto, poucos dias após eu haver tomado ciência da minha aprovação no doutorado, feito este que o enchera de orgulho, uma vez que foi o grande baluarte e incentivador da educação dos filhos, desde a idade mais tenra até a vida adulta.

Ao meu tio Fernando Correia Tavares (*in memoriam*), cuja morte repentina e avassaladora, ocorrida em Rio Branco, aos 24 dias de novembro de 2012 – data em que me encontrava na UFMG em plena atividade do doutorado –, calou fundo a certeza da perda de uma verdadeira amizade, assim como da segurança da nova figura paterna, já que a ele fora outorgado a “incumbência” de preencher o vazio ocasionado pela primeira partida.

“Pecar pelo silêncio, quando se deveria protestar, transforma homens em covardes.”
Abraham Lincoln (1809-1865)

AGRADECIMENTOS

À Força Invisível que segue guiando meus passos ao longo da minha trajetória de vida, pois, sem Ela, certamente já teria sucumbido aos males terrenos.

Às instituições governamentais (estaduais e municipais) – entre as quais a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC), a Coordenação Estadual de Defesa Civil (CEDEC/AC), a Secretaria de Estado de Habitação e Interesse Social (SEHAB), a Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social (SEMCAS), e a Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN) –, pela possibilidade de acesso às informações de meu interesse.

Aos participantes das entrevistas semiestruturadas, profissionais ligados ao saneamento e moradores das áreas inundáveis de Rio Branco – em especial estes últimos –, pela disponibilidade e confiança em externar as reais condições que caracterizam seus *modus vivendi* e a concepção que têm do risco e da política impingida pelo poder público no sentido de removê-los dos territórios que construíram e ocupam há dezenas de anos.

À Maria de Lourdes, minha irmã, que, por ter nascido e permanecer residindo, até hoje, no bairro Seis de Agosto, foi fundamental na condução das caminhadas pelas arruelas e becos daquela região, com a finalidade de colher as entrevistas com os moradores.

À Cícera, assistente social do SEHAB, pelo seu desprendimento no sentido de mediar o encontro entre o entrevistador e os potenciais entrevistados do bairro Baixada da Habitasa.

À minha “mãedrastra” Maria da Conceição, que me acolhe quase todos os sábados em seu sítio, meu lugar de refúgio e de descanso material e espiritual.

À Ana Cristina, que na qualidade de esposa e companheira de todos os momentos, está sempre pronta a me oferecer o colo, seja para o deleite de uma vitória alcançada, seja para o consolo de uma decepção amargada; e que, fazendo a vez de interlocutora das discussões provenientes dos meus achados, emitiu valiosas opiniões, das quais me vali para a produção da redação desta tese. “Bendita és tu entre as mulheres”, meu amor!

Aos meus filhos Jonathas, Sara, Ana Lúcia e Luciana, aos meus netos Marcelo, Ingrid e João Lucas e à minha bisneta Sophia, por terem compreendido, por um lado, o sentido das minhas

ausências; por outro, minha presença inquieta e, por vezes, carregada de rabugices, fruto do aguçamento do meu transtorno de ansiedade, ocasionado pela própria condição de doutorando.

Aos colegas do Programa, em especial a Katiuscia, o Genivaldo, o Ricardo, o Rodrigo e o Orlando, pela convivência harmoniosa e pelo companheirismo.

Aos companheiros Davi Reis, Diana e Talita (Fundação Garibaldi Brasil), Suziane (Museu da Borracha), Libério (Fundação Elias Mansour), Ítala (Museu da UFAC), Paulo Henrique (SMDGU), Nádia Pereira (SEPLAN/PMRB), Karla Rocha (Curso de Geografia da UFAC), Sandreli (Reitoria da UFAC) e Filomena Cruz (PRODGEP/UFAC), pela contribuição – cada uma na sua competência – de ordem técnica e operacional.

Aos majores da Polícia Militar do Estado do Acre (PMAC) Roberto Marques e Charles Santos, respectivamente, atual e ex-coordenador-geral do Centro de Operações em Segurança Pública (CIOSP), pelas inestimáveis informações acerca do atendimento aos pedidos de socorro durante as inundações de 2012 e 2015.

Ao coronel BM George Santos, coordenador municipal de Defesa Civil, cuja experiência com as inundações em Rio Branco em muito contribuiu para a formulação das ideias presentes nos artigos que tratam daquele fenômeno socionatural.

Ao colega professor Beneilton da Silva Damasceno – por quem nutro profunda admiração e respeito –, pela valiosa correção no texto final da tese.

À Universidade Federal do Acre (UFAC) e à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pela celebração do convênio que concretizou o Programa de Doutorado Interinstitucional (DINTER) em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio ao DINTER, inclusive com a concessão de bolsa.

Às secretárias do Programa SMARH, Iara e Ingrid, as quais, sem perderem o tino profissional, sempre nos atenderam com dedicação e presteza.

A todos os professores que ministraram disciplinas no Programa por ocasião do cumprimento dos créditos, cimentando as bases conceituais, teóricas e metodológicas dos projetos de pesquisa de cada um dos doutorandos.

Aos professores participantes tanto da banca de qualificação quanto da banca de defesa, cujos ensinamentos e contribuições foram providenciais para a feitura final da presente tese.

À professora Sonaly, cuja competência, na condição de docente e pesquisadora, como também seu compromisso profissional com a sociedade – vislumbrados desde o primeiro contato, através do oferecimento da disciplina Tópicos Especiais C: introdução à pesquisa qualitativa, por ocasião da minha primeira estada na UFMG –, certamente me serviu de exemplo e incentivo para abraçar, com maior afinco, o objeto e os objetivos da minha pesquisa.

Ao professor Léo Heller, pela presença constante em todas as fases da tese: da pesquisa à escrita, ocasião em que, para aquela, apontou o “rumo norte”, de modo que o trabalho de campo se constituísse no mais proveitoso possível; para esta, questionou cada parágrafo – com seu estilo meio “invasivo” nos textos, tipo “Jack, o Estripador”, como ele mesmo certa vez se referiu, em tom de brincadeira, numa conversa que mantivemos por e-mail –, apontando, com propriedade e competência, os erros e acertos por mim cometidos, principalmente de natureza teórica.

Obrigado, ainda, por ter sido, na medida certa, ora mais árduo, ora mais afável, o que nos permitiu enxergá-lo como uma pessoa que, para além da condição de exímio orientador (que por si só exige compromisso e responsabilidade, e daí a cobrança ao orientando), é um exemplo de colega de profissão dedicado, competente e com elevado grau de altruísmo e serenidade.

RESUMO

Entre os vários desafios enfrentados pelos ocupantes e “formadores” não indígenas do território acriano – quer do passado, quer do presente –, certamente o relacionado ao saneamento e à saúde se apresenta como aquele mais emblemático, principalmente quando analisado na perspectiva da parte da sua população mais sujeita à vulnerabilidade ambiental, política, socioeconômica e cultural. Nesse aspecto, a presente tese objetivou descrever a dinâmica das águas e das gentes acrianas no que se refere às políticas públicas e à concepção de riscos no Acre. Não se tem por pretensão, entretanto, um fazer histórico linear e total do tema, mas alguns “recortes importantes”, os quais serão discutidos em forma de artigos, elaborados em espaços-temporais distintos e distribuídos em duas partes, como segue: Primeira Parte (A formação do território: população saúde e saneamento) – Artigo 1: Saúde e ambiente nos seringais do Acre boliviano (1870-1903): o papel de fatores e processos exógenos; – Artigo 2: Entre [as] Chagas e [a] Cruz: a posição dos cientistas de Manguinhos frente às ações do Estado nas zonas malarigênicas produtoras de borracha da Amazônia-Acre (1912-1913); – Artigo 3: A “era do saneamento” no Brasil (1910-1930) e seus reflexos no Território Federal do Acre. Segunda Parte (A capital e as águas: população, meio ambiente e políticas públicas) – Artigo 4: Which is riskier: life on the floodplain or in housing imposed from above? The case of flooding regions in Rio Branco, Acre, Brazil; – Artigo 5: O vaivém das águas e das gentes: representações de riscos e políticas públicas em bairros inundáveis de Rio Branco, Acre; – Artigo 6: Ameaça, exposição e vulnerabilidade: uma análise da inundação de 2015 em Rio Branco à luz do triângulo do risco. A base de sustentação teórica dos artigos está fundamentada na compreensão de risco, devendo-se considerar que para os da primeira parte, a percepção que se tem do risco, de maneira mais geral, associa-se ao processo econômico de produção da borracha nativa nos seringais acrianos para a saúde-doença do produtor; já para os artigos da segunda parte, a discussão do risco assume um viés mais voltado para a justiça ambiental, ao se considerar que é na disputa desigual pelo solo tipicamente urbano que os pobres findam por ocupar áreas consideradas impróprias para a moradia. Sustentam-se os artigos em um alicerce metodológico qualitativo, sendo que as três principais técnicas empregadas na pesquisa foram a documental, a entrevista individual semiestruturada e a observação não participante; mas, no sentido de melhor utilizá-las, valeu-se também da análise de conteúdo. Apesar de cada artigo ter objetivo próprio, do conjunto das pesquisas que os fundamentaram podem-se definir como principais achados quanto às políticas públicas e a concepção de riscos no Acre que: fatores e processos exógenos cumprem papel significativo; classes sociais distintas exercem peso diferenciado; a noção de risco possui significados diferentes entre o conhecimento técnico e não acadêmico; para os territórios inundáveis, a predisposição do ente público é no sentido de retirada dos moradores para Habitação de Interesse Social; questões relativas à situação socioeconômica e cultural dos moradores dos territórios inundáveis influenciam na aceitação ou não da política de remoção.

Palavras-chaves: Políticas Públicas; Saneamento-Saúde; Risco; Inundação; Acre-Rio Branco.

ABSTRACT

Among the various challenges faced by the occupants and non-indigenous ‘creators’ of the Acre territory – past or present – it is certainly those related to sanitation and health that are most emblematic. This is especially true when one analyzes the most vulnerable parts of the population in environmental, political, socioeconomic and cultural terms. In this respect, the present thesis aims to describe the dynamic between water and the Acrian people with respect to public policies and the perception of risks in Acre. It does not, however, present a complete and linear history of this theme. Rather, it discusses a few ‘important periods’ that will be discussed in the form of articles. These were elaborated in distinct time-spaces and are organized in the following two parts: Part One (Formation of the territory: population, health and sanitation) – Article 1: Health and environment in the rubber plantations of Bolivian Acre (1870-1903): the role of exogenous factors and processes; – Article 2: Between [the] Chagas and [the] Cruz: the position of Manguinhos scientists against the State’s actions in malaria-infested rubber producing zones in Amazon-Acre (1912-1913); – Article 3: The ‘sanitation era’ in Brazil (1910-1930) and its reflections in the Federal Territory of Acre. Part Two (The capital and its waters: population, environment and public policies) – Article 4: Which is riskier: life on the floodplain or in housing imposed from above? The case of flooding regions in Rio Branco, Acre, Brazil; – Article 5: Back and forth between water and people: perception of risks and public policies in flood-prone districts of Rio Branco, Acre; – Article 6: Threat, exposition and vulnerability: an analysis of the 2015 flood in Rio Branco in light of the risk triangle. The theoretical base of the articles is founded in the comprehension of risk. For the articles in the first part, the perception of risk is generally associated with the economic process of rubber production from the native Acrian plantations for the health-sickness of the producer. For the articles in the second part, the discussion of risk adopts a stance more concerned with environmental justice, considering that it is in the unequal dispute for typically urban soil that the poor end up occupying areas considered unfit to establish housing. These articles have a base in qualitative methodology. The research used three main techniques: literature, individual semi-structured interviews and non-participant observation, in addition to the use of content analysis to accentuate the effectiveness of the previous techniques. Despite each article having its own objective, it can be seen that the series of research projects that founded them outlined the following main findings regarding public policies and the perception of risks in Acre: exogenous factors and processes play a significant role; different social classes have different weights; the notion of risk possesses different meanings for technical and non-academic knowledge bases; for flood-prone territories, the predisposition of the public authority is to remove inhabitants to Social Interest Housing; issues regarding inhabitants’ socioeconomic and cultural situation in flood-prone territories influences their acceptance or non-acceptance of population removal policies.

Keywords: Public Policies; Sanitation-Health; Risk; Flood; Acre-Rio Branco

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

ANA – Agência Nacional de Águas

APP – Área de Preservação Permanente

AVADAN – Avaliação de Danos

BH – Baixada da Habitasa

CadÚnico – Cadastro Único

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAQDAS – Computer-Assisted Qualitative Data Analysis Software

CBM/AC – Corpo de Bombeiros Militar do Acre

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CEDEC/AC – Coordenadoria Estadual de Defesa Civil no Acre

CIOSP – Centro Integrado de Informação de Operações em Segurança Pública

CDDH/AC – Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Acre

CEP/UFAC – Conselho de Ética em Pesquisa da UFAC

COMDEC – Coordenadoria Municipal de Defesa Civil

CONEP – Conselho Nacional de Saúde em Pesquisa

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais

CPRM – The Mineral Resources Survey Company

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DF – Distrito Federal

DINTER – Doutorado Interinstitucional

DNSP – Departamento Nacional de Saúde Pública

DSPR – Diretoria de Saneamento e Profilaxia Rural

FEM – Fundação Elias Mansour

FPA – Frente Popular do Acre

HIS – Habitação de Interesse Social

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBGE – Brazilian Institute of Geography and Statistics

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IOC – Instituto Oswaldo Cruz

IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change

IPPUR – Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
MAB – Movimento de Atingidos por Barragens
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
PAC – Plano de Aceleração do Crescimento
PDB – Plano de Defesa da Borracha
PMAC – Polícia Militar do Estado do Acre
PT – Partido dos Trabalhadores
RESEX – Reservas Extrativistas
SA – Seis de Agosto
SAE – Secretaria de Articulação do Estado
SEDEC – Secretaria Especial de Defesa Civil
SEDS – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
SEHAB – Secretaria de Estado de Habitação e Interesse Social
SEMA – State Secretariat of the Environment
SEMCAS – Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social
SEPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento
SIG – Sistema de Georreferenciamento
SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia
SMDGU – Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Gestão Urbana
SMDGU – Municipal Secretariat of Development and Urban Management
SNSA – Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental
STR/Brasília – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília – STR/Brasília
SSPR – Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural
SDB – Superintendência de Defesa da Borracha
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFAC – Universidade Federal do Acre
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| <i>Os contextos</i> | 1 |
| Contexto 1 – Saúde-doença no Território Federal do Acre (1870-1930)..... | 2 |
| Contexto 2 – As condições de salubridade nas áreas inundáveis de Rio Branco..... | 11 |
| <i>Cenários da pesquisa</i> | 16 |
| Bairro Seis de Agosto..... | 20 |
| Bairro Baixada da Habitasa..... | 25 |
| <i>As bases teórico-conceituais da tese</i> | 28 |
| Justiça ambiental | 37 |
| <i>Os métodos e as técnicas da pesquisa</i> | 44 |
| A pesquisa documental..... | 47 |
| Entrevista semiestruturada | 49 |
| <u>Manipulando as informações provenientes das entrevistas semiestruturadas</u> | 54 |
| Observação não participante | 57 |
| Análise de conteúdo | 58 |
| <i>A estrutura da tese</i> | 59 |
| PRIMEIRA PARTE – A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO: POPULAÇÃO, SAÚDE E SANEAMENTO | 64 |
| Artigo 1 – Saúde e ambiente nos seringais do Acre boliviano (1870-1903): o papel de fatores e processos exógenos | 65 |
| Introdução..... | 66 |
| <i>As condições gerais de vida e de (re)produção do seringueiro</i> | 69 |
| <i>Alimentação, ambiente, modo de produção e a relação saúde-doença</i> | 71 |
| <i>Barraca, seringueiro e borracha: a expropriação do produtor</i> | 73 |
| <i>Barracão, seringalista e borracha: a apropriação da produção</i> | 78 |
| Conclusões | 79 |
| Colaboradores | 81 |
| Agradecimentos | 81 |
| Referências..... | 81 |
| Artigo 2 – Entre [as] Chagas e [a] Cruz: a posição dos cientistas de Manguinhos frente às ações do Estado nas zonas malarigênicas produtoras de borracha da Amazônia-Acre (1912-1913) | 83 |
| Introdução..... | 84 |

| | |
|--|-----|
| <i>Entre Chagas e Cruz ou do vivenciado e escrito ao ponderado e publicado</i> | 86 |
| <i>Entre as chagas e a cruz: Estado e biopoder (“fazer viver ou deixar morrer”)</i> | 95 |
| <i>A presença do IOC no Acre: entre equívocos metodológico-técnico-operacionais e condições ambientais</i> | 100 |
| Conclusões | 105 |
| Referências | 107 |
| Artigo 3 – A “era do saneamento” no Brasil (1910-1930) e seus reflexos no Território Federal do Acre | 110 |
| Introdução | 111 |
| <i>A política de saúde pública no Acre determinada pela sua derrocada econômica</i> | 113 |
| <i>A política de saúde pública no Acre na perspectiva da interdependência sanitária</i> | 122 |
| Conclusões | 127 |
| Referências | 129 |
| SEGUNDA PARTE – A CAPITAL E AS ÁGUAS: POPULAÇÃO, MEIO AMBIENTE E POLÍTICAS PÚBLICAS | 132 |
| Artigo 4 – Which is riskier: life on the floodplain or in housing imposed from above? The case of flooding regions in Rio Branco, Acre, Brazil... | 133 |
| I. Introduction | 134 |
| II. The waters are coming and the people are preparing | 140 |
| <i>a. Removal: from resistance to acceptance</i> | 142 |
| <i>b. Temporary shelters and social rent</i> | 143 |
| <i>c. Permanent social housing</i> | 144 |
| III. The vulnerability to risk or the risk of vulnerability | 148 |
| IV. Conclusions | 150 |
| Acknowledgement | 151 |
| Funding | 152 |
| References | 152 |
| Artigo 5 – O vaivém das águas e das gentes: representações de riscos e políticas públicas em bairros inundáveis de Rio Branco, Acre | 156 |
| Introdução | 157 |
| <i>As águas e as gentes e a noção de risco ao longo da história</i> | 160 |
| <i>As várias fases do risco na perspectiva das políticas públicas</i> | 163 |
| A incapacidade de gerenciamento do risco | 163 |
| Do afastamento do risco ao risco (re)visitado | 165 |

| | |
|--|-----|
| Da solução do risco ao risco pela falta de solução | 166 |
| <i>O atual “modus operandi” do enfrentamento do risco</i> | 167 |
| Antes da inundação | 168 |
| Durante a inundação..... | 170 |
| Após a inundação | 172 |
| <i>A resistência minada pela persuasão, pela ausência e pela desterritorialização</i> | 173 |
| Conclusões | 175 |
| Referências..... | 176 |
| Artigo 6 – Ameaça, exposição e vulnerabilidade: uma análise da inundação de 2015 em Rio Branco à luz do triângulo do risco | 179 |
| Introdução..... | 180 |
| <i>Inundações no Acre: controle da alta probabilidade de ocorrência e baixa previsão de magnitude das cotas?</i> | 181 |
| <i>Inundação 2015: evento extremo ou o extremo da capacidade de resposta do poder público e dos moradores dos territórios inundados?</i> | 185 |
| A percepção dos moradores: traídos pela experiência? Salvos pelo medo?..... | 187 |
| A percepção dos gestores: excesso de confiança ou falha do sistema de monitoramento?..... | 191 |
| Conclusões | 200 |
| Referências..... | 202 |
| CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES | 205 |
| REFERÊNCIAS (Introdução, Conclusões e Recomendações) | 218 |
| APÊNDICES | 228 |
| ANEXOS | 233 |

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

FIGURAS

Introdução

| | |
|--|----|
| Figura 1: Cenários da pesquisa: localização do Acre no Brasil, o Estado do Acre com suas divisões municipais e o território municipal, com destaque para a cidade de Rio Branco | 19 |
| Figura 2: Cenários da pesquisa: localização dos bairros Baixada da Habitasa e Seis de Agosto, inseridos no conjunto das áreas que se encontram na faixa de transbordamento do Rio Acre, compreendida entre as cotas de 14,90m e 16,00m | 20 |
| Figura 3: Varadouro usado para transporte de borracha em tropa de burros, 1906 | 21 |
| Figura 4: Início da Rua Seis de Agosto, nos anos de 1920 | 22 |
| Figura 5 (A e B): Travessia de pessoas e de veículos entre os dois distritos de Rio Branco, no início da década de 1970, em momentos de cheia e de seca do Rio Acre..... | 23 |
| Figura 6: Vista aérea da cidade de Rio Branco na década de 1970, em que se verificam as duas pontes, estando a de concreto ainda em construção. Da caixa d'água que se vê ao fundo para a esquerda, tem-se o bairro Seis de Agosto | 24 |
| Figura 7: Triângulo do risco | 29 |

Primeira parte

Artigo 2

| | |
|--|----|
| Figura 1: Posto de alojamento de soldados do distrito de Penápolis, em 1912..... | 92 |
|--|----|

Artigo 3

| | |
|--|-----|
| Figura 1 (A e B): Hospital de caridade de Sena Madureira e Hospital Augusto Monteiro, por ocasião daquele e da Maternidade Pro-Matre Acreana | 120 |
|--|-----|

Segunda parte

Artigo 4

| | |
|---|-----|
| Photo 1: Central Area of Rio Branco during the flood of 2012 | 135 |
| Figure 1: Panoramic view of Rio Branco city centre with a simulated flood with a water level of 18,00m..... | 136 |
| Figura 2A and Figure 2B: Baixada da habitasa and Seis de Agosto districts during the flood of 2012 | 137 |

Artigo 5

Figura 1: propaganda do governo do Acre na entrada do projeto Cidade do Povo..... 158

Artigo 6

Figura 1: Mapa de sobreposição das cotas de 17,64m e 18,40m, respectivamente, as inundações de 2012 e de 2015 em Rio Branco, mostrando as áreas atingidas..... 186

Figura 2: Gráfico de ocorrência de chamadas de Bombeiros e Defesa Civil, nos períodos de 01/02/2012 a 29/02/2012 e 01/03/2015 a 17/03/2015, com destaque para o ápice de chamadas recebidas, em virtude das inundações de 2012 e de 2015 195

Figura 3: Gráfico de acompanhamento do nível do Rio Acre em metros, referente às inundações de 2012 e de 2015, ocorridas em Rio Branco, respectivamente, nos meses de fevereiro e março 196

TABELAS

Artigo 1

Tabela 1: Análise nutricional dos alimentos que faziam parte da refeição diária dos seringueiros, na condição de produtores exclusivos da borracha 71

Artigo 6

Tabela 1: Dados numéricos das inundações de 2012 e de 2015, ocorridas em Rio Branco... 180

INTRODUÇÃO

O objetivo da pesquisa que norteou a presente tese foi o de contribuir para as reflexões teóricas quanto às polêmicas relacionadas com as interpretações de vulnerabilidade, risco e justiça ambiental, tomando como referência as inundações no Acre, os agentes públicos e os sujeitos sociais nelas envolvidos. Além disso, objetivou-se interpretar recortes importantes da história e das políticas públicas de saúde que dizem respeito à população acriana, com especificidade para Rio Branco, entre 1870 e 2015. Para tanto, foram levadas em consideração as condições socioeconômicas, políticas e culturais presentes no relatado período.

A pesquisa se justifica pela relevância da sua contribuição quanto à sensibilidade de, por um lado, resgatar, na ótica de uma *history from below*, a participação dos menos afortunados na formação histórica e social do Acre, representados pela categoria dos seringueiros, e, por outro, escutar e ecoar os anseios das populações empobrecidas moradoras da periferia de Rio Branco, nomeadamente dos que vivem nos territórios inundáveis. Sensibilidade, no sentido de não ignorar “[...] os sujeitos e as forças políticas que determinam os processos de produção do espaço geográfico e que constituem os territórios”, como no dizer de Fernandes (2004).

Foi, portanto, com paixão, originalidade e singularidade, guiadas por uma constante preocupação com o rigor metodológico, que se debruçou sobre os recortes importantes da história e da vida das gentes do Acre em suas próprias palavras, evidenciando que existem outras possibilidades de análise para além daquelas produzidas pelas classes dominantes.

Esses recortes importantes, como se pode perceber, envolvem acontecimentos históricos de curta e média durações, relativos a cenários e contextos distintos. Por cenários, entenda-se como sendo os espaços, os locais onde as cenas e os fatos históricos ocorrem; já no que se refere aos contextos, dizem respeito às condições sociais, econômicas, políticas e culturais inerentes aos fatos efetivados e conhecidos, frequentemente, anos ou séculos depois.

Os contextos

Ainda que soe estranho, dado que não usual, nesta tese não se fala de um contexto, mas de contextos, ou dois conjuntos de artigos elaborados em espaços-temporais distintos, mas com a

ideia de que cada um deles pudesse estar relacionado com políticas públicas de saneamento no Estado do Acre, de modo geral, e na cidade de Rio Branco, sua capital, em particular.

Cada conjunto é composto de três artigos, sendo que no primeiro tem-se o Território Federal do Acre como principal cenário, no período que compreende do início de seu desbravamento por populações não indígenas com vistas à exploração de borracha, em 1870, até o fim da Primeira República, em 1930. Neste primeiro conjunto de artigos, procura-se demonstrar a relação entre a capacidade produtiva do extrator do látex e suas condições de saúde-doença em face da má alimentação e da exposição ao risco de moléstias infectocontagiosas, com maior incidência para a malária.

No segundo conjunto, o destaque é dado para a cidade de Rio Branco contemporânea, mas a partir da análise dos bairros Seis de Agosto e Baixada da Habitasa como estudo de caso. Discute-se, principalmente, a percepção das políticas públicas voltadas para os territórios inundáveis da capital acriana tanto por parte dos poderes públicos (estadual e municipal) quanto dos moradores desses territórios.

Contexto 1 – Saúde-doença no Território Federal do Acre (1870-1930)

Identificam-se pelo menos três períodos marcantes da história do Acre, os quais se acham contemplados nos três primeiros artigos que compõem esta tese. O primeiro – de 1870 até 1903, quando a região ainda pertencia à República da Bolívia (VERGARA, 2010) –, que pode ser caracterizado como aquele que despertou e consolidou o interesse pela borracha, bem como devido a seus produtores, em especial os seringueiros, estarem sujeitos a vários riscos, os quais, em sua maioria, ironicamente, não se relacionavam diretamente com o processo produtivo.

O segundo, que compreende da incorporação do Acre ao Brasil até 1909, caracteriza-se pela instabilidade política e econômica daquele território, situação essa que viria influenciar no seu poder de barganha junto ao Governo Central, nos primeiros anos da referida incorporação e nos anos subsequentes, principalmente no que se refere ao repasse de recursos com a finalidade de promover ações de saneamento. Adverte-se, por outro lado, que a própria política pública nacional de saúde, no período em questão, teve seus reflexos nessa relação Território do Acre/governo federal.

E o terceiro está diretamente relacionado à segunda fase do movimento sanitarista brasileiro, caracterizada pelo extrapolar das fronteiras do distrito que abrigava a capital da República, estendendo-se pelos *sertões* nacionais entre as décadas de 1910 e 1920 (com reflexo até a década de 1930), promovendo um saneamento rural especialmente no que concerne ao combate às três endemias que mais o atingiam: ancilostomíase, malária e doença de Chagas (HOCHMAN, 1998).

Do primeiro período, é salutar resgatar, com base nos documentos oficiais que retratam a história do Acre, a clara intenção do governo federal de, estranhamente, entregar esta região aos estrangeiros que a cobiçavam (norte-americanos, ingleses, bolivianos e peruanos), apesar de ser uma excelente produtora de borracha, nos aspectos quantitativo e qualitativo¹. Soma-se a isso o fato de a região já vir sendo explorada por brasileiros desde o início do último quartel do século XIX, sob a administração oficiosa do Estado do Amazonas, sendo este o principal beneficiário da arrecadação que a extração do chamado “ouro negro” proporcionava².

Em verdade, não fosse pela iniciativa dos brasileiros que ousaram fazer a revolução em prol da tomada das terras indígenas em que se produzia grande quantidade de borracha, as quais haviam sido oficialmente organizadas por bolivianos em 2 de janeiro de 1899, com o estabelecimento de uma aduana para cobrar impostos sobre a exportação de borracha (ACRE: RELATÓRIOS..., [2002a?, 2002b?]), o desfecho histórico teria sido diferente do registrado.

No entanto, iniciando o segundo período marcante da história do Acre, com a publicação do Decreto nº 1.181, de 25 de fevereiro de 1904, passou aquele território a ser administrado provisoriamente pelo presidente da República do Brasil (BRASIL, 1907) – período este, entretanto, que duraria não menos que 58 anos, já que somente com a elevação do território à categoria de estado, em 1962, é que o Acre se livrou das amarras da União (BEZERRA, 2005).

¹ “[...] segundo Costa (1973, p. 29), em 1899 o Acre contribuía com um percentual de 60% da borracha produzida na Amazônia; já Prado Júnior (1965, p. 243) assevera que em 1907, portanto quatro anos após a assinatura do Tratado de Petrópolis, o Acre assume o primeiro lugar na produção de borracha entre as demais regiões brasileiras; e Costa Sobrinho (1992, p. 30) relata que, além de se configurar como o maior produtor, detinha o Acre também a melhor qualidade de borracha produzida na Amazônia, ‘Acre fina’.” (apud ALMEIDA NETO, 2004, p. 28).

² Sobre essa questão, consultar Bandeira (2000), pois, apesar de sucinto, seu relato é bastante esclarecedor.

Fato é que a indiferença do governo brasileiro pelo Acre clarificou-se no mesmo diploma jurídico acima aludido, uma vez que o sistema político e administrativo que o fundamentava tinha por principal premissa a arrecadação de impostos, como segue:

Art. 1º Fica o Presidente da Republica autorizado:

I. A administrar provisoriamente o territorio reconhecido brasileiro, em virtude do tratado de 17 de novembro de 1903, entre o Brazil e a Bolivia, **continuando a cobrar, até seu limite maximo, as taxas alli arrecadadas ao tempo do modus vivendi ajustado com o Governo da Bolivia e os demais impostos federaes** (BRASIL, 1907, grifo nosso).

Como se isso não bastasse, os impostos arrecadados pelo governo federal, que já eram considerados exorbitantes, sofreram, pouco tempo depois da criação do território acriano, aumento significativo (até o “limite maximo”!), gerando reclamações tanto dos gestores quanto da imprensa locais, como se verifica nas duas falas relatadas a seguir, sendo a primeira delas proferida por um dos primeiros prefeitos da Villa Rio Branco e a outra publicada no jornal Folha do Acre. Diz o prefeito interino José Plácido de Castro, por intermédio do seu relatório de governo, datado de 27 de março de 1907:

Não se satisfez o Governo da República com o elevar para 23 por cento o imposto já pesado de 15 por cento sobre o nosso único producto de exportação – a borracha –; mandou cobrar os impostos de industrias e profissões sem a previa regulamentação, submettendo-nos, assim, as mesmas taxas a que estão sujeitos os commerciantes da Avenida Central e rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro! (CASTRO, [2002?], p. 12).

Por seu turno, assim se refere o jornal Folha do Acre:

Tem sido assumpto de estudo, quer no Brazil, quer no estrangeiro, o exaggerado onus que rechae sobre a borracha exportada pelo Acre. Apesar de ser o único producto de exportação dessa zona.

Eminentes escriptores, economistas de merito, parlamentares de grande saber, têm demonstrado que em parte alguma do mundo, existe um imposto tão pesado como o que pagam os acreanos pela borracha (ACTUALIDADES, 1911, p. 1).

Importante reter aqui a seguinte informação: se desde a publicação do Decreto 5.206, de 30 de abril de 1904 (BRASIL, 1907), que organizava a administração fiscal do Território do Acre, seus prefeitos estavam impedidos de criar impostos, em 19 de novembro de 1907 esse impedimento foi ratificado pelo Decreto de número 1.820 (BRASIL, 1908).

Essa situação de exploração econômica do Acre tornava-se ainda mais perversa, em razão de que quase nada voltava em forma de repasses financeiros para um território em que tudo estava por fazer (sendo que em sua capital não havia escolas, estradas, hospitais, prédios públicos), principalmente – e em contradição – no que se refere à adoção de infraestrutura sanitária com o propósito de debelar as doenças infectocontagiosas que dizimavam, a cada ano, proporção elevada dos produtores diretos da fonte geradora de renda para os cofres do Tesouro nacional, cabendo aos gestores locais apossarem-se de manobras para tentar equacionar o minguado repasse:

Durante o nosso período administrativo procurámos fazer toda a economia possível.

Assim, pela leitura do quadro demonstrativo de todas as despesas da Prefeitura no decorrer do exercício que findou [...], concluirá V. Ex. que dependemos tão sómente aquillo que permittia a **exiguidade da verba material** votada pelo Congresso Nacional (CASTRO, [2002?], p. 41, grifo nosso).

Além da dificuldade de cuidar da infraestrutura sanitária da cidade de Rio Branco nos primeiros anos do Acre território em face da falta de recursos, os gestores públicos envolviam-se direta ou indiretamente em conflitos gerados por questões de ordem político-administrativas e, até mesmo, pessoais.

Só o fato de o Departamento ter de intervir em “[...] taes perturbações da ordem publica, que impossivel seria voltar a attenção para mystéres outros que não a manutenção da ordem e a garantia da autoridade, a cada passo ameaçadas.” (BESOURO, [2002?], p. 45) já se colocava, além de um desgaste político, como um fator de entrave administrativo.

Tais conflitos, no que toca às questões político-administrativas, se davam, em geral, porque, principalmente no período que se estende até 1908, havia uma instabilidade ocasionada pela nomeação de gestores de fora do território, os quais não eram bem aceitos pelos

seringalistas/comerciantes locais, que se julgavam preteridos em seus direitos, acusando-os de autoritários e desonestos quanto ao já parco erário percebido da União.

No que concerne aos gestores provenientes de fora do território acriano, pesavam acusações relativas à falta de identificação, de apego às causas do Acre, fossem elas administrativas, políticas, socioeconômicas e culturais. Fato curioso, mas que corrobora como essas acusações, deveu-se a uma espécie de repulsa desses nomeados em vir para o Acre, por problemas de saúde, relacionados às condições de insalubridade, que aí se verificavam, o que quase sempre resultava no pedido de demissão do cargo, como se verifica na fala de Raphael Augusto da Cunha Matos, primeiro prefeito do Departamento do Alto Acre:

[...] Com grande sacrifício de minha saúde tenho me conservado neste espinhoso posto que immerecidamente me foi confiado e do qual já por mais de uma vez pedi demissão que esperançoso aguardo [...]. Com essa demissão me darei por bem recompensado dos insignificantes serviços que com toda boa vontade já por duas vezes tenho prestado neste território ingrato, onde os poucos que escapam com vida fatalmente retiram-se sem saúde (MATTOS, [2002?], p. 107).

Os “de fora”, em verdade, vinham mais pela obediência do que pela vontade de dotar a região de melhores condições materiais e sociais, como se verifica, ainda, na fala do interlocutor anteriormente citado: “acceitei o difícil e espinhoso encargo antes para mais uma vez dar provas de disciplina militar do que pelo desejo de ocupar um cargo administrativo reconhecidamente superior às minha débeis forças.” (MATTOS, [2002?], p. 87)).

Em vista dessa questão, alguns dos próprios prefeitos nomeados de fora do Acre sugeriam ao governo federal – o que pode soar como um paradoxo da disputa pelo poder local – que a sua substituição recaísse sobre um “[...] cidadão domiciliario neste Departamento, portanto acostumado e familiarizado neste clima e com interesses radicados de modo a ser permanente esse domicilio.” (RIBEIRO, [2002?], p. 151-152)), utilizando-se como forte argumento o fato de que:

[...] Difficilmente o Prefeito [referia-se ao não acriano] poderá atravessar incólume de moléstias em uma região como esta, em que predomina o mais perigoso impaludismo, como seu cortejo de hepatites, anazarca, polynevrite, beri-beri e febres de todo genero (RIBEIRO, [2002?], p. 151)).

Ao se associar “o desapego” com os conflitos políticos, encontra-se a causa de outro gargalo que contribuía para inviabilizar um planejamento político-administrativo mais duradouro e eficaz e, conseqüentemente, nas demandas de saneamento e saúde do território acriano: a efemeridade das gestões. Veja-se, por exemplo, que da nomeação do primeiro prefeito para a capital do Departamento do Alto Acre, até fins de 1910 – portanto, decorridos pouco mais de nove anos –, nada menos que 13 deles já haviam assumido o comando daquele poder.

Não se pode esquecer que o principal pano de fundo que motivava essas intrigas políticas e administrativas tem suas raízes nas três tentativas de autonomia da região acriana do jugo boliviano, considerando sua elevada capacidade produtiva de borracha: a primeira, idealizada pelo espanhol Luiz Gálvez Rodrigues de Arias, ao proclamar o Estado Independente do Acre (Primeira República), em 14 de julho de 1899; a Segunda República do Acre foi proclamada em novembro de 1900, por brasileiros; coube ao coronel Plácido de Castro a proclamação da Terceira República do Acre, em 24 de janeiro de 1903 (CALIXTO, 2003; CARVALHO, 2002; COSTA, 1973; MEIRA, 1998; RIBEIRO, 2008; TOCANTINS, 1979).

Mesmo com a assinatura do Tratado de Petrópolis dando reconhecimento do Acre como brasileiro, o espírito de autonomia continuava vivo junto aos acrianos, principalmente em meio às suas lideranças – formadas, sobretudo, por detentores de interesses particulares, como os seringalistas e comerciantes locais, entre eles (e tido como um dos principais) o próprio Plácido de Castro, apesar de ser gaúcho –, pois a centralização do poder nas mãos do governo federal provocara um freio nas suas aspirações de domínio político e administrativo do então criado território.

Para completar, a política imposta pela administração federal aos acrianos era de tal maneira perversa, inclusive com relatos de atrocidades cometidas pelos seus representantes (prefeitos departamentais, geralmente militares de carreira), que ela, por si só, instigava a autonomia:

Os prefeitos em seus departamentos eram senhores de barão e cutelo e realizavam aquele tipo monstruoso de governo marcial, ‘à lacedemônia, espécie de cesarismo legal ao estado de sítio permanente, à semelhança do que fizeram os invasores dóricos nas cidades helênicas do Peloponeso’ [...] (COSTA, 1973, p. 139-140).

Dai o motivo pelo qual alguns governantes procuravam mostrar ao governo central, avesso à autonomia naquele momento, que, dando aos acrianos os seus legítimos direitos políticos e condições econômicas necessárias, os ânimos se arrefeceriam:

Dê a União recursos suficientes aos governos departamentais para promoverem o desenvolvimento de cada um delles, supprindo as suas necessidades e garantido aos seus cidadãos o direito que lhes assistem e o povo acreano não pensará em autonomia, aguardando pacientemente a sua oportunidade (SOUZA, [2002?], p. 115).

Soma-se ao repasse insuficiente de recursos financeiros pelo governo federal ao Acre a forma corriqueira como eles eram administrados – como revelam os próprios relatórios de governo do referido território –, causando ainda maiores dificuldades no sentido de estabelecer as bases infraestruturais que tanto se faziam necessárias, “pela incuria de uns e pela deshonestidade de outros.” (CASTRO, [2002?] p. 7).

No mais, e relativamente à falta de uma política pública de infraestrutura sanitária para o território acriano, entre 1904 e 1909 – e até mesmo para a Amazônia como um todo –, é importante observar, pelo menos, três fatores contributivos: primeiramente, porque, mesmo sendo a borracha uma matéria-prima altamente lucrativa aos cofres da União³, a esfera federal era influenciada pela classe econômica formada pelos produtores de café, pois, sendo este produto um dos pilares da economia nacional, seus produtores – os chamados “barões do café” – exerciam fortes pressões junto ao aparelho de Estado para que seus interesses fossem privilegiados nas decisões políticas (MONTEIRO; FONSECA, 2012).

Em segundo lugar, diferentemente do que ocorrera, principalmente a partir do fim do século XIX, com outras regiões do Brasil, em que as condições de saúde e salubridade do trabalhador passaram a ser vistas como melhoria da sua capacidade produtiva – sobretudo daqueles ligados diretamente às áreas de interesse econômico, colaboradoras com a renda nacional –, o governo federal só atentou para a situação relativa às condições sanitárias da Amazônia-Acre quando a produção de borracha começou a entrar em decadência, devido à concorrência asiática, e, assim mesmo, pela pressão que passou a sofrer dos produtores da região.

³ Segundo Thielen et al. (1991, p. 115), entre 1901 e 1910, a borracha alcançou o segundo lugar nas exportações brasileira (28,2%) – o primeiro lugar era ocupado pelo café, com 48,8%.

Note-se que na primeira fase do movimento sanitaria brasileiro, marcada pela gestão de Oswaldo Cruz à frente dos serviços federais de saúde, entre 1903 e 1909, este era basicamente restrito ao Distrito Federal e aos portos, e tendo como característica principal um saneamento voltado, principalmente, para a cidade do Rio de Janeiro e o combate às epidemias de febre amarela, peste e varíola (HOCHMAN, 1998).

A caracterização dessa fase, portanto, contempla, pelo menos em parte, a forma como se dera o tratamento político-administrativo dispensado ao Território Federal do Acre pelo governo central no período, e coincide com o que vai da criação do referido território até o início da segunda fase do movimento sanitaria. Afinal, a situação das forças produtivas – nomeadamente no que se refere às péssimas condições sanitárias do seu principal “motor”, o seringueiro – e as relações de produção, que beiravam o escravismo, verificadas nos seringais nativos do Acre, produtores de uma matéria-prima (borracha) de elevado valor no mercado internacional, em nada contribuíam com os “[...] prejuízos causados ao comércio exterior pelas péssimas condições sanitárias da Capital Federal e de seus portos.” (HOCHMAN, 1998, p. 60).

Por fim, assim como é certo que até então as condições de produção da borracha no Acre não eram estabelecidas dentro dos princípios industriais brasileiros, que ensejassem a efetiva intervenção estatal, também o é que a não intervenção pode perfeitamente ser justificada pelo fato de aquela possessão territorial ter mantido, de 1877 até 1912, um crescimento produtivo gumífero, independentemente das suas condições insalubres e, conseqüentemente, da quantidade de mortes aí verificada (devido à malária, principalmente), já que houve um recrutamento contínuo de nordestinos para esse setor da Amazônia no período, algo perto de 14.000 por ano (DEAN, 1989).

Ainda que se quisesse justificar a falta de investimento do poder central no Acre por uma questão meramente econômica, ou mais precisamente, no montante da contribuição financeira deste território aos cofres nacionais, antes da derrocada da exportação da produção de borracha, é de bom alvitre registrar, com base nas informações de Selva (1929), que somente de 1909 até o declínio, ele foi superior a cem mil contos de réis⁴.

⁴ Quando o território do Acre integrou-se juridicamente ao Brasil, em 1903, passando a produzir receitas para a União, a contribuição da Amazônia (compreendida pelos estados do Pará e do Amazonas e do próprio território

Era esse o contexto político e administrativo em que se encontrava o Acre, e mais especificamente a sua capital, até o ano de 1909, marcado muito mais pela exploração econômica a que esteve submetido pelo governo federal e muito menos por iniciativa daquele poder público em promover ações de melhoria nas suas condições de infraestrutura sanitária, como, aliás, não foi muito diferente no terceiro período marcante da história acriana, ocorrido entre as décadas de 1910 e 1920 (com reflexo até a década de 1930), conforme se verá a seguir.

Vivia o Território Federal do Acre, nesse período, duas situações emblemáticas e, de certa forma, imbricadas, quais sejam um elevado índice de produtores da borracha acometidos com doenças infectocontagiosas, com especificidade para a malária, e a queda na produção e exportação dessa matéria-prima para o mercado internacional.

Desse modo, reunia o então território todas as condições de favorecimento às intervenções do governo federal com vista ao estabelecimento da profilaxia rural e ao restabelecimento da sua base produtiva. Por um lado, embasado em concepções prevalentes no momento como a de que “[...] a saúde do trabalhador e as suas condições de moradia, saneamento e higiene passaram a ser entendidas como fatores preponderantes para o desenvolvimento e melhoria da produção [...]” (REZENDE, 2008. p. 116), era preciso que a saúde do extrator do látex fosse restabelecida, para que se criassem as mínimas condições da retomada do crescimento e exportação da borracha; por outro, gozava o Acre, na condição de território federal, da prerrogativa de ser gerido do ponto de vista político e administrativo diretamente pela União.

Na tentativa de restabelecer a produção de borracha pela melhoria das condições de sua força produtiva, ou, mais especificamente, das condições sanitárias das regiões produtoras, o governo federal cuidou, por intermédio da Superintendência da Defesa da Borracha (SDB), de solicitar os serviços do Instituto Oswaldo Cruz, que, em comissão, estivera na Amazônia-Acre entre os anos de 1912 e 1913.

Da materialização dos trabalhos da comissão, ressaltam-se o apontamento da malária como uma doença de elevada letalidade junto aos extratores do látex na região acriana e o

acriano) aos cofres nacionais “[...] se elevou para percentuais que variavam de 5 a 10 e até 13%.” (SANTOS, 1980).

consequente dever do governo federal de lhes prestar assistência pública, além da indicação da instalação de postos-hospitais e postos de quinização, em alguns pontos estratégicos da Amazônia, levando-se em conta o elevado índice endêmico e a maior produção de borracha (HOCHMAN, 1998; SCHWEICKARDT, 2011).

Entretanto, o território acriano, como se pretende demonstrar, atravessou toda a Primeira República sem que seus habitantes, fossem moradores das zonas urbanas ou, principalmente, habitantes dos seringais, tenham sido contemplados de maneira satisfatória com as ações de profilaxia rural durante a chamada “era do saneamento” no Brasil.

Contexto 2 – As condições de salubridade nas áreas inundáveis de Rio Branco

Para além do fato de as últimas pesquisas do *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC) projetarem uma elevação da frequência e intensidade dos eventos climáticos extremos (IPCC, 2014), em países como o Brasil, de condições socioeconômicas ainda insatisfatórias para um número significativo da sua população, a vulnerabilidade a esses eventos tende a ser mais elevada (POZZER, MAZZEGA, 2013). Nesse contexto, entre os fenômenos hidrometeorológicos, as inundações são as que mais provocam danos ao país, considerando o número de pessoas afetadas e o custo monetário necessário à recuperação das áreas atingidas (VISCONTI et al., 2013).

Por inundação entenda-se o atingimento da planície de inundação ou área de várzea de um canal de drenagem, provocado pelo transbordamento de suas águas. O termo em questão, portanto, não se confunde com os de enchente ou cheia e de alagamento, já que aqueles se referem ao fato de o canal de drenagem atingir sua cota máxima – cuja elevação temporária do nível d’água se deve ao aumento da vazão –, mas sem que haja transbordamento; e quanto a este se define como o acúmulo momentâneo de águas em determinados locais do perímetro urbano, por deficiência no sistema de drenagem (TOMINAGA; SANTORO; AMARAL, 2011; VEYRET, 2013).

No Acre, as inundações devem ser compreendidas, primeiramente, como fenômeno natural decorrente das suas próprias condições físico-geográficas, com destaque para os elevados índices de precipitações pluviométricas – em torno de 2.000mm anuais – e sua hidrografia extensa, formada pelas bacias hidrográficas do Juruá e do Purus, com drenagem bem distribuída em todos os municípios do Estado, sendo que, no caso específico de Rio Branco, a

capital é atravessada em toda sua extensão pelo Rio Acre, o qual é alimentado por vários tributários (ACRE, 2010a; MACÊDO et al., 2013).

Essa situação concorre para que os bairros pobres e edificados próximos da calha do rio sejam atingidos todos os anos pelas águas das inundações que ele provoca, e ainda que, mesmo aqueles bairros mais afastados, mas situados dentro da sua zona de transbordamento, sejam acometidos pelas inundações de grandes proporções, em que se verificam consideráveis prejuízos socioeconômicos e ambientais (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO, 2013), razão pela qual o poder público e os pesquisadores institucionais, ligados principalmente à Universidade Federal do Acre, e atuando em áreas do conhecimento mais relacionadas com as Ciências Exatas e da Natureza, vêm empreendendo estudos no sentido de melhor compreender o fenômeno e proporem medidas mitigadoras dos riscos por ele provocados. A esse respeito, ver, por exemplo, Acre (2008); Cavalcante (2006); Duarte (2006, 2011).

Entretanto, a maioria desses estudos é elaborada respondendo mais a uma visão *top down*, haja vista que a eles não são incorporados os conhecimentos dos moradores dos territórios inundáveis. Eis uma das principais motivações desta tese: na perspectiva de uma produção técnico-científica que incorpore o conhecimento não acadêmico, buscar compreender a relação que o acriano tem com as águas do Rio Acre, mais especificamente da percepção que o rio-branquense manifesta sobre os riscos representados pelas inundações, percorrendo seus próprios caminhos e ouvindo suas vozes. Dessa forma, fundamenta-se na hipótese central de que existem duas estratégias distintas e muitas vezes antagônicas para lidar com as inundações e os riscos a elas inerentes: uma, pautada na assistência emergencial associada a políticas de remoções, adotadas e implementadas por agentes governamentais, e outra, voltada para a busca constante de adaptações por parte das comunidades que vivem nas áreas de riscos, considerando as condições multifacetadas que são provocadas por esse fenômeno socionatural, antes, durante ou após sua ocorrência. Decorrentes dessa situação, hipóteses secundárias puderam ser estabelecidas, como se segue:

- Um número considerável dos moradores dos territórios inundáveis não aceitam as políticas públicas a eles destinadas, que consiste basicamente no remanejamento “imediato” para um abrigo provisório – na figura do aluguel social –, no cadastramento para o programa

de Habitação de Interesse Social (HIS) – com previsão de remanejamento futuro – e na indenização.

- Embalados pela incapacidade econômica e técnica no tocante à promoção de um planejamento para o saneamento dos territórios inundáveis, os entes públicos buscam a todo custo promover a retirada dos moradores, utilizando inclusive o aparato jurídico.

- Se os técnicos tendem a enxergar os territórios inundáveis como de elevado padrão de riscos – sendo, por isso mesmo, tido como algo intangível, que foge à capacidade de resiliência –, pelo menos para uma boa parte dos seus moradores os riscos provocados pelas inundações são encarados como já introjetados ao seu cotidiano, razão pela qual opõem resistência à remoção.

Dessa maneira, tem-se como problema de pesquisa explorar como o governo nos seus diferentes níveis (municipal, estadual e federal) e as populações acrianas vêm lidando com as inundações, como interpretam os riscos e que estratégias adotam para enfrentar os danos por ela provocados.

A relação que o acriano tem com as águas do Rio Acre e com outros rios que banham o seu território se processa em um período histórico, que abarca, desde seus ancestrais até as populações ribeirinhas dos dias atuais (residentes nas cidades ou na zona rural), em uma perspectiva socioeconômica e cultural.

Por volta de 10 mil anos atrás, povos indígenas, como *Kanamari* e *Manchineri*, pertencentes à família *Aruak* e dominantes da Bacia do Purus, habitavam as áreas de várzeas dos rios que lhe compunham, sendo que deles se utilizavam, entre outras demandas, para a higiene pessoal, para saciar a sede, para a pesca e para o transporte e comunicação; e daquelas retiravam parte do sustento, já que as utilizavam para o plantio de culturas de ciclo curto (ÔCHOA, [2003]; RANZI, 2008; SILVA, 1986).

Quanto aos ocupantes das terras do atual sítio urbano de Rio Branco, mais especificamente quando da chegada dos primeiros habitantes não índios à região, dizia respeito aos povos *Aquiris*, *Canamaris* e *Manetaris*, todas pertencentes à família dos *Aruaques* (CASTELO BRANCO, 1950, 1961; CASTELLO BRANCO, 1958, 1947; SILVA, 1986).

O início da “colonização” do Acre pelo “homem branco” deu-se, na concepção da maioria dos historiadores da região, por volta de 1861, “[...] quando uma expedição de caráter exploratório, chefiada por Manoel Urbano [...], por ali passara, navegando à montante do Rio Acre até a foz do Xapuri.” (SILVA, 1986, p. 12).

Entretanto, com a vinda das primeiras levas de nordestinos, na década de 1870, com vista à produção gumífera, foi o “colonizado”, o indígena que:

[...] Legou ao sertanejo-nordestino-seringueiro os segredos para bem viver e conviver em consonância com as leis naturais da região – como por exemplos o uso de plantas medicinais na cura de algumas doenças e [...] os costumes do banho diário, de dormir na rede, e de comer certas comidas: macaxeira cozida, milho assado na brasa, peixe muquinhado e pimenta (ÔCHOA, [2002], p. 63).

Foram os indígenas também que “[...] com os seus métodos e técnicas orientaram o trabalho extrativo da borracha, que com algumas inovações é referência básica até hoje.” (RANZI, 2008, p. 75).

Além disso, é de ordem do indígena um dos pilares da base étnica do povo acriano, dado que desde o primeiro confronto “[...] as suas mulheres e filhas eram invadidas pelos ‘patrões’ caucheiros e seringalista, que diziam ser os ‘chefes’ das nações.” (ÔCHOA, [2002], p. 101), depois de havê-las capturadas em “correrias”.

Vale acrescentar que quanto à população rio-branquense, mais particularmente, ela sofreu influência também de negros, turcos, portugueses, sírios e libaneses, com destaque, principalmente, para esses três últimos, que da época áurea da produção de borracha, até por volta de 1970, detinham a maioria dos estabelecimentos comerciais (BEZERRA, 1993; CEDEPLAR, 1979).

Parte dessa herança socioeconômica e cultural permanece até hoje, principalmente em meio às populações residentes nos bairros pobres mais antigos e inundáveis de Rio Branco, uma vez que, morando às margens do Rio Acre, dele se utilizam para, por exemplo, o asseio pessoal, lavagem de roupa, entretenimento e sustento alimentar.

Há que se levar em consideração, entretanto, que, se no início da ocupação do Acre, a relação que os acrianos mantinham com os cursos hídricos, principalmente no período em que estes atingiam elevados volumes de água, se dava de maneira positiva nos mais diversos aspectos⁵, no tempo mais presente essa relação começou a ser percebida cada vez mais negativamente, em especial por parte dos moradores de Rio Branco que vivem próximos às margens do Rio Acre e são atingidos todos os anos pelas inundações que ele provoca.

A verdade é que esses moradores mais recentes passaram a ocupar a área de várzea do Rio Acre não mais por uma questão que dizia respeito às suas condições culturais e econômicas, como fizeram seus antepassados. Ou melhor, econômicas, sim, mas justamente porque aquelas lhes eram desfavoráveis para obter um melhor espaço urbano para localização da casa/terreno.

Essa situação se agravou significativamente nos últimos 40 anos, passando a exigir a intervenção dos poderes públicos locais. Entretanto, somente de uns vinte anos para a presente data é que o Estado e a prefeitura se dispuseram senão eliminar os riscos ocasionados pelas inundações, pelo menos enfrentá-los mais abertamente, em que se verificam duas ações distintas: a tentativa de retirada dos moradores residentes nas áreas mais críticas para moradias definitivas e a realização de melhorias infraestruturais, nos próprios territórios inundáveis.

Essa política mais voltada para o atendimento das classes acrianas menos favorecidas iniciou-se com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT), por meio da eleição de Jorge Viana para a prefeitura de Rio Branco, e consolidou-se com sua investidura ao cargo de governador do Acre nas eleições de 1998, embalada por uma campanha e propostas de governo voltadas para a concepção de desenvolvimento sustentável, que começava a ganhar forças no Acre no início da década de 1990. É certo, entretanto, que, com o slogan “A vida vai melhorar” e a definição da marca de “Governo da Floresta”⁶, o primeiro mandato da Frente Popular do Acre

⁵ A título de exemplo, era somente no período das inundações que as embarcações de grande calado podiam subir o rio com a finalidade de transportar as pelotas de borracha até Belém (PA) e Manaus (AM).

⁶ Pesquisadores locais em muito têm se debruçado sobre a marca “Governo da Floresta”, criando inclusive neologismos como “florestania”, “florestânico”, no sentido de caracterizar seus possíveis significados, sobretudo ideológicos. Entre esses trabalhos, apontam-se como os mais representativos os de Pinheiro (2013) e Moraes (2008).

(FPA), numa espécie de volta ao passado, se pautava mais em intensificar a “[...] implementação das bases para uma redefinição da exploração dos bens naturais no território acreano [...]” (CASTELO, 2014, p. 251), com vista à captação de recursos externos do que mesmo de uma política voltada para a consolidação infraestrutural urbana capaz de alterar os *status quo* verificado na periferia inundável de Rio Branco (ACRE, 1998; SILVA, 2009; SILVA, 2012).

É somente a partir do ano de 2008, no governo de Arnóbio Marques, que se verificam ações mais incisivas com vista às melhorias urbanas em áreas de risco e assentamentos precários, e à construção de diversas unidades habitacionais, por meio do Programa Minha Morada (ACRE, 2007).

Na primeira gestão de Tião Viana (2011-2014) essas ações foram ampliadas por intermédio do Programa Minha Casa, Minha Vida e de ações de urbanização do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) – ambos do governo federal – (ACRE, 2010b), inclusive com a aprovação e consolidação do projeto Cidade do Povo, o maior programa de habitação da história recente do Estado, com 10.518 unidades habitacionais, sendo 3.300 delas destinadas às populações oriundas de áreas de risco (ACRE, 2012).

Cenários da pesquisa

Como se terá oportunidade de verificar detalhadamente mais adiante, a pesquisa foi desenvolvida em mais de um cenário, o que se reflete na estrutura da tese, em forma de seis artigos. Os três primeiros compõem a primeira parte deste trabalho e estão relacionados com as questões sanitárias do território do Acre, de modo geral, e da cidade de Rio Branco em tempos mais antigos, de maneira mais particular. Os três últimos, na segunda parte da tese, contemplam dois bairros de Rio Branco, como estudo de caso das percepções que tanto o poder público (Estado e prefeitura) quanto os moradores dos territórios inundáveis têm com relação às políticas públicas adotadas no enfrentamento das inundações e aos riscos com elas relacionados.

Os cenários que fundamentam a primeira parte da tese estão inseridos em um marco temporal compreendido entre o fim do século XIX até os anos 30 do século XX; já os da segunda parte estão relacionados com o momento presente.

Como a pesquisa aqui tem por fundamento geral a análise da implementação das ações do poder público local (ou mesmo a ausência do ente estatal) frente às condições de salubridade, saúde e do meio ambiente das populações do Acre, com especificidade para as residentes em Rio Branco, a escolha de tais cenários possibilita uma análise comparativa entre as relações de poder em uma Rio Branco do passado, fomentadas de cima para baixo e representadas ora na figura do coronel-seringalista, ora do prefeito departamental, e em uma Rio Branco do presente, calcada em bases democráticas, mas que ainda se deixa influenciar pelas decisões tomadas sem a participação efetiva dos que serão por elas atingidos diretamente.

A definição de trabalhar na primeira parte o Acre no seu todo – apesar de, às vezes, tomar a cidade de Rio Branco como referência, por ser a capital e gozar maior expressão política e econômica ante as demais cidades do território – foi entusiasmada pelas próprias dimensões espaciais efetivamente ocupadas, pelo número populacional e pela “homogeneidade” política, econômica e sociocultural. Observa-se, a título de exemplo, que:

1) De 1870 até 1903, a ocupação do território do Acre, ainda pertencente à República da Bolívia, limitava-se a pequenas áreas produtoras de borracha. A partir de 1904 (data da anexação do Acre ao Brasil e, conseqüentemente, do início da nomeação de prefeitos departamentais pelo Governo Federal), o espaço urbano da atual capital restringia-se a uma estreita faixa de terra localizada na margem direita do Rio Acre, sendo que no fim desse período abrigava uma população de apenas 204 pessoas. Sua base econômica girava unicamente em torno da produção de borracha – distribuída em 28 seringais (que à época totalizavam uma população de aproximadamente 2.500 habitantes), os quais foram desbravados em sua maioria por nordestinos, tendo como principais classes envolvidas no processo produtivo o patrão-seringalista e o seringueiro (ACRE: RELATÓRIOS... [2002a?]).

2) Quando da chegada da comissão chefiada por Carlos Chagas a Rio Branco – ocorrida em fins de 1912 –, cuja finalidade primeira era determinar as condições médicas e sanitárias e apresentar a conseqüente proposta de estabelecer as bases da profilaxia do Acre e da região Amazônica como um todo, a capital do Departamento do Alto Acre possuía apenas dois bairros (distritos), Empreza e Penápolis, que acolhiam uma população de cerca de 2.000 pessoas (CHAGAS, 1972).

3) Entre 1910 e 1930, mesmo tendo sido elevada à categoria de capital do território do Acre em 1920, Rio Branco manteve-se em bases urbanas precárias no que se refere ao saneamento, apesar de, a exemplo do que ocorrera em outras cidades provincianas do Brasil, ter sido influenciada pelo movimento sanitário verificado nesse período, designado, não sem razão, por Gilberto Hochman (1998) de “A era do saneamento”.

Nesses mais de cem anos de existência, Rio Branco cresceu e caracterizou-se por apresentar espaços urbanos distintos, nomeadamente quanto aos aspectos socioeconômico e cultural, em que se pode verificar, por um lado, bairros tipicamente urbanos, ocupados por uma população de elevado poder aquisitivo e *status* social, e por outro, bairros de estruturas urbanas precárias – sendo alguns deles, inclusive, caracterizados como subnormais⁷ –, cujos moradores são, de modo geral, muito pobres.

Incluem-se entre os bairros pobres os atingidos pelas inundações. Mesmo entre os territórios inundáveis, verificam-se aspectos tanto semelhantes quanto discordantes no enfrentamento do problema relativo a esse fenômeno socionatural, razão pela qual o cenário para a segunda parte da pesquisa foi delimitado nos espaços dos bairros Seis de Agosto e Baixada da Habitasa.

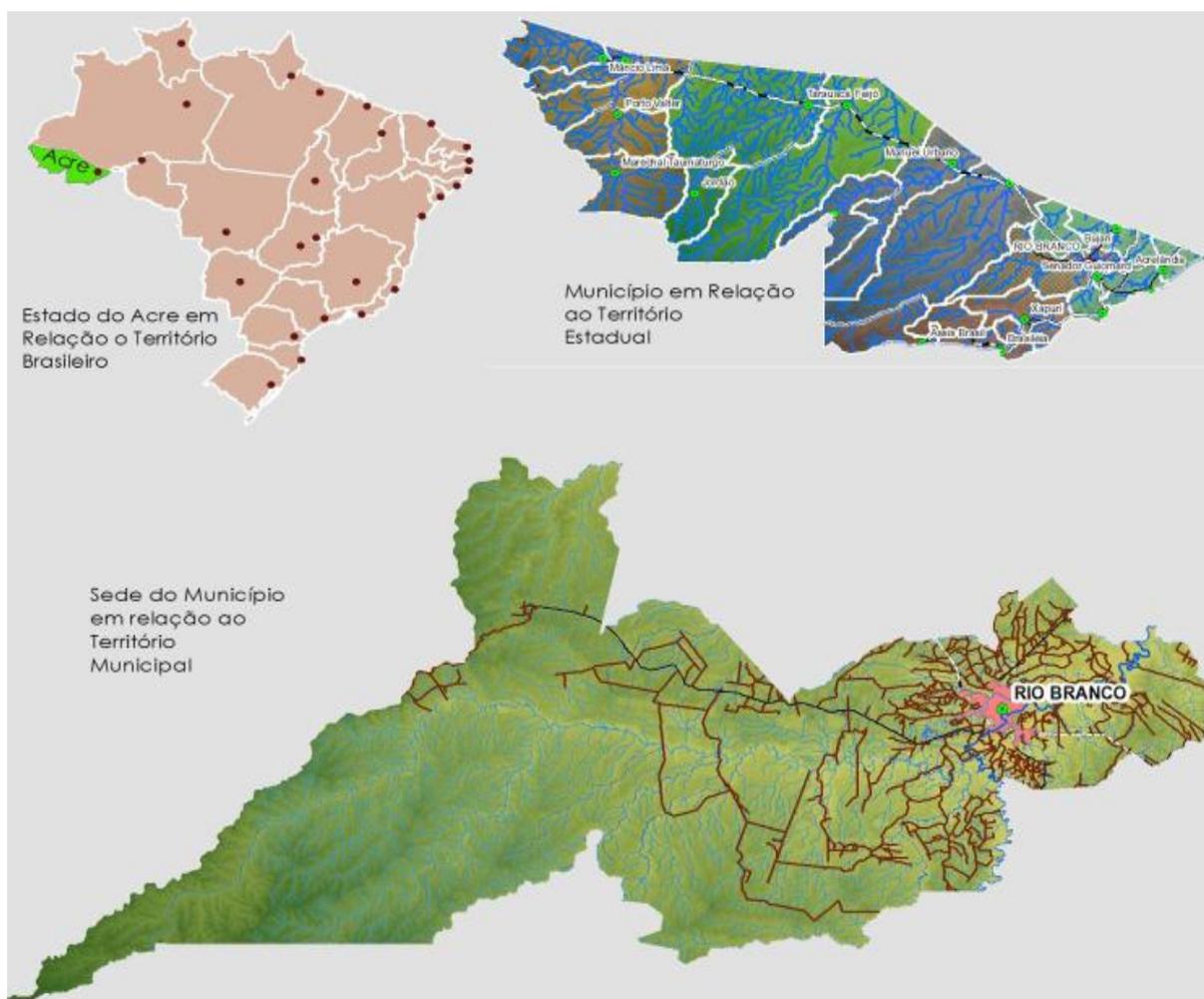
Ainda que a pretensão seja a de descrever, de maneira sucinta, os dois bairros em questão, forçoso se faz resgatar que se verificou, durante a pesquisa, que as informações a eles relativas por vezes apresentam inconsistência e contradições quanto, por exemplo, à data de criação, distribuição geográfica e delimitação⁸.

Apresentam-se a seguir duas Figuras (1 e 2) que contemplam os cenários da pesquisa, sendo que na primeira observa-se, à esquerda, o Acre no Brasil, à direita, o Estado do Acre com suas divisões municipais, e embaixo o território municipal, com destaque para a sua capital, Rio Branco; na segunda, a localização dos bairros Baixada da Habitasa e Seis de Agosto.

⁷ Segundo o IBGE (2010), aglomerado subnormal é o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das seguintes características: irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública).

⁸ A propósito, há uma carência significativa no que se refere a informações históricas acerca de um bom número dos bairros de Rio Branco.

Figura 1: Cenários da pesquisa: localização do Acre no Brasil, o Estado do Acre com suas divisões municipais e o território municipal, com destaque para a cidade de Rio Branco

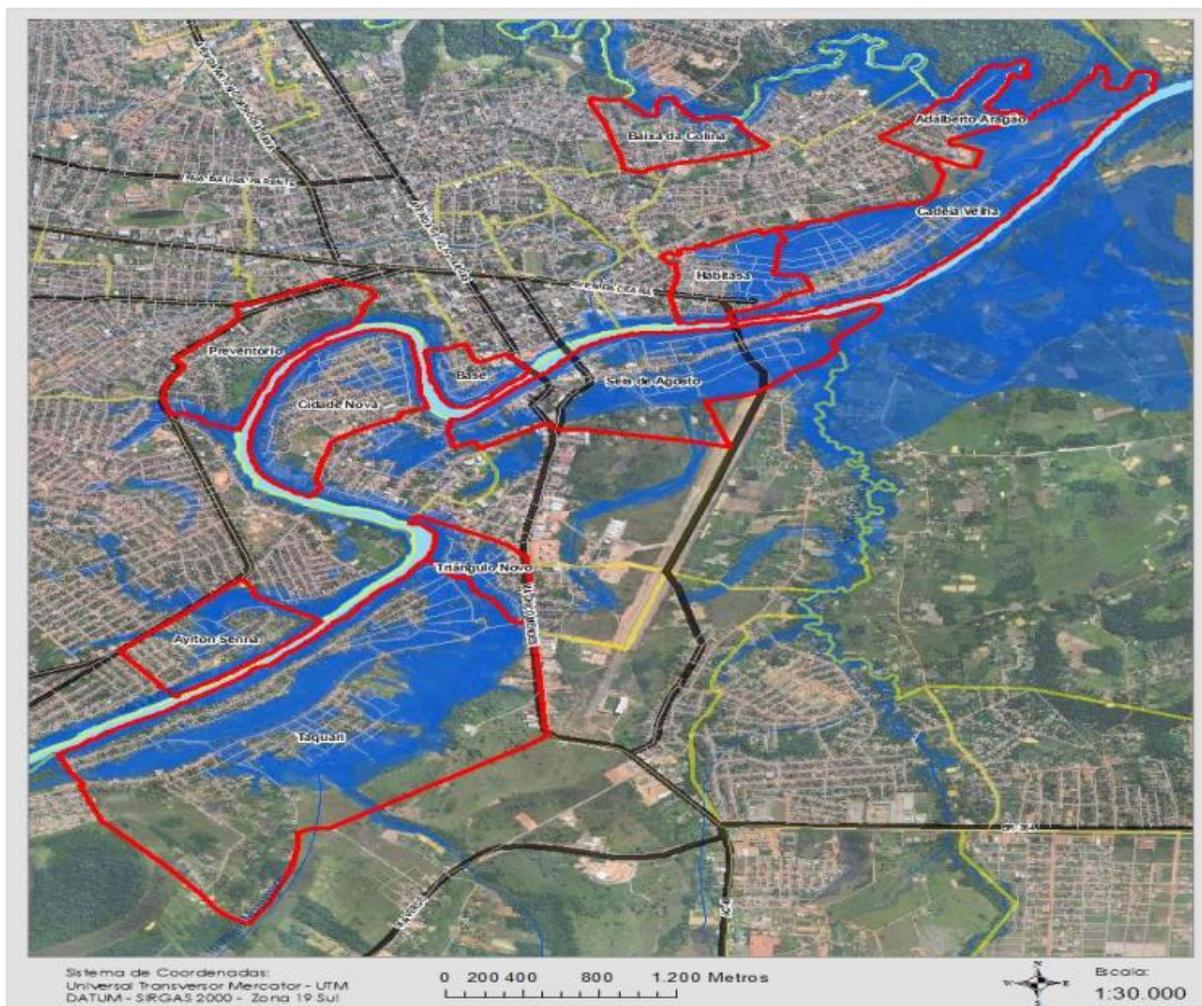


Fonte: ACRE. Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social – SEHAB, 2014

Quanto à Figura 2, é pertinente mencionar que os bairros Seis de Agosto e Baixada da Habitasa, elencados para a pesquisa, aparecem no conjunto formado pelos bairros Baixada da Colina, Ayrton Senna, Cadeia Velha, Capitão Ciríaco, Triângulo Novo, Preventório, Cidade Nova, Base, Adalberto Aragão e Taquari. Esse conjunto representa os bairros inseridos na faixa de transbordamento, compreendida entre as cotas 14,90m e 16,00m.

A faixa de transbordamento em questão é a que vem sendo utilizada pelo poder público com a finalidade de proceder ao mapeamento das áreas de riscos para identificação e monitoramento das famílias primeiramente atingidas pelas inundações do Rio Acre, pois, ainda que a mesma seja considerada de baixa intensidade, possui um histórico de ocorrência anual e com considerável número de pessoas atingidas no universo das 4.326 famílias identificadas (ACRE, 2013, 2014).

Figura 2: Cenários da pesquisa: localização dos bairros Baixada da Habitasa e Seis de Agosto, inseridos no conjunto das áreas que se encontram na faixa de transbordamento do Rio Acre, compreendida entre as cotas de 14,90m e 16,00m



Fonte: ACRE. Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social – SEHAB, 2014

É oportuno mencionar, também, que a Figura 2 mostra uma delimitação do Habitasa como se fosse um só bairro, mas, na verdade, por intermédio dos próprios documentos públicos (ACRE, 2013, 2014; PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO, 2013), é dado que existem dois bairros: Habitasa e Baixada da Habitasa, com o perímetro deste último coincidindo, em parte, com a mancha azul que caracteriza a faixa de transbordamento compreendida entre as cotas 14,90m e 16,00m.

Bairro Seis de Agosto

É razoável, do ponto de vista da concepção histórica, admitir-se que a origem do bairro Seis de Agosto se deu a partir de um varadouro (trilha rudimentar criada no meio da mata pelos

nordestinos), usado por comboio de burros no transporte de mercadorias e borracha entre os seringais Catuaba e Empreza (Figura 3).

Figura 3: Varadouro usado para transporte de borracha em tropa de burros, 1906



Fonte: Acervo da Fundação Garibaldi Brasil, 2015

Foi entre 1904 e 1908 que o varadouro ganhou a posição de rua com o nome Seis de Agosto, em referência à data do início da Revolução Acriana, ocorrida em 1902, já que foi por esse caminho que Plácido de Castro (seu comandante) percorreria da altura da boca do Igarapé Judia até a Volta da Empreza para atacar as tropas bolivianas, que ali se encontravam entrincheiradas (SOUZA, NEVES, 1996).

Em seu início, a Rua Seis de Agosto se individualizava principalmente por apresentar precárias condições de moradias (casas de madeira e palha), área territorial irregular, sem pavimentação e com pouca possibilidade espacial de crescimento, considerando que fora (e ainda é hoje) encravada entre o Rio Acre e o Igarapé Judia (Figura 4). Esta última condição a coloca, nos dias atuais, assim como o conjunto do bairro que dela se originou, como uma das mais vulneráveis às inundações que ocorrem em Rio Branco (PREFEITURA DE RIO BRANCO, 2015).

Entretanto, tais situações não impediram que a Seis de Agosto seguisse seu curso de crescimento urbano, de modo que, já em 1912, constituía-se na segunda rua em número de construções de toda a cidade, com “numerosas” 48 casas. Nela moravam os comerciantes e

trabalhadores, em geral, bem como foram sendo instaladas nos anos que se seguiram algumas casas comerciais (restaurantes, casas aviadoras...), de serviços (dentistas, barbeiros, advogados, médicos, cartório, telegrafo...) e de entretenimentos e lazer (praças, prostíbulos e casa de jogos...), conforme relatado por Bezerra (1993).

Figura 4: Início da Rua Seis de Agosto, nos anos de 1920



Fonte: Acervo do Memorial dos Autonomistas, 2015

O adensamento da Seis de Agosto não só provocou a criação de outras ruas transversais a ela – Cearense e Pio Nazário, por exemplo –, como garantiu, em 1953, que aquele núcleo urbano em formação fosse elevado à categoria de bairro como o mesmo nome.

Art. 4º O perímetro urbano da cidade divide-se em sete bairros, com as denominações seguintes:

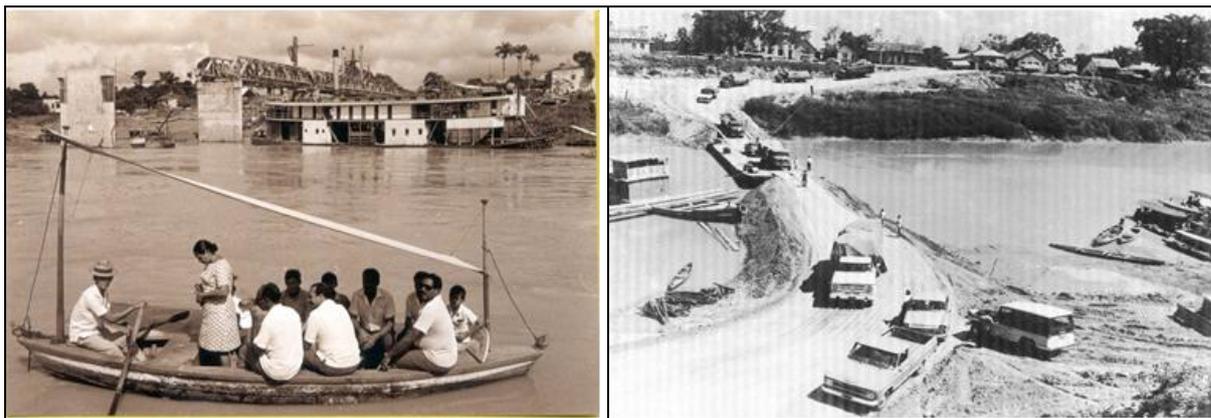
[...].

5) – Bairro 6 de Agosto – começa na praça Plácido de Castro no entroncamento com a rua 6 de Agosto, prossegue pela margem direita da referida praça até alcançar a rua 17 de novembro; prossegue para Oeste até o encontro com a rua 1º de Maio, pela qual sobe até o seu término; daí, por uma reta, liga se a rua Cearense, descendo pela mesma até o entroncamento da rua 6 de Agosto, na praça Plácido de Castro (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO, 1953, p. 2).

Nas duas décadas que se seguiram, o bairro foi contemplado com obras de infraestrutura, melhorando-o consideravelmente, sendo que a década de 1970 foi, sem dúvida, uma das mais

representativas, assim como para todos os bairros localizados na margem direita do Rio Acre, e por que não dizer da cidade de Rio Branco como um todo. A verdade é que, como a cidade de Rio Branco é dividida pelo Rio Acre, até o início daquela década a travessia de pessoas era feita em canoas, e a de veículos, por intermédio de balsas, mas apenas na época do “verão”⁹, conforme se pode observar pela Figura 5 (A e B).

Figura 5 (A e B): Travessia de pessoas e de veículos entre os dois distritos de Rio Branco, no início da década de 1970, em momentos de cheia e de seca do Rio Acre



Fonte: Acervo da Fundação Garibaldi Brasil, 2015

Uma vez construídas as duas primeiras pontes em Rio Branco (a “metálica”, Juscelino Kubitschek, em 1971 e a “de concreto”, coronel Sebastião Dantas, em 1974), ligando os dois distritos da cidade (denominados de 1º e 2º), permitindo o aumento do fluxo de pessoas e mercadorias, o Seis de Agosto foi um dos principais beneficiários com a construção dessas pontes, porque ambas, pela margem direita do Rio Acre, tinham seu percurso terminal justamente naquele bairro (Figura 6).

Entretanto, se a construção das pontes trouxe um alento ao Seis de Agosto, outro acontecimento significativo viria alterar parte do aspecto físico do bairro e a relação social entre seus moradores: tratava-se da ocupação das áreas verdes que o circundavam. Essa ocupação, que teve início por volta de 1979, assim como outras tantas verificadas nesse período, em diversos espaços de Rio Branco, foi o reflexo da expulsão dos seringueiros de suas “colocações” com a chegada da frente pecuarista proveniente do Centro-Sul, como será mencionado com mais detalhes ao longo da tese.

⁹ Próprio do “verão amazônico” compreende o período mais seco do ano, normalmente entre os meses de maio a outubro.

Figura 6: Vista aérea da cidade de Rio Branco na década de 1970, em que se verificam as duas pontes, estando a de concreto ainda em construção. Da caixa d'água que se vê ao fundo para a esquerda, tem-se o bairro Seis de Agosto



Fonte: Acervo da Fundação Garibaldi Brasil, 2015

A chegada desses imigrantes trouxe mudanças de toda ordem para o Seis de Agosto, à medida que ocuparam as suas circunvizinhanças ou, como querem alguns, edificaram um novo bairro em sua volta, denominado pejorativamente “Bostal”, cujo nome se justifica porque “[...] como aqui ninguém sabe o que é esgoto [e em cada alagação a água invade os quintais e as casas], as privadas explodem e a merda sobe, dando um mal estar horrível.” (RODRIGUES apud AFONSO, 1985, p. 5). Entre essas mudanças, tem-se como as mais significativas:

- 1) Aumentou consideravelmente o seu número populacional.
- 2) Assentaram-se os imigrantes nas áreas ainda mais próximas aos dois cursos que envolvem o bairro, aumentando, por conseguinte, o número de atingidos pelas inundações periódicas. Nesse período, a rua principal já havia passado por um processo de aterramento para pavimentação, razão pela qual havia diminuído o número de atingidos por esse fenômeno socionatural.
- 3) As ocupações “descaracterizaram” o traçado do bairro, uma vez que os ocupantes não se preocuparam em delimitar os espaços para um futuro arruamento e demais serviços urbanos.

4) As condições socioeconômicas e culturais desses imigrantes não guardavam muita semelhança com a dos moradores antigos, apesar de tanto estes quanto aqueles serem, em sua maioria, oriundos dos seringais acrianos, ainda que de épocas diferentes.

Sem esgoto, com casebres amontoados e miseráveis. Um bairro onde mais da metade dos habitantes passa fome e a maioria vive no subemprego. Os jovens, geralmente desocupados, vivem no “arroz e feijão” (tóxicos) e na prostituição. As crianças subnutridas brincam nas valetas malcheirosas ou entre o capinzal.

É o Bostal.

[...].

O Bostal é hoje uma referência do contraste que vai se delineando na cidade: o total estado de miséria que existe no cinturão periférico. Situado numa zona alagadiça, a cada ano, o Bostal sofre as intempéries: 80% das famílias são obrigadas a se mudarem para as escolas ou acampamentos da Defesa Civil.

[...]

A Prefeitura de Rio Branco já tem uma posição frente a essas áreas. Não investe pela inviabilidade dos resultados. Em zona alagadiça, todo projeto dá em água, em que pese a ironia (AFONSO, 1985, p. 5)

Para piorar a situação negativa trazida pelas mudanças acima descritas, se a década de 1970 havia sido consagrada como de capital importância para todo o 2º Distrito – e Seis de Agosto, em particular –, foi nela, também, que se iniciou um processo de estagnação do desenvolvimento urbanístico e econômico para esse setor de Rio Branco, em virtude de grande parte do comércio e dos serviços haver sido transferida para o 1º Distrito.

Bairro Baixada da Habitasa

O bairro Baixada da Habitasa, pelo menos no que se refere à forma de ocupação da área que lhe deu assento e à origem dos seus ocupantes, possui analogias com o que se verificou no bairro Seis de Agosto. É um prolongamento do bairro Habitasa, e foi ocupado na década de 1990 por migrantes provenientes da desarticulação de parte da economia do Estado do Acre, baseada no extrativismo e na pequena produção agrícola.

Não bastasse o fato de a área ter sido ocupada de maneira desordenada – o que por si só dificulta intervenções, com vista a melhorias infraestruturais –, a ausência de políticas públicas, verificada ao longo dos anos, foi fator decisivo para que as condições de habitabilidade atingissem o nível de precariedade de tal ordem que coloca seus moradores em situação de vulnerabilidade social, embora a organização comunitária se apresente bastante dinâmica, com sede da Associação de Moradores e outras formas organizativas como igrejas, comunidade escolar e entidades da sociedade civil (ACRE, 2013, 2014).

Em que pesem as dificuldades operacionais, relacionadas com a própria condição física e de localidade do bairro Baixada da Habitasa, é pertinente afirmar que o tratamento no tocante às políticas públicas a ele dispensadas ao longo dos anos não foi (e ainda não é) o mesmo aplicado ao seu vizinho Habitasa:

O contraste mora muito próximo, onde a sujeira, lama e buraqueira tomam conta de todas as ruas. É assim a situação de penúria que vive os moradores do bairro Baixada da Habitasa. Uma rua separa a nobreza da pobreza. As ruas são todas no barro, sem que nunca tenha sido feito um palmo de pavimentação. Diferentemente do vizinho bairro da Habitasa que possui uma estrutura razoável (OLIVEIRA, 1995, p. 3).

O tratamento diferenciado verificado entre esses dois bairros não é, senão, um reflexo histórico das políticas públicas, principalmente de natureza econômica e social, implementadas em nível nacional e que atingiram o âmbito regional, municipal e mesmo local. Política perversa, que não garante às classes sociais menos favorecidas o direito aos mesmos espaços urbanos dos mais afortunados, dotados de arruamento pavimentado, água potável, esgotamento sanitário e rede de drenagem.

Nesse contexto, o Baixada da Habitasa se caracteriza por apresentar uma população em situação socioeconômica nada satisfatória, conforme se pode constatar com base no prévio diagnóstico socioeconômico, cujas informações foram colhidas por intermédio de um questionário aplicado pela Secretaria de Estado de Habitação e Interesse Social (SEHAB) a 223 famílias que habitam áreas insalubres e de risco dos bairros Cadeia Velha e Baixada da Habitasa, as quais representam 11,81% do total (1.888) das cadastradas pelo Projeto de Reassentamento (ACRE, 2013):

- 1) A primeira informação mostra que as famílias do Baixada da Habitasa não “atendem” a estrutura tradicional, com pai, mãe e filho(s), em que a figura paterna se coloca geralmente na condição de provedor, já que 70% delas têm como responsável alguém do sexo feminino.
- 2) Há uma predominância expressiva de famílias que possuem apenas o ensino fundamental incompleto.
- 3) 83% da renda do titular corresponde a menos de um salário mínimo.
- 4) O escoamento sanitário é a céu aberto em 90% dos domicílios.

Como dados positivos, têm-se: 100% das casas que são próprias; 80% recebem água tratada fornecida pelo poder público; e 64% são atendidas pela rede coletora de lixo.

A escolha desses bairros deveu-se, principalmente, porque se caracterizam, entre os demais bairros inundáveis de Rio Branco, como uns dos primeiramente atingidos logo após o Rio Acre alcançar a cota de transbordamento e também por apresentarem a maior porção dos seus territórios ocupada pelas águas.

Tais informações podem ser verificadas nos registros da Divisão de Informações e Georreferenciamento, datados de 20 de fevereiro de 2012, quando o Rio Acre atingiu a cota de 16,64m e o Baixada da Habitasa teve 87,6% de sua área inundada, envolvendo 503 imóveis, e o Seis de Agosto, 43,0% coberto pelas águas e 1.211 imóveis por elas atingidos (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO, 2013).

Levou-se, ainda, em consideração para a escolha desses bairros o fato de estar cada um deles assentado em um dos dois distritos da cidade de Rio Branco, sendo o Baixada da Habitasa no 1º Distrito e o Seis de Agosto, no 2º.

De importância aparentemente insignificante, se o Seis de Agosto, apesar de ser um dos bairros mais antigos da capital, parece bem representar o descaso a que o distrito em que está assentado foi relegado nos últimos anos pelo poder público, o Baixada da Habitasa apresenta aspectos bastante dissonantes no que se refere aos cuidados relativos à infraestrutura urbana dispensada ao conjunto do distrito, que o acolhe, tanto pelo Estado quanto pela prefeitura,

nomeadamente na sua parte mais central, haja vista se localizarem aí os principais órgãos governamentais, o comércio e algumas moradias de elevado padrão.

Considerando o enunciado imediatamente acima, era de se supor que o bairro Seis de Agosto estivesse, em comparação com o Baixada da Habitasa, mais suscetível ao acolhimento de política pública de saneamento para essas áreas inundáveis, calcada na remoção de seus moradores para habitações de interesse social. O que a pesquisa de campo revelou, entretanto, foi que, pelo menos para os dois bairros em questão, os fatores culturais e econômicos tiveram pesos diferenciados entre a “escolha” da permanência ou da retirada das áreas inundáveis.

As bases teórico-conceituais da tese

Partindo-se da representatividade que as condições de produção de borracha tinham para os seringueiros (tanto no que se refere ao ambiente material quanto às próprias relações de produção) e as inundações ainda têm para o acriano – e mais precisamente para o rio-branquense –, as bases teórico-conceituais da tese fundamentam-se principalmente no conceito de risco, sendo que, de acordo com o desenvolvimento das discussões sobre suas diversas dimensões, este seja complementado com outros conceitos que lhe são adjacentes, tais como vulnerabilidade, desastres, justiça ambiental e resiliência.

Utiliza-se ainda a categoria de território, mas, desta feita, para fundamentar apenas os artigos da segunda parte e com maior importância para o primeiro deles (artigo 4), uma vez que as áreas de riscos relacionadas com as inundações em Rio Branco não são senão o que Haesbaert (2004) denomina de "territorialização precarizada", ou seja, territórios que vão se constituir por parte dos que são expropriados dos campos – ou, no dizer de Fanon (1968), dos “condenados da terra” – e vão para as periferias urbanas ocupar espaços que ainda não estão sob o domínio do capital especulativo.

Tais territórios, na verdade, são o reflexo do tipo de processo de reterritorialização capitalista e sua conseqüente mudança no uso da terra no decorrer do tempo histórico acriano/rio-branquense.

Tal processo, além de problematizar de maneira mais profunda o tema da justiça ambiental, explica, em parte, por exemplo, a diferença de comportamento entre os moradores dos bairros Seis de Agosto – um dos mais antigos da cidade de Rio Branco - e Baixada da Habitasa - de

ocupação mais recente –, no tocante às políticas públicas de saneamento previstas para as áreas inundáveis da capital do Acre.

O conceito de risco vem sofrendo alterações ao longo do tempo e se processa de maneira diferenciada de acordo com determinada matriz teórico-disciplinar, de grupos ou indivíduos com ele envolvidos (especialistas ou não acadêmicos) e dadas as condições socioeconômicas e culturais prevalentes no momento histórico de sua construção.

Para Mendes (2014), o conceito de risco, no seu sentido original, era neutro e referia-se a uma probabilidade aumentada de um evento ocorrer.

Uma análise mais acurada sobre o referido conceito e sua relação com o ambiente só se processa a partir da década de 1970, com o surgimento da sociologia ambiental, principalmente no meio acadêmico norte-americano (BUTTEL, 2001).

Tem-se, a partir de então, uma compreensão mais sistematizada e quantitativa de risco em virtude da sua relação com os seguintes elementos: ameaça, vulnerabilidade e exposição. Partindo dessa premissa, um conceito básico de risco pode ser descrito como sendo “[...] um produto entre a probabilidade de um evento e o respectivo dano.” (GRACIOSA, 2010, p. 6). Nessa direção, o triângulo do risco (Figura 7), proposto por Crichton e Mounsey (1997), é largamente utilizado, considerando sua simplicidade de compreensão e eficiência analítica (GIUNTOLI, 2008).

Figura 7: Triângulo do risco



Fonte: Andrade, 2006; adaptado de Chichton and Mounsey, 1997 apud Giuntoli, 2008.

O princípio básico de estimação de risco em Crichton e Mounsey (1997) é dado segundo a área de um triângulo, cujos lados são compostos pelos elementos acima mencionados, sendo que basta uma alteração, para mais ou para menos, em um deles para que haja, proporcionalmente, uma alteração do risco.

O risco, então, é convencionalmente expresso matematicamente pela seguinte fórmula: Risco = (ameaça) x (vulnerabilidade) x (exposição), em que por *ameaça* compreende-se, na concepção de Castro (1999, p. 9):

[...] estimativa de ocorrência e magnitude de um evento adverso ou acidente determinado, expressa em termos de:

- Probabilidade estatística de concretização do evento.
- Provável magnitude de sua manifestação.

Já a *vulnerabilidade* pode ser descrita como as “[...] condições determinadas por fatores ou processos físicos, sociais, econômicos e ambientais que aumentam a suscetibilidade e exposição de uma comunidade ao impacto de ameaças.” (ESTRATÉGIA..., 2004).

E *exposição*, numa perspectiva mais física e material, “[...] está relacionada à proximidade geográfica do sistema ao evento iminente.” (GRACIOSA, 2010, p. 7).

Aplicando-se o triângulo do risco aos dois grandes cenários envolvidos nesta tese, sendo o primeiro o Acre dos fins do século XIX (mais precisamente 1870) até os anos 30 do século XX, e o segundo a cidade de Rio Branco contemporânea, com uma análise direcionada para as políticas públicas de saneamento para seus territórios inundáveis, têm-se:

- Primeiro cenário – o risco aos seringueiros, representado pela possibilidade do acometimento por doenças infecciosas, com destaque para a malária, poderia ser estimado em grau elevado, considerando o que segue: (i) a *ameaça* era probabilisticamente elevada, tendo em vista a presença massiva do mosquito causador da doença na região produtora de borracha, podendo infectar grande massa de trabalhadores; (ii) a *vulnerabilidade* seria também elevada, já que os extratores da borracha não contavam com uma política sanitária pública nas regiões produtoras. Estavam esses extratores desprotegidos devido, entre outros fatores, à falta de aparatos de proteção, sejam mecânicos (mosquiteiro, por exemplo, que provocasse o

isolamento entre o agente transmissor e o potencial receptor) ou medicamentosos (quinina, no caso, capaz de evitar a infecção ou mesmo promover a cura); (iii) a *exposição* era direta, uma vez que a região ameaçada pela malária era a mesma em que estavam assentadas as árvores lactíferas.

Neste primeiro cenário, a percepção que se tem do risco, de maneira mais geral, associa-se ao processo econômico de produção da borracha nativa nos seringais acrianos. Não que a produção em si fosse potencialmente perigosa, mas que fatores exógenos a ela elevavam consideravelmente o risco de seus produtores mais diretos (os seringueiros) serem expostos a doenças e aos perigos potenciais e próprios do cenário da produção (os seringais). A análise do risco, portanto, está mais voltada para a saúde-doença do produtor, para a observação das relações entre o ambiente e a saúde humana, evidenciando como fatores e processos exógenos a esses dois campos de análise mediavam esses riscos.

De maneira mais particular, há que se destacar que, no “macro” período do cenário em discussão, os seus primeiros 33 anos (1870 a 1903) – quando o Acre ainda pertencia à República da Bolívia – foram marcados pela total ausência do poder público nas áreas produtivas da borracha. Em função disso, a análise que se faz do risco (vide primeiro artigo) se baseia em relatos dos próprios extratores, registrados principalmente na historiografia local e nas observações de pesquisadores da época.

Nesse contexto, embora tenha havido uma diferenciação de classes explorando o mesmo ambiente produtivo – representado por seringalistas e, majoritariamente, seringueiros –, a análise que se faz do risco não se dá, por razões óbvias, na perspectiva da justiça/injustiça ambiental.

Entretanto, procura-se demonstrar que, justamente por haver essa diferenciação de classe, além de os lucros da produção não se efetivarem de maneira homogênea, os riscos dela provenientes (ou melhor, do ambiente produtivo) se processavam também de maneira diferenciada, em que cabia aos seringueiros a maior carga negativa de *ameaça*, *exposição* e, conseqüentemente, *vulnerabilidade*. Demonstrar também que, na tarefa de fabricação de borracha, foram as condições de riscos, representados pela falta de higiene e salubridade, o que menos importou, e que a infraestrutura então existente era suficiente e necessária para a produção e a reprodução extrativista.

Já no período que cobre os anos de 1904 a 1930, evidencia-se que a presença dos poderes públicos local e nacional não foram suficientemente capazes, por razões de ordem política e econômica, de promover um aumento na capacidade de resiliência do Território Federal do Acre frente aos riscos relacionados com “as doenças que pegam”, apesar de o referido território se configurar como uma das regiões malarigênicas de maior letalidade e de mais intensa e mais generalizada morbidade e, por conseguinte, se enquadrar dentro da consciência da “interdependência sanitária”, consolidada no Brasil no início da década de 1920.

- Segundo cenário – são vários os riscos a que os moradores dos territórios inundáveis de Rio Branco estão expostos, podendo ir de um simples dano material à perda total de sua moradia ou de uma leve alergia à morte por leptospirose, provocadas pelo contato com a água da inundação contaminada por esgoto e urina de rato. Como interferir nos elementos (*ameaça, vulnerabilidade e exposição*) relacionados a esses riscos de modo a mitigá-los? (i) Sendo as inundações a causa primeira dos riscos, há que se admitir, de modo geral, que elas, considerando a série histórica de suas ocorrências, devem ser tratadas como uma *ameaça* de periodicidade probabilisticamente definida, uma vez que, com maior ou menor intensidade, vêm se verificando todos os anos. Por essa razão, são presumíveis e possíveis de ser controladas. Nesse sentido, poder-se-ia pensar, por exemplo, em ação mais radical na bacia hidrográfica do Rio Acre, com obras de engenharia hidráulica que pudessem conter os picos de inundações. E foi exatamente isso que o poder público estadual local propôs como uma das dez obras previstas no seu Plano Plurianual 2012/2015. Entretanto, “[...] o projeto foi vetado pelo Governo Federal.” (ACRE, 2011). Impossibilitado de atuar de forma mais direta com vista à tentativa de contenção do problema, resta ao poder público enfrentá-lo por outras duas perspectivas: concomitantemente promover políticas públicas que visem a redução de exposição ao risco provocado pelas inundações (por exemplo, removendo a população para conjuntos habitacionais de interesse social) e aumentar a capacidade de resiliência dos moradores dos territórios inundáveis, tendo-se como medidas a implantação de um sistema de alerta e de como se preparar para enfrentar a chegada das águas (ANDRADE, 2006). (ii) A sazonalidade de ocorrência das inundações em Rio Branco (todos os anos), aliada à forma como elas se processam (lenta e gradual), é, por si mesma, um fator positivo no que se refere à *vulnerabilidade* dos moradores dos

territórios inundáveis, pois não só tem promovido entre eles uma forma própria de lidar com o problema ao longo do tempo como vem permitido ao poder público garantir uma evacuação de certa forma planejada e segura¹⁰ mediante ações preconizadas, através do Plano de Contingência Operacional de Enchentes (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO, 2013). Entretanto, as variáveis socioeconômicas e culturais ainda se mostram de fundamental importância na análise do risco provocado pelas inundações em Rio Branco quando associado à *vulnerabilidade* a que os moradores a ele estão expostos, uma vez que, como se terá oportunidade de relatar ao longo da tese, o enfrentamento ao risco e a percepção acerca do seu significado se processam de maneira diferenciada, justamente de acordo com essas variáveis. (iii) Entre os três elementos relacionados com os riscos provocados pelas inundações, atribui-se à *exposição* a que os moradores estão a eles submetidos o ponto de discussão mais significativo, mesmo porque as percepções sobre as políticas públicas, sejam por parte de gestores, sejam por parte dos moradores, se voltam, primordialmente, para a exposição a esses riscos.

Não se pretende dizer com isso que os outros dois elementos passam despercebidos na análise. Entretanto, se no caso da *ameaça*, considerando o elevado grau de probabilidade de as inundações ocorrerem todos os anos, e conhecida a magnitude das cotas atingidas pelas águas, aquele fenômeno sionatural é tido como algo esperado e controlável, apesar dos prejuízos causados; quanto à *vulnerabilidade* a essas inundações, aliada ao elemento anterior, já faz parte do planejamento público (tanto municipal quanto estadual) – consolidado, por exemplo, no Plano de Contingência Operacional de Enchente, elaborado anualmente pelo município de Rio Branco – e da dinâmica de enfrentamento do fenômeno das inundações por parte dos moradores.

A percepção da *exposição* aos riscos provocados pelas inundações, no entanto, diverge entre gestores e moradores, e mesmo entre estes últimos, dependendo da situação política,

¹⁰ Como se discute no último artigo da segunda parte, a inundação ocorrida em Rio Branco em fevereiro de 2015 quebrou um pouco com essa lógica, pois, se por um lado os próprios moradores não queriam sair das residências, “apostando” que a cota da maior inundação até então registrada (17,66m, em 1997) não seria ultrapassada, por outro os poderes públicos se viram às voltas com a falta de capacidade de atender a todos os inundados com maior agilidade, já que, apesar de haverem previsto uma inundação de grande magnitude, não haviam se preparado para uma cota de 18,40m.

socioeconômica e cultural que os envolve. De modo que nas gestões estaduais e municipais atuais, a política de enfrentamento que vem sendo adotada, pelo menos para os territórios inseridos dentro das cotas 14,90m e 16,00m, considerados de risco iminentes no tocante às inundações e deslizamentos, é de remoção da população neles residentes para habitações de interesse social (HIS). Junto aos moradores, há uma distinção clara entre os que apoiam a política pública da remoção e aqueles que preferem continuar no território inundável, mas com a garantia de intervenções públicas com vista à melhoria da sua infraestrutura.

A discussão do risco, aqui, assume uma perspectiva mais voltada para a justiça ambiental, ao considerar que é na disputa desigual pelo solo tipicamente urbano que os pobres tendem a ocupar áreas consideradas impróprias para a moradia.

Desse modo, os três artigos que compõem a segunda parte da tese se voltam para uma análise mais pontuada da exposição dos moradores dos territórios inundáveis de Rio Branco ao fenômeno sicionatural das inundações que lhes fustigam todos os anos. Análise que confronta a posição das duas principais categorias sociais envolvidas na questão – moradores e gestores –, buscando evidenciar como cada uma delas enxerga o risco a partir das próprias convicções.

Apenas como forma de exemplificar, observe-se a relação que o poder público estabelece entre os riscos de inundações e a população residente nos territórios inundáveis:

O processo desordenado de ocupação do solo no Município de Rio Branco, sem nenhuma forma de planejamento ou de respeito ao Plano Diretor Municipal acabou por tornar essas áreas como sendo de alto risco de inundação e de enchentes (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO, 2013, p. 7).

Destaca-se nessa afirmativa que, para além de estabelecer uma inversão quanto à origem das inundações em Rio Branco – que claramente se sabe mais naturais e menos antrópica (degradação ambiental e ameaças tecnológicas) –, o poder público atribui a forma de ocupação das áreas inundáveis à responsabilidade pelo alto risco de elas ocorrerem.

Há que se admitir a existência de uma distância significativa entre uma compreensão de que determinada população tenha ocupado um espaço onde, por razões de ordem natural, já se configurava como de perigo (e não de risco – pelo menos de grau elevado!) relacionado com

as inundações, e outra de que foi pela situação posta e a forma como se dera a própria ocupação que o espaço se tornou suscetível a risco decorrente desse tipo de fenômeno.

Cabe aqui uma digressão para esclarecer que existe uma diferenciação entre os termos “risco” e “perigo”, ou *hazard*, como utilizado na língua inglesa. Assim, o risco se caracteriza pela combinação da probabilidade de ocorrência e da consequência de um determinado evento perigoso, ao passo que o perigo pode ser representado por qualquer situação potencialmente causadora de danos. Dito de forma mais pontual, o perigo é dado pela sua fonte geradora, enquanto o risco é a exposição a essa fonte (VANNEUVILLE et al., 2011).

Por essas razões, mesmo utilizando-se o triângulo do risco na presente pesquisa, a expressão matemática dele decorrente deverá ser coadjuvada com ensinamentos mais relacionados às questões sociais de risco, com especificidade para aqueles dedicados às populações pobres, vivendo em condições insalubres.

Até porque, no momento mais atual, o conceito de risco assume, segundo Areosa (2008), perspectivas distintas no contexto da teoria social, tendo-se como as principais delas a perspectiva culturalista, a abordagem sistêmica, a governança do risco e o modelo da sociedade de risco, sendo que esta última interessa mais de perto não só pelo impacto social, que causou na sua fase inicial de discussão, mas também pelas contradições que existem entre alguns de seus argumentos e parte dos conceitos utilizados nesta tese como eixos teóricos, que permitiram perceber a realidade empírica.

O conceito de risco ganhou destaque na perspectiva da teoria social contemporânea, ao ser (re)discutido tanto por Anthony Giddens (1996, 2000) quanto por Ulrich Beck (1996, 1997a, 1997b, 2004), tendo como principal pressuposto o fato de que os riscos são globais e “democráticos”, em que, para além de extrapolarem as fronteiras dos estados-nação, atingem, de maneira indistinta, diferentes classes sociais e econômicas.

De maneira mais particular, comunga-se com a ideia de que o caráter alarmista do conceito de risco em Beck pode, por ele próprio, ao supervalorizar o “risco global”, desviar o foco dos “riscos locais”, sugerindo, principalmente ao poder público, subvalorizá-los e, por essa razão, deixar de cumprir suas responsabilidades de, senão gerenciar os riscos, ao menos garantir o aumento da resiliência frente a eles.

Fato é, entretanto, que os riscos locais se materializam às vezes em tragédias¹¹ de grandes proporções e que podem ser responsáveis por danos socioeconômicos e ambientais de toda ordem. Quando não provocam o aniquilamento de vidas humanas e animais, destroem bens móveis e imóveis e demandam vultosas somas de recursos aos cofres públicos na reconstrução dos ambientes envolvidos.

Mas, voltando à questão da democratização dos riscos, tem-se que é justamente nesse quesito no qual repousa uma das críticas mais severas na conceituação de sociedade de risco, ou melhor, da teoria da sociedade global de riscos em Ulrich Beck, à medida que, para ele, numa situação de eventos ambientais extremos, todos estão vulneráveis, independentemente da classe ou de outro elemento de diferenciação social; “os riscos são democráticos, afetando nações e classes sem respeitar as fronteiras de nenhum tipo.” (GIUVANT, 2001).

Apesar de não se banalizarem os ensinamentos da teoria da sociedade global de riscos como um todo, julga-se que a democratização dos riscos preconizada por Beck se configura como uma das suas proposições mais discutíveis, porque ela não se coaduna com os pressupostos de justiça ambiental, com os quais se compartilha e também se utiliza para abalzar os temas aqui discutidos, em referências como Acselrad, 2004, 2010; Cartier et al., 2009; Herculano, 2008; Maantay; Maroko, 2011; Martínez-Alier, 2012; Walker; Burningham, 2011. E não se coaduna simplesmente porque, se o conceito da sociedade de risco de Beck fundamenta-se numa “relativa igualdade de risco”, é precisamente nesse aspecto que repousam os preceitos da justiça ambiental, à medida que esta compreende que os danos ambientais não são distribuídos homoganeamente a toda a sociedade, pois, sendo dividida em classes desiguais, do ponto de vista econômico e social, a maior carga das consequências ambientais negativas é destinada às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (HERCULANO, 2008). Acrescente-se que a distribuição desigual dos riscos ambientais também se processa em um nível mais global entre países.

Nesse quesito, as formulações de Joan Martínez-Alier certamente apresentam-se como uma das referências relevantes nessa discussão. O autor destaca as correntes ambientalistas que dominam o movimento ecologista ou ambientalista global, quais sejam:

¹¹ Numa perspectiva geográfica, Nunes (2009) assevera que desastres expressam a materialização dos riscos.

A do culto ao silvestre (ou do ‘mundo selvagem’) e de forma cada vez mais enfática, pelo credo da ecoeficiência. Não obstante, uma terceira corrente, conhecida como ‘justiça ambiental’, ‘ecologismo popular’, ou ‘ecologismo dos pobres’ está em crescimento, consciente de si mesma (MARTÍNEZ-ALIER, 2012, p. 15).

Destaca-se a seguir, de maneira bastante resumida – embasada livremente nos ensinamentos de Martínez-Alier, mas acrescida de alguns comentários pessoais –, a principal proposta política da justiça ambiental, inclusive relacionando-a com exemplos concretos de movimentos ocorridos no Acre, considerando que somente ela se alinha a uma perspectiva social, base fundamental das discussões levantadas nesta tese, nas quais se busca relacionar o princípio da justiça ambiental com a percepção de risco.

Justiça ambiental

Estudado pela ecologia política, a corrente denominada de ecologismo dos pobres, ecologismo popular, ou movimento por justiça ambiental, vem se colocando potencialmente como a corrente mais significativa do ecologismo, “[...] se convertendo em uma força poderosa em favor da sustentabilidade.” (MARTÍNEZ-ALIER, 2012, p. 18). Entretanto – e lamentavelmente – a corrente mais forte do ecologismo ainda é a corrente dominante, já que sistematiza as abordagens sobre a ecologia nos estudos de impactos ambientais, em assessorias à agências financeiras internacionais e nacionais.

O movimento pela justiça ambiental nasce de conflitos ambientais ocorridos em nível local, regional, nacional e global, provocados pelo crescimento econômico e pela desigualdade social.

A principal proposta política dessa corrente é vista por Martínez-Alier (2012) tanto como um fator positivo quanto uma debilidade, pois, por priorizar os seres humanos pobres de hoje, detentores de direito ao meio ambiente, como condição para a subsistência, acaba por negligenciar os direitos das demais espécies e futuras gerações de humanos. Ademais, sua ética, diferentemente dos fundamentos éticos e estéticos da corrente do culto ao silvestre, nasce de uma demanda por justiça ambiental contemporânea entre os homens.

Assinala o ecologismo dos pobres que “[...] muitas vezes os grupos indígenas e camponeses têm coevolucionado sustentavelmente com a natureza e têm assegurado a conservação da biodiversidade.” (MARTÍNEZ-ALIER, 2012, p. 34).

É de bom alvitre referir que o movimento pela justiça ambiental tem fornecido exemplos de “ciência participativa”, em que os saberes populares são compartilhados com os conhecimentos técnicos, como no caso dos países do Terceiro Mundo, em que “[...] a combinação da ciência formal com a informal [...] caracteriza a defesa da agroecologia tradicional de grupos camponeses e indígenas [...]” (MARTÍNEZ-ALIER, 2012, p. 36).

Trazendo a discussão da justiça ambiental para o Brasil, pode-se começar afirmando que, apesar do seu potencial político elevado, dada as extremas desigualdades socioeconômicas e ambientais aí existentes (HERCULANO, 2008), ela é inegavelmente nova no campo teórico e acadêmico:

O marco inicial de sistematização e divulgação da problemática referente à Justiça Ambiental foi a coleção intitulada ‘Sindicalismo e Justiça Ambiental’, publicada em 2000 pela Central Única dos Trabalhadores (CUT/RJ), em conjunto com o Ibase e o Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano (Ippur) da UFRJ, e com o apoio da Fundação Heinrich Böll (HERCULANO, 2008, p. 7).

Evidencia-se, no entanto, que essas formulações de cunho teórico, acadêmico e político foram materializadas em bases concretas, em “[...] um conjunto de ações e movimentos sociais no país que podem ser identificados como de busca por ‘Justiça Ambiental’, mesmo que sem o uso dessa expressão.” (HERCULANO, 2008, p. 5). Nesse particular, respeitadas as devidas diferenciações socioeconômicas e culturais, bem como a própria natureza do problema, essas ações e movimentos sociais que se registraram em muito se assemelhavam às praticadas nos Estados Unidos da América, uma vez que tanto naquele país como no Brasil elas estavam relacionadas à busca por uma distribuição equitativa dos bens naturais, com a ressalva de que os movimentos brasileiros por justiça ambiental não foram levados a efeito nos termos de um racismo ambiental.

Observa-se que, no caso da justiça ambiental americana, a literatura define como marco histórico o episódio em que moradores de classe média-baixa descobriram, a partir de 1978,

que haviam sido assentados em um conjunto edificado em um canal aterrado com dejetos químicos industriais e bélicos – Love Canal, Niagara, Estado de Nova York (LEVINE, 1982; GIBBS, 1998) –, o que provocou, pouco tempo depois, o desencadeamento de novas descobertas de aterros contaminados com resíduos químicos perigosos localizados junto às populações pobres afro-americanas e latinas moradoras nos Estado Unidos, e os consequentes protestos nacionais por elas praticados contra o que denominavam de “racismo ambiental”.

Já quanto à questão da justiça ambiental brasileira, ela se faz representar de maneira mais sólida por embates desencadeados no fim da década de 1970, como é o caso, por exemplo:

Do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) que acusa a economia do setor elétrico de rentabilizar seus investimentos pela expropriação do ambiente dos atingidos e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que questiona a noção corrente de produtividade, sustentando que não é “produtiva” a terra que produz qualquer coisa a qualquer custo, acusando a grande agricultura químico-mecanizada de destruir recursos em fertilidade e biodiversidade, e, assim, descumprir a função social da propriedade (ACSELRAD, 2010, p. 106).

Outro exemplo bastante significativo, que, apesar de mais localizado, repercutiria em nível nacional e internacional, diz respeito a dois grandes movimentos envolvendo os seringueiros do Acre. Relaciona-se o primeiro com o avanço da fronteira agropecuária proveniente do Centro-Sul do Brasil e a consequente desarticulação dos seringais acrianos; o segundo, com a onda migratória desencadeada pelo processo anterior e o consequente “inchamento” das cidades do Acre.

É fato sacralizado na historiografia acriana que, da vigência do segundo surto da produção gumífera até a segunda metade do século XX (mais especificamente em fins da década de 60 e início da de 70), a região acriana gozava certa estabilidade econômica voltada para o extrativismo. No entanto, o processo de modernização econômico preconizado no Brasil em fins de 1950 se fez refletir no Acre, tendo como desfecho uma imensa corrida de médios e grandes investidores do Centro-Sul para esse setor da Amazônia, instigados que foram pelas propagandas de vendas das terras acrianas pelo governo local (OLIVEIRA 1985; SILVA, 1982).

Em uma perspectiva econômica adversa daquela até então praticada no Acre, a frente de expansão capitalista, que chegara àquele Estado na década de 1970, passou a substituir as atividades produtivas tradicionais pela agropecuária, os seringais nativos pelas fazendas, os seringueiros pelos peões.

O processo em tela ocasionou, além de mudanças ambientais significativas, com a substituição da floresta pela pastagem (NUNES, 1991), a desestruturação social devido à monopolização da terra e a violência contra milhares de seringueiros, agricultores e outras categorias sociais tradicionais. No que se refere a esta segunda questão, é importante deixar claro que:

O processo de “limpeza” dos seringais nativos, no entanto, não fora travado, como registra uma parte significativa dos trabalhos que tratam dessa discussão, na versão de um dualismo expulsão/conformismo, mas a partir da perspectiva de um dualismo expulsão/resistência, em que os trabalhadores da floresta, cientes do que representava a perda da posse da área em que habitavam e a mudança da forma tradicional de lidar com a mesma, buscaram, de forma organizada, impedir a expulsão e o desmatamento, bem como garantirem, dentre outras conquistas, a legitimação da terra e as benfeitorias nela efetivada ao longo de várias décadas. (ALMEIDA NETO, 2004, p. 36).

A “forma organizada” que o texto acima menciona se refere principalmente ao fato de que, já em 1975, a representação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) no Acre havia institucionalizado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia (STR/Brasileia), por iniciativa dos agricultores daquele município, o qual iria se constituir num exemplo a ser seguido na defesa dos direitos desses trabalhadores em todo o Estado (SOUZA, 1996).

Quanto à expressão “impedir a expulsão e o desmatamento”, consistia em ações concretas dos seringueiros, em que ocupavam o local a ser desmatado – por eles mesmos denominadas de “empates”¹² (de empatar, de impedir as derrubadas de florestas) –, principalmente como

¹² Informações acerca dos empates podem ser encontradas, entre outras fontes, em jornais locais das décadas de 1970 e 1980, como O Varadouro, Nós Irmãos, A Gazeta e O Rio Branco, com destaque para os dois

forma de garantir a continuidade da exploração da borracha e de outras atividades extrativas (castanha, por exemplo) e da cultura de uma produção agrícola de ciclo curto, como feijão, milho, arroz e mandioca (SOUZA, 1996).

Mas deve-se deixar que o próprio sindicalista rural e ativista ambiental brasileiro de maior expressão no processo de defesa da floresta e da garantia da posse dos seringais nativos do Acre, Francisco Alves Mendes Filho (o Chico Mendes) – que ganhou notoriedade internacional por sua luta ecológica –, expresse o que ele conceituava como “empates”:

É uma forma de luta que nós encontramos para impedir o desmatamento. É forma pacífica de resistência. No início, não soubemos agir. Começavam os desmatamentos, e nós, ingenuamente, íamos à Justiça, ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e aos jornais denunciar. Não adiantava nada. No empate, a comunidade se organiza, sob a liderança do sindicato, e, em mutirão, se dirige à área que será desmatada pelos pecuaristas. A gente se coloca diante dos peões e jagunços, com nossas famílias, mulheres, crianças e velhos, e pedimos para eles não desmatarem e se retirarem do local. Eles, como trabalhadores, a gente explica, estão também com o futuro ameaçado. E esse discurso, emocionado sempre gera resultados. Até porque quem desmata é o peão simples, indefeso e inconsciente (MARTINS, 1988, p. 9).

Os empates (ou tentativa de) não foram poucos – de março de 1976 até a data da entrevista que concedera ao *Jornal do Brasil*, em 1988, Chico Mendes garantiu que os seringueiros do Acre já haviam realizado um total de 45 empates, sendo que sofreram 30 derrotas e obtiveram 15 vitórias – e ocorreram principalmente nos municípios de Xapuri e Brasileia.

O empate mais tenso da história do Acre ocorreu em 14 de maio de 1988, quando policiais e jagunços preparavam-se para entrar nas comunidades de Xapuri. Chico Mendes e outros seringueiros já haviam esgotado todos os argumentos para tentar evitar um conflito. Partiu de Marlene Mendes, prima de Chico, uma proposta inusitada: colocar as crianças e as mulheres à frente dos homens para defender a floresta da qual tiravam o sustento e partir ao

primeiros, não só pelo volume de informações, mas pelo compromisso incondicional à causa seringueira, bem como pela riqueza de detalhes ao registrarem numerosos conflitos pela posse da terra, envolvendo fazendeiros e seringueiros, inclusive com relato de mortes de ambos os lados, mas com desvantagem alarmante para estes últimos.

encontro da polícia e dos jagunços. Assim que os encontraram, os moradores cantaram o Hino Nacional (AGÊNCIA BRASIL, 2015).

Para além do objetivo político, os empates visavam a desapropriação das áreas ocupadas por fazendeiros e, finalmente, a criação de Reservas Extrativistas (RESEX), vista pelos trabalhadores rurais acrianos como a única forma de preservação da Amazônia e a garantia da manutenção da produção econômica florestal em bases sustentáveis.

As reservas extrativistas no Brasil – apesar de algumas críticas, tecidas principalmente no meio acadêmico – se consolidaram como um legado importante em termos de justiça ambiental, à medida que garantiram a manutenção e o usufruto da terra a inúmeros trabalhadores enquanto regularização jurídica das áreas ocupadas tradicionalmente.

No caso do Acre, mais de uma dezena de reservas extrativistas já foram criadas – beneficiando seringueiros, castanheiros, agricultores, enfim, as mais diversas categorias de produtores florestais, comprometidas na não realização de atividades predatórias –, destacando-se, entre elas, a Reserva Extrativista Chico Mendes, que, além do caráter simbólico, impressiona pelos seus dados numéricos: os 46 seringais que a compõem, abrigando cerca de 10 mil pessoas, totalizam uma área de 931.537,14 hectares, abrangendo os municípios de Rio Branco, Capixaba, Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia, Xapuri e Sena Madureira (ICMBio, 2015; PORTAL BRASIL, 2015)

As reservas extrativistas, entretanto, não foram suficientes para acolher os milhares de produtores expulsos da floresta pela intervenção do capital agrário, até por haverem sido criadas “tardamente” em relação à fase mais aguda do processo de expulsão. Desse modo, seringueiros/posseiros se dirigiram para as cidades do Acre em busca de alternativas de sobrevivência, tendo-se Rio Branco como aquela que mais atraiu os exodistas rurais, considerando suas melhores condições estruturais. Uma vez nesses espaços, os migrantes se viram obrigados a enfrentar a justiça e a polícia, na tentativa de garantir a posse dos terrenos devolutos que ocuparam, os quais geralmente estavam localizados na periferia e às margens do Rio Acre, sujeitos às alagações periódicas.

A exemplo do que ocorrera durante a expropriação dos seringais, os enfrentamentos, com vista a garantia da posse dos terrenos ocupados nas cidades, foram muito violentos, conforme

se pode resgatar de uma reportagem publicada no jornal Varadouro, a qual reproduz-se, em parte, a seguir:

O governador, em pessoa, esteve na véspera no local [refere-se ao hoje bairro Triângulo Novo]. Desceu do carro, andou um pouco – ‘ele até riu, mas nós não entendemos se ele ria de nós ou ria pra nós’ – lembra ainda um dos moradores. No dia seguinte, porém, eles entenderam o riso do governador: chegaram cerca de 30 soldados da Polícia Militar, armados de cassetetes, revólveres e metralhadoras e sem qualquer resistência, em poucos minutos destruíram tudo, botaram fogo em algumas casas, desmantelaram outras e deram um prazo para os moradores abandonarem de vez a área [...] (POSSEIROS urbanos, 1979, p. 9).

Considerando as várias investidas da polícia, em que os ocupantes sempre levavam a pior, estes foram aos poucos se organizando e aprendendo a lidar com a situação, desencadeando um processo de resistência, de assimilação e de adaptação ao modo de vida urbano, sendo que, para tanto, passaram a contar, principalmente, com o apoio de parte da imprensa local e da Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e do Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Acre (CDDH), inclusive da representação jurídica (advogado) deste último (ALMEIDA NETO, 2004). Observa-se que, ainda com relação ao Triângulo Novo, mas, desse modo dois anos após o primeiro episódio acima relatado, a situação muda completamente:

Ameaçados de ficarem no relento, os moradores se uniram e resolveram não arredar os pés da área. Concentraram-se na entrada do bairro e não permitiram que a polícia entrasse. Enquanto isso, formaram uma Comissão para falar com o governo para pedir a retirada do aparato policial.

[...]

Ao mesmo tempo em que isso ocorria, o advogado do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Arquilau de Castro Melo, impetrava um mandado de segurança para anular o mandado de despejo expedido pelo juiz de Direito. O despejo foi suspenso, aliviando um pouco a tensão. Somente em 15 de fevereiro é que o mandado de segurança foi julgado e o Tribunal de Justiça deu ganho de causa aos moradores (TRIÂNGULO resiste às ameaças, 1981, p. 9).

Fica evidente pelo enunciado anterior que as lutas por Justiça Ambiental no Acre, no período em questão, caracterizadas pelo acesso e uso do solo urbano, buscam se materializar mais uma vez não na perspectiva do poder público, mas por iniciativa dos que dela estão, de fato, a ensejar.

Os métodos e as técnicas da pesquisa

Fazer pesquisa qualitativa nas áreas de saneamento, meio ambiente e recursos hídricos, de tradição metodológica marcadamente quantitativa, por si só já significa ter que romper com algumas barreiras academicistas. Contudo, como asseverou Rubinger (2008, p. 47):

Cabe ressaltar que as características dos dados obtidos por meio dos métodos qualitativos permitem a exposição de aspectos não revelados a partir de pesquisas de caráter quantitativo, a exemplo dos indicadores de cobertura pelos serviços de saneamento divulgados por fontes oficiais que não têm retratado as efetivas necessidades das populações e qual seria o atendimento desejável.

Essas impressões de Rubinger (2008) podem ser muito corroboradas com os ensinamentos de Bauer, Gaskell e Allum (2007, p. 24) ao afirmarem que “os dados não falam por si só, mesmo que sejam processados, cuidadosamente, com modelos estatísticos sofisticados”.

Nota-se que, no tocante à segunda parte desta tese, que versa sobre políticas públicas de saneamento em áreas inundáveis de Rio Branco, caso se direcionasse a pesquisa relativa ao tema da necessidade de remoção dos moradores de bairros inundáveis para habitação de interesse social, usando como critérios de análise apenas as informações quantitativas oficiais de risco quanto à série histórica das inundações, o percentual de imóveis submersos e os problemas provocados pelo próprio fenômeno socionatural (danos materiais e ambientais, doenças de veiculação hídrica etc.), teríamos uma indicação “cega” pela remoção para bairros como o Seis de Agosto, por exemplo, uma vez que as inundações de periodicidade anual que o atingem, cobrindo a maioria das residências, provocam toda sorte de danos ao bairro e a seus moradores.

Entretanto, a pesquisa de campo realizada nesse bairro e calcada nas entrevistas semiestruturadas revelou que um bom número dos seus moradores não é favorável à remoção,

pois, apesar de serem cômicos do risco a que são submetidos periodicamente, levam em consideração para essa tomada de decisão variáveis outras, que não somente aquelas indicadas pelos dados oficiais. Essas informações só foram possíveis porque os moradores do Seis de Agosto, assim como os de outros tantos bairros inundáveis de Rio Branco, foram tratados na pesquisa, usando-se expressões de Castelo (2014), “como sujeitos, como protagonistas”.

Falando-se nas variáveis utilizadas para a seleção dos ambientes e, por conseguinte, dos entrevistados e/ou sujeitos históricos, presentes nos documentos oficiais deles provenientes, a presente pesquisa não recorreu prioritariamente à praxe, ou à opção tradicional, onde, mesmo na pesquisa qualitativa, o objetivo “[...] é usar as variáveis padrão sociodemográficas, como gênero, idade, categoria social e alguma segmentação geográfica, por exemplo, urbano/rural.” (GASKELL, 2007, p. 69); antes, porém, primou-se pela escolha de grupos “naturais”, na perspectiva de que há uma interação conjunta de modos de vida, valores, cultura, construídos ao longo do tempo, o que lhes permite igualmente enxergar o futuro de maneira coletiva. Desse modo, na presente tese, destacam-se, pelo menos, dois grandes grupos naturais, sendo os de sua primeira parte representados pela categoria social dos seringueiros e os da sua segunda parte, por moradores de bairros inundáveis de Rio Branco.

O fato de interagirem conjuntamente como categorias sociais não leva a que os sujeitos históricos, envolvidos numa determinada pesquisa, devam ser categorizados como tendo opiniões homogêneas a respeito dos assuntos nela abordados. Em primeiro lugar, porque, se assim fosse, bastaria que em uma entrevista bem fundamentada o entrevistador fosse capaz de fazer com que o representante desse grupo rememorasse e narrasse os fatos com ela (pesquisa) relacionados, obtendo todas as informações “possíveis e críveis”. Entretanto, como assevera Portelli (1998, p. 127):

Mas não se deve esquecer que a elaboração da memória e o ato de lembrar são sempre individuais: pessoas, e não grupos, se lembram [...].

Se toda memória fosse coletiva, bastaria uma testemunha para uma cultura inteira; sabemos que não é assim. Cada indivíduo, particularmente nos tempos e sociedades modernos, extrai memórias de uma variedade de grupos e as organiza de forma idiossincrática. Como todas as atividades humanas, a memória é social e pode ser compartilhada (razão pela qual cada indivíduo tem algo a contribuir para a história ‘social’).

Ou, também, que, suficientemente, seria a opinião de apenas um personagem, expressa em documento oficial, alusivo a determinado período histórico, para que se a tomasse como sendo a opinião de outros tantos personagens com ele envolvidos. Os relatórios de governo do Acre território, por exemplo, se não são muito contraditórios, pelo menos retratam a realidade social do período de maneira diferente, dependendo de qual “ângulo” o gestor público a observava.

Ou, ainda, que no caso da pesquisa nos territórios inundáveis de Rio Branco, aparentemente apresentando as mesmas condições socioeconômicas e culturais, uma única ida a um deles para uma observação não participante demandaria a que se obtivesse a garantia de como seus moradores veem as políticas públicas, adotadas pelo poder institucionalizado para esses territórios, calcadas na remoção.

Em segundo lugar, porque “a finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas, ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão.” (GASKELL, 2007, p. 68). Mesmo porque “[...] cada pessoa serve-se dos seus próprios meios de expressão para descrever acontecimentos, práticas, crenças episódios passados, juízos...” (BARDIN, 2010, p. 90).

As três principais técnicas de coleta de informações, empregadas na pesquisa, foram a documental, a entrevista individual semiestruturada e a observação não participante¹³. Na fase analítica valeu-se, também, da análise de conteúdo. Como os três primeiros artigos estão mais voltados para a realidade da situação sanitária do território do Acre, a metodologia empregada para a consecução daqueles foi a de pesquisa documental. Já os três últimos artigos, direcionados à análise das políticas públicas adotadas para as áreas inundáveis de Rio Branco atual, mereceram, para além da pesquisa documental, o emprego de entrevistas individuais semiestruturadas e da observação não participante como técnicas de coletas de dados.

¹³ Sobre técnicas de coleta de informações empregadas em pesquisa, consultar ESTERBERG (2002); BARDIN (2010); FLICK (2004); MINAYO (2007).

A pesquisa documental

Pouco parece ser dito sobre a pesquisa documental, por caracterizar-se como óbvio, que se trata de uma técnica antiga de busca de informação, calcada em documentos, sejam eles primários ou secundários, sejam públicos ou de domínio privado.

Entretanto, é interessante assinalar que a exploração do campo documental tem sofrido modificações ao longo do tempo, em uma situação em que o pesquisador tem utilizado cada vez mais “artefatos” que antes não eram considerados como documentos (filmes, vídeos, slides, fotografias).

Não se tem por intenção fazer uma digressão histórica, com vista a relatar a evolução do que se entende por documento e tampouco das técnicas de pesquisa documental, mesmo porque tais informações estão presentes em diversos trabalhos nacionais e internacionais, como nos de Bowen (2009), Mogalakwe (2006), Pimentel (2001), Sá-Silva (2009) e Silva et al. (2009). Apesar disso, pelo menos dois recortes são feitos para destacar a passagem da aceitação do documento apenas como material escrito e como elementos resultantes de toda produção humana que possa ser utilizada na produção do conhecimento.

Pode-se associar a representação do documento como fonte escrita, no fim do século XIX com a escola positivista, já que a maioria dos historiadores desse período privilegiava a escolha e a utilização desse tipo de documento – com especificidade para os documentos oficiais – em seus registros (VIEIRA, PEIXOTO E KHOURY, 1995).

É no movimento historiográfico feito pela escola dos *Annales* – cujos idealizadores confrontavam principalmente com a história factual, política e documentalista – que o conceito de documento passa a ser fortemente modificado. Segundo Vieira, Peixoto e Khoury (1995, p. 14-15):

Para esses historiadores o acontecer histórico se faz a partir dos homens. Daí o documento histórico se produzir com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. Nesse caso, ao documento incorporam-se outros de natureza diversa, tais como objetos, signos, paisagens, etc.

Le Goff (1996, p. 10), um dos destaques da terceira geração da escola dos *Annales*, traz-nos as seguintes preocupações com relação aos documentos históricos:

Mas do mesmo modo que se fez no século XX a crítica da noção de fato histórico, que não é um objeto dado e acabado, pois resulta da construção do historiador, também se faz hoje a crítica da noção de documento, que não é um material bruto, objetivo e inocente, mas que exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro: o documento é monumento.

Entre outras lições que se pode extrair dessas preocupações de Le Goff, duas merecem destaque: a primeira de que o documento por si só não manifesta, *a priori*, a expressão da realidade, nomeadamente quando elaborado na concepção de uma sociedade, comunidade ou grupo majoritário e ditatorial ao qual se reportou, culminando por deixar um vazio espaço-temporal no processo da sua construção histórica. Os documentos, portanto, não são fruto da ingenuidade e da isenção quanto às ideias, valores e modos de vida de quem os produz.

Desse modo, não se pode acreditar no que se vê de maneira ingênua, e se algo mostrado como evidência visual levantar nossas suspeitas, deve ser conferido – corroborado com a investigação posterior, com provas testemunhais, e todo e qualquer meio que seja necessário (LOIZOS, 2007, p. 140).

A segunda, da mesma forma que o documento pode ser um “achado” importante para a construção do conhecimento, pode também constituir-se em uma “armadilha” para o pesquisador inexperiente e desatento. Bons caminhos, que levam em direção a uma análise criteriosa e isenta em documentos, podem ser encontrados na perspectiva da História Social, já que, como evidenciou Fenelon (1992, p. 14):

[...] Não se pode deixar de reconhecer que, por criticar a história construída de cima para baixo, a História Social coloca ênfase em outros sujeitos, que não reis, políticos ou parlamentares, como capazes de fazer a História, sem transformá-los outra vez em novos vilões e novos heróis. Mais preocupada com processos coletivos, com grupos voltados para o interesse geral, consegue trabalhar na direção da democratização da História podendo, em

algumas variantes, enfatizar concepções que buscam explorar as contradições de classe como suposto de suas análises.

Foi levando em conta essas preocupações que se utilizaram os documentos norteadores dos artigos componentes da parte inicial da tese, entre os quais se destacam: 1) públicos – relatórios dos prefeitos departamentais e intendentess municipais; 2) privados – jornais O Acre, Folha do Acre, O Cruzeiro do Sul e O Alto Purús; e 3) secundários – livros, dissertações, teses, artigos científicos e imagens.

Dos relatórios públicos utilizados na pesquisa, foram considerados apenas aqueles cujas gestões foram mais representativas, como as de Raphael Augusto da Cunha Mattos, José Marques Acauã Ribeiro, José Plácido de Castro, Gabino Besouro, Cunha Vasconcelos e Hugo Ribeiro Carneiro. Uma parte desse acervo, felizmente, está reunida em uma publicação de dois volumes, de responsabilidade da Gráfica do Tribunal de Justiça do Estado do Acre; outra parte é possível de consulta no Museu Universitário da Universidade Federal do Acre, no Memorial dos Autonomistas, no Museu da Borracha, nas fundações Elias Mansour (de responsabilidade do Estado do Acre) e Garibaldi Brasil (sob os auspícios da prefeitura de Rio Branco), todos localizados na capital acriana.

Para a consulta nos jornais, utilizou-se do acervo da hemeroteca digital, contido na página da Biblioteca Nacional. A pesquisa por seu intermédio se tornou prática à medida que se tem a possibilidade de consulta por palavras-chave, no conteúdo dos referidos periódicos.

Quanto às referências de cunho mais bibliográfico, a biblioteca da UFAC conta com um acervo especializado em que se podem encontrar as produções acadêmicas locais com temas relativos à Amazônia-Acre. Daí se extraíram importantes informações, embora existam poucos dados do período anterior ao Acre território.

Para os artigos científicos, a busca se deu prioritariamente no portal de periódicos da CAPES, sendo que, à medida que iam sendo identificados aqueles de interesse, guardava-os no “meu espaço” para posterior leitura e “fichamento”.

Entrevista semiestruturada

A entrevista, por si só, já se coloca como uma técnica de levantamento de informações que se diferencia bastante de outras tantas modalidades, digamos “fechadas”, utilizadas para esse

fim, tais como o questionário – apenas para citar um exemplo –, uma vez que ela permite ao pesquisador suscitar no entrevistado um cabedal de informações a respeito do que ele pensa do assunto em pesquisa¹⁴.

Em termos gerais, a entrevista pode ser tanto de forma estruturada quanto não estruturada, bem como empregada individual ou coletivamente (grupais). Gaskell (2007, p. 64) nos ensina que:

Essas formas de entrevista qualitativa podem ser distinguidas, de um lado, da entrevista de levantamento fortemente estruturada, em que é feita uma série de questões predeterminadas; e de outro lado, distingue-se da conversação continuada menos estruturada da observação participante, ou etnográfica, onde a ênfase é mais em absorver o conhecimento local e a cultura por um período de tempo mais longo do que em fazer perguntas dentro de um período relativamente limitado.

A entrevista semiestruturada individual, portanto, além dos atributos acima, se distingue – o que é óbvio – pelo seu próprio caráter estrutural e numérico, pois, quanto ao primeiro caráter, diferentemente do que ocorre, por exemplo, na entrevista de levantamento fortemente estruturada que utiliza perguntas relativas ao tema a ser abordado na relação entrevistador/entrevistado(s), faz uso, como define Gaskell (2007), de um *tópico guia*, não fechado em si mesmo e elaborado na forma de um conjunto de títulos de parágrafos, por intermédio do qual vai se estabelecendo a conversação entre pesquisador e pesquisado; já no que diz respeito ao segundo caráter, a relação se dá entre o entrevistador e um único respondente, uma interação díade (entrevista em profundidade).

Como a finalidade primeira do tópico guia é dar conta dos fins e objetivos da pesquisa, é imprescindível que o pesquisador esteja imbuído em elaborá-lo somente após a tomada de algumas medidas úteis e necessárias, como a leitura crítica da literatura, que o fundamenta teoricamente, o conhecimento prévio do campo de pesquisa e a interação do assunto com os seus pares. Essa atitude evitará que o entrevistador (de preferência o próprio pesquisador ou,

¹⁴ Uma boa descrição sobre entrevista em Ciências Sociais, além das referenciadas no presente artigo, encontra-se em Roulston (2010). Nessa obra, o leitor/pesquisador é conduzido a uma abordagem prática para entrevistar, aprendendo sobre si mesmo como entrevistador, à medida que se familiariza com as várias formas de entrevistas aplicadas a diferentes áreas do conhecimento.

no mínimo, técnicos sob sua coordenação) vá a campo, correndo sério risco de não colher os frutos de seu trabalho de maneira satisfatória, provocado pelo desconhecimento do objeto pesquisado e conseqüentemente da elaboração de um tópico guia fora da sua realidade.

A verdade é que, embora o tópico guia deva ser flexível, de modo que possa ser alterado em alguns aspectos ao longo da tomada da entrevista, em virtude, por exemplo, de fatos novos, observados no ambiente pesquisado ou de um redirecionamento da conversa para um tópico novo, considerado relevante, ele deve ser elaborado com a segurança devida que permita “[...] criar um referencial fácil e confortável para uma discussão, fornecendo uma progressão lógica e plausível através dos temas em foco.” (GASKELL, 2007. p. 67).

Um aspecto não menos importante nesse tipo de entrevista, e que, na verdade, perpassa por outras formas de abordagens, envolvendo indivíduos dispostos a conceder informações, refere-se às condições socioeconômicas, políticas e culturais dos entrevistados, os quais, mais do que essa categoria técnico-acadêmica que lhes aplicam, são pessoas dotadas de sentimentos, meios de vida, religiosidade, necessidades, enfim, valores e significados diferentes, e, como tais, precisam ser vistos e respeitados. Isso significa dizer do cuidado que se deve ter, entre outras ações, quando da elaboração dos temas-chave (títulos) que nortearão as entrevistas com “grupos subalternos” e técnicos, tomados como objeto de estudo.

Em síntese, coletar informações em forma de entrevista semiestruturada individual requer, por parte do entrevistador, um conhecimento prévio do objeto e do objetivo da pesquisa. Ter perspicácia e desprendimento o suficiente para estabelecer uma relação de confiança e segurança entre ele e o entrevistado, comumente denominado na literatura por *rappor*.

Tomadas as devidas precauções e uma vez fundamentadas de maneira teórica e metodológica, após a inundação de 2014 realizaram-se, no trabalho de campo, as entrevistas semiestruturadas¹⁵, as quais, visando responder ao que fora definido como marco teórico – guia da investigação, o que se identificou como conceitos centrais e os temas que deveriam ser discutidos –, foram abalizadas por intermédio de um tópico guia, um conjunto de títulos

¹⁵ Conforme planejado, em 2014 pretendia-se aplicar as entrevistas semiestruturadas junto aos moradores dos cenários escolhidos para a pesquisa no momento em que seus territórios se encontrassem inundados. Entretanto o projeto de pesquisa só obteve aprovação pelo Conselho de Ética em Pesquisa da UFAC (CEP/UFAC), após a ocorrência desse fenômeno socionatural.

de parágrafos cuja finalidade era, por um lado, “conduzir” o entrevistado ao tema proposto e, por outro, permitir a flexibilização do tema em assuntos a ele pertinentes, suscitados por ocasião das respostas dadas.

As entrevistas foram aplicadas a dois grupos sociais específicos: o primeiro, composto por moradores dos territórios inundáveis, representados pelos cenários previamente definidos (Seis de Agosto e Baixada da Habitasa), e o segundo, formado por representantes dos poderes públicos estadual e municipal diretamente envolvidos com a questão do saneamento relacionada com as inundações.

Para ambos os grupos sociais, teve-se que usar algumas estratégias no sentido de romper as barreiras postas para a concessão das entrevistas. Desse modo, para o primeiro, com especificidade para o bairro Seis de Agosto, contou-se com a contribuição efetiva da moradora Maria de Lourdes Almeida¹⁶ – dada a sua condição de ter nascido e permanecer até hoje ali –, não só para percorrer com segurança as ruelas e becos do bairro, como também para “convencer” os moradores de que o trabalho que estava a se desenvolver não dizia respeito às intervenções do poder público, já que um número significativo deles, contrário à política de sua remoção para outro território, não via com bons olhos a presença de “bisbilhoteiros”.

Embora com menor intensidade, a política de remoção mostrou-se, também, como um fator de repulsa à concessão de entrevistas por parte dos moradores do bairro Baixada da Habitasa. Contudo, o maior desconforto, quando da tentativa das primeiras abordagens naquele bairro, deveu-se ao fato de o pesquisador ser confundido como alguém com “poder de polícia” – representado por qualquer servidor público envolvido com o projeto de remoção dos moradores – e que estaria ali para coibir os furtos dos materiais das casas abandonadas, independentemente de o abandono se configurar de forma definitiva – pela ida do morador para o aluguel social ou para uma nova moradia – ou temporária, cujo período, que compreende da inundação até a migração completa das águas, pode durar mais de um mês.

¹⁶ A moradora não concedeu entrevista ao projeto, mas autorizou a divulgação do seu nome como colaboradora.

A verdade é que as entrevistas naquele bairro só se tornaram mais efetivas e eficazes quando se recorreu à pessoa da assistente social, que estava à frente da execução do projeto de remoção dos seus moradores, ocasião em que ela se prontificou a mediar o encontro entre o entrevistador e os potenciais entrevistados.

Tanto para o Seis de Agosto quanto para o Baixada da Habitasa não se estabeleceram previamente os domicílios que seriam pesquisados, de modo que as entrevistas ali obtidas obedeceram à escolha “aleatória” no próprio local das moradias, mas primando por uma abordagem que, partindo de algumas particularidades, pudesse abarcar o conjunto das situações a serem observadas, como residências localizadas em pontos de profundidades diferentes (determinando que elas fossem submersas ou não durante as inundações), moradias conjugadas com ponto de comércio (o qual se constituía preferencialmente na única forma de obtenção da renda familiar) e famílias com renda proveniente unicamente de aposentadoria.

A escolha dessas categorias de análise levou em consideração o que a fundamentação teórica previu para esse tipo de pesquisa, envolvendo o cenário específico de territórios inundáveis, qual seja, a de que os seus moradores reagem de maneira diferente de acordo com, por exemplo, o grau de envolvimento ao risco provocado por esse fenômeno natural, às suas condições econômicas e culturais, às suas relações de dependência com o próprio bairro e com suas áreas contíguas.

Como forma de desfavorecer a identificação dos entrevistados, procurou-se referenciá-los com nomes fictícios, embora esses nomes sejam acrescidos de códigos alfanuméricos, registrados na parede da frente de cada residência, os quais foram grafados pelo poder público quando do cadastramento para demarcar o endereço dos moradores das áreas de riscos, em que as letras identificam os bairros (BH é Baixada da Habitasa e SA é Seis de Agosto) e os números, a ordem crescente do cadastramento (01.02...).

No que tange à dificuldade de os integrantes do segundo grupo social conceder entrevistas, seu fundamento, a princípio, dizia respeito ao fato de eles estarem muito envolvidos com as demandas que o próprio processo da inundação havia provocado. Depois, verificou-se que a natureza da pesquisa ensejava certa cautela entre os entrevistados, no sentido da possibilidade de expor as ações do poder público nos territórios inundáveis, o que em parte foi resolvido

mais pela proximidade pessoal entre o pesquisador e integrantes do escalão superior do Estado e da prefeitura do que mesmo pela via institucional.

Todas as entrevistas foram gravadas, utilizando-se de um gravador digital Sony – ICDPX333, com uma memória interna de 4 GB, permitindo uma capacidade máxima de 1.073 horas de gravação, sendo que, ao retorno do campo, tratava-se de transferir os arquivos usados para um computador. Ato contínuo, procedia-se à transcrição das falas dos entrevistados, procurando evidenciar e registrar, também, algumas atitudes e/ou gestos representativos, tais como emoção (sorriso, choro), hesitações, silêncios, negação e confirmação e, até mesmo, os estímulos do entrevistador.

Manipulando as informações provenientes das entrevistas semiestruturadas

Quando da transcrição das entrevistas, do oral para o escrito, seguiram-se dois momentos distintos. No primeiro, tratou-se de registrar a fala do entrevistado tal qual ela fora verbalizada, evidenciando a maneira própria do falar, com suas gírias, jargões, vícios gramaticais, repetições, por fim, registrou-se tudo. Essa preocupação foi levada a efeito como forma de não cometer os erros comuns, verificados nas interpretações extraídas extemporaneamente, quando a fala do entrevistado já vai sendo transcrita do oral para o escrito formal pelo “transcritor”, sem que este mergulhe de fato nos significados que determinados termos têm para aquele.

E não se fala apenas de termos que fogem aos padrões da língua pátria, pois até mesmo os padronizados podem assumir conotações diferentes de acordo com a concepção de cada indivíduo ou mesmo de um grupo, influenciado por questões religiosas, culturais, políticas, históricas...

Exemplo concreto disso é que o termo “alagação”, usado historicamente pelos acrianos para caracterizar as “inundações” provocadas pelos rios que compõem a bacia hidrográfica do Rio Acre, é recorrente até hoje em meio aos moradores dos territórios inundáveis, como também pelos moradores em geral e, até mesmo, pelo próprio corpo técnico que lida com esse fenômeno socionatural, como se ambos os termos fossem sinônimos, a exemplo do se pôde verificar na pesquisa realizada para esta tese.

Para além dos significados dos termos, atenção rigorosa também foi dispensada quando da investigação do conjunto das falas de cada entrevistado, bem como no confronto do conjunto das falas de todos eles, pois a riqueza dos seus discursos, cheios de significados da realidade pesquisada, “carrega” também, como no dizer de Bardin (2010, p. 90), “aparência por vezes tortuosa, contraditória, ‘com buracos’, com digressões incompreensíveis, negações incômodas, recuos, atalhos, saídas fugazes ou clarezas enganadoras”.

Fica claro, portanto, que uma análise não bem conduzida, ainda que em um ou outro discurso presente nas falas do conjunto das entrevistas individuais, pode mascarar a realidade dos fatos e o pesquisador não atingir seus objetivos propostos. Afinal, é da singularidade das falas individuais que se constrói o entendimento social (MICHELAT, 1975).

No segundo momento, depois de tomadas as devidas precauções, foram elaboradas as versões definitivas das transcrições, sem, no entanto, deixar de preservar, em arquivo, a transcrição primeira. Nesta versão definitiva, apesar da correção ortográfica e gramatical feita na fala dos depoentes, procurou-se ao máximo manter aqueles termos próprios de suas falas e que os caracterizam culturalmente como pertencentes a determinado grupo social.

Por fim, mas não menos importante, há que registrar que não se utilizaram de pacotes de softwares próprios para análises de pesquisa qualitativa do tipo *Computer-assisted Qualitative data Analysis Software (CAQDAS)*, apesar de esses pacotes, pelo menos os mais avançados, oferecerem hoje “[...] uma maneira eficiente de representar os elementos textuais, de tal modo que o pesquisador pode ilustrar sua interpretação com citações selecionadas.” (GASKELL, 2007, p. 87).

Duas foram as razões pelas quais se optou pela não utilização dessas ferramentas de análises: o tamanho das “amostras”, ou melhor, a quantidade das entrevistas – as quais, por não somarem mais que duas dezenas, puderam ser facilmente manipuladas –, e a precaução mesma de, como advertiu Gaskell (2007, p. 88), não “[...] cair na armadilha do ‘mito do computador’, um pressuposto de que pacotes de softwares irão substituir as habilidades e sensibilidades do pesquisador.”, já que para esse mesmo autor a percepção, a intuição, a criatividade, essenciais na análise qualitativa, serão sempre tarefas realizadas unicamente pela pessoa humana.

Ainda com relação à modalidade de entrevistas semiestruturadas, é importante registrar que dela se utilizou ainda numa segunda oportunidade em virtude do surgimento de “fatos novos”, ou melhor, da “quebra” de paradigmas concernentes às inundações provocadas pelo transbordamento do Rio Acre na cidade de Rio Branco.

Ocorreu que, estando a tese em fase final de elaboração, a capital acriana foi surpreendida, em 2015, pela maior inundação da sua história. Por alcançar uma cota superior a todas até então registradas, e dadas as próprias características, ela foi suficiente para desestabilizar a noção de *ameaça*, *exposição* e *vulnerabilidade* que os moradores dos territórios atingidos e os gestores públicos tinham em relação àquele tipo de fenômeno socionatural.

Essa situação se impôs como motivo, mais que aceitável, para que se descrevesse o enfrentamento da inundação de 2015 em Rio Branco, tanto por parte dos moradores dos territórios atingidos quanto dos poderes institucionalizados do Estado e município a ele afetos. Ora, se para os sujeitos experientes e acostumados a lidar com esse tipo de problema aquele fenômeno socionatural, categorizado como excepcional, trouxe surpresa, apreensão e dificuldades, era de se supor o que tinha causado entre os que o experimentavam pela primeira vez.

Diante desse quadro, tinham-se, então, três categorias de potenciais entrevistados: gestores públicos, moradores acostumados com a dinâmica de conviver com as inundações e moradores inexperientes em relação a elas. Como metodologia de consecução das entrevistas, optou-se por ouvir os atingidos em um primeiro momento nos próprios territórios inundados, e em um segundo momento nos abrigos temporários costumeiros e nos “construídos” para atender a excepcionalidade, já que, assim, as duas últimas categorias em apreço seriam contempladas. Já quanto à primeira categoria, julgou-se mais oportuno, além de entrevistas com alguns de seus representantes, utilizar suas impressões sobre o tema pesquisado, registradas em depoimentos concedidos à imprensa local e nacional.

Apesar de semiestruturadas, as entrevistas realizadas para este fim foram mais pontuais que as empreendidas por ocasião da feitura dos dois artigos iniciais da segunda parte da tese, haja vista a situação posta e a emergência com que se almejava tornar públicos os resultados delas provenientes.

Observação não participante

A técnica da observação tem sido usada nas mais diversas áreas do conhecimento, mas largamente e com significativo aproveitamento nas Ciências Humanas e Sociais (como a História, a Sociologia e a Antropologia) e Comportamentais (como a Psicanálise).

Segundo o grau de envolvimento (de participação) do observador, a referida técnica pode ser de duas modalidades: observação participante e observação não participante. Da observação não participante, comumente mais empregada em estudos exploratórios e descritivos, pode-se dizer, a princípio, que, embora o pesquisador tenha contato com o objeto social (comunidade, grupo) a ser estudado, no processo da pesquisa a ele não se integra, com ele não interage e conseqüentemente não o afeta de modo intencional (PARK; GRIFFITHS, 2008).

Uma das vantagens mais significativas dessa técnica deriva do fato de que, como os sujeitos integrantes do objeto social estudado não sabem que estão sendo observados e que o observador não pode interferir em suas ações, apreende-se, sempre, uma situação real, tal qual ocorre (COHEN; MANION; MORRISON, 2000).

A pesquisa com base na técnica da observação não participante, a princípio, não estava prevista. Ela foi utilizada como uma forma de racionalizar os trabalhos de campo e de tirar proveito de uma situação particular, surgida durante a fase de preparação para a ida, em 2014, aos territórios inundados, a fim de realizar as entrevistas semiestruturadas.

Cumprido ressaltar que, ao se pretender aplicar as entrevistas semiestruturadas junto aos moradores dos cenários escolhidos para a pesquisa no momento em que seus territórios se encontrassem inundados, submeteu-se o projeto de pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, à apreciação do Conselho Nacional de Saúde em Pesquisa (CONEP), com adequada antecedência à chegada costumeira e regular das águas da inundação (geralmente todos os anos e entre o início e meados do mês de fevereiro). Surpreendentemente, esse fenômeno socionatural ocorreu antes do previsto e da devida aprovação do referido projeto e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que o acompanha, em 15 de março de 2014, pelo Conselho de Ética em Pesquisa da UFAC (CEP/UFAC).

Então, impedidos naquele momento de abordar os moradores em entrevistas, mas com a possibilidade de se verificar *in situ* o comportamento deles durante a inundação de seus

territórios, bem como da própria atuação do poder público diante do problema, “infiltram-se” na logística de socorro aos desabrigados e desalojados, preconizada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Acre (CBM/AC), com aquiescência do seu comandante e coordenador da Coordenação Estadual de Defesa Civil no Acre (CEDEC/AC), solicitada por intermédio do ofício DINTER UFMG/UFAC, datado de 03/02/2014.

Durante essa intervenção, foi possível verificar várias situações que envolvem o poder público e os moradores dos bairros atingidos: a preparação para a saída, a remoção e a acomodação nos abrigos, o encaminhamento para o aluguel social, a demolição de casas e o retorno para os territórios inundáveis, as quais foram, na medida do possível, discretamente anotadas ou mesmo gravadas pelo observador.

Análise de conteúdo

Embora não se tenha utilizado a técnica de análise de conteúdo de forma mais direta, tem-se a devida compreensão de que o conhecimento prévio a seu respeito, antes da utilização das demais técnicas empregadas na pesquisa, foi de fundamental importância para a análise. Mesmo porque, alguns autores, entre eles Bravo (1991) e Triviños (1987) apud Silva et al. (2009, p. 4559) “[...] asseguram que [a análise de conteúdo é] a técnica mais elaborada e de maior prestígio no campo da observação documental e constitui-se como meio para estudar as comunicações entre os homens enfatizando o conteúdo das mensagens por eles emitidas”.

Porém, para Bardin (2010, p. 32), “não existe pronto-a-vestir em análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base, por vezes dificilmente transponíveis. A técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objetivo pretendidos tem de ser reinventada a cada momento [...]”. Para a autora, análise de conteúdo significa:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2010, p. 44).

Bardin não deixa claro nesse conceito que tipo de documento se aplica à análise de conteúdo, mas, tomando por referência seus próprios ensinamentos, Ferreira (2000) assevera que, para

além da comunicação verbal e escrita, esse conjunto de técnicas também se aplica a toda comunicação não verbal: gestos, posturas, comportamentos e outras expressões culturais.

Nota-se aqui mais uma vez que, como na maioria dos instrumentos metodológicos, a análise de conteúdo apresenta versatilidades, como também limites de operacionalização, cabendo ao pesquisado a argúcia da sua adequada aplicabilidade, de acordo com a natureza do seu objeto e objetivo de pesquisa.

A estrutura da tese

A presente tese é organizada com as seguintes partes: 1) Esta introdução, que, sem a pretensão de esgotar o “estado da arte” dos tópicos abordados, busca estabelecer a que linha teórico-conceitual se filia a tese no tocante ao tema de risco, como conceito fundamental presente nos artigos desenvolvidos; 2) Um corpo central, composto de duas partes, cada uma delas fundamentada em três artigos, alguns dos quais já submetidos e/ou publicados em revistas nacionais e internacionais – razão pela qual estão dispostos na tese de acordo com a formatação própria de cada revista –, sendo os da primeira parte relativos às condições de infraestrutura sanitária do Acre e, conseqüentemente, da antiga cidade de Rio Branco; e os da segunda parte direcionados para as políticas públicas de saneamento para as áreas inundáveis da cidade Rio Branco na atualidade; e 3) Conclusões e recomendações.

No que se refere ao item 1, acima mencionado, é importante referir que, se os três últimos artigos contidos na segunda parte da tese puderam ser referenciados tomando-se como ponto de partida uma análise mais sociológica do risco, os três artigos discutidos na primeira parte, compreendidos dentro de um marco temporal que açambarca dos anos finais do século XIX até os anos 30 do século XX, relaciona o risco mais à questão saúde-doença – influenciada pelo ambiente e pela própria condição humana (higiene pessoal) – e apoiada em teorias como a da interdependência sanitária.

São as seguintes as características dos seis artigos que compõem a parte central da tese:

Primeira parte – A formação do território: população, saúde e saneamento

Artigo 1: *Saúde e ambiente nos seringais do Acre boliviano (1870-1903): o papel de fatores e processos exógenos*. O artigo em questão refere-se aos seringais do Acre quando esse

território ainda pertencia à República da Bolívia, no período de 1870 a 1903. Distribuídos de maneira esparsa em meio à selva amazônica, os produtores envolvidos na fabricação de borracha, com especificidade para os seringueiros, estavam sujeitos a vários riscos, os quais, em sua maioria, ironicamente, não se relacionavam diretamente com o processo produtivo.

É importante mencionar que, apesar de os primeiros nordestinos virem nesse período para o Acre de maneira espontânea, o risco a que foram submetidos não se deu, pelo menos em grande parte, por vontade própria¹⁷, a julgar que, primeiramente, desconheciam a região; depois, e por excelência, porque estiveram subjugados a um “modo de produção” que beirava o escravismo, cuja base de sustentação era, no plano material, o sistema de aviamento, que os mantinha sempre “presos” aos padrões seringalistas, principalmente pela não aferição de saldo, já que, no nível “jurídico”, era o regulamento que impunha regras ao modo de produzir, que culminava por também inviabilizar o seringueiro para que se desfizesse das amarras que o prendiam ao seringalista.

Artigo 2: Entre [as] Chagas e [a] Cruz: a posição dos cientistas de Manguinhos frente às ações do Estado nas zonas malarigênicas produtoras de borracha da Amazônia-Acre (1912-1913). Trata-se aqui, de modo geral, dos feitos do Instituto Oswaldo Cruz na Amazônia-Acre, quando lá se fez presente, entre 1912 e 1913, com a finalidade primeira de determinar as condições médicas e sanitárias e apresentar a consequente proposta de estabelecer as bases da profilaxia na região.

A contribuição deste artigo é no sentido de demonstrar que os cientistas de Manguinhos, principalmente Carlos Chagas, não só cumpriram o objetivo proposto para a comissão, como também apontaram a responsabilidade do Estado pelas condições sanitárias desfavoráveis a que estavam submetidos os produtores da borracha.

Artigo 3: A “era do saneamento” no Brasil (1910-1930) e seus reflexos no Território Federal do Acre. A linha de discussão neste artigo será no sentido de se evidenciarem os motivos pelos quais o Acre, apesar de ser um território federal e constituir-se em uma das regiões mais endêmicas de malária do Brasil, durante as primeiras décadas da “era do saneamento”, não ter sido alcançado, de maneira satisfatória, pelos serviços de profilaxia rural, principalmente no

¹⁷ A respeito de escolha de risco, ver Douglas e Wildavsky (1982 apud GIUVANT, 1998)

que se refere à dotação de recursos financeiros e técnicos. As bases de sustentação para a redação serão, além do aporte teórico de fontes secundárias, como a de Hochman (1998) e Penna (1923), os relatórios dos governos do território do Acre, no período de 1904 a 1930. Utilizar-se-ão também os jornais Folha do Acre – periódico de responsabilidade do Partido Construtor do Acre, do qual provinha a maioria dos gestores do território, e, por isso mesmo, quase sempre se colocava a serviço deles, publicando, inclusive, suas ações oficiais – e outros dois periódicos – O Cruzeiro do Sul e O Alto Purús, respectivamente –, publicados nos departamentos acrianos do Alto Juruá e do Alto Purus.

Segunda parte – A capital e as águas: população, meio ambiente e políticas públicas

Artigo 4: Which is riskier: life on the floodplain or in housing imposed from above? The case of flooding regions in Rio Branco, Acre, Brazil. Analisa-se neste artigo a dinâmica do viver em áreas inundáveis por populações dos bairros Baixada da Habitasa e Seis de Agosto, em Rio Branco, Acre, Brasil. Pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas com gestores e com moradores dos bairros pesquisados, obtidas logo após a última inundação – abril a maio de 2014 –, forneceram os elementos para esta análise. Situações de enfrentamento dessas populações às inundações e de repulsa às ações do Estado, ao promover o seu deslocamento para abrigos provisórios ou o pagamento de um valor mensal temporário a título de aluguel, são observadas. As resistências são verificadas, mesmo quando o Estado propõe a transferência das famílias para moradias definitivas.

Como se terá oportunidade de verificar, o conceito de risco assume vários significados, dependendo do prisma pelo qual é analisado. Na visão dos entes públicos, por exemplo, é tido como algo intangível, que foge à capacidade de resiliência. Daí o porquê de a política para os territórios inundáveis ser primordialmente a do seu congelamento e a transferência dos seus moradores para conjuntos de interesse social.

Por parte dos moradores, apesar de considerarem as inundações também como riscos, não o veem em uma perspectiva sobrenatural, extrema, que os incapacita com sua convivência, mas como “riscos aceitáveis” – aqui não no sentido empregado pela análise técnico-quantitativa, uma vez que a apreciação que se faz se dá no plano qualitativo –, cujas provas cabais repousam no simples fato de rechaçarem a política de remoção para as áreas seguras e livres desse fenômeno socionatural.

Na escolha da permanência, pesam variáveis relacionadas com o aspecto cultural e socioeconômico, tais como a distância entre o território novo e o centro da cidade (onde realizam suas atividades laborativas e sociais), o custo com transporte (já que vão a pé do bairro onde moram para o centro), o tamanho das moradias e a “quebra” de convivência com a vizinhança.

Essas duas posições, por si sós, são suficientes para referendar que existe, à luz da teoria cultural dos riscos, uma distância entre “um conhecimento perito que avalia os riscos e uma população leiga que os percebe.” (GIUVANT, 1998, 2001).

Significativo também é o fato de que a compreensão do conceito de justiça ambiental parece assumir, pelo menos em um primeiro momento, uma versão contraditória, já que parte da própria iniciativa pública “democratiza” os espaços tipicamente urbanos, ao tentar remover os moradores dos territórios inundáveis para conjuntos habitacionais, obedecendo a “[...] várias faixas de renda pra não levar uma segregação social no local, fazer uma Cidade de Deus, um negócio assim, que nem era antigamente, tudo padronizado [...]” (SOUZA, 2014).

Entretanto, quando são levadas em consideração as próprias variáveis relacionadas com o aspecto cultural e socioeconômico dos moradores acima mencionados e as condições de infraestrutura desses conjuntos, observa-se que o acesso ao ambiente urbano não se processa de maneira homogênea.

Artigo 5: O vaivém das águas e das gentes: representações de risco e políticas públicas em bairros inundáveis de Rio Branco, Acre. Além de enfatizarem as várias representações que se têm verificado acerca dos riscos relacionados às inundações, as quais atingem todos os anos vários bairros de Rio Branco, capital do Estado do Acre, quer numa perspectiva socioeconômica e política, quer histórica e cultural, descreve-se, por um lado, o *modus operandi* que os poderes públicos (estadual e municipal) empreendem com vista a tornar esses bairros menos insalubres, ou mesmo “sensibilizar” seus moradores no sentido de serem removidos para Habitação de Interesse Social (HIS); por outro, a reação desses últimos frente às demandas dos entes públicos, que se caracterizam ou pelo seu acatamento ou pela sua rejeição.

Artigo 6: Ameaça, exposição e vulnerabilidade: uma análise da inundação de 2015 em Rio Branco à luz do triângulo do risco. O objetivo do artigo é discutir como a inundação ocorrida

na cidade de Rio Branco, Acre, no ano de 2015, por alcançar a maior cota até então registrada, e considerando as suas próprias características, foi suficiente para desestabilizar a noção prévia de *ameaça*, *exposição* e *vulnerabilidade* – como elementos integrantes do modelo do Triângulo do Risco. Analisa-se como a percepção sobre esses conceitos, tanto de gestores públicos quanto de moradores atingidos, é afetada pela inundação de 2015.

A metodologia da abordagem consiste, em um primeiro momento, em relacionar as características próprias das inundações periódicas ocorridas em Rio Branco – que até o ano de 2014 obedeceram a um padrão relativamente estável no que se refere, por exemplo, à velocidade e à graduação da chegada das águas e ao volume atingido – com os elementos acima mencionados. Posteriormente, coteja-se a relação entre esses mesmos elementos e as particularidades da inundação de 2015, com seus reflexos na capacidade de respostas ao enfrentamento dos problemas por ela provocados.

Foto: Sede do Seringal Remanso, à margem esquerda do Rio Acre, em 1913



Fonte: Acervo digital da Fundação Elias Mansour (FEM), 2015

Artigo 1 – Saúde e ambiente nos seringais do Acre boliviano (1870-1903): o papel de fatores e processos exógenos*

Resumo

Situação particular marca as condições da saúde humana e do ambiente no primeiro surto da produção gumífera na Amazônia Ocidental, região do Acre, sendo que a maior parte dele (1870-1903) ocorreu em território ainda pertencente à Bolívia. Com base nesse quadro histórico, o trabalho busca descrever e compreender como fatores e processos exógenos a esses dois campos de análise mediavam os riscos, com origem no ambiente, para o adoecimento e a morte nas populações dos seringais “brasileiros” em território boliviano. Explora-se, assim, a inter-relação entre saúde e ambiente, a partir das configurações historicamente específicas das condições físico-naturais, socioeconômicas, políticas e culturais. O trabalho evidencia que esses fatores e processos extrínsecos às atividades produtivas exerceram não só influência, tanto em seu aspecto organizativo quanto funcional, como determinaram as condições insalubres que se observaram nas regiões produtoras. Aponta, ainda, que a infraestrutura então existente era suficiente para a produção e a reprodução extrativista.

Palavras-chave: Saúde ambiental; Saneamento; Borracha; Doença; Risco.

Health and environment in the rubber-tree plantations in the Bolivian Acre (1870-1903): the role of exogenous factors and processes

Abstract

Peculiar situation marks the conditions to human and environmental health in the first outbreak of the rubber production in Western Amazon, in Acre region, noticing that its bigger portion (1870-1903) occurred in the territory still belonging to Bolivia. Based on this historical background, this work aims to describe and comprehend how these exogenous factors and processes to these two fields of analysis mediated the risks, originated in the environment, towards the sickening and deaths in the population of the “Brazilian” rubber-tree plantations established in Bolivian territory. This way, inter-relations between health and environment, linked to historically specific configurations of the physical-natural, socioeconomic, political, and cultural conditions, are explored. The work shows that these extrinsic factors and processes to the productive activities exerted not only influence, in its organizational as well as functional aspect, but they also determined the unhealthy conditions observed in the productive regions. It still points out that the extant infrastructure was then sufficient to the extractive production and reproduction.

Key-words: Environmental health; Sanitation; Rubber-Latex; Sickness; Risk.

* Artigo publicado na Revista Ciência & Saúde Coletiva, v. 19, n. 10, p. 3991-4000, out. 2014.

Introdução

Observar as relações entre o ambiente e a saúde humana, bem como as condições de saneamento, interligando-as, em determinado contexto histórico, permite ao estudioso seguir algumas trilhas para chegar à compreensão desse processo simbiótico^{1,2,3}. Aqui, neste estudo, optou-se por uma percepção dessa inter-relação nos seringais “brasileiros” do então Acre boliviano (1870-1903), a partir da ausência de intervenção pública e, ainda, sob a seguinte premissa trasladada para o passado: “[...] as políticas públicas e a gestão no campo do saneamento dependem das configurações historicamente específicas das condições físico-naturais, socioeconômicas, políticas e culturais que caracterizam os diferentes países e regiões.”⁴.

Olhando-se sob esse ângulo das “configurações históricas”, percebe-se que a falta da intervenção pública, no tocante à gestão no campo do saneamento, no local geográfico e no momento histórico, está intimamente relacionada às condições socioeconômicas e mesmo tecnológicas em que vivia o país.

Mas o estudo não se atém somente aos fatores ambientais, socioeconômicos e políticos culturais da época. Vai além, lança mão das categorias analíticas, tais como higiene e salubridade, como fatores essenciais para a compreensão das relações entre ambiente e saúde, homem e natureza, muito embora se saiba que, nesse marcado período, as mudanças epistemológicas sobre a explicação do processo saúde-doença se encontravam em curso, bem como transformações nas concepções ontológicas de doenças fizessem parte das matrizes explicativas da época.

Levando-se em conta a ausência do poder público e o contexto histórico em questão, entenda-se por higiene aquelas ações de caráter predominantemente individual (por exemplo, alimentação, vestuário e asseio corporal); e por salubridade as questões relacionadas ao ambiente físico (tais como a limpeza dos terrenos, o acesso à água e a presença de animais peçonhentos). Assim, parte-se da premissa de que tais condições comportamentais e ambientais poderiam expor os produtores de borracha – como expresso na atualidade pela legislação que regulamenta as condições de trabalho no Brasil – “[...] a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.”⁵.

Para este estudo, as informações originaram-se de fontes documentais de caráter primário e secundário, acadêmicas e/ou oficiais, por serem aquelas que permitiram elucidar os fatos e situações históricas de interesse para o propósito deste artigo. Não se buscou realizar entrevistas ou outras formas para resgatar a memória dos envolvidos na análise – principalmente ex-seringueiros, residentes nos bairros periféricos de Rio Branco, muito embora se tenha consciência de que são esses sujeitos que fundamentam a história de vida regional, nos seus mais diversos aspectos. E tanto assim é que, se eles não foram ouvidos diretamente, o foram por intermédio de suas vozes grafadas em diversos documentos, produtos de outras pesquisas realizadas durante algumas fases representativas da produção de borracha no Acre.

Então, essa opção de se recuperarem as reminiscências dos ex-seringueiros, por meio de fontes secundárias, justifica-se pelo fato de já se ter passado mais de 100 anos do colapso do primeiro surto da produção da goma elástica. Assim, é improvável que se possa encontrar algum remanescente desse período, mesmo que ele estivesse, à época, no limiar de sua infância.

De igual modo, ainda que se buscassem informações junto aos extratores que vivenciaram o segundo surto gumífero, como estratégia para se fazer uma analogia com o primeiro, elas não seriam satisfatórias, considerando, dentre outros aspectos, a idade avançada desses sobreviventes que não lhes permitiria lembrar desse tempo longínquo para eles. Prova disso é que, em conversa informal recente com um “ex-soldado da borracha”, com mais de 80 anos de idade, pode-se notar o quão poderia ser constrangedor abordar esses agentes da história acriana, dada a dificuldade do interlocutor em fazê-los relembrar aquele período e nele recordar aspectos relativos à higiene pessoal, como por exemplo, o ambiente utilizado para a defecação tão diverso deste do século XXI.

Ainda, com relação aos depoimentos orais tomados por outros pesquisadores, projetam-se, na medida do possível, as falas dos entrevistados para o passado, mais precisamente para o período relativo ao primeiro surto, uma vez que não se têm notícias de coleta de informações junto aos sujeitos históricos diretamente relacionados com esse referido tempo. Tal opção metodológica leva em conta que um número considerável desses entrevistados, na condição de descendentes diretos dos primeiros extratores do látex, faz questão de mencionar não só

essa descendência, como também traduzir, pelos relatos, as condições da produção naquele momento que ‘ouviram contar’ dos antepassados.

Há que se esclarecer, por oportuno, que ao se tratar das inter-relações associadas à produção gumífera, a partir da perspectiva dos fatores e processos que lhes foram subjacentes, devem ser apresentadas algumas ressalvas:

a) o meio geográfico no qual se deu o processo produtivo da borracha, em um ambiente de floresta densa e praticamente despovoada, que não possuía as características comuns de um aglomerado populacional capaz de ensejar intervenções clássicas em saneamento, uma vez que estava distante de se caracterizar como lugar urbano e, sequer, não se enquadrava no conceito tradicional de meio rural;

b) a tarefa de fabricação de borracha, considerando o seu caráter produtivo, o que menos importou – para aqueles com ela envolvidos, pelo menos durante o primeiro surto e, particularmente, para o período em que o Acre se encontrava sobre o auspício boliviano – foram as condições de higiene e salubridade. Isso porque, se por um lado não havia a intenção de fixação dos produtores nos seringais, por outro o próprio sistema, calcado na ganância por enriquecimento precoce, não permitia outras atividades para além do fabrico da borracha.

c) a impossibilidade de se falar em intervenção, porquanto, como até antes da assinatura do tratado de Petrópolis, em 1903, o Acre pertencia à Bolívia. Então não estava sob a jurisdição do poder público brasileiro, a não ser pela parca e oficiosa ação administrativa que o Estado do Amazonas ali exercia, beneficiando-se da arrecadação de impostos sobre a produção de borracha.

d) a Bolívia, a exemplo do Brasil, só se interessou pela demarcação das terras do Acre – cuja principal informação a esse respeito é o relatório do próprio ministro plenipotenciário daquele país no Brasil, José Paravicini⁶ – quando este passou a representar uma força na produção de borracha. Todavia, nenhum dos lados ocupava-se com a situação da higiene e da salubridade nos seringais.

Também, deve ser destacada a existência de uma historiografia acriana, descrita sob múltiplas abordagens, e relacionada não só aos dois ‘surto’ da produção de borracha (1870-1912 e 1942-1947), mas também às três décadas de franca estagnação produtiva, cujo processo

envolveu todo o Vale Amazônico. Tais abordagens abraçam as mais diversas áreas do conhecimento, tais como a sociologia, a história, a economia, a geografia e a saúde. Assim, ao se tomar a iniciativa de (re)escrever sobre os modos de vida das gentes do Acre, sob a ótica de quaisquer das disciplinas científicas, tem-se a sensação de que todos os caminhos já foram percorridos e que os possíveis acontecimentos, com eles relacionados, foram devidamente narrados e interpretados. Entretanto, não se localizam, na literatura, abordagens que busquem relacionar as situações associadas ao ambiente e à saúde humana daquele período e daquela região, bem como sua articulação com as condições de higiene e de insalubridade dos seringais e da influência de fatores e processos exógenos.

As condições gerais de vida e de (re)produção do seringueiro

No caso do Acre, pode-se identificar uma inter-relação entre a sociedade e o ambiente físico, ou mais especificamente do ser humano com o rio e com a floresta nativa, em vários períodos históricos. Foram períodos caracterizados por formas distintas de ocupação do território, sendo que, aqui, aborda-se, especialmente, o período denominado de primeiro surto produtivo da borracha e, nele, em mais detalhes o período em que a região acriana se encontrava sob domínio boliviano.

Nessa ocasião o Acre constituía-se de uma vastidão de floresta nativa, de modo que, se não fosse por via fluvial, não havia como adentrar o coração da selva e explorar as árvores produtoras da goma elástica. E, num processo inverso, também pelos rios se escoava a borracha até os portos de Manaus e de Belém.

Mais tarde, com o advento do látex como matéria-prima essencial para as indústrias europeias e norte-americanas, a Amazônia – e o Acre em particular – vivenciou, por volta de 1870, o início de uma nova e importante fase de ocupação, mas que, “para conseguir braços, foi necessário incentivar a migração, já que os nativos [não índios nascidos aqui] e índios se mostraram insuficientes”⁷.

Então, o traslado de pessoas do Nordeste para esse setor da Amazônia começou – preconizado pelos governos nordestinos e pelo Império – no intuito de solucionar a crise econômica daquela região que passava intenso período de seca. Assim, resolveria o governo do Brasil os problemas sociais da Amazônia e do Nordeste, bem como atenderia a iniciativa privada brasileira⁸.

Não obstante a demora no deslocamento entre o local de origem até o destino final, as condições de higiene não eram nada satisfatórias ou alentadoras. Isto se verificava desde os acampamentos superlotados no Nordeste, ocupados antes do embarque. Depois, durante o trajeto, pois o migrante viajava na terceira classe, sofrendo ali outras agruras, como excesso de contingente, má alimentação e o calor elevado nos porões dos navios. Era um grande sofrimento até o desembarque nas hospedarias de Belém e Manaus^{9,10}.

Fato importante a ser considerado, nesse aspecto, é que o migrante nordestino, o chamado ‘arigó’, ao ser arregimentado, já contraía as primeiras dívidas com o seu patrão seringalista:

O seringueiro é um homem que trabalha para escravizar-se [...]. No próprio dia em que parte do Ceará, o seringueiro principia a dever: deve a passagem de proa até o Pará (35\$000), e o dinheiro que recebeu para preparar-se (150\$000). Depois vem a importância do transporte, num ‘gaiola’ qualquer de Belém ao barracão longínquo a que se destina, e que é na média de 150\$000¹¹.

Mas as primeiras dívidas não paravam por aí, uma vez que, ao chegar ao seu local de destino, tinha que se prover de utensílios de uso doméstico e também aqueles destinados ao próprio trabalho, além de ‘mantimentos’ ou víveres:

Aditem-se cerca de 800\$000 para os seguintes utensílios invariáveis: um boião de furo, uma bacia, mil tigelinhas, uma machadinha de ferro, um machado, um terçado, um ‘rifre’ (carabina Winnchester) e duzentas balas, dous pratos, duas colheres duas chicaras, duas panelas, uma cafeteira, dois carretéis de linha e um agulheiro. Nada mais. Aí temos o nosso homem no ‘barracão’ senhorial, antes de seguir para a barraca, no centro, que o patrão designará. Ainda é um ‘brabo’, isto é, ainda não aprendeu o ‘corte da madeira’ e já deve 1:135\$000. Segue para o posto solitário encaçado de um comboio levando-lhe a bagagem e víveres, rigorosamente marcados, que lhe bastem para três meses: 3 ‘paneiros’ de farinha de água, 1 saco de feijão, outro, pequeno, de sal, 20 quilos de arroz, 30 de charque, 21 de café, 30 de açúcar, 6 latas de banha, 8 libras de fumo, e 20 gramas de quinino. Tudo lhe custa cerca de 750\$000. Ainda não deu um talho, de machadinha, ainda é o ‘brabo’ canhestro, de quem chasqueiam o ‘manso’ experimentado, e já tem o compromisso sério de 2:090\$000¹¹.

Essas citações explicitam, por si mesmas, vários aspectos do viver nos seringais e relação dos ‘senhores’ com as condições materiais e humanas dos produtores da borracha, permitindo, inclusive – numa leitura mais acurada – entrever uma relação entre a alimentação e o processo saúde-doença do seringueiro.

Alimentação, ambiente, modo de produção e a relação saúde-doença

Veja-se que a alimentação se limitava ao consumo de farinha, feijão, sal, arroz, charque, café, açúcar e banha. Uma análise quantitativa rápida desses víveres, definidos para três meses (ainda que se leve em conta os possíveis exageros da informação oferecida por Cunha), apontará que o consumo diário era bastante inferior à ingestão mínima necessária para o sustento, conforme verificado na Tabela 1.

Tabela 1: Análise nutricional dos alimentos que faziam parte da refeição diária dos seringueiros, na condição de produtores exclusivos da borracha

| Alimentos | Carboidrato (kcal/dia) | Proteína (kcal/dia) | Proteína (g/dia) | Lipídeo (kcal/dia) |
|------------------------|-----------------------------------|--------------------------------|-----------------------------|-------------------------------|
| Arroz cru | 141,5 | 12,88 | 3,22 | 6,55 |
| Feijão cru | 36,88 | 14,84 | 3,71 | 7,11 |
| Charque | 0 | 140 | 35 | 96,66 |
| Café | 25,9 | 7,7 | 1,92 | 0,233 |
| Açúcar | 333 | 0 | 0 | 0 |
| Banha | 0 | 0 | 0 | 133,24 |
| Farinha de mandioca | 864 | 17 | 4,25 | 3 |
| | 1401,28 kcal | 192,42 kcal | 48,1 g/dia | 246,793 kcal |
| Valor Energético Total | | | 1840,49 kcal/dia | |
| Proporção (%) | 76,14% | 10,45% | - | 13,41% |

Fonte: Para realização do cálculo das calorias, tomou-se como referência o trabalho de Phillipi²⁹.

Baseando-se na quantidade de gêneros alimentícios, para atender aos seringueiros por três meses, e adotando-se uma massa de 30 kg para o paneiro de farinha – totalizando 90 kg – para o feijão igual ao do arroz e para a banha a lata de 2 kg, dividiu-se a referida quantidade por 90 dias, obtendo-se o percentual médio diário de gêneros alimentícios. A partir dessas quantidades, foram estimadas as calorias correspondentes a cada macronutriente (carboidrato, proteína e lipídeos), totalizando a quantidade de calorias diárias ingeridas, em 1.840 kcal, muito inferior à média de 2500 kcal/dia recomendada para o sexo masculino. Dessa forma,

apura-se um déficit diário de 660 kcal, deixando assim o trabalhador da seringa mais exposto às doenças em razão da desnutrição e das condições de trabalho, saneamento e habitação.

Ainda com relação à alimentação do seringueiro, convém destacar que os embutidos (conservas e congêneres) eram amplamente usados¹², e, a exemplo da base alimentar acima citada, além de não lhe proverem o sustento necessário, foram, ao que tudo indica, responsáveis pelo seu desequilíbrio orgânico, lento e gradual, a ponto de provocar doenças como o beribéri, pois, conforme se pode constatar:

O beribéri é um fator de insalubridade da Amazônia, constante, embora com exacerbações, até de caráter epidêmico. Ele deriva de uma insuficiência alimentar, por alimentos pobres de vitaminas, talvez alguns deteriorados, privados outros de substância frescas¹³.

Faz-se necessário evidenciar que não existia consenso científico sobre a relação entre alimentação e beribéri, na época em questão. Entretanto, partilhando dessa ideia sobre a associação dessa doença e o hábito alimentar determinado pelo modo de produção naquele espaço geográfico, Castro¹⁴ observa que:

E quando o ciclo da borracha se encerrou, o produto vindo a representar menos de 1% do volume da exportação brasileira, o beribéri desapareceu da região da borracha. É que, sem o excesso de dinheiro para queimar à toa, para comprar bebidas finas e *corned-beef* inglês, o homem da Amazônia teve que voltar a seus antigos misteres da era de antes da borracha. À sua caça, à sua pesca, à sua colheita de raízes e frutos silvestres, à sua agricultura incipiente. Agricultura rudimentar, mas capaz de fornecer alguns produtos frescos: milho, feijão verde, favas e legumes que, com os produtos da colheita nativa, melhoram muito seu padrão de dieta, anulando a carência e exterminando, deste modo, o beribéri.

Embora o meio físico-natural da região permitisse uma alimentação adequada, baseada em frutas frescas, verduras, grãos, aves, carne vermelha, ovos e peixes, uma vez que fosse permitida a criação de animais, a caça, a pesca e a prática de uma agricultura de subsistência, esta foi cerceada pelas próprias condições inerentes ao processo produtivo, não permitindo, de fato, que a situação alimentar dos seringueiros fosse diferente daquela que se conhece pela história oral e pela literatura.

E num cenário tão adverso, como seria possível conservar alimentos frescos sem energia elétrica? Como ‘botar roçado’ e criar galinhas, pescar e caçar, se ao capital mercantil brasileiro, correia de transmissão do capital monopolista internacional, interessava somente à borracha? Como romper com a ‘escravização’ do seringueiro, sob as amarras do sistema, nos mais diversos aspectos? Como poderia o próprio seringueiro fazer fortuna e voltar para a terra natal, se não fosse se dedicando inteiramente ao corte da seringa?

Em suma, “a exploração do trabalho, a alimentação e as condições ecológicas nos seringais contribuía para uma situação de saúde que beirava ao (sic) mínimo de subsistência.”¹⁵.

Em contraposição à alimentação do seringueiro, o seringalista contava com pessoal suficiente para provê-la, sendo que “em torno do barracão não era raro que houvesse alguma criação de gado e porcos para alimentar o patrão e seus empregados [...]; às vezes um pomar e plantações de produtos alimentícios.”⁹. E isso sem contar que, como patrão e empregados geralmente possuíam mulheres, os alimentos eram processados de maneira mais elaborada: “era bastante comum que alguns empregados fossem acompanhados por esposas ou companheiras, que participavam dos trabalhos no dia-a-dia do seringal.”⁹.

Barraca, seringueiro e borracha: a expropriação do produtor

Então, era com base na alimentação acima aludida que o extrator do látex deveria prover suas condições físicas para enfrentar o trabalho que lhe era imposto – seja através de regulamentos severos, seja pelas próprias necessidades de aferição de saldo. Este lhe consumia demasiado esforço pessoal, já que iniciava sua labuta diária ainda pela madrugada e só a encerrava ao cair da noite, ocasião em que ainda deveria dispor de forças para o asseio pessoal e para o preparo da refeição noturna.^{9,11,16,17}.

Tais regulamentos, no período de maior exigência da produção, constituíam-se em verdadeiras ‘amarras’, condicionando o extrator a despender sua força de trabalho unicamente à produção de borracha.

A rigidez desses regulamentos mais antigos fica evidente na fala do Seringueiro Cezar Barbosa de Lima, em entrevista concedida a Samuel Benchimol¹⁶, que veio para o Acre em 1900, quando diz:

Eu só tenho pena é desse pessoal que vem acossado pela seca e que estão chegando agora. Pensam que vão ter liberdade trabalhando no seringal. Eles mal sabem que o seringueiro é um cativo. Trabalha de dia e de noite como um cachorro, sem descanso. [...] Eu peguei no meu tempo ainda o tronco. Seringueiro que fugia já sabia. O patrão mandava açoitar sem piedade.

Fato é que no período áureo da produção gumífera existiu uma interdependência socioeconômica entre os principais elos que a fomentaram e a sustentaram, num processo que envolveu desde a arregimentação das forças produtivas até a chegada da produção no mercado internacional. Estabelecia-se um modo de acordo tácito, em que cada um dos elos da cadeia produtiva se via ‘obrigado’ a fazer com que a produção atingisse sempre seu ápice, pois o que interessava, em última instância, era o lucro.

Se já não era fácil ao extrator nordestino ter que produzir em condição tão diversa do ambiente de onde provinha e com o qual estava acostumado a lidar, essa produção tornava-se ainda mais escorchante e impiedosa pela situação de sua moradia. A estrutura física da barraca consistia, basicamente, de uma pequena construção edificada sobre troncos de madeira de maior resistência ao solo úmido, assoalhada e cercada por paxiúba e coberta por folhas de palmeiras. Possuía no máximo dois cômodos, sendo o quarto de dormir e uma área livre que servia para a guarda de alguns utensílios de trabalho e usada como cozinha. Pelas suas próprias condições materiais, estava essa gente sujeita às intempéries, como chuva, frio, umidade e a presença de animais peçonhentos, eventos que tornavam a vida desprotegida e insalubre^{9,17}.

A precariedade das condições de moradia e de higiene do seringueiro manifestava-se, em boa medida, por meio de uma série de aspectos: 1) considerando que a intenção do migrante era apenas ganhar dinheiro, num curto espaço de tempo, e voltar para sua terra natal, não estava preocupado em estabelecer uma condição estrutural mais sólida e permanente; 2) a ganância do capital pela matéria-prima em questão exigia dedicação exclusiva à sua produção; 3) a ausência de uma família que pudesse dividir tarefas, principalmente de uma companheira, sempre mais afeita aos cuidados com o corpo e com a habitação. Tudo se refletia em maior insalubridade das condições da moradia; 4) o corre-corre da lida produtiva não permitia ao seringueiro, na maioria das vezes, mais que um banho diário; 5) a indisponibilidade de sabão fazia com que as roupas não fossem lavadas de forma conveniente; 6) a água de beber era acondicionada, sem nenhum tratamento, em bilhas ou potes; 7) a defecação era feita a céu

aberto, usando, no máximo, um tronco caído para, de cócoras, facilitar a evacuação; 8) a limpeza, após a defecação, era quase sempre feita com algum recurso da própria mata, tal como folhas, palhas de milho ou sabugo; 9) as mãos, comumente, não eram lavadas logo após a defecação^{7,9,17,18,19}.

Sem a intenção de desejar estabelecer uma hierarquia entre os tópicos acima mencionados, chama-se a atenção para os de número 6, 7, 8 e 9, por se configurarem como aqueles mais diretamente relacionados com a questão de higiene e de salubridade e, conseqüentemente, com a saúde do produtor da seringa. Sobre o tópico 6, água de beber, apesar de esta não passar por nenhum tratamento antes do consumo, não há indícios registrados de que tenha representado fator de risco importante à saúde. Assim, é de se supor, em tese, que a dispersão populacional e seu contingente inexpressivo – dada a dimensão territorial – garantissem a preservação dos cursos de água ou das nascentes utilizadas.

Os tópicos 7, 8 e 9, no entanto, podem ter contribuído significativa e negativamente na questão em pauta, uma vez que se relacionam à principal barreira para a transmissão de patógenos entéricos: a eliminação de fezes de forma segura e a adequada lavagem das mãos com sabão, especialmente depois do contato com material fecal durante a limpeza anal, conforme se pode depreender das análises de Curtis e Cairncross²⁰, Bartram e Cairncross²¹ e Ejemot et al.²².

Por outro lado, ao serem assentados em suas respectivas colocações, os seringueiros ficavam isolados dos barracões e dos outros tantos seringueiros que, como eles, foram “colocados” ou no mesmo seringal ou em seringais vizinhos. Isso porque:

1) Se os barracões eram edificados nas margens dos cursos de água, de modo a propiciar o escoamento da produção e a comunicação com as casas aviadoras, as colocações (e nelas as barracas dos seringueiros) eram, por excelência, definidas, assim como também o eram as estradas de seringa, levando-se em conta a própria distribuição natural das árvores produtoras da goma elástica. Como resultado, a comunicação do seringueiro com o patrão seringalista só era possível, na maioria das vezes, via varadouro, por onde, inclusive, o comboio de animais (geralmente burros) transitava para promover o aviamento do seringueiro, transportando instrumentos de trabalho e víveres. Dificilmente coincidia de, na distribuição natural das

seringueiras, estas estarem dispostas próximas ao mesmo curso de água no qual, em uma de suas margens, havia sido edificado o barracão.

2) As distâncias que separavam uma colocação da outra e, em especial, a barraca do barracão eram demasiadamente grandes, considerando as condições de como eram percorridas;

3) Intimamente relacionado com o item anterior, o trajeto barraca-barracão era feito a pé, já que o seringueiro não dispunha de animal para tal locomoção.

Associada à questão do isolamento, o seringueiro padecia de uma solidão extrema, haja vista que, de modo geral, se por um lado seu vizinho mais próximo morava há dias de distância, por outro não podia contar com a presença de uma companheira e de filhos, já que as regras da arregimentação, como também dos regulamentos, não lhe permitia vir com a família para os seringais, pois, “regiões haviam (sic), numa extensão de dez a doze propriedades, que não se encontrava uma dona de casa [...] Ali não existia mulher [...]”¹⁷.

No tocante à ausência da mulher, nos seringais, nos últimos anos, têm sido produzidos trabalhos voltados para a questão de gênero, que tenta desmistificar essa ausência, como o de Wolff⁹. A autora, entretanto, admite, em várias passagens de sua obra, que a presença da mulher, pelo menos no limiar da produção, era exceção, e não regra, até porque:

[...] muitos patrões não só não financiavam a vinda de mulheres para seus seringais, como até a desencorajavam, tentando com isso aguçar no seringueiro a vontade de voltar para o Nordeste, e portanto, a necessidade de produzir cada vez mais borracha⁹.

E, reforçando sua própria afirmativa, diz: “por outro lado, reconhecemos que a maioria das pessoas [que vinham para os seringais do Acre] eram provavelmente esses homens sós [...]”⁹.

Essa concepção, acerca da ausência da mulher, no Acre, durante a formação dos primeiros seringais já foi sobejamente registrada. Veja-se, por exemplo, que:

Enquanto o outro grupo, o do patrão, dispõe de associações, o do seringueiro é um grupo só. Um homem só. Ele e a floresta. Ele e a árvore de seringa. Ele e a borracha. Ninguém. Mulher, naqueles tempos, não havia, no Acre todo.

Era privilégio de pouquíssimos, do patrão, constituído em família, do gerente, do guarda-livros²³.

A questão do isolamento e da solidão representou uma dimensão significativa de problemas relativos à saúde do corpo e certamente também da mente. No que se refere aos problemas relativos à saúde psicológica, a fala do seringueiro Francisco Lopes, registrada por Samuel Benchimol¹⁶, que veio para o Acre com um tio em 1906, parece bastante representativa: “A vida lá é muito tristonha. Um silêncio que deixa a gente triste e acabrunhado [...]. Trabalha-se sem gosto e sem vontade. Com um companheiro é bem melhor. [...] Eu não quero mais morar sozinho. Nunca vi vida mais flagelada e tristonha.”

Apesar de tudo isso, há que se argumentar que a Amazônia – e o Acre em particular – simplesmente pelas suas próprias condições físico-naturais, não era insalubre ao migrante e tampouco responsável pelas doenças a que este era acometido. Na verdade, se a ele fossem dadas as condições mínimas necessárias à manutenção do seu bem-estar psicológico e principalmente físico (de higiene e salubridade), provavelmente não teria sofrido de forma tão violenta com doenças como a *leishmaniose* (a ‘ferida braba dos seringueiros’), a tuberculose pulmonar, a hanseníase, o beribéri e a malária, que grassaram – principalmente esta última – durante o processo produtivo.²⁴

Além dessas doenças, estava o produtor de borracha suscetível a outros agravos e a acidentes, que eram relativamente comuns, estivesse no interior da barraca ou na estrada de seringa, no corte: picada de cobra, ataque de onça, queda de galho podre ou de ouriço de castanha, desprendidos de árvores de alturas consideráveis. Ocorrendo tais eventos, certamente haveria dificuldades no socorro. Como vencer as distâncias? Como conseguiria caminhar da barraca ao barracão que, no caso do Acre, distava a colocação em média de 3 a 5 dias de viagem a pé? Se chegasse ao barracão, seria ‘medicado’? Tinha transporte para conduzi-lo do barracão à cidade mais próxima?

Nesses casos, não era incomum a morte no próprio local do acidente ou, em última instância, no barracão, onde era, no máximo, ‘medicado’ pelo gerente, com os remédios disponíveis e que haviam sido previamente adquiridos, dada a frequência com que tais acidentes e doenças aconteciam. Afinal, fazia-se necessário manter o seringueiro, ainda que de forma precária, com saúde suficientemente capaz de lhe permitir produzir.

Especificamente, os seringueiros provenientes do Nordeste, na sua maioria analfabetos e supersticiosos, além de trazerem consigo uma maneira própria de tratar certas doenças, com base em rezas e promessas, foram aos poucos incorporando uma cultura curativa indígena e cabocla, que se utilizavam de plantas locais, as quais, muitas vezes, não surtiam os efeitos esperados.

Pelo descrito até aqui, pode-se afirmar que as condições de higiene e salubridade nas colocações e, mais pormenorizadamente, no ambiente da moradia do seringueiro, não eram em nada satisfatórias para a proteção da saúde do trabalhador, mas eram coerentes com a política produtiva adotada na fabricação da borracha. Até porque, segundo Dean, para alguns observadores daquele sistema produtivo, “[...] tal forma de organização [...] era a única que os seringueiros aceitariam.”²⁵.

Barracão, seringalista e borracha: a apropriação da produção

E o que dizer da infraestrutura sanitária do barracão, outro elo da representação espacial, política, econômica, e sociocultural da cadeia produtiva da borracha? De modo geral, apresentava características comuns às da barraca, principalmente quando se considera para a análise comparativa apenas a variável das condições ‘físico-naturais’ que o envolvia.

Entretanto, tais características, mesmo com relação às questões físico-naturais, param por aí, pois, no barracão, havia peculiaridades que, aparentemente insignificantes, fizeram a diferença entre este e a barraca e que por isso mesmo estabeleceram também condições sanitárias diferenciadas entre ambos.

Vale salientar ainda que, se os primeiros barracões possuíam características que em muito os aproximavam das toscas barracas, em seu modelo de simplicidade e desconforto, eles foram, aos poucos, ganhando uma estrutura cada vez mais sofisticada, na proporção em que a produção atingia patamares mais satisfatórios.

O barracão era totalmente fechado e melhor localizado, visto que, por ser edificado às margens de um rio, favorecia o transporte e a comunicação entre este e as casas aviadoras e exportadoras de Belém e Manaus. Em geral, possuía locais apropriados à defecação e ao banho⁷, eram iluminados no seu interior por candeeiros a querosene, eram construídos em dois andares, sendo o inferior utilizado como depósito ou armazém de compra, venda e troca

de mantimentos e borracha, e o superior para a moradia do seringalista. Posteriormente, o seringalista houve por bem separar, para maior conforto e privacidade, o barracão do armazém¹⁷.

Essa estrutura dos barracões tinha um sentido: afinal, era a representação do poder do seringalista, o qual, apesar de muitas vezes ser também um migrante nordestino, que veio para a Amazônia-Acre, pelas mesmas razões dos seus compatriotas seringueiros, encontrava-se no topo da cadeia produtiva. Considerando, dentre outros fatores, suas posses e argúcia política, pôde desbravar a selva em que se encontravam as árvores lactíferas e organizar o seringal. Era o empresário, o coronel, o patrão! E, nessa condição, era quem determinava, via regulamento (ou para além deste), o *modus operandi* da produção. Determinava, por exemplo – e de acordo com a sua visão política, econômica e sociocultural –, a forma de se relacionar com o seu empregado (seringueiro).

Conclusões

Os sertanejos que vieram para a Amazônia-Acre, no período em discussão, e se fizeram seringueiros ou seringalistas, eram moradores tanto das cidades nordestinas quanto principalmente da zona rural. Quando vinham dessa zona, eram produtores de pequeno, médio e, em alguns casos, de grande porte, cujas propriedades enfrentavam as agruras das secas periódicas²⁶.

Apesar de a maioria desses migrantes não se enquadrar na condição de cidadãos – uma vez que suas condições socioeconômicas (analfabetos e sem propriedades) não lhes asseguravam essa condição perante a legislação da época²⁷ – eram de certa forma homens livres, podendo, a tempo e a hora, ir e vir.

As condições físico-naturais da floresta amazônica em nada tinham relação com a terra de origem. Lá, a quentura e a sequeidão; aqui, também quente, mas úmido, e até mesmo por um bom período do ano alagado. Lá, as ruas largas e livres ou as estradas, os caminhos para as glebas; aqui, no máximo os cursos de água e os varadouros, cujos usos requeriam destreza e tenacidade. Havia sempre um ‘ar de perigo’. Lá, o transporte ferroviário ou a montaria (cavalo, jumento, burro); aqui, a chata, a gaiola (para as casas aviadoras), o burro (só para o comboieiro), as pernas ou, no máximo, a canoa (para o seringueiro). Lá, pequenas distâncias e

fáceis acessos; aqui, o vizinho mais próximo distava cerca de 3 a 5 dias de viagem a pé. Lá, o aglomerado de gente; aqui, a solidão extrema. Lá, a residência, a qual, ainda que tosca, permitia certo conforto; aqui, a barraca, provisória, sem proteção, úmida e sem higiene.

Não se pretende com tais afirmações estigmatizar o seringueiro como uma mera vítima do sistema produtivo e destituído da capacidade de contra ele se insurgir – como de fato alguns o fizeram, utilizando-se de vários métodos, como impregnar a borracha de substâncias estranhas para aumentar o seu peso ou negociá-las, às escondidas, com os regatões²⁸. Tampouco se pretende admitir, de forma generalizada, como aventou Dean²⁵, que o “regime de trabalho baseava-se mais nas expectativas de maiores ganhos por parte dos trabalhadores do que pela força, engodo ou escravidão por dívidas.”.

Aliás, ao seringueiro, último elo da cadeia produtiva, foram disponibilizadas apenas as condições materiais mínimas necessárias ao trabalho da extração do látex, da defumação e da feitura das peladas de borracha, principalmente durante o *rush* da produção, pois ao capital não interessava as suas condições físicas e psicológicas. Não interessava sua cultura, seus modos de vida, sua família, sua terra natal... Não interessava nada mais além da produção de borracha. E a borracha era produzida em meio às condições precárias de higiene e insalubridade dos seringais. Condições essas muito mais perversas aos seringueiros do que qualquer outro elo da cadeia produtiva, que culminou com um número alarmante de mortes.

Quanto ao número de mortos, nenhuma estatística precisa é identificada na literatura, nem mesmo para o período relativo ao segundo surto. Até porque, “quantos partiram, quantos chegaram, quantos morreram, a crônica [também] não registrou.”¹⁶. Entretanto, considerando-se que o número de migrantes que veio para a Amazônia entre os anos de 1877 a 1900 somou em torno de 158.000¹⁶, bem como nesse período ocorreu algo idêntico ao verificado na década de 1900, onde “[...] a mortalidade elevada era a principal causa de escassez de mão de obra, o que obrigava o recrutamento contínuo de nordestinos, talvez 14.000 por ano [...]”²⁵, presume-se uma soma expressiva de mortes no período estudado.

Conclui-se, então, que as condições de infraestrutura e sanitária nos seringais do Acre, durante o primeiro surto da produção gumífera, devem ser compreendidas numa perspectiva histórica das condições físico-naturais, socioeconômicas, políticas e culturais. Os efeitos do ambiente sobre o processo saúde-doença, nos seringais, nesse período estudado, revelam uma

situação de eloquente iniquidade e desumanidade, se avaliados sob a lente dos padrões contemporâneos. Este relato ressalta, no entanto, a indissociável mediação da relação ambiente-saúde, realizada pela dinâmica do processo produtivo, que colocava a obsessão pela maximização de excedentes econômicos, acima de qualquer cuidado com a saúde dos trabalhadores na seringa.

Colaboradores

D J Almeida Neto trabalhou na pesquisa, na metodologia e na redação e L Heller trabalhou na concepção do texto final.

Agradecimentos

À CAPES, pelo apoio ao programa de Doutorado Interinstitucional em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, celebrado entre a Universidade Federal de Minas Gerais e a Universidade Federal do Acre; À nutricionista Katiuscia Shirota Imada, professora do Curso de Nutrição da UFAC, pela elaboração e análise da Tabela 1.

Referências

1. Porto MFS, Almeida GES. Significados e limites das estratégias de integração disciplinar: uma reflexão sobre as contribuições da saúde do trabalhador. *Cien Saude Colet* 2002; 7(2):335-347.
2. Tambellini AT, Câmara VM. A temática saúde e ambiente no processo de desenvolvimento do campo da saúde coletiva: aspectos históricos, conceituais e metodológicos. *Cien Saude Colet* 1998; 3(2):47-59.
3. Weihs M, Mertens F. Os desafios da geração do conhecimento em saúde ambiental: uma perspectiva ecossistêmica. *Cien Saude Colet* 2013; 18(5):1501-1510.
4. Heller L, Castro JE, organizadores. *Política pública e gestão de serviços de saneamento*. Ed. Ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2013, p 30.
5. Brasil. Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. *Diário Oficial da União* 2001; 14 set. Art. 189.
6. Paravicini J. In: *Acre: relatórios de governo (1899 a 1905) – os anos do conflito*. Rio Branco: Gráfica do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, v. 1, [2002?]. p. 10-83.
7. Esteves, AR. *A ocupação da Amazônia*. São Paulo: Brasiliense; 1993. (Tudo é história, 143).
8. Rocha AC. *Trabalho e dominação nos seringais do Acre* [dissertação]. São Paulo (SP): Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; 1998.
9. Wolff CS. *Mulheres da floresta: uma história do Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo: HUCITEC; 1999. p. 46, 60, 67, 68.

10. Castelo Branco JMB. O povoamento da Acreânia. *R. IHGB*, 1961; 250:118-256.
11. Cunha E. *À margem da História: batalha do ouro negro*. Rio Branco: Tribunal de Justiça; 2003, 29-30, p. 29.
12. Mattos RCM. In: *Acre: relatórios de governo (1899 a 1905) – os anos do conflito*. Rio Branco: Gráfica do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, v. 1, [2002?]. p. 87-135.
13. Peixoto A. O problema sanitário da Amazônia. In: *Sobre o saneamento da Amazônia*. Manaus: P. Daou; 1972. p. 179-205, p. 186.
14. Castro J. *Geografia da fome*. (O dilema brasileiro: pão ou aço). Rio de Janeiro: Edições Antares; 1984. (Clássicos das Ciências Sociais no Brasil), p. 95.
15. Schweickaedt JC. *Ciência, nação e região: as doenças tropicais e o saneamento no Estado do Amazonas (1890-1930)* [Tese]. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz; 2009, p. 46.
16. Benchimol S. *Amazônia: um pouco – antes e além – depois*. Manaus: Umberto Calderaro, 1977; p. 287-288, p. 263 (Amazoniana, 1).
17. Reis ACF. *O seringal e o seringueiro*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola; 1953. (Documentário da vida rural, 5).
18. Cabral AL. *Dez anos no Amazonas (1897-1907)*. Brasília: Gráfica do Senado; 1984, p. 55.
19. Ranzi CMD. *Raízes do Acre*. Rio Branco: EDUFAC; 2008.
20. Curtis V, Cairncross S. Effect of washing hands with soap on diarrhoea risk in the community: a systematic review. *The Lancet* 2003; 5:275-281.
21. Bartram J, Cairncross S (2010) *Hygiene, sanitation, and water: forgotten foundations of health*. PLoS Med 7. [serial on the Internet] 2010 nov. 9 [cited 2014 abr 7]. Available from: <http://www.plosmedicine.org/article/info%3Adoi%2F10.1371%2Fjournal.pmed.1000367>
22. Ejemot RI, Ehiri JE, Meremikwu MM, Critchley JA. Hand washing for preventing diarrhoea (Review). *Cochrane Database Syst Rev*. [serial on the Internet] 2009 [cited 2014 abr 7]. Available from: http://ije.oxfordjournals.org/content/39/suppl_1/i193.full.pdf
23. Tocantins, Leandro. *Formação Histórica do Acre*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira; 1979, p. 166. 2 v.
24. Chagas C. Exploração das questões médico-sanitárias em diversos rios da bacia Amazônica – Relatório de viagem. In: *Sobre o saneamento da Amazônia*. Manaus: P. Daou; 1972b. Segunda parte, p. 53-118.
25. Dean W. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel; 1989, p. 73.
26. Santos R. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz; 1980.
27. Ferreira MR. *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*. Ebooksbrasil. 2005 [acessado em 2014 mar 11]. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/eleitoral.html>
28. Almeida Neto DJ. *'Aos trancos e barrancos': identidade, cultura e resistência seringueira na periferia de Rio Branco – Acre (1970-1980)*. Rio Branco: EDUFAC; 2004. p. 60.
29. Phillipi ST. *Tabela de Composição de Alimentos: suporte para decisão nutricional*. 2. ed. São Paulo: Coronário; 2002.

Artigo 2 – Entre [as] Chagas e [a] Cruz: a posição dos cientistas de Manguinhos frente às ações do Estado nas zonas malarigênicas produtoras de borracha da Amazônia-Acre (1912-1913)

Resumo

A comissão do Instituto Oswaldo Cruz, que esteve na Amazônia Ocidental entre outubro de 1912 a abril de 1913, é um marco na história das condições de saneamento-saúde no Acre. A contribuição deste artigo é no sentido de discutir que os cientistas de Manguinhos, principalmente Carlos Chagas, não só cumpriram o objetivo proposto para a comissão, como também apontaram a responsabilidade do Estado pelas condições sanitárias desfavoráveis a que estavam submetidos os produtores acrianos de borracha. O método básico da pesquisa consistiu em uma análise nos relatórios produzidos pela comissão (manuscritos e datilografados), bem como em alguns estudos a ela referentes. Como resultados e conclusões mais relevantes, aponta-se que, mesmo tendo cometido alguns equívocos metodológico-técnico-operacionais e deparando-se com entraves do próprio ambiente, a comissão cumpriu os objetivos para os quais fora confiada. O Estado, na figura do governo federal, sendo o principal garantidor de que o tratamento antipalúdico chegasse a todos de maneira segura e eficaz, ao não o fazer, assumiu grande parte da responsabilidade pelo número alarmante de acometidos pela principal doença causadora de óbitos naquele período.

Palavras-chave: Acre; Estado; biopoder; malária; saneamento.

Introdução

Nas mais de três décadas do primeiro surto da produção de borracha na Amazônia-Acre, os seringueiros não contaram com a presença do Estado no que se refere à adoção de medidas visando à melhoria das suas condições sanitárias. Então, o que se observava no período em questão era, nas relações sociais de produção da borracha, a prevalência do poder discricionário dos seringalistas, que, em última instância, determinavam as regras de como produzir, as quais geralmente conduziam o seringueiro ao endividamento e a uma maior exposição às doenças causadoras de morte no período.

Certo é que, no tocante à região do Acre mais especificamente, o Estado nacional brasileiro nela não se fez presente de nenhuma forma até sua efetiva incorporação, ocorrida oficialmente em 17 de novembro de 1903, resultado do Tratado de Petrópolis, celebrado entre o Brasil e a Bolívia (BRASIL, 1907).

A partir de então, atribui-se àquele ente público parte da responsabilidade pela situação alarmante de adoecimento e morte de milhares de seringueiros, ocasionada por doenças como a malária, uma vez que a este teria sido possível atenuá-las por intermédio de uma política pública satisfatória. Isso porque, sendo o Acre Território Federal, cabia ao governo central, por determinação jurídica (por exemplo, o Decreto nº 1.181, de 25 de fevereiro de 1904), gerir-lo política e administrativamente (BRASIL, 1907).

No entanto, observam-se contradições. De um lado, ao governo federal é atribuída a responsabilidade de sanear o Acre, e ele adota como primeira medida a instituição do Plano de Defesa da Borracha (PDB), por intermédio do Decreto nº 2.543-A, de 5 de janeiro de 1912 (BRASIL, 1915). De outro, nega essa responsabilidade, ao abandonar o referido plano poucos meses depois de elaborá-lo.

É certo que com relação aos estudos sobre as condições sanitárias do Acre, não se têm notícias de algum anterior ao relatório de medicina tropical, resultado do levantamento da comissão do Instituto Oswaldo Cruz (IOC) encarregada de determinar as condições médicas e

sanitárias e a consequente proposta de estabelecer as bases da profilaxia de parte da Amazônia Ocidental¹, realizada entre outubro de 1912 e abril de 1913.

Tais estudos, contudo, não se constituíam em uma ação isolada, mas se inseriam, entre outras questões, à tentativa de, através de ações de expedições científicas, apontar as condições para a erradicação das mazelas provocadas por epidemias como a malária e a febre amarela, principalmente nas regiões de atividades exportadoras, base da economia do país. Além disso, representavam ao “[...] movimento de denúncia feita pelos médicos das graves condições sanitárias nacionais [...]” (SCHWEICKARDT; LIMA, 2007, p. 16); e correspondiam, consequentemente, a projetos modernizadores, preconizados a partir da Proclamação da República Brasileira, em 1889.

Nesse contexto, pode-se dizer que o objetivo geral da viagem do IOC à Amazônia Ocidental foi o de empreender trabalhos profiláticos de doenças que intervinham no processo de produção de borracha, os quais foram requisitados pela então criada Superintendência de Defesa da Borracha (SDB).

Produzidas ora individualmente, ora em equipe, as várias versões do relatório² da referida comissão apresentam algumas posições senão divergentes, pelo menos diferentes entre seus principais representantes, Oswaldo Cruz³ e Carlos Chagas, relacionadas à natureza sociocientífica de cada um frente às condições encontradas. Esses relatórios referem-se principalmente ao ambiente produtivo da borracha e ao tratamento dispensado pelo Estado e pelos patrões-seringalistas no “combate” às doenças das quais eram acometidos os seus principais produtores, os seringueiros.

¹ Por ocasião do contrato firmado entre a Superintendência da Defesa da Borracha e o Instituto Oswaldo Cruz, entendia-se como parte da Amazônia Ocidental a área que se limitava ao Estado do Amazonas e aos então territórios do Acre e Roraima. Segundo Batista (1972), provavelmente o Território de Rondônia não fora incluído porque já havia sido alvo de estudo em 1910, quando dos trabalhos realizados por Oswaldo Cruz na região de Madeira-Mamoré. No relatório do referido contrato, usa-se também o termo Vale Amazônico para designar a área em pauta.

² Em trabalho minucioso realizado no setor de documentação da COC/Fiocruz, no Fundo Carlos Chagas e Carlos Chagas Filho, Schweickardt e Lima analisaram quatro versões do relatório em questão, as quais, com a finalidade de facilitar a discussão e análise do material, lhes deram as seguintes denominações: o relatório manuscrito de Chagas de versão I; o manuscrito da comissão, versão II; o texto datilografado, versão III; e a publicação oficial, versão IV.

³ Importante registrar que, apesar de figurar como o principal responsável pela comissão em destaque, Oswaldo Cruz dela não participou diretamente, sendo seus membros médicos o próprio Carlos Chagas, João Pedroso de Albuquerque e Pacheco Leão.

É partindo dessa discussão que se nortearam as contribuições do presente artigo, quais sejam, numa análise dos trabalhos desencadeados pelo instituto e descritos nomeadamente na primeira versão do relatório da comissão encarregada de realizá-los, sugerir que Carlos Chagas voltara os olhos para o Vale Amazônico numa perspectiva de que ia para além das questões técnico-científicas; depois, evidenciar a responsabilidade que caberia ao Estado pela situação alarmante de adoecimento e morte de milhares de seringueiros, ocasionada por doenças como a malária, uma vez que a este teria sido possível atenuá-las, por intermédio de uma política pública satisfatória⁴; em seguida, enfatizar, como verificado em outros estudos, a importância dos trabalhos daquela comissão para o Acre, apesar de alguns equívocos de ordem metodológico-técnico-operacional e condições ambientais.

Necessário se faz assinalar que, ao analisar a supressão ou o acréscimo de partes do documento manuscritamente produzido por Carlos Chagas, que fundamentou a elaboração do relatório final da comissão, não se ocupa de dar destaque para as alterações já abordadas por Schweickardt e Lima (2007), mas de buscar a motivação que levou o cientista do IOC ao registro primeiro.

Julga-se importante também mencionar que, quanto ao texto manuscrito, a ele se teve acesso, em sua versão primária, por intermédio da Sala de Consulta do Departamento de Arquivo e Documentação da FIOCRUZ; já o acesso à versão datilografada, a consulta se deu por meio de fonte secundária, mais precisamente da publicação “Sobre o Saneamento na Amazônia” (CRUZ, CHAGAS; PEIXOTO, 1972).

Entre Chagas e Cruz ou do vivenciado e escrito ao ponderado e publicado

Reconhece-se que as expedições realizadas pelo Instituto Oswaldo Cruz, a exemplo de outras dirigidas aos “sertões” do Brasil, tiveram importância significativa para o país como um todo – e para a Amazônia em particular –, tanto no aspecto do conhecimento do seu interior quanto

⁴ Embora se reconheça que, entre 1910 e 1915, mal existiam serviços sanitários na maioria dos Estados, bem como do enorme desafio do poder público federal de lidar com doenças como a malária em uma região com baixa estruturação e elevada amplitude territorial, o Acre assumia, no contexto nacional, uma situação diferenciada da estabelecida para os outros entes federativos, sendo que por isso mesmo poderia ter sido também tratada de maneira diferenciada.

para as pesquisas científicas relacionadas com o processo saúde-doença das populações residentes na região. Entretanto, reconhece-se também que os relatórios resultantes dos trabalhos empreendidos não estão isentos de questionamentos, desde a metodologia empregada até as relativas ao campo específico da medicina.

No caso particular do relatório produzido com o intuito de determinar as condições médico-sanitárias do vale do Amazonas, chama a atenção:

[...] As escolhas feitas entre o registro da viagem e o texto final publicado como documento oficial pelo Instituto Oswaldo Cruz [...]. [O] modo como o texto foi sendo usado para fins teóricos e políticos. Os silêncios e os cortes ofereceram-nos uma idéia sobre o pensamento dos autores e sobre as escolhas feitas em determinados momentos (SCHWEICKARDT e LIMA (2007, p. 17).

Na pesquisa de Schweickardt e Lima (2007), note-se que ora é referenciada uma autonomia institucional (Instituto Oswaldo Cruz), ora individual (autores), para determinar a natureza da responsabilidade sobre a feitura do relatório, com seus silêncios, adendos e cortes. E ainda, em outra passagem do texto, é substituída a expressão “pensamento dos autores” por “[...] preocupação de Oswaldo Cruz e da Comissão [...]” (SCHWEICKARDT e LIMA, 2007, p. 30).

Certamente tais mudanças de indicação de responsabilidade não se deram por acaso, mas obedecem ao que os autores puderam perceber nas várias versões do relatório, no que se refere às possíveis discussões entre seus membros (inclua-se aí também Oswaldo Cruz) e ao poder de convencimento de uns sobre os outros. De forma mais pontual, na relação entre a Comissão e Oswaldo Cruz, fica evidente que as divergências de opinião se deram mais na fase da elaboração do relatório final do que na etapa da segunda versão preliminar, em que os membros que efetivamente participaram da Comissão produziram.

Assim é que, na própria sequência proposta pelos referidos pesquisadores das diversas fases pelas quais passara o relatório, identificam que: 1) a primeira versão é de inteira responsabilidade de Carlos Chagas, já que foi quem o redigiu; 2) a segunda, redigida pela comissão (e aí não se inclui Oswaldo Cruz), difere da anterior apenas pela inserção de algumas informações e mudanças textuais; 3) é Oswaldo Cruz que, após a leitura, faz adendos

e cortes no documento da comissão, determinando a feitura da sua terceira versão, que, uma vez datilografada, é encaminhada ao ministro; 4) por fim, o relatório é publicado sob os auspícios do Instituto Oswaldo Cruz.

Do enunciado acima, deduz-se que a mudança mais significativa no relatório se deu entre o que Carlos Chagas vivenciou e manuscritamente produziu (que se consolidou como sendo da opinião dos outros dois médicos da comissão, João Pedroso de Albuquerque e Pacheco Leão) e aquilo que ele houve por bem permitir que Oswaldo Cruz suprimisse ou acrescentasse.

Essa atitude tomada por Oswaldo Cruz é justificada por Schweickardt e Lima (2007, p. 30), no que se refere à supressão, pelo fato de que:

[...] algumas afirmações e juízos [...] poderiam trazer complicações de ordem política. [Já que] as partes excluídas trazem informações de nomes de políticos e conflitos locais, médicos e negociantes, a história do conflito Brasil-Bolívia no Acre, política de saúde pública e informações científicas ainda não devidamente comprovadas.

E quanto ao acréscimo, “[...] pode ser interpretado pelo interesse de Oswaldo Cruz na temática, já que participara da extinção da febre amarela em Belém⁵, em 1911.” (SCHWEICKARDT e LIMA, 2007, p. 31).

Ainda com relação à supressão de partes do texto original produzido por Carlos Chagas, os referidos pesquisadores referem-se, ao longo trecho excluído logo após o primeiro parágrafo da seção relativa ao “resumo geral dos estudos no Rio Negro”, defendendo ter a exclusão sido motivada porque “[...] estava [o texto original] carregado de juízo sobre a política pública do Estado e revela aspectos subjetivos da comissão que estava indignada com o que estavam presenciando com relação ao trabalho médico na região.” (SCHWEICKARDT; LIMA, 2007, p. 36). Trata-se do trecho:

⁵ Dita inserção, na versão datilografada, foi a seguinte: “a febre amarela graça endemicamente em Manaus”. (CHAGAS, 1972a, p. 55). Para mais do que o “interesse de Oswaldo Cruz na temática”, causa estranheza o acréscimo desta frase – “[...] quase deslocada do texto”, como bem afirmaram Schweickardt e Lima (2007, p. 31) –, uma vez que aí nenhum comentário sequer sobre a febre amarela é feito em relação à cidade de Manaus por Carlos Chagas, na versão manuscrita.

O governo [referia-se ao governo do Amazonas], por intermédio da Repartição de Hygiene, enviou ás zonas flagelladas [da malária] o Sn^r. Affonso Ligúrio Velloso, sem outro título, além da própria convicção de entender de causas médicas. E lá foi pelo Rio Negro esse novo Messias, acompanhado de vinhos e xaropes anti-febris (especialmente dos preparados por um tal pharmaceutico Borba, de Manáos) distribuindo, de seringal em seringal, conselhos irracionais e drogas inefficazes em nome dos poderes públicos! (CHAGAS, 1913, não paginado).

Em relação a essa exclusão, forçoso se faz registrar que se se comunga, por exemplo, com a supressão de “informações científicas ainda não devidamente comprovadas”, o mesmo não se pode dizer quanto à retirada de informações “sobre a política pública do Estado”, mesmo porque, se a falta da referida política trazia prejuízos significativos, estes, mais do que ao governante, eram – isso sim – às já precárias possibilidades de controle de uma das doenças que mais contribuía negativamente no processo produtivo da borracha, haja vista ser a principal causadora de baixas entre a categoria do seu produtor por excelência, o seringueiro.

Em outras palavras, admite-se que a “denúncia” feita se coadunava, por um lado, com os objetivos da comissão, os quais – repita-se – era o de “[...] determinar as condições médico-sanitárias de parte do vale do Amazonas e a estabelecer as bases da profilaxia nessa região.” (CRUZ, 1972a, p. 47); por outro, se colocava na condição de um dado ilustrativo significativo de como se encontravam as condições “médico-sanitárias” na região do Rio Negro, com a agravante de que o próprio poder público, mais do que aquiescê-la, fomentava-a, na medida em que, oficialmente, permitia a distribuição aos seringueiros de “conselhos irracionais e drogas, ineficazes”.

Seguindo essa linha de compreensão, se Schweickardt e Lima deram ênfase aos motivos dos “silêncios, das supressões e dos adendos” no relatório em questão, aqui se pretende, percorrendo de maneira inversa o mesmo caminho trilhado por aqueles pesquisadores, evidenciar os possíveis motivos e significados que levaram Carlos Chagas a registrar situações que, além de supostamente serem subjetivas à comissão, poderiam trazer prejuízos políticos aos seus membros, assim como para o Instituto Oswaldo Cruz. Afinal, como asseveraram Schweickardt e Lima (2007, p. 21), “as expedições do Instituto Oswaldo Cruz o consolidam como centro de pesquisa experimental”. Mesmo porque, à medida que se lançava território adentro o aludido instituto, utilizando sua experiência, ampliava não só seus

conhecimentos científicos, como aproveitava para enriquecer sua coleção com exemplares de mosquitos, barbeiros e moluscos, e também para colocar em prática os testes clínicos de medicamentos desenvolvidos pelos seus cientistas – caso do tártaro emético e sua aplicação no tratamento da leishmaniose –, usando as populações locais como “cobaias” (SCHWEICKARDT; LIMA, 2007).

Considerando que o maior problema sanitário da Amazônia se devia à malária e que à época em questão já era possível enfrentá-la, não era de estranhar a postura de Carlos Chagas ao se deparar com uma “política pública” que caminhava como que numa direção contrária ao estabelecimento da profilaxia dessa doença.

De fato, Carlos Chagas e o próprio Oswaldo Cruz conheciam as medidas de profilaxia tanto individual (ministração de quinina) quanto regional (via saneamento) contra a malária e, considerando por excelência a logística e o valor monetário de tais medidas, a responsabilidade que o Estado deveria assumir no sentido de torná-las efetivas. Assim é que, para Carlos Chagas, referindo-se ao número alarmante da doença no vale Amazônico, diz:

O que aí existe ocasionando imensa hecatombe e malsinando as condições naturais de toda a Amazônia é a mais absoluta ausência de assistência médica e medicamentosa, é o desconhecimento completo das medidas de profilaxia individual contra a malária, é o abandono do proletário a um estado mórbido perfeitamente atenuável ou a fatalidade da morte por uma moléstia perfeitamente curável. O que, enfim, constitui o vale do Amazonas a maior fatalidade é esse desprezo pela vida humana por parte dos poderes públicos e dos possuidores dos seringais, não existindo lá, onde a riqueza, trazida pelos resultados de uma indústria extrativa, só depende do trabalho humano, a noção exata do valor de uma existência! (CHAGAS, 1972b, p. 122).

Já quanto às impressões de Oswaldo Cruz, vejamos-se, em primeiro lugar, as lavradas em um artigo para um jornal de Porto Velho (RO) e que se referem ao controle da doença, “a malária ou impaludismo está na classe das moléstias *que só tem quem quer*, isto é, contra ela conhecem-se hoje medidas seguras bem estabelecidas e que postas em práticas com rigor, preservam *com certeza* as pessoas de suas investidas” (GUERRA, 1940, p. 510 apud SCHWEICKARDT; LIMA, 2007, p. 23, grifos do autor); já quanto à garantia do acesso e uso

de quinina de boa qualidade, adverte que “[...] sempre seria submetida à rigorosa fiscalização [...], de distribuição gratuita ou vendida a preços reduzidíssimos.” (CRUZ, 1972b, p. 153); seguidamente, referindo-se mais especificamente sobre a obrigação do Estado:

É contra o impaludismo que se deve dirigir desde já e quanto antes qualquer esforço tendente a sanear o Vale do Amazonas. O Governo tem por dever exercer a tutela sanitária sobre todos aqueles que se arremetam com o intuito de explorar a borracha (CRUZ, 1972b, p. 151).

O que se verifica, destarte, é que os cientistas de Manguinhos tinham plena convicção do necessário compromisso do Estado com a questão do saneamento das regiões produtoras de borracha e da observância do poder público desse compromisso. Entretanto, comparando-se as falas de cada um deles, é possível verificar que, enquanto o discurso de Oswaldo Cruz se dá em um plano mais técnico e científico, o de Carlos Chagas se volta, em essência, para uma tomada de postura em que o conhecimento científico se associa às causas sociais; para um compromisso com a classe mais vulnerável à malária (“proletário”⁶), cuja vulnerabilidade atribui ao abandono tanto por parte do poder público quanto do seringueiro.

Ao longo de todo o relatório manuscrito, essa coerência, que se pode chamar de sociocientífica, se faz presente no discurso de Carlos Chagas. Veja-se que, no caso particular de Rio Branco, se ele não se deparou com situação análoga à verificada no Rio Negro, observou e registrou a total ausência do Estado quanto à assistência médica gratuita, apontando como resultado que “[...] são numerosos os doentes ahi inteiramente ao desabrigo de recursos de tratamento.” (CHAGAS, 1913, não paginado).

Não ficou indiferente, ainda, diante das condições de um posto de alojamento de soldados no distrito de Penápolis (atual Segundo Distrito), como que procurando demonstrar com isso o tratamento dispensado pelo poder público com seus próprios servidores. Se bem que era difícil a qualquer cidadão que estivesse na mesma situação de Carlos Chagas ignorar o que

⁶ A sequência do discurso permite aferir que o termo “proletário” nele empregado diz respeito ao seringueiro.

vira, não se indignar e não registrar tal situação. A Figura 1 ilustra a cena com a qual aquele sanitarista se deparou e denominou de “cafua”⁷.

Figura 1: Posto de alojamento de soldados do distrito de Penápolis, em 1912



Fonte: Acervo da Fundação Garibaldi Brasil, 2015

Fez questão de registrar também aquele cientista que o poder discricionário dos seringalistas ainda imperava na indústria extrativa da borracha no Acre, a ponto de tratar os doentes de maneira diferenciada, de acordo com as suas condições econômicas:

Os proprietários dos seringales vizinhos de Rio Branco, quando os seus trabalhadores dispõem de saldo, prontificam-se a envia-los para a cidade, a fim de ali procurarem recursos; no caso, porém, de existência de debito, os pobres freguezes permanecem doentes nos seringales, sem qualquer meio de tratamento, sendo esse, aliás, na epocha presente, o facto mais frequente (CHAGAS, 1913, não paginado).

Ora, sendo o Acre território federal nesse período, reputa-se que a responsabilidade do poder público que sobre ele recai, mais do que dos gestores locais – como se dava nos Estados da federação –, é do governo central. Até porque, não bastasse o fato de a nomeação para a ocupação dos departamentos acrianos ser prerrogativa daquele poder, a ele era dado saber, por

⁷ O dicionário Aurélio atribui vários significados ao termo “cafua”, sendo o de “habitação miserável” o que melhor caracteriza o posto de alojamento em questão. (FERREIRA, 1986, p. 312).

intermédio dos relatórios de gestão, da situação desfavorável desses departamentos, relativamente à saúde, às condições higiênicas e à falta de recursos monetários capazes de equacionar o problema, como se pode verificar em alguns relatórios dos governos departamentais do Alto Acre (ACRE: RELATÓRIOS..., [2002?a], [2002?b]).

Dessa maneira, a postura de “denúncia” no tocante a ações que contrariavam o *modus operandi* do tratamento da malária por parte do Estado, assumida por Carlos Chagas, pode ser entendida no mínimo sob dois aspectos:

1) seguindo o próprio objetivo da comissão, não havia como estabelecer as bases da profilaxia da malária na região Amazônica e salvar o processo produtivo da borracha, não fosse por intermédio de ações que visassem salvaguardar daquela doença as vidas humanas com ele envolvidas. Ora, como já mencionado em seus relatórios, era o “proletário”, o seringueiro, que se envolvia diretamente com a produção gumífera, assim como era ele também que estava mais vulnerável ao risco de contrair malária e sofrer suas consequências, que iam desde a indisposição para o trabalho até a morte; como a fabricação da goma elástica era de caráter artesanal, a falta de mão de obra significaria a falência da produção.

2) É lógico que Carlos Chagas, a exemplo dos cuidados tomados por Oswaldo Cruz, poderia, ao redigir seu relatório, ter focado sua exposição apenas no problema, ou melhor, em determinar as condições médico-sanitárias das áreas por ele percorridas, sem apontar os seus principais responsáveis (o Estado e os seringalistas). Sua atitude de não omissão ao que vira e efetivamente registrara guarda aspectos ou é própria do que Freire (2008) chamaria anos mais tarde de “o compromisso do profissional com a sociedade”, em que os interesses coletivos sobrepõem os individuais, de grupo ou mesmo institucionais; além disso, sua posição era de não referendar o Estado em suas ações de poder, ou melhor, de biopoder junto às classes subalternas, como descreveu Foucault (2005).

Apesar de esse compromisso retratado por Freire referir-se mais ao profissional de educação, ele pode ser estendido a outras disciplinas, com base na base na afirmativa de que aos detentores do conhecimento é dado, como profissionais, o compromisso de provocar mudanças sociais, almejando a passagem de uma sociedade opressora para uma sociedade igualitária:

Quanto mais me capacito como profissional, quanto mais sistematizo minhas experiências, quanto mais me utilizo do patrimônio cultural, que é patrimônio de todos e ao qual todos devem servir, mais aumenta minha responsabilidade com os homens. Não posso, por isso mesmo, burocratizar meu compromisso de profissional, servindo, numa inversão dolosa de valores, mais aos meios que ao fim dos homens. Não posso me deixar seduzir pelas tentações míticas, entre elas a da minha escravidão às técnicas, que, sendo elaboradas pelos homens, são suas escravas e não suas senhoras (FREIRE, 2008, p. 20).

De sorte que, na proporção em que aquele cientista de Manguinhos avançava em suas experiências quanto à profilaxia e cura da malária, mais aumentava o compromisso que deveria ter ante as populações acometidas por essa doença, não fazendo distinção de classes, tampouco privilegiando os meios técnico-científicos em detrimento do seu fim precípuo: o do bem da humanidade.

E esse compromisso, pode-se dizer, além do aspecto científico (quanto ao processo saúde-doença), também o era no social, dado que, dependendo da atitude assumida (de denúncia ou de neutralidade frente ao problema posto), poderia desencadear ou não transformações sociais significativas. Até porque “a neutralidade frente ao mundo, frente ao histórico, frente aos valores, reflete apenas o medo que se tem de revelar o compromisso. [...] E como este não é um compromisso verdadeiro, assumem a neutralidade impossível.” (FREIRE, 2008, p. 19).

Apesar de ser da própria índole de Carlos Chagas não se envolver politicamente⁸, conjectura-se que, pelas suas convicções de preservação da vida de qualquer espécie⁹, ao se colocar – na qualidade de detentor do conhecimento da cura da malária e das ações práticas a ela pertinentes – numa situação de “neutralidade”, seria para ele assumir um “compromisso” contra os homens com elas acometidos, principalmente no que diz respeito aos seringueiros pobres.

⁸ O desinteresse de Carlos Chagas pela política de cunho partidário não significava dizer que ele era omissos aos debates ideológicos de seu tempo (SCLIAR, 2002).

⁹ Essas impressões a respeito do comportamento de Carlos Chagas foram motivadas a partir da leitura de sua biografia, de responsabilidade de Scliar (2002).

Além disso, assumindo uma situação de “neutralidade”, referendaria políticas públicas de saúde de um Estado que, além de não pôr em prática os ensinamentos científicos sobre a questão, ou se colocava também na neutralidade ou assumia a responsabilidade por adoção de medidas que sabia ineficazes.

Entre as chagas e a cruz: Estado e biopoder (“fazer viver ou deixar morrer”)

Tinha o Estado nacional brasileiro no período em discussão, portanto, a prerrogativa sobre o tratamento dos seringueiros acometidos de malária pelas próprias condições materiais de que podia dispor em seus benefícios, tais como a medicina preventiva e curativa, representada, por exemplo, pelas condições de higiene e salubridade públicas favoráveis e pelo oferecimento de medicamentos eficazes contra a principal doença causadora das mortes.

No caso do tratamento medicamentoso eficaz para a malária, a única meio disponível era a ministração de quinina pura e em doses certas. Ocorre, entretanto, que esse medicamento, além de caro, foi em muito falsificado, inviabilizando assim o alcance de repostas positivas em virtude tanto da sua ineficácia provocada pela adulteração quanto da quantidade insuficiente – ainda que de boa qualidade –, mas que era o valor pelo qual o seringueiro podia pagar.

Acerca dessa questão envolvendo o tratamento da malária pela quinina, a falsificação e o preço elevado desse medicamento, bem como a responsabilidade do Estado junto às zonas impaludadas, o médico Afrânio Peixoto foi um dos seus críticos mais enfáticos. De modo a solucionar o problema, Peixoto (1972, p. 203), apostando na competência do Instituto Oswaldo Cruz, aponta-o para “[...] ser o laboratório da quinina oficial. Estou [certo?] que ao sábio que agora o dirige [referia-se a Oswaldo Cruz], malariólogo dos mais eminentes, não desdouraria esta benemerência”.

Cabia ao Estado, então, assumir a responsabilidade pela manipulação e distribuição gratuita ou a preços módicos da quinina oficial às populações menos favorecidas, fazendo-as viver. Viver, por exemplo, “[...] em um território da União [Acre], onde a letalidade representa verdadeiro atentado à nossa civilização e acarreta prejuízos incalculáveis ao país.” (CHAGAS, 1972a, p. 101); viver para a própria manutenção do processo produtivo da borracha, uma vez que a quantidade produzida dessa matéria-prima dependia do número de

produtores envolvidos no processo; por fim, viver para continuar garantindo o percentual de contribuição que a borracha produzida no Acre – e na Amazônia como um todo – representava para a renda nacional¹⁰.

O “fazer viver”, a propósito, era o que se podia esperar de um Estado que desde a proclamação da República, em 1889, já se dizia embalado pelo ideal de modernização, pois foi a partir dos Estados modernos que a necessidade de se preservar a coletividade humana como produtora de riqueza começou a ser efetivamente observada. Daí, por exemplo, a justificativa da introdução de uma medicina preocupada em preservar a vida, em preservar “o direito de fazer viver”, via mecanismos como a higiene pública e a medicalização da população (FOUCAULT, 2005).

A adoção ou não de uma política de saúde pública por parte do Estado nacional brasileiro para a Amazônia – que até a vigência do primeiro surto se constituía em uma região de elevada produção de borracha e ao mesmo tempo devastada pela malária –, capitaneada pela profilaxia individual e regional, constituía-se, no mínimo, como sendo o tênue limite entre a possibilidade do arrefecimento da referida doença ou a manutenção do número de mortes por ela provocadas.

Como, em tantos outros locais por onde a comissão empreendeu suas ações, por que à sua chegada em Rio Branco, no Acre, por exemplo, não existiam assistência médica e a distribuição de quinina gratuitas mantidas pela administração pública, uma vez que tais medidas, como no dizer Foucault (2005, p. 304), tratavam “[...] essencialmente de aumentar a vida, de prolongar sua duração, de multiplicar suas possibilidades, de desviar seus acidentes, ou então de compensar suas deficiências?”.

Pelo menos pelas razões enumeradas a seguir:

1) De 1877 até 1914, o Acre, como um todo, manteve um crescimento produtivo gumífero, independentemente das suas condições insalubres e conseqüentemente da quantidade de óbitos verificada na região em virtude principalmente da malária, já que houve um

¹⁰ Em 1907, portanto decorridos apenas quatro anos da assinatura do Tratado de Petrópolis, o território acriano assume o primeiro lugar da produção de borracha entre as demais regiões produtivas brasileiras. (PRADO JÚNIOR, 1965).

recrutamento contínuo de nordestinos para esse setor da Amazônia no período, talvez 14.000 por ano (DEAN, 1989).

2) Diferentemente do que ocorrera com outras regiões do Brasil, principalmente a partir do fim do século XIX, em que as condições gerais de vida dos trabalhadores passou a ser vista como condição *sine qua non* para o desenvolvimento e melhoria da produção (REZENDE, 2008), principalmente daqueles ligados diretamente às áreas de interesse econômico, colaboradoras com a renda nacional, o governo federal só se voltou para a situação relativa à saúde-doença dos acrianos – e da Amazônia de modo geral – quando a produção de borracha começou a entrar em decadência, no fim da primeira década do século XX, em virtude da concorrência asiática.

3) Relacionada com a razão anterior, a esfera federal era influenciada pela classe econômica formada pelos produtores de café, pois em sendo este produto um dos pilares da economia nacional, seus produtores – os chamados “barões do café” – exerciam fortes pressões junto ao aparelho de Estado para que os seus interesses fossem privilegiados nas decisões políticas (MONTEIRO; FONSECA, 2012).

4) Apesar de o Acre ser território federal, é bom lembrar que até a segunda década do século XX o governo central (amparado pela Constituição de 1891) pouco intervinha nas questões de higiene e salubridade públicas locais, mas lhe cabia, por exemplo, a intervenção em caso de epidemias (HOCHMAN, 1998);

5) Enquadrava-se a população do Acre (inclua-se aí a de Rio Branco, apesar de ser a capital do território) tanto na concepção que via nos trabalhadores dos “sertões” a verdadeira encarnação da doença e do ócio quanto na que, apoiada na corrente da eugenia¹¹, atribuía à suscetibilidade de essa população adquirir doenças e conseqüentemente reduzir a sua capacidade produtiva à qualidade da “raça brasileira” (BERTOLLI FILHO, 1996). No caso do Alto Acre, com o agravante de que os próprios gestores locais (exímios representantes do governo federal) cuidavam de estabelecer uma espécie de preconceito social, quando das

¹¹ A obra de Stepan (2005) coloca-se como um dos mais recentes e importantes estudos sobre as diversas concepções eugênicas brasileiras. Entretanto, para um apanhado histórico mais geral sobre a eugenia no Brasil, é importante consultar também Kehl (1933), Martins (1915-1926) e Penna (1920, 1923), entre outros.

impressões que externalizavam acerca do migrante proveniente do Nordeste para a produção de borracha:

Oriundos das **classes inferiores da sociedade, ignorantes e supersticiosos**, os habitantes do Acre, na maioria dos casos, são completamente avessos às regras elementares de prophylaxia que lhe são aconselhadas como meio seguro de se premunirem contra os rigores do clima, dahi, a facilidade extrema com que adquirem, logo nos primeiros dias, a infecção palustre. Acrescente-se agora, que esses indivíduos doentes e já depauperados resistem a qualquer tratamento racional a que se pretende sujeital-os; preferem as promessas aos santos, as rezas diversas e uma multidão de outros recursos ineficazes às prescrições dos profissionais (CASTRO, [2002?], p. 39, grifo nosso).

Causa estranheza, portanto – e considerando os motivos já expostos anteriormente –, essa falta de intervenção estatal em um território que, como observou Chagas (1972a, p. 87), “[...] excede a tudo quanto tem visto em outras regiões do país, de elevado índice endêmico pela malária. Nunca encontrou tão elevada letalidade por uma endemia e também nunca viu uma condição mórbida mais intensa e mais generalizada [...]”, como também, e de maneira mais particular, em um departamento (do Alto Acre) cuja produção média de borracha era superior à soma das produções dos Departamentos do Alto Purus e Alto Juruá (CHAGAS, 1972a).

Compreende-se, pois, que, entre esses motivos, o relacionado com o preconceito social, associado à decadência econômica produtiva da borracha, configurara-se como um dos mais significativos e pelo qual o Estado, que detinha as condições materiais de que podia dispor em benefício da saúde dos seringueiros, delas não se utilizou. E nessa exposição dos seringueiros às doenças causadoras das mortes, por falta de ações mais incisivas por parte do Estado, havia uma transferência de responsabilidade daquele para estes justamente pela justificativa do preconceito: eram os próprios acometidos com a malária que, pela sua condição social, recusavam o tratamento que lhes convinha.

Não admitia o Estado que a recusa dos seringueiros ao tratamento da malária pela quinização fora construída ao longo do tempo, numa situação em que, justamente pela falta de assistência e fiscalização do poder público às regiões malarigênicas do Acre, aí se estabeleceram as

condições materiais de sua existência, pois, e como se reportou a própria comissão chefiada por Carlos Chagas:

Não há muita razão para que os habitantes destas regiões, especialmente os seringueiros, sejam confiantes nos benéficos efeitos da quinina. Nas épocas anteriores, quando menos civilizado o Acre, a medicina era aí exercida pelos chamados “médicos regatões”, ainda hoje encontrados em certas regiões, os quais, em pequenas embarcações, percorriam os seringais, vendendo por elevadíssimo preço quinina de má qualidade, insuficiente para produzir a cura, Ou então, adaptando-se pela própria conveniência econômica, aos abusos do povo, tais médicos, verdadeiros aniquiladores do prestígio profissional, vendiam, para curar impaludismo, pílulas de Reuter, grãos de saúde, pomada santa etc., sacrificando deste modo a vida humana e implantando o descrédito da terapêutica (CHAGAS, 1972a, p. 88).

Diante da dificuldade financeira para adquirirem quinina de boa qualidade e em quantidade suficiente, ou mesmo sendo engodados com terapias medicamentosas que não surtiam os efeitos desejados, não era difícil compreender por que os seringueiros passaram a buscar “nas promessas aos santos, nas rezas diversas e em uma multidão de outros recursos” a cura para a malária¹².

Caso o Estado tivesse materializado na prática a responsabilidade quanto à epidemia da malária no Acre no período em questão, não seria ilusão dizer que, parafraseando Peixoto (1972), teria desse modo vendido (ou doado aos mais necessitados economicamente, que consistiam a maioria da população) a saúde a milhares de produtores de borracha. Assim, em vez de “deixá-los morrer”, teria garantido o direito de “fazê-los viver”.

¹² Essa situação não difere muito do que ocorrera com a população pobre do Brasil Colônia, ao utilizar a prática do curandeirismo, com vista à cura de doenças naturais ou supostamente provocadas por feitiços. (NOGUEIRA, 2012; PIMENTA, 1998).

A presença do IOC no Acre: entre equívocos metodológico-técnico-operacionais e condições ambientais

Quando se dirigiu à Amazônia pela segunda vez¹³, em 1910, contratado pela empresa construtora da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré para traçar a estratégia de luta contra as doenças que ali reinavam, Oswaldo Cruz não o fez sem que antes lhe fosse assegurada a vida em duzentos contos de réis. Fato é que àquela ocasião grassava na região toda sorte de doenças regionais – com destaque para a malária –, ocasionando alto índice de mortalidade entre os trabalhadores (BATISTA, 1972; SCHWEICKARDT; LIMA, 2007).

A comissão de Carlos Chagas que veio à Amazônia em 1913, por sua vez, entre outros cuidados que tomou com o propósito de assegurar que seus membros não ficassem expostos aos vetores malarigênicos, fez telar o *navio gaiola*, que fretou para se deslocar pelo interior (BATISTA, 1972).

Os dois enunciados acima permitem que se observe de maneira clara a preocupação dos cientistas de Manguinhos na preservação de suas vidas frente ao principal problema sanitário encontrado na Amazônia, a malária. Ambos (como os demais membros das comissões por eles chefiadas) tiveram, por objetivo, de enfrentá-la diretamente, uma vez que os trabalhos foram desempenhados nas próprias áreas de ocorrência dessa doença, fora da zona de conforto dos laboratórios do IOC.

Antecipam-se aqui esse caráter amedrontador e o risco iminente de morte quando da realização dos trabalhos científicos na Amazônia pelo IOC, como tentativa de ilustrar que, naquela ocasião, já era consciencioso a existência de uma realidade que, apesar de perversa, deveria ser enfrentada: uma doença de extrema virulência que, quando não matava, impossibilitava para o trabalho os por ela acometidos.

Existia também um lado obscuro, caracterizado por uma série de circunstâncias próprias do ambiente de sua ocorrência (nos seringais nativos amazônicos), motivo pelo qual se advoga que o relatório resultante dos trabalhos empreendidos pela comissão Carlos Chagas, por

¹³ Em 1905, Oswaldo Cruz visitou a Amazônia pela primeira vez, ocasião em que, como diretor-geral de Saúde Pública do Brasil, percorrendo a costa atlântica brasileira, entrou pelo Rio Amazonas, chegando até Manaus (BATISTA 1972).

exemplo, tem sido alvo de questionamentos que vão desde a metodologia por ele empregada até as relativas ao específico campo da medicina. Até onde esses questionamentos são válidos? São eles capazes de inferiorizar ou mesmo pôr em xeque os resultados propostos e alcançados pela comissão?

Importante mencionar que os trabalhos da referida comissão no Acre – e em particular Rio Branco – foram realizados no crepúsculo de 1912, portanto, exatos trinta anos após o estabelecimento do seringal que dera origem a esta cidade, o que significa dizer que as condições sanitárias ali existentes já haviam de certo modo sido modificadas, e que os relatos se prenderam mais às doenças infectocontagiosas que acometiam principalmente os extratores do látex.

Ademais, evidencia-se que os resultados expostos pela comissão podem ter sido influenciados por razões de ordem técnico-operacional ou ambiental, entre as quais se mencionam como as de maior importância aquelas relacionadas com a época em que a viagem se dera – que a própria comissão assumiu como não sendo a mais favorável – e com as áreas percorridas e analisadas.

Ajuíza-se que, até certo ponto, tais resultados entram em contradição com o que em parte fora afirmado por Oswaldo Cruz ao ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, quando da apresentação do relatório geral e final sobre as condições médico-sanitárias do Vale do Amazonas, no qual se inclui a viagem de Carlos Chagas.

Assim é que, se para Cruz (1972b, p. 50, grifo nosso), “em todas as regiões foi **cuidadosamente estudada** a nosologia, assim como **as condições de vida do seringueiro**”. Chagas (1972, p. 53), à sua vez, adverte:

A excursão realizada nos rios acima referidos [Solimões, Juruá e Tarauacá], se bem que nos houvesse proporcionado noção bem exata, relativamente às condições epidemiológicas das regiões percorridas, foi, de algum modo, pouco favorável, relativamente aos resultados científicos que delas podíamos esperar. É que a época dessa primeira viagem não se prestava amplamente à observação de casos mórbidos pelas duas razões seguintes:

1) Começava o período de enchentes, tendo então lugar nos rios os primeiros repiquetes e nesse momento as epidemias reinantes achavam-se

em seu mínimo de intensidade, sendo apenas representadas por alguns casos mórbidos.

2) Os seringueiros encontravam-se ainda internados nas matas, a grandes distâncias das margens dos rios, de regra a alguns dias de viagem a pé, o que diminuiu consideravelmente o nosso campo de observação. Apesar disso, foi nos possível colher elementos capazes de orientar as medidas sanitárias que deverão ser praticadas.

Como fica patente tanto em Cruz quanto em Chagas, era aos seringueiros que a comissão deveria se ater mais demoradamente, pois eram eles, mais do que qualquer outro elo da cadeia produtiva da borracha, não só os diretamente envolvidos com a produção como os que mais se expunham à malária, em razão das suas condições socioeconômicas e ambientais. A propósito, no início do relatório em discussão, Chagas reforça esse pensamento ao revelar seu objetivo: “Vamos referir as observações e pesquisas realizadas em cada uma das localidades onde as executamos, **emitindo** depois o nosso pensar relativamente ao modo de serem praticadas, com proveito, **medidas sanitárias de proteção aos seringueiros.**” (CHAGAS, 1972a, p. 54, grifos nossos).

Entretanto, analisando cuidadosamente o relatório da comissão chefiada por Carlos Chagas sobre as áreas percorridas, e mais especificamente os pontos de paradas para a realização de atividades, como análises clínicas e das condições sanitárias das populações locais, coleta de material para pesquisa e administração de medicamentos a alguns doentes, ver-se-á que eles se deram muito mais nas sedes dos seringais ou até mesmo em pequenos núcleos urbanos em formação do que no ambiente e com as pessoas em que essas condições sanitárias, e conseqüentemente nosológicas, faziam-se mais presentes: as barracas e os seringueiros.

A realidade é que as condições sanitárias dos barracões e das pequenas povoações, apesar de também precárias, eram consideravelmente melhores do que as verificadas nas barracas, no interior dos seringais (ALMEIDA NETO, HELLER, 2014; REIS, 1953; RANZI, 2008; WOLFF, 1999). Por isso mesmo, é possível que as informações aí colhidas não expressassem, por analogia, ou, melhor dizendo, por generalização, as condições sanitárias prevalentes no Acre, e, por excelência, “as condições de vida do seringueiro”. Mesmo porque a comissão não teve acesso a uma amostragem importante dos integrantes dessa categoria social, envolvida na produção gumífera, sendo que era no interior dos seringais, mais precisamente nas “colocações”, que as condições sanitárias eram mais alarmantes.

Para além de corroborar com essas afirmações, trabalho recente aponta que:

[...] A passagem da comissão do Instituto Oswaldo Cruz pelos seringais do Território do Acre foi caracterizada pelo distanciamento de seus membros, da grande maioria dos que lá moravam, particularmente os seringueiros, seus modos de vida e habitat, ou seja, justamente dos que deveria constituir-se nos principais ‘objetivos’ dos estudos que vieram realizar. As dificuldades que encontraram para se deslocar até as colocações, terminaram por restringir as ações de pesquisa às áreas dos barracões e adjacências [...] (SOUZA, 2014, p. 120-121).

Ainda sobre o mesmo assunto, ressalta, também, que “[...] as estadias nos seringais, e em alguns núcleos urbanos visitados, eram predominantemente curtas.” (SOUZA, 2014, p. 121). E finalizando suas argumentações, questiona a “opção metodológica” escolhida pela comissão, ao asseverar que “foi muito mais a partir do que escutaram, e não do que viram e pesquisaram que os sanitaristas traçaram o perfil epidemiológico dos seringais do então Território do Acre.” (SOUZA, 2014, p. 122).

Embora se aceitem as impressões da referida fonte, algumas observações fazem-se necessárias na análise, objetivando deslindar o comportamento da comissão ao se deparar com situações imprevistas, fora do que havia sido objetivamente planejado.

Apesar de à comissão interessar, em especial, o contato com o seringueiro, isso não significava dizer que este se daria no seu *locus* de trabalho (na estrada de seringa ou mesmo na sua barraca). Planejou a comissão observá-los nos barracões, nas margens dos rios, local onde geralmente se reuniam no período chuvoso, impróprio ao corte da seringueira, conforme se deduz da segunda justificativa apresentada por Carlos Chagas para o prejuízo da observação de casos mórbidos. Ou ainda de algumas outras passagens do relatório, como esta em que aquele cientista parece lamentar que se fora possível aferir que “a condição de saúde dos indivíduos encontrados nos barracões do barranco do rio [referindo-se ao Juruá] era boa”, [por outro lado, como] “os seringueiros encontravam-se todos no interior.” (CHAGAS, 1972a, p. 62), essa ação se tornou em muito dificultosa.

Não é menos verdade que a comissão, ao não contar com a presença dos seringueiros nas sedes dos seringais (barracões), cogitou ir ter com eles em suas colocações. Entretanto, fatores

relacionados com o ambiente natural e mesmo produtivo a impediram de fazê-lo. Citam-se, por exemplos: 1) a distância, dado que os seringueiros – como os do Rio Tarauacá – “[...] residiam a 5, 10 e 15 dias do barracão [...]”¹⁴ (CHAGAS, 1972a, p. 68); 2) transporte e comunicação, relativa à dificuldade de navegação na época da vazante, sendo em alguns casos só possível por intermédio de pequenas canoas, com a agravante de que o acesso às colocações de seringas geralmente não era por hidrovia, mas a pé ou em montaria (geralmente burro, que percorria os varadouros que ligavam essas colocações aos barracões); 3) espacialidade, em que os barracões eram distribuídos de maneira esparsa nas margens dos rios e a grande distância uns dos outros. (CHAGAS, 1972a).

Sobre as curtas estadias da comissão nos seringais e em alguns núcleos urbanos, pode-se cotejar a população residente ou que estava de passagem (geralmente a “tratamento” de saúde) com os dias de permanência da comissão nos respectivos locais, e essa população com os casos mais cuidadosamente estudados. Nesse aspecto, pôde-se constatar que o método utilizado pela comissão pode ter sido satisfatório para determinar as condições sanitárias mais voltadas para a saúde-doença dos seringueiros, considerando:

1) Aos proprietários dos seringais coube, em determinadas situações, fornecer “[...] informações [aliás] muito precisas sobre a vida de trabalho nos seringais.” (CHAGAS, 1972a, p. 61), bem como o número de mortes ocorrido naqueles ambientes, como as informadas pelo proprietário de um seringal localizado no Rio Tarauacá, dando conta “[...] que na época epidêmica passada, de 300 homens de seus seringais, faleceram 70, vitimados pelo impaludismo, principalmente, e alguns, pelo beribéri.”¹⁵ (CHAGAS, 1972a, p. 67).

2) Atendendo convite dos próprios sanitaristas, dos seringalistas ou dos governantes locais, os potencialmente infectados concentravam-se nos locais de atendimento da comissão, dando a esta a possibilidade de não só ouvi-los, como examinar os casos mais graves.

¹⁴ Como a comissão traçara como metodologia de acesso a maioria aos seringueiros o momento em que estes se dirigissem aos barracões por ocasião do fim do período produtivo anual (estiagem), equacionando tempo e espaço, soa razoável admitir que ela tenha se planejado com base nessa metodologia. Não seria lógico naquela ocasião, portanto, fazer incursões em colocações cujo acesso demandaria demasiado tempo.

¹⁵ Embora seja uma informação baseada em dados estimados, o contato permanente com algumas doenças permitia aos seringalistas, aos seringueiros e à população em geral residente nos seringais e nos núcleos urbanos próximos a estes conhecer sua incidência. No caso da malária, por exemplo, sua sintomatologia era já era bem conhecida.

3) Quando possível, a comissão colhia informações sobre a letalidade e mortalidade em órgãos oficiais, como postos de saúde e cartórios.

4) O tempo de estadia, de consultas e de exames dava-se de acordo com o porte da população e o número de infectados, relatado e/ou observado. Assim, no seringal Pupunha, onde trabalhavam cerca de apenas 60 pessoas – e pelo menos a saúde dos indivíduos que foram encontrados no barracão era boa –, a comissão, nos dois dias de sua permanência no local, se limitou a examinar apenas três crianças e um adulto e a colher culicídeos. Por outro lado, na cidade de Rio Branco e nos seringais a ela contíguos, com uma população de aproximadamente 2.000 indivíduos e elevado índice endêmico, os sanitaristas permaneceram 10 dias, ocasião em que examinaram “[...] numerosos doentes, ora na cidade, ora nos seringais vizinhos, tendo colhido dados de valor sobre a nosologia geral do Acre.” (CHAGAS, 1972a, p. 87). Alguns casos eram, inclusive, destacados de forma significativamente detalhada.

Pode-se inferir que a Comissão empregou uma combinação de métodos qualitativos, métodos quantitativos e pesquisa clínica para apoiar seus achados. Ao utilizar a percepção da população como ferramenta metodológica para determinar a nosologia da malária, antes da indicação clínica a Comissão superou limitações logísticas. Primeiro porque os informantes pareciam conhecer bem os sintomas da doença e estimar o número de acometidos. Segundo, triangulando diferentes métodos, ainda que o campo de observação e de pesquisa tenha sido limitado, os cientistas de Manguinhos puderam, sim, emitir conclusões de base.

Conclusões

A pesquisa evidenciou que Carlos Chagas, chefe da Comissão encarregada de caracterizar as condições médicas e sanitárias e a consequente proposta de profilaxia de parte da Amazônia Ocidental, assumiu, por ocasião da feitura da primeira versão de seu relatório, uma postura que, para além do conhecimento técnico-científico, apontou também os responsáveis por essas condições.

Sua postura de denúncia, a que se denominou de sociocientífica, foi própria daqueles que assumem compromisso profissional com a sociedade, em que os interesses coletivos sobrepõem os individuais, de grupo ou mesmo institucionais. Além disso, sua posição foi de não referendar o Estado em suas ações de poder – postura que revelou um compromisso com

a classe mais suscetível à malária, o seringueiro, cuja vulnerabilidade atribui ao abandono do poder público e do seringalista.

Naquele contexto, o Estado, que detinha as condições materiais de que poderia dispor em benefício da saúde dos seringueiros, ao não as utilizar, contribuiu para a exposição deles às doenças causadoras das mortes. Mais do que isso, preferiu transferir sua responsabilidade para os extratores da seringa pela justificativa do preconceito, pois, em sua opinião, eram os próprios acometidos com a malária que, pela sua condição social, recusavam o tratamento que lhes convinha.

E mais uma vez comprovando o foco no retorno monetário que as áreas produtivas de borracha podiam oferecer, em lugar das vidas humanas nelas presentes, o Estado abandonou o plano ambicioso que visava debelar a crise da produção gumífera dezessete meses depois de seu lançamento. Mesmo porque a crise em questão já não era mais em função das próprias condições de produção, relacionada com falta de braços e as condições de saneamento e saúde dos produtores, mas pela concorrência da borracha de cultivo asiática introduzida no mercado internacional.

De que valeu, então, o esforço da Comissão de Carlos Chagas? Ainda que se admita que as observações e as pesquisas empreendidas não tenham atingido satisfatoriamente o resultado objetivado, se os cientistas de Manguinhos pecaram foi por excesso, jamais por falta de “tinta”, ao pintarem o quadro epidemiológico da Amazônia-Acre. Ou seja, ainda que não tenham tido acesso ao foco principal de doenças como a malária, deixaram claro não só o seu elevado grau de letalidade, bem como a maneira de como o Estado devia intervir no sentido de erradicá-la.

E mais: embora o plano em questão não tenha sido efetivamente executado, de qualquer forma a comissão que preparou o terreno para a sua execução lançou também as bases para o empreendimento da profilaxia rural nas regiões altamente atingidas pela malária, mas de elevado potencial produtivo de borracha na Amazônia, a exemplo do que ocorreria com outras regiões endêmicas, produtoras de matérias-primas relevantes.

Referências

- ACRE: RELATÓRIOS DE GOVERNO (1899 a 1905). **Os anos do conflito** (José Paravicini, Cunha Matos, José Marques Ribeiro). Rio Branco: Gráfica do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, v. 1, [2002?a].
- ACRE: RELATÓRIOS DE GOVERNO (1906 a 1910). **Os anos do conflito** (José Plácido de Castro, Gabino Besouro, Deocleciano Souza, Epaminondas Jácome). Rio Branco: Gráfica do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, v. 2, [2002?b].
- ALMEIDA NETO, Domingos José de; HELLER, Léo. Saúde e ambiente nos seringais do Acre boliviano (1870-1903): o papel de fatores e processos exógenos. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 10, p. 3991-4000, out. 2014. Número especial.
- BATISTA, Djalma da Cunha. Introdução. Oswaldo Cruz na Amazônia. In: CRUZ, Oswaldo; CHAGAS, Carlos; COUTINHO, Afrânio. **Sobre o saneamento da Amazônia**. Manaus: P. Daou, 1972, não paginado.
- BERTOLLI FILHO, C. **História da saúde pública no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.
- BRASIL. Decreto nº 1.181, de 25 de fevereiro de 1904. **Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil**. Atos do poder legislativo. Rio de Janeiro, DF, Imprensa Nacional, v. 1, p. 59, 1907. Disponível em: Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em 24 fev. 2015.
- BRASIL. Decreto nº 2.543-A, de 5 de janeiro de 1912. **Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil**. Atos do poder legislativo. Rio de Janeiro, DF, Imprensa Nacional, v. 1, p. 7-12, 1915. Disponível em: Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em 24 fev. 2015.
- CASTRO, José Plácido de. Relatório do prefeito interino. In: ACRE: RELATÓRIOS DE GOVERNO (1906 a 1910). Os anos do conflito (José Plácido de Castro, Gabino Besouro, Deocleciano Souza, Epaminondas Jácome). Rio Branco: Gráfica do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, v. 2, [2002?b].
- CHAGAS, Carlos. Estudos realizados no Rio Negro. In: _____. **Relatório de observações e pesquisas realizadas nos rios Solimões, Juruá e Tarauacá**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ - Sala de Consulta do Departamento de Arquivo e Documentação, 1913, não paginado. Digitalizado.
- CHAGAS, Carlos. Exploração das questões médico-sanitárias em diversos rios da bacia Amazônica – Relatório de viagem. Relatório de observações e pesquisas nos rios Solimões, Juruá e Tarauacá. In: CRUZ, Oswaldo; CHAGAS, Carlos; COUTINHO, Afrânio. **Sobre o saneamento da Amazônia**. Manaus: P. Daou, 1972a. Segunda parte, p. 53-119.
- CHAGAS, Carlos. Notas sobre a epidemiologia do Vale do Amazonas. In: **Sobre o saneamento da Amazônia**. Manaus: P. Daou, 1972b. Terceira parte, p. 121-150.
- CRUZ, Oswaldo Gonçalves; CHAGAS, Carlos; PEIXOTO, Afrânio. **Sobre o saneamento da Amazônia**. Manaus: P. Daou, 1972.
- CRUZ, Oswaldo Gonçalves. Exmo. Sr. Ministro. Relatório sobre as condições médico-sanitárias do Valle do Amazonas. In: **Sobre o saneamento da Amazônia**. Manaus: P. Daou, 1972a. Primeira parte, p. 47-51.

- CRUZ, Oswaldo Gonçalves. Plano geral da campanha sanitária a se empreender no Vale do Amazonas. In: **Sobre o saneamento da Amazônia**. Manaus: P. Daou, 1972b. Quarta parte, p. 151-155.
- DEAN W. **A luta pela borracha no Brasil**: um estudo de história ecológica. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel, 1989.
- FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In: **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 285-315.
- FREIRE, Paulo. O Compromisso do Profissional com a Sociedade. In:_____. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- FUNDAÇÃO GARIBALDI BRASIL. In: **Novo Acre**: governo parceiro, povo empreendedor. Portal do Governo do Acre. Disponível em: <<http://www.ac.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.
- HOCHAMAN, Gilberto. **A era do saneamento**: as bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- FERREIRA, Sérgio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- KEHL, R. F. **Aparas eugênicas**: sexo e civilização. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933. (Novas diretrizes).
- MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. São Paulo: Edusp, 1915-1920. 6 v.
- MONTEIRO, Débora Évelin Ferreira Monteiro; FONSECA, Dante Ribeiro da. Extrativismo e agricultura: uma comparação entre a produção de borracha e o do café entre os anos de 1850 e 1930. **Revista Veredas Amazônicas**, Porto Velho, v. 2, n. 2, p. 1-34, 2012.
- NOGUEIRA, André Luis Lima. Doenças de feitiço as Minas setecentistas e o imaginário das doenças. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 259-278, jan./jun. 2012
- PEIXOTO, Afranio. O problema sanitário da Amazônia. In: **Sobre o saneamento da Amazônia**. Manaus: P. Daou, 1972. p. 179-205.
- PENNA, Belisario. **O exército e o saneamento**. São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 1920
- _____. **O saneamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora dos Tribunais, 1923.
- PIMENTA, Tânia Salgado. Barbeiros-sangradores e curandeiros no Brasil (1808-28). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 349-372, jul./out. 1998.
- PRADO JÚNIOR. **História econômica do Brasil**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1965.
- RANZI, Cleusa Maria Damo. **Raízes do Acre**. Rio Branco: EDUFAC, 2008.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1953. (Documentário da vida rural, 5).
- REZENDE, Sonaly Cristina; Heller Léo. **O saneamento no Brasil**: políticas e interfaces. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- SCHWEICKARDT, Júlio César; LIMA, Nísia Trindade. Os cientistas brasileiros visitam a Amazônia: as viagens científicas de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas. **História, ciência e saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 15-50, dez. 2007. Suplemento.

SCLIAR, Moacyr. **Oswaldo Cruz & Carlos Chagas: o nascimento da ciência no Brasil**. São Paulo: Odysseus, 2002.

SOUZA, Sérgio Roberto Gomes de. **“Desnervados, desfibrados e amarelos” em busca de cura: saúde pública no Acre territorial (1904-1930)**. 2014. 256 f. Tese (Doutorado em História)- Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2014.

STEPAN, Nancy Leys. **“A hora da eugenia”**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro Editora FIOCRUZ, 2005.

WOLFF, Cristina Sheibe. **Mulheres da floresta: uma história do Alto Juruá, Acre (1890-1945)**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

Artigo 3 – A “era do saneamento” no Brasil (1910-1930) e seus reflexos no Território Federal do Acre

Resumo

Descrevem-se no presente artigo algumas situações para a quais se atribuem os prejuízos para a não implantação, por parte do Governo Federal, de ações que garantissem melhorias significativas para as condições sanitárias do Acre Território, com destaque para sua capital, Rio Branco, no período compreendido entre os anos de 1910 e 1930. Dito período notabilizou-se pela consolidação de uma política de saúde pública no Brasil nas duas últimas décadas da sua Primeira República. Nesse contexto, tem-se por objetivo principal responder aos seguintes questionamentos: por que o Território Federal do Acre – e, por conseguinte, a cidade de Rio Branco, sua capital – não recebeu do poder central um tratamento antecipado e diferenciado no tocante às políticas públicas de saneamento, já que, além de estar sob seus auspícios política, econômica e administrativamente, era considerado uma das regiões mais endêmicas e epidêmicas no que se refere à malária? Qual a colaboração local no sentido de inviabilizar ainda mais a efetivação dessas políticas? As respostas encontram sustentação nas próprias relações do poder que o governo central exercia sobre o território acriano e na representação deste território no que diz respeito à teoria da interdependência sanitária, desenhada no período em questão.

PALAVRAS CHAVE: Acre território; Rio Branco; interdependência sanitária; política pública de saúde e saneamento.

Introdução

O movimento sanitário brasileiro, segundo a maioria dos trabalhos que se debruçaram sobre o assunto, divide-se em duas fases fundamentais: a primeira, marcada pela gestão de Oswaldo Cruz à frente dos serviços federais de saúde, entre 1903 e 1909, os quais eram basicamente restritos ao Distrito Federal e aos portos e tendo como característica principal um saneamento voltado principalmente para a cidade do Rio de Janeiro e o combate às epidemias de febre amarela, peste e varíola, e a segunda, que, extrapolando as fronteiras do distrito que abrigava a capital da República, estender-se-ia pelos *sertões* brasileiros entre as décadas de 1910 e 1930, promovendo um saneamento rural especialmente no que concerne ao combate às três endemias que mais os atingiam: ancilostomíase, malária e mal de Chagas (HOCHMAN, 1998).

É da segunda fase que este artigo trata. Para tanto, ter-se-á em Hochman (1998) e em outras referências o aporte de informações sobre as bases da política de saúde pública no Brasil no período que fora denominado por esse mesmo autor de a “era do saneamento”, entre os anos de 1910 e 1930, cujos reflexos não se fizeram sentir no território acriano, e por excelência na sua capital (cenário principal de discussão e fontes de informação), com a mesma intensidade verificada nos estados da federação, contrariando sua própria condição política e administrativa favorável junto ao governo federal, nomeadamente no que diz respeito ao aporte financeiro.

Nessa perspectiva, a pesquisa respondeu ao seguinte questionamento: por que o Território Federal do Acre – e, por conseguinte, a cidade de Rio Branco, sua capital – não recebeu do poder central um tratamento antecipado e diferenciado no tocante às políticas públicas de saneamento, já que, além de se encontrar sob seus auspícios política, econômica e administrativamente, era considerado uma das regiões mais endêmicas e epidêmicas no que se refere à malária? Qual a colaboração local no sentido de inviabilizar ainda mais a efetivação dessas políticas?

Em determinados momentos da análise e da construção do texto, tornou-se imperativa a necessidade de, ora recuar, ora ir para além do tempo e do espaço principais pesquisados. Fato é que, quanto ao espaço, apesar de Rio Branco ser a cidade de maior destaque no contexto geral do Território Federal do Acre e figurar como centro catalisador de suas demandas, não

representava por si só os problemas gerais que acometiam aquele território, que por sua vez dependia diretamente do governo federal nos mais diversos aspectos. Já com relação ao tempo porque apesar de se objetivar nesse estudo mais pormenorizadamente a situação de saneamento e saúde do território acriano nas duas últimas décadas da Primeira República, admite-se que ela foi ao mesmo tempo o reflexo e o aparato das condições políticas e administrativas que lhe antecederam e sucederam.

É pelos olhares dos governantes locais (intendentes municipais, prefeitos departamentais e, posteriormente, governadores do território) que se buscou observar como se deu a relação entre as respectivas jurisdições e o poder central no período em discussão, cujas impressões deles foram registradas em forma de relatórios semestrais desses governos, até por ser uma exigência preconizada nos mesmos decretos que os criaram.

Foram utilizados também os jornais Folha do Acre – de responsabilidade do Partido Construtor do Acre, do qual provinha a maioria dos gestores do território e por isso mesmo quase sempre se colocava a serviço deles, publicando inclusive suas ações oficiais – e outros dois periódicos publicados nos departamentos acrianos do Alto Juruá e do Alto Purus, quais sejam, O Cruzeiro do Sul e O Alto Purús, respectivamente.

Com o intuito de desenvolver um trabalho mais sistemático junto às fontes possíveis de consulta, estabeleceu-se, por princípio, um levantamento de todos os intendentes municipais, prefeitos departamentais e, posteriormente, governadores do Acre território; depois, reuniu-se toda a documentação existente acerca de cada uma das gestões e empreendeu-se a sua leitura rigorosa.

Essa metodologia fez-se útil e necessária ao se considerar que os intendentes, prefeitos e governadores que passaram pelo Acre no aludido período atingiram um número significativo e que as gestões se deram em espaços de tempo por demais reduzidos, com repercussão direta na parca, ou mesmo inexistente, construção infraestrutural das cidades acrianas, e por isso mesmo seus relatórios pouco contribuíram para a análise. Nesse aspecto, a pesquisa deu ênfase às gestões mais representativas, com destaque para a de Raphael Augusto da Cunha Mattos, José Marques Acauã Ribeiro, José Plácido de Castro, Gabino Besouro, Cunha Vasconcelos e Hugo Ribeiro Carneiro.

A política de saúde pública no Acre determinada pela sua derrocada econômica

Como já foi assinalado, a segunda fase do movimento sanitário brasileiro caracterizou-se por percorrer os *sertões* brasileiros entre as décadas de 1910 e 1920, promovendo um saneamento rural, especialmente no que concerne ao combate às três endemias que mais o atingiam: ancilostomíase, malária e doença de Chagas.

Essa situação se impõe como muito significativa para a análise, porquanto foi justamente nesse período em que o Território Federal do Acre se viu às voltas com a malária, a qual representou o mais elevado índice endêmico e de condição mórbida mais intensa e igualmente generalizada do Brasil, bem como foi nesse período que vivenciou o apogeu e a crise da sua produção de borracha, em que o principal motivo da derrocada produtiva – aliado à concorrência dos seringais de cultivo da Malásia – foi justamente a situação de saúde desfavorável dos produtores, razão pela qual o próprio governo instituiu o Plano de Defesa da Borracha (PDB) amazônica, por intermédio do Decreto nº 2.543-A, de 5 de janeiro de 1912 (BRASIL, 1915).

Afinal, como asseverou Hochman (1998, p. 28), “[...] a saúde, ou a doença é um dos melhores exemplos dos problemas da interdependência humana e de suas possíveis soluções”. Como de fato o foi no caso brasileiro, em que, a partir da década de 1910, começaram a desenhar no país as primeiras preocupações *com a doença que pega*, embaladas pelas campanhas em prol da consciência da interdependência sanitária, difundidas *a priori* junto aos círculos médicos e higienistas.

Uma vez disseminadas socialmente – principalmente por iniciativa da Liga Pró-Saneamento do Brasil –, a “consciência da interdependência sanitária” ensejou um imenso debate sobre o assunto. Por um lado porque as epidemias de doenças como a malária e a febre amarela já não podiam ser vistas como uma questão individual ou mesmo local, mas, como no dizer de Hochman (1998, p. 28), um “[...] mal-público, pois que atinge a todos os membros de várias coletividades, independentemente de terem contribuído ou não para o seu surgimento e disseminação”. Por outro lado, em face da necessidade de atribuir a quem deveria recair a responsabilidade, bem como os mecanismos jurídicos, políticos e econômicos necessários à condução do saneamento e da saúde das áreas atingidas.

Sem maiores aprofundamentos nessa questão, até porque não é o propósito primeiro deste artigo, ficou estabelecido que, considerando a situação política (autonomia das unidades federativas, garantida pela Constituição de 1891) e técnico-econômica dos estados (não suficientemente capazes de bancar tamanho empreendimento), caberia ao poder central – por intermédio do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), ancorado nos decretos nº 3.987, de 2 de janeiro de 1920 (BRASIL, 1921a), e nº 14.354, de 15 de julho de 1920 (BRASIL, 1921b) – intervir nas questões sanitárias tanto nas áreas de sua própria jurisdição (tais como no Distrito Federal, nos portos e no Território do Acre) quanto no âmbito dos estados, mediante acordos de cooperação (BRASIL, 1892; HOCHMAN, 1998).

É digno de nota o interregno de dez anos entre as primeiras manifestações pró-saneamento rural e a efetivação de uma legislação com vista à sua concretização, cujos principais entraves foram motivados pelos intensos debates “[...] em como administrar os efeitos negativos da interdependência, em face de uma interpretação constitucional sobre a responsabilidade local em saúde e saneamento.” (HOCHMAN, 1998, p. 145).

Qual a situação do Território Federal do Acre nesse contexto? Como o Acre foi incorporado ao Brasil somente após a promulgação da sua Constituição, não se encontra nesse aparato jurídico – o que é óbvio – nenhuma referência a respeito de quem seria a competência para o gerenciamento das questões relativas ao saneamento e saúde daquele território; aliás, nem para os estados nem para a União, como bem alertou Hochman (1998), o qual, por dedução dos enunciados contidos nos artigos 4º e 5º do texto constitucional, interpretou que esses assuntos caberiam no âmbito dos municípios e dos estados a eles próprios e sem a intervenção da União, ressaltando-se, entre outras questões, as relativas à prestação de socorros aos estados, em caso de calamidade pública, desde que este ente público assim o solicitasse.

Ainda segundo Hochman (1998, p. 96):

[...] A lei orçamentária referente às despesas de 1892 confirmou essa interpretação, indicando que todos os serviços sanitários da Capital Federal caberiam ao governo do Distrito Federal, enquanto os estados passariam a assumir todas as despesas com os serviços de higiene terrestre em seus respectivos territórios.

Daí, então, os esforços jurídicos e políticos para que a União interviesse nos serviços de saneamento dos estados, mas primando pelo respeito à autonomia de cada um.

Ora, sendo o Acre território federal, não estava sujeito às mesmas normas aplicadas aos estados pelo texto constitucional, mas, também por dedução, caberia à União geri-lo política e administrativamente, como realmente o foi, sob os auspícios do presidente da República, ainda que provisoriamente amparado pelo Decreto nº 1.181, de 25 de fevereiro de 1904, resultado do Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903, celebrado entre o Brasil e a Bolívia, por intermédio do qual se estabeleceu a anexação de parte do Acre ao território brasileiro, mediante indenizações e outras concessões ao governo boliviano (BRASIL, 1907).

Portanto, não esteve o território acriano no período em discussão sujeito às inúmeras “manobras” políticas que os estados da federação tiveram que impingir para garantir recursos do governo central com vista ao empreendimento de suas campanhas sanitárias, sem abrirem mão da sua autonomia política. Mas, pelo contrário, “caberia ao governo federal [por intermédio da Diretoria de Saneamento e Profilaxia Rural (DSPR)] expedir instruções e métodos profiláticos para todo o país – todas seriam de execução obrigatória no DF e no Acre.” (HOCHMAN, 1998, p. 175).

Por ostentar essas prerrogativas, era de se supor que ao território do Acre fosse dada, por parte do governo federal, maior atenção do que fora dispensado aos estados, relativa às suas questões sanitárias – o que não ocorreu. E não ocorreu porque, mais especificadamente às questões político-administrativas, aponta-se que desde a sua incorporação ao Brasil o Acre se caracterizou por apresentar uma instabilidade ocasionada pela nomeação de gestores de fora do território, principalmente no período que vai até 1908, os quais não eram bem aceitos pelos seringalistas/comerciantes locais, fato que ocasionou diversas contendas, tendo-se como caso mais representativo a morte de Plácido de Castro. Os “vindos de fora”, até pelas próprias condições insalubres locais, chegavam mais pela obediência do que pela vontade de dotar a região de melhores condições materiais e sociais, situação que findava por provocar uma efemeridade das gestões departamentais (no geral menos de um ano) (ACRE: RELATÓRIOS..., [2002a, 2002b?]).

Quanto às questões econômicas, pode-se argumentar que, se o Acre despertara interesse pela sua elevada qualidade e quantidade produtiva da borracha, gerando retornos monetários

significativos à União¹, a derrocada produtiva dessa única matéria-prima de exportação colocaria o território numa condição ainda mais desfavorável perante o governo federal.

Fato é que, durante o período de franca exportação da produção de borracha, existia uma interdependência econômica tácita, um “círculo vicioso” entre o Acre e o governo central, de modo que aquele gerava dividendos monetários significativos para os cofres da União, ao tempo em que este reinvestia no território acriano uma pequena parcela do recurso percebido, mas que se caracterizava como sendo a sua principal fonte econômica.

Entretanto, essa situação de estabilidade produtiva da borracha no Acre, assim como em toda a Amazônia, começou a entrar em declínio já nos primeiros anos de anexação daquele território ao Brasil. Para o dito declínio, com destaque para os seringais sob jurisdição do Departamento do Alto Acre, duas justificativas capitais eram apresentadas pelos seus prefeitos ao governo federal, desde que delas puderam se aperceber: a falta de braços já não mais supridos de forma satisfatória pelo recrutamento ou mesmo pela migração espontânea e o depauperamento dos existentes por doenças que, especialmente como a malária, quando não matavam, impossibilitavam para o trabalho de produção da borracha os por elas acometidos (ACRE: RELATÓRIOS..., [2002a, 2002b?]).

Considerando a significativa parcela de contribuição da borracha produzida na Amazônia nas exportações brasileiras verificadas pelo menos até 1910 – com efetiva participação do Acre –, base da economia nacional, necessária se fazia uma intervenção no sentido de tentar atenuar a crise.

Desse modo, o governo federal cogitou intervir política e economicamente pela primeira vez na produção da borracha nacional, por intermédio do já mencionado Decreto nº 2.543-A, no qual pode-se destacar, além da isenção de impostos de exportação dos utensílios e materiais destinados à produção de borracha, o prescrito no seu artigo 5º:

O Governo mandará **construir** tres **hospedarias de imigrantes**, de suficiente lotação e de organização e fins idênticos á da ilha das Flores, em Belém, em Manáos e **em ponto apropriado do Território do Acre** e, nos

¹ Como já foi mencionado em páginas precedentes, Thielen et al. (1991) asseguram que, entre 1901 e 1910 a borracha alcançou o segundo lugar nas exportações brasileiras, cuja contribuição fora de 28,2%.

pontos que julgar de mais necessidade no valle do Amazonas, hospitaes interiores cercados de pequenas colonias agricolas e nos quaes passam ser recebidos doentes a tratamento, praticada a vaccinação gratuita, **postos á venda medicamentos de primeira qualidade, especialmente sulfato de quinino**, e largamente distribuidos impressos contendo conselhos sobre a hygiene preventiva das molestias da região e sobre os meios praticos a applicar em falta de medico (BRASIL, 1915, grifos do autor).

Tal tarefa foi confiada à Superintendência da Defesa da Borracha (SDB), criada pelo Decreto nº 9.521, de 17 de abril de 1912 – que aprovara o regulamento para a execução das medidas e serviços previstos no decreto anterior –, no qual, em seu artigo 105, asseverava que à dita superintendência caberia, como repartição provisória do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, “a direcção e fiscalização de todos os serviços para a defesa economica da borracha [...]” (BRASIL, 1916).

Das atribuições e materializações da Superintendência da Defesa da Borracha, registra-se em destaque a contratação de serviço de uma comissão proveniente do Instituto Oswaldo Cruz e que foi encarregada de informar as condições médicas e sanitárias de parte do Vale do Amazonas e da consequente proposta de estabelecer as bases da profilaxia na região, sob a responsabilidade do médico-sanitarista Oswaldo Gonçalves Cruz², cujos trabalhos foram realizados entre os anos de 1912 e 1913. (Ver artigo 2).

À Comissão em destaque não se deve atribuir a prerrogativa de ter sido a pioneira no sentido de desenvolver conhecimento científico na região amazônica (inclusive médico), embora as que a antecederam não o tenham feito numa perspectiva exclusiva do assunto. Veja-se, por exemplo, que o principal objetivo das chefiadas por Gregório Thaumaturgo de Azevedo (1895), Augusto Cunha Gomes (1897) e Luiz Cruls (1901) era a demarcação de limites entre o Brasil e a Bolívia³, sendo que esse objetivo se associava à busca por informações sobre o

² Apesar de Oswaldo Gonçalves Cruz figurar como o responsável pelos trabalhos da comissão, dela não participou efetivamente, pois fora formada somente pelos médicos João Pedroso de Albuquerque, Pacheco Leão e Carlos Chagas, cabendo a este último a sua liderança (SCHWEICKARDT; LIMA, 2007). Por essa razão, doravante reportar-se-á a ela apenas como Comissão Carlos Chagas.

³ Demonstrando detalhadamente a maneira pela qual se dera a ocupação da posse de terra que mais tarde seria integrada ao Brasil sob a denominação de Território do Acre, Castello Branco (1947) é uma das referências mais importantes acerca da questão de limites entre o Acre e os países que com ele fazem fronteira, haja vista que, à luz dos relatos dos exploradores dos rios acrianos, elucida também que à chegada

clima (e sua relação com a insalubridade), a flora, a fauna, a geologia e a etnografia (VERGARA, 2010).

Mais especificamente ao conhecimento médico sobre a Amazônia anterior à vinda da comissão do Instituto Oswaldo Cruz, a Comissão Rondon, encarregada da construção de linhas telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas, entre os anos de 1907 e 1915⁴, coloca-se numa posição proeminente⁵, uma vez que:

O exercício de observar e registrar práticas locais, por parte dos médicos da Comissão, propiciou descrições minuciosas acerca das enfermidades, sobre os saberes relacionados à cura e prevenção de doenças presentes no noroeste do país. Esses médicos divulgaram, por meio de relatórios e artigos científicos, as doenças e seus ciclos de duração nas regiões percorridas, além dos costumes, das crenças e práticas terapêuticas das populações sertanejas e indígenas (VITAL, HOCHMAN, 2013, p. 78).

No entanto, no caso específico do território acriano, pode-se dizer que a Comissão Carlos Chagas foi a precursora no que toca ao seu conhecimento médico-sanitário. Na execução de seus trabalhos, constatou o que já era de conhecimento empírico na zona florestal, por parte dos seringalistas e dos seringueiros, e na zona urbana pela população em geral e pelos governantes locais:

Entre as moléstias das regiões acreanas a que maior letalidade ocasiona e que mais precárias torna aí as condições de vida humana é, sem dúvida, a malária, [ajuizando ser esta doença] de modalidades clínicas muito mais graves, sendo observadas as três espécies de plasmódio, mais do que em qualquer parte [...] (CHAGAS, 1972a, p. 99).

tanto de peruanos quanto de bolivianos o Acre já estava desvendado e povoado por brasileiros. Nessa mesma direção, é importante consultar também Castelo Branco (1950, 1961), Castello Branco (1954a, 1954b, 1958, 1959) e Castelo Branco Sobrinho (1958).

⁴ Sobre essa questão consultar, além de Vital e Hochman (2013), Caser e Sá (2010).

⁵ Vale registrar a importância das duas expedições da Liverpool School of Tropical Medicine realizadas na Amazônia antes mesmo da Comissão Rondon, embora a primeira tenha ficado restrita a cidade de Belém e a segunda, à de Manaus, sendo que esta última trouxe “[...] importantes informações sobre as características físicas da cidade, as condições sanitárias, as doenças e os costumes da população, que tinham interesse sanitário.” (THOMAS, 1909 apud SCHWEICKARDT; LIMA, 2010, p. 407).

Ora, a produção de borracha no Acre, bem como na Amazônia, era fomentada na perspectiva de uma mais-valia absoluta⁶, em que o resultado do processo produtivo era tanto maior quanto também o fosse a quantidade de produtores e de horas por eles dispensada. Eis a razão, então, da grande preocupação com a letalidade elevada que a malária provocava nos extratores acrianos.

Observou também a comissão que Rio Branco não era servida por assistência médica gratuita, mantida pela administração, o que contribuía ainda mais para o descontrole das endemias provocadas pela malária, dada a situação de que era a cidade o principal polo de recebimento do elevado contingente dos infectados e pela própria situação econômica deles, em sua maioria seringueiros sem posses suficientes para bancar o tratamento particular.

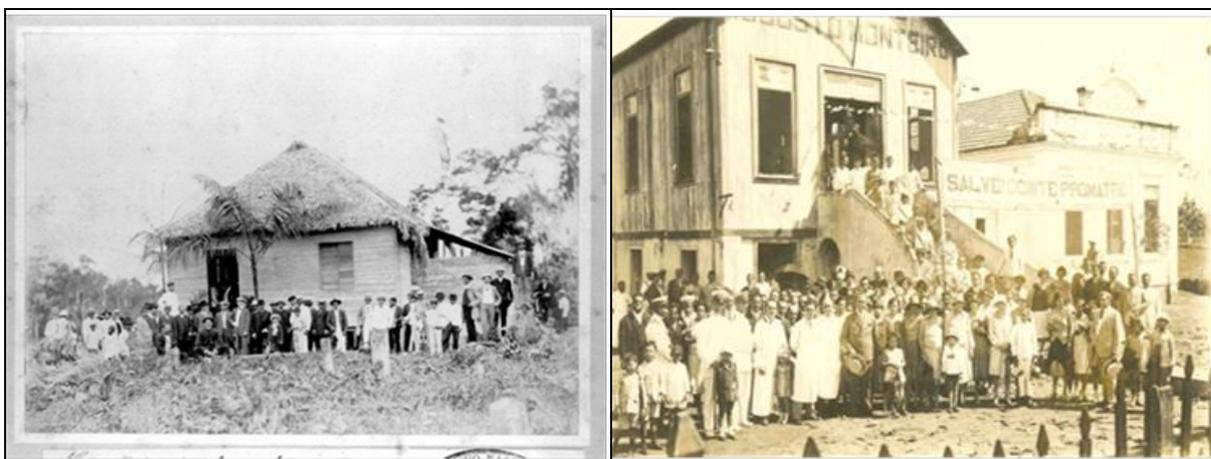
Uma recomendação importante da comissão foi no sentido de o poder público federal instalar postos-hospitais e postos de quinização em alguns pontos estratégicos da Amazônia, levando-se em conta o “[...] elevado índice endêmico e maior produção de borracha.” (CHAGAS, 1972a, p. 71).

Adianta-se que, no caso do Território Federal do Acre, alguns hospitais e postos itinerantes foram de fato criados (A INAUGURAÇÃO DO HOSPITAL DE RIO BRANCO, 1918; KLEYN, 2010; OFFICIOS, 1917; VINTE E DOIS DE MAIO, 1909). Entretanto, foram-no mais pela iniciativa dos prefeitos departamentais e menos pela intervenção do governo federal, até porque a verba para a construção e manutenção era proveniente, em sua maioria, de atos de filantropia “[...] que contavam com a efetiva participação de membros do governo, profissionais liberais, religiosos, seringalistas e comerciantes.” (SOUZA, 2014, p, 158), de diversas atividades sociais e religiosas (HOSPITAL DE CARIDADE, 1910; NA RIBALTA, 1920) e, por parte do governo federal, de cotas lotéricas, controladas pela Diretoria de Contabilidade do Tesouro Público Nacional (CONTRIBUIÇÃO PARA O HOSPITAL, 1920; HOSPITAL, 1916, IDÈIA MAGNANIMA, 1911).

⁶ No sentido de que a produção de borracha era incrementada não por processos tecnológicos, mas pela intensificação do ritmo de trabalho imposto aos produtores diretos, os seringueiros, os quais eram controlados por intermédio dos chamados regulamentos. Afinal, “a jornada de trabalho não é, portanto, constante, mas uma grandeza variável. É verdade que uma de suas partes é determinada pelo tempo de trabalho exigido para a contínua reprodução do próprio trabalhador, mas sua grandeza total muda com o cumprimento ou a duração de mais-trabalho.” (MARX, 1988, p. 179).

Utilizando a mesma iniciativa verificada em alguns trabalhos de pesquisa sobre a situação de saúde pública do Acre como território federal, reproduzem-se aqui duas fotos (Figura 1), sendo a da esquerda do Hospital de Caridade de Sena Madureira, no Departamento do Alto Purus – em que é possível entrever considerações da situação de precariedade verificada na estrutura física da construção e no aspecto dos seus arredores (cercado de vegetação) – e a outra do Hospital Augusto Monteiro, que, apesar de apresentar visualmente melhores condições prediais, não parece bem representar instalações dignas da capital de um território federal.

Figura 1 (A e B): Hospital de caridade de Sena Madureira e Hospital Augusto Monteiro, por ocasião daquele e da Maternidade Pro-Matre Acreana⁷



Fontes: Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos do Arquivo Nacional apud Souza (2014, p. 159); GOVERNO DO TERRITÓRIO DO ACRE (1930, p. 56)

Não é demais ressaltar que, dada a distância do posto mais próximo do Acre, localizado na cidade de São Felipe (AM), já em 1923 o diretor dos Serviços de Saneamento e Profilaxia Rural, Lafayete de Freitas, reclamava, em ofício, ao diretor Nacional de Saúde Pública, Carlos Chagas, a criação de três postos itinerantes naquele território, a exemplo dos criados no Amazonas, levando em conta as próprias características da região, em que a comunicação entre os seringais e povoados se fazia via fluvial. Isso, por si só, demonstra a situação em que

⁷ A maternidade Pro-Matre Acreana foi fundada em 15 de junho de 1928, sob os auspícios da primeira-dama, senhora Hugo Carneiro. O Hospital Augusto Monteiro foi transformado, na gestão de Hugo Carneiro, em Santa Casa do Acre, tendo seus estatutos reformados e atribuições e cargos ampliados. A finalidade primeira dessa atitude, pelo que se pode ler nas entrelinhas do documento oficial que a ela se reporta, foi no sentido de – a exemplo do que ocorria com outras instituições do mesmo gênero nos Estados e no Distrito Federal – obter subvenções que pudessem, de fato, mantê-la (GOVERNO DO TERRITÓRIO DO ACRE, 1930).

se encontrava o território acriano no que se refere à questão de saúde (Uchoa, 1924 apud SCHWEICKARDT, 2011).

O próprio prefeito Cunha Vasconcelos, que governou o território entre os anos de 1923 e 1926, interveio em várias oportunidades junto ao governo federal – como se pode verificar no seu relatório (GOVERNO DO TERRITÓRIO DO ACRE, 1925) –, no sentido de que fossem alocados mais recursos para a assistência médica do Acre, sendo que uma das principais ações postas em curso era a implantação de três postos itinerantes (SOUZA, 2014). Seus pedidos não foram atendidos.

Como se isso tudo não bastasse, o recurso destinado ao combate das endemias no Território Federal do Acre era controlado pelo Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural (SSPR) de Manaus (AM). A bem da verdade, até fins de 1927, os recursos financeiros federais destinados ao território acriano foram geridos e fiscalizados pela Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional do Amazonas e pelo Tribunal de Contas de Manaus, que culminava, entre outras negativas, no retardo e fragmentação (em várias parcelas e em forma de adiantamentos) do repasse orçamentário e, por conseguinte, na dificuldade de crédito das administrações locais junto aos seus fornecedores de outras praças (geralmente na capital amazonense), na aquisição de materiais necessários ao bom andamento dos serviços públicos, inclusive de profilaxia rural (GOVERNO DO TERRITÓRIO DO ACRE, 1930). Não se pode deixar de registrar que o enunciado em questão no mínimo caracteriza uma inversão de valores quanto à garantia administrativa de o território acriano ser gerido diretamente pelo governo federal.

Dos trabalhos da comissão, retém-se a convicção de que ela cumpriu o propósito para o qual fora confiada, pois, como no dizer de Schweickardt (2011, p. 1), com “[...] uma ação pontual e localizada” apresentou a solução para a retomada do crescimento produtivo da borracha, cabendo a partir de então a intervenção estatal, representada pelo governo federal. Ou nas palavras de Oswaldo Cruz, em remessa do seu relatório geral ao ministro da Agricultura, Indústria e Comércio:

[...] A solução do problema foi encontrada, restando agora fazer executar o programa traçado, o que importará na conquista da Amazônia para a civilização e solução segura da questão da borracha, que parece depender principalmente do problema sanitário (CRUZ, 1972, p. 47).

E a solução para o principal vilão (a malária) que dizimava milhares de seringueiros e por extensão inviabilizava que o processo produtivo da borracha fosse contido, era, na concepção de Peixoto (1917):

Muito simples e é apenas esta – obter quinina a preço ínfimo, isenta de impurezas, divulgada ao alcance de todos: é a quinina do Estado [oficial], que nós teremos certamente no dia em que houvermos também um homem de Estado consagrado ao mais premente e elementar dos deveres do governo – a saúde do povo.

A resolução simplista do problema sanitário da Amazônia presente nas duas falas acima, como se sabe, não se configurou tão simples assim. Até porque o Decreto nº 2.534 (Brasil, 1915) – incluindo-se aí a venda de sulfato de quinino (não havia previsão de distribuição gratuita desse medicamento) – não apontava a logística de execução do programa nele traçado, o que constituía questão fundamental numa região ainda pouco conhecida, mas detentora de uma identidade própria no que se refere ao modo de produzir a borracha nativa.

Com base nesses argumentos, era de se esperar que o governo federal, gozando a prerrogativa de uma intervenção direta no Acre, interviesse naquele território subsequentemente haver tomado ciência da sua grave situação sanitária, nomeadamente no que se refere à malária, considerando o que ela representava em termos de letalidade.

A política de saúde pública no Acre na perspectiva da interdependência sanitária

Note-se que havia até então uma total desassistência no território acriano por parte da União quanto ao seu principal problema de saúde e saneamento: a malária. E se o poder público federal voltara-se, enfim, para esse grave problema, o motivo se dera na esfera muito mais econômica – há motivos mais do que suficientes para assim o afirmar – do que por uma questão de ética e moral ou mesmo solidariedade provocada pela interdependência sanitária que começava a se vislumbrar no Brasil.

Veja-se que a malária no Acre, além do fato de ser uma doença “que pegava” – e muitas das vezes letal –, figurava entre aquelas em que se podia estabelecer uma relação de causalidade entre a sua presença e a ausência do poder público, como restou provado nos relatórios

produzidos pela comissão acima aludida, o que por si só enseja a presença do governo federal no território acriano com vista ao seu saneamento, independentemente de acarretar lucros ou prejuízos aos cofres da União.

Como explicar, então, uma não intervenção mais efetiva e eficaz do governo federal na região mais malarigênica do país durante a fase de franca redefinição das “[...] fronteiras entre *os sertões* e o litoral, entre o interior e as cidades, entre o Brasil rural e o urbano em função do que consideravam o principal problema nacional: a saúde pública.” (HOCHMAN, 1988, p. 16), ancorada na tese da interdependência sanitária?

A explicação está no fato de que o *sertão*⁸ acriano, ao contrário do que afirmara Afrânio Peixoto (apud Hochman, 1998) no tocante a outros tantos *sertões* brasileiros, não começava no fim da Avenida Central; não se avizinhava à capital federal e tampouco a qualquer outra região urbana do país. Portanto, a malária que acometia os seringueiros, apesar de ser uma doença contagiosa, não se enquadrava na perspectiva da interdependência, haja vista ser o isolamento daquele território de tal ordem que era praticamente impossível que os vetores malarigênicos pudessem alcançar além de suas fronteiras. Veja-se, por exemplo, que Manaus não padecia de malária – ou pelo menos dela a comissão não fez referência quando por lá passara, em outubro em 1912.

E se os custos internos da malária existente no Acre redundavam em custos externos, ironicamente não eram em razão das inúmeras mortes por ela provocadas, muito menos aos estados vizinhos mais próximos do território, mas tão somente pelo prejuízo econômico que trazia à União, cuja sede administrativa, o Palácio do Catete, encontrava-se na longínqua capital federal, no Rio de Janeiro.

O que se verifica é que, agindo de forma contrária à política pública de saneamento que se desenhava, o poder central não investia o suficiente para debelar a endemia da malária e, conseqüentemente, evitar a morte de um número alarmante de brasileiros. A propósito, pelos

⁸ O termo “sertão” não é aqui empregado como designativo de uma região geográfica caracterizada pelo predomínio de um clima semiárido. Na verdade, no contexto em que fora aplicado – na fase da campanha pelo saneamento do Brasil, durante a Primeira República –, mais do que uma categoria geográfica, o referido termo compreendia, numa perspectiva médica, social e política, as regiões acometidas de toda sorte de doenças e não alcançadas com medidas de saneamento demandadas pelo poder público. Acerca dos vários significados do termo “sertões”, Amado (1995) e Lima (1998) surgem como boas referências.

argumentos até aqui expostos e principalmente pelas condições jurídicas e políticas estabelecidas, a lógica seria que o território do Acre fosse o primeiro a ser contemplado pelo governo federal com a política de saneamento e profilaxia rural, uma vez que à União recaía uma incontestável responsabilidade para com aquele, sem a necessidade das manobras que faziam os estados no tocante à mesma política, de modo a garantir a sua autonomia.

Com o fim do regime departamental, em que todo o Território Federal do Acre seria gerido por um governador, em substituição aos prefeitos, era de se supor uma mudança significativa não só de ordem político-administrativa, mas, principalmente, quanto às questões relativas à saúde dos acrianos, ainda severamente abalada pela malária e por outras doenças infectocontagiosas. Até porque:

Em 1922, o ‘Regulamento da Secretaria Geral’ do governo do Território estabeleceu na sua estrutura a ‘Diretoria Geral de Hygiene e Saúde Pública’. Essa diretoria especializada estava encarregada de prestar assistência médica, promover a profilaxia geral e específica das moléstias transmissíveis, inspeção sanitária a diversas atividades como comércio, embarcações e outras (KLEYN, 2010, p. 58).

Entretanto, se “já em 1922 estavam em funcionamento 88 postos sanitários rurais, em quinze estados e no DF, sendo alguns itinerantes no Amazonas e no Pará, visando atender as populações ribeirinhas.” (HOCHMAN, 1988, p. 188), no Território Federal do Acre, nos anos de 1927, as condições sanitárias não eram em nada favoráveis, ocasião em que ainda se proferiam discursos inflamados, mas cheios de esperanças de que elas se modificassem, principalmente pela distribuição gratuita de quinina, como o proferido pelo seu segundo vice-governador, major João Cândio Fernandes, por ocasião da posse de Hugo Carneiro no cargo de governador daquele território:

Estamos certos que v. ex. vai cuidar carinhosamente dos altos interesses vitais do Acre [...], resolvendo o problema da agua, luz e esgottos, nas cidades do território e *sobre tudo, antes de tudo e acima de tudo*, salvando pela hygiene, pela quinina de distribuição gratuita, o homem perseguido pela endemias que nos assolam e atormentam, tornando esse agente da producção um pezo morto no organismo social (O NOVO GOVERNADOR, 1927).

Já para os seringalistas, nesse mesmo período, os “[...] meios legais e justos de defesa e proteção de borracha.” (CONGRESSO SERINGALISTA ACREANO, 1920, p. 2), passavam principalmente por uma perspectiva econômico-capitalista, a começar pela valorização do preço desse produto, e culminava com:

[...] A normalização do serviço do braço seringueiro – operário em geral sem luzes nem disciplinas [...] – e ao da extração do *látex*, no qual, por processos bárbaros se tem chegado a exaurir seringais, outrora conhecidos como dos mais ricos da região (ASSOCIAÇÃO ACREANA DE SERINGALISTAS, 1927, p. 1).

As duas citações acima mencionadas, extraídas do jornal Folha do Acre, revelam que a capacidade produtiva da borracha continuou em derrocada durante a “era do saneamento”, sem que o governo federal lhe tenha dado o devido alento, seja por ações de intervenção de ordem técnica na forma de extração daquela matéria-prima, seja pela implementação de uma política de saúde junto aos seus produtores.

Observe-se que em 1930 a situação das condições sanitárias do Acre em quase nada se alterou, a julgar pelas palavras do governador Hugo Ribeiro Carneiro, dela se reportando ao ministro da Justiça e Negócios Interiores:

A política administrativa do Acre deve ter por base o **combate sem tréguas às endemias regionais**, para salvação do braço, que planta a semente, que fecunda a terra, que nos dá a sua inexaurível riqueza. **Em matéria de prophylaxia rural, nada, porém, de feito encontrei no Território** e o pouco, que neste sentido tenho podido realizar, constitui um simples arremedo desse serviço, devido à **ausência de pessoal técnico, à falta de aparelhamento e de material e à insuficiência, de verba para o seu custeio** (GOVERNO DO TERRITÓRIO DO ACRE, 1930, p. 52, grifos do autor).

Por ironia, tudo que estava a reivindicar o governador do território em 1930 não era nada mais, nada menos do que o governo federal vinha proporcionado aos estados da federação em termos de profilaxia rural, desde a celebração dos primeiros acordos firmados entre eles, logo após a regulamentação do Departamento Nacional de Saúde Pública, em 1920. Aliás,

cobranças acerca das obrigações do DNSP com o Acre também foram feitas por Hugo Carneiro:

Accresce notar que, a não ser a remessa, uma ou outra vez feita, de alguns medicamentos em pequena quantidade, insistentemente reclamados, têm sido letra morta, quanto ao Acre longinquo, mas não menos brasileiro nem menos operoso, os dispositivos legais que obrigam o Departamento Nacional de Saude Publica a combater as suas endemias e cuidar do saneamento do seu solo ou da sua prophylaxia rural (GOVERNO DO TERRITÓRIO DO ACRE, 1930, p. 53).

Essas cobranças encontram ainda mais sentido quando coligidas com a promessa do envio urgente de um plano geral de saneamento para o Acre, proferida pelo diretor do DPSP, instigado que fora pelo governador do referido território, ainda no início de seu governo, em 1927:

Rio 29/10 – Off. Dr. Hugo Carneiro – governador do território do Acre – Rio Branco. – enviarei urgente plano geral saneamento Acre procurarei prestar todo concurso seus altos intuitos administrativos. Saudações. – Carlos Chagas (O SANEAMENTO DO TERRITORIO, 1927, p. 3).

A verdade é o território federal do Acre chegou ao fim da Primeira República (1930) enfrentando uma situação sanitária caótica quando comparada com a da maioria dos estados da federação, no aspecto infraestrutural e quanto à erradicação das suas “[...] moléstias endemicas como a verminose, a leishmaniose e o impaludismo, que assolam impunemente os seringas e devastam a maior parte da sua população.” (GOVERNO DO TERRITÓRIO DO ACRE, 1930, p. 53), sendo que a dotação orçamentária para o item “medicamentos”, a ser aplicada no sentido de debelá-las, era de apenas 10:000\$ (dez contos de réis⁹), para atender as cinco circunscrições municipais.

⁹ Importante resgatar que, em uma análise comparativa com a finalidade de demonstrar que o valor monetário em questão era pouco, Hugo Carneiro, governador do território do Acre entre os anos de 1927 e 1930, assim se manifesta: “[...] a ínfima quantia de dez contos de réis (10:000\$), [era] certamente inferior á que dispense cada um dos proprietários de seus trezentos seringais, no tratamento de seus doentes.” (GOVERNO DO TERRITÓRIO DO ACRE, 1930, p. 30). Embora possa haver exagero na comparação, ela demonstra que a verba pública destinada ao saneamento do território acriano, proveniente da União, não de fato era satisfatória. Se assim

Indo um pouco além – e a título de informação –, tem-se que, segundo registrou Kleyne (2010, p. 64), o interventor do Acre comunicara ao governo da República que:

A crise no Território Federal do Acre aprofundou-se no decorrer da década de 1930 com sucessivos cortes das verbas federais. Os municípios acreanos reclamavam por auxílio federal para a compra de medicamentos e socorro às vítimas das endemias regionais.

Os dois parágrafos anteriores se apresentam, pelos motivos já expostos, como o reflexo da política sanitária pública insatisfatória dispensada ao Acre pelo governo federal, mesmo porque as principais peças jurídicas que a referendavam não se concretizaram na prática. Veja-se, a título a exemplo, que o programa traçado com vista à retomada da produção de borracha no Brasil foi abandonado pouco tempo depois da promulgação do decreto a ele afeto (Brasil, 1915). Da mesma forma, o Departamento Nacional de Saúde Pública não cumpriu o que preconizava o artigo 1º, letra K, do Decreto nº 16.300, de 31 de dezembro de 1923, o qual não deixa dúvidas quanto à responsabilidade do governo federal, com o saneamento rural do Território do Acre (BRASIL, 1924).

Conclusões

Se no desencadeamento e consolidação da política pública de saúde no Brasil durante a “era do saneamento”, o território do Acre, pelo seu subsídio econômico pífio, já não despertava mais o interesse do governo federal, era de se esperar que o mesmo não se pudesse dizer da atração que pelo menos deveria exercer no cenário nacional em virtude da contribuição quanto ao percentual de doenças infectocontagiosas como a lepra, a leishmaniose, a tuberculose pulmonar e, principalmente, a malária, sendo esta considerada a de maior letalidade e de mais intensa e de mais generalizada morbidade.

Afinal de contas, foram as doenças, principalmente as grandes endemias rurais, que despertaram uma consciência nacional acerca da existência de uma interdependência sanitária, já que não faziam distinção de qualquer natureza (socioeconômica e cultural) entre os

fosse, certamente os seringalistas, na tentativa de salvar a produção de borracha, não se veriam obrigados a investir nas condições de saúde dos seus seringueiros, principalmente com relação ao acometimento da malária, haja vista o constante decréscimo daquela mão de obra e a possibilidade concreta de falência total dos seringais nativos acreanos.

indivíduos. Por essa razão, houve a necessidade de tornar a saúde brasileira pública e de caráter nacional e estatal, cabendo ao governo federal, além de cuidar das condições sanitárias das áreas sob sua jurisdição (como o Distrito Federal e o Território do Acre), a intervenção nos estados carentes – e com a aquiescência destes –, por meio de acordos e convênios, com auxílio financeiro e técnico-operacional.

Entretanto, e como resposta às indagações que nortearam o presente artigo, procurou-se demonstrar ao longo do texto as seguintes justificativas: 1) falta de uma efetiva contribuição econômica do Acre para os cofres da União a partir da derrocada da exportação de borracha; 2) ínfima dotação orçamentária proveniente do governo federal, incapaz de cobrir os custos para a efetivação de uma estrutura de saneamento mais sólida, em um território envolvido com o grassar de doenças infectocontagiosas que dizimavam milhares de seringueiros envolvidos diretamente com a principal atividade econômica; 3) recursos financeiros federais destinados ao território acriano geridos e fiscalizados pela Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional do Amazonas e pelo Tribunal de Contas de Manaus, até o fim de 1927; 4) presença de um comodismo político-administrativo provocado por representantes da própria União, notadamente entre os provenientes de outros centros (falta de uma identificação com os problemas acrianos); 5) malversação do erário; 6) instabilidade político-econômica e a consequente efemeridade das gestões; 7) cobrança excessiva de impostos ao território acriano por parte do governo federal; e 8) dado o isolamento do território, a garantia de que as epidemias que o acometia não extrapolavam as fronteiras locais.

Por tudo isso, ao território acriano faltou poder de barganha com o governo federal, sendo por este tratado com certa indiferença durante a era do saneamento, mesmo que suas aspirações infraestruturais estivessem mais voltadas para a promoção da saúde dos seus jeca-tatus, quer moradores das suas cidades, quer dos seus *sertões*, representados pelos inúmeros seringais insalubres, mais ainda produtivos. De modo que no território acriano as bases para a efetivação de uma política pública de saúde se deu tardiamente, comparada com o conjunto das ações preconizadas em outras possessões do território nacional.

Referências

ACRE: RELATÓRIOS DE GOVERNO (1899 a 1905). **Os anos do conflito** (José Paravicini, Cunha Matos, José Marques Ribeiro). Rio Branco: Gráfica do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, v. 1, [2002a?].

ACRE: RELATÓRIOS DE GOVERNO (1906 a 1910). **Os anos do conflito** (José Plácido de Castro, Gabino Besouro, Deocleciano Souza, Epaminondas Jácome). Rio Branco: Gráfica do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, v. 2, [2002b?].

AMADO, J. Região, sertão, nação. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995, p.145-51.

A INAUGURAÇÃO DO HOSPITAL DE RIO BRANCO. **Folha do Acre**, Rio Branco, ano 8, n. 238, p. 1, 16 de maio de 1918.

ASSOCIAÇÃO ACREANA DE SERINGALISTAS. **Folha do Acre**, Rio Branco, ano 16, n. 571, p. 1, 15 de maio 1927.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. **Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil**. Atos do poder legislativo. Rio de Janeiro, DF, Imprensa Nacional, v. 1, partes 1 e 2, p. 1-28, 1892. Disponível em: Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em 24 fev. 2015.

BRASIL. Decreto nº 1.181, de 25 de fevereiro de 1904. **Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil**. Atos do poder legislativo. Rio de Janeiro, DF, Imprensa Nacional, v. 1, p. 59, 1907. Disponível em: Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em 24 fev. 2015.

BRASIL. Decreto nº 2.543-A, de 5 de janeiro de 1912. **Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil**. Atos do poder legislativo. Rio de Janeiro, DF, Imprensa Nacional, v. 1, p. 7-12, 1915. Disponível em: Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em 24 fev. 2015.

BRASIL. Decreto nº 3.987, de 2 de janeiro de 1920. **Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil**. Atos do poder legislativo. Rio de Janeiro, DF, Imprensa Nacional, v. 1, p. 1-6, 1921a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em 24 fev. 2015.

BRASIL. Decreto nº 14.354, de 15 de julho de 1920. **Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil**. Atos do poder legislativo. Rio de Janeiro, DF, Imprensa Nacional, v. 3, p. 244-484, 1921b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em 24 fev. 2015.

BRASIL. Decreto nº 9.521, de 17 de Abril de 1912. **Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil**. Atos do poder legislativo. Rio de Janeiro, DF, Imprensa Nacional, v. 2, p. 87-118, 1916. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em 24 fev. 2015.

BRASIL. Decreto nº 16.300, de 31 de dezembro de 1923. **Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil**. Atos do poder legislativo. Rio de Janeiro, DF, Imprensa Nacional, v. 3, Segunda Parte, p. 581-974, 1924. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em 24 fev. 2015.

CHAGAS, Carlos. Exploração das questões médico-sanitárias em diversos rios da bacia Amazônica – Relatório de viagem. Relatório de observações e pesquisas nos rios Solimões,

- Juruá e Tarauacá. In: **Sobre o saneamento da Amazônia**. Manaus: P. Daou, 1972a. Segunda parte, p. 53-118.
- CASER, Arthur Torres; SÁ, Dominichi Miranda. Médicos, doenças e ocupação do território na Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915). **Bol. Mus. Para**. Emilio Goeldi, Belém, v. 5, n. 2, p. 363-378, maio/ago. 2010.
- CASTELLO BRANCO. José Moreira Brandão. Acreânia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 240, p. 3-83, jul./set. 1958.
- _____. José Moreira Brandão. Caminhos do Acre. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 196, p. 74-225, jul./set. 1947.
- _____. José Moreira Brandão. Cartografia acreana. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 223, p. 16-81, abr./jun. 1954a.
- _____. José Moreira Brandão. O Rio Acre. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 225, p. 294-298, abr./jun. 1954b.
- _____. José Moreira Brandão. Peruanos na região acreana. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 244, p. 135-216, jul./set. 1959.
- CASTELO BRANCO, J. M. Brandão. O gentio acreano. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 207, p. 3-78, abr./jun. 1950.
- CASTELO BRANCO, José Moreira Brandão. Povoamento da acreânia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 207, p. 118-256, jan./mar. 1961.
- CASTELO BRANCO SOBRINHO, José Moreira Brandão. Descobrimto das terras da região acreana. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 239, p. 278-291, abr./jun. 1958.
- CONGRESSO SERINGALISTA ACREANO, 1920. **Folha do Acre**, Rio Branco, ano 11, n. 333, p. 2, 15 de nov. 1920.
- CONTRIBUIÇÃO PARA O HOSPITAL. **Folha do Acre**, Rio Branco, ano 10, n. 318, p. 1, 1 de jul. 1920.
- CRUZ, Oswaldo Gonçalves. Exmo. Sr. Ministro. Relatório sobre as condições médico-sanitárias do Valle do Amazonas. In: **Sobre o saneamento da Amazônia**. Manaus: P. Daou, 1972. Primeira parte, p. 47-51.
- GOVERNO DO TERRITÓRIO DO ACRE. **Relatório apresentado pelo Governador do Território do Acre, José Thomaz da Cunha Vasconcelos**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925. (Acervo do Departamento de Patrimônio Histórico do Acre).
- GOVERNO DO TERRITÓRIO DO ACRE. **Relatório de governo elaborado pelo Governador do Território do Acre, Hugo Ribeiro Carneiro 1928/1929 e enviado ao ministro da Justiça e Negócios interiores Augusto Vianna de Castello, relativo ao exercício de 1928 e primeiro semestre de 1929**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.
- HOCHAMAN, Gilberto. **A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- HOSPITAL. **O Cruzeiro do Sul**, Cruzeiro do Sul, ano 11, n. 460, p. 4, 9 de jan. 1916.
- HOSPITAL DE CARIDADE. **O Alto Purús**, ano 3, n. 120, p. 2, 12 jun. 1910
- IDÈA MAGNANIMA. **Folha do Acre**, Rio Branco, ano 1, n. 38, p. 1, 21 de maio de 1911.

- KLEYN, Estanislau Paulo. **As relações intergovernamentais na implantação da política de saúde no Estado do Acre de 1990 até 2008**. 2010. 243 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública)- Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, São Paulo, 2010.
- LIMA, N. S. Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil. **Revista História, Ciência e Saúde de Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5 (suplemento), p. 163-193, jul. 1998.
- MARX, Karl. A produção da mais valia absoluta. In:_____. **O Capital**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988, v. 2, seção 3, p. 142-236.
- NA RIBALTA. **Folha do Acre**, Rio Branco, ano 10, n. 296, p. 1, 17 jan. 1920.
- OFFICIOS. **O Cruzeiro do Sul**, ano 12, n. 533, p. 1, 10 de ago. 1917.
- O NOVO GOVERNADOR. **Folha do Acre**, Rio Branco, ano 16, n. 576, p. 1, 26 jul. 1927.
- O SANEAMENTO DO TERRITÓRIO. **Folha do Acre**. Rio Branco, 20 nov. 1927. Radios recebidos, p. 3.
- PEIXOTO, Afrânio. Problema sanitário da Amazonia. Separata do Annaes da Faculdade de Medician do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, anno 1, 1917. In: **Sobre o saneamento da Amazônia**. Manaus: P. Daou, 1972b.
- SCHWEICKARDT, Júlio César; LIMA, Nísia Trindade. Do "inferno florido" à esperança do saneamento: ciência, natureza e saúde no Estado do Amazonas durante a Primeira República (1890-1930). **Bol. Mus. Para**. Emilio Goeldi, Belém, v. 5, n. 2, p. 399-415, maio/ago. 2010.
- SCHWEICKARDT, Júlio César; LIMA, Nísia Trindade. Os cientistas brasileiros visitam a Amazônia: as viagens científicas de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas. **História, ciência e saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 15-50, dez. 2007. Suplemento.
- SCHWEICKARDT, Júlio César. Território e saúde pública: o saneamento rural no amazonas, 1921-1930. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011, p. 1-15.
- SOUZA, Sérgio Roberto Gomes de. **“Desnervados, desfibrados e amarelos” em busca de cura: saúde pública no Acre territorial (1904-1930)**. 2014. 256 f. Tese (Doutorado em História)- Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2014.
- THIELEN, Vilela Eduardo et al. **A ciência a caminho da roça. Imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/Casa de Oswaldo Cruz, 1991.
- VERGARA, Moema de Rezende. Ciência, Fronteiras e Nação: Comissões Brasileiras na Demarcação dos Limites Territoriais entre Brasil e Bolívia, 1895-1901. **Bol. Mus. Para**. Emilio Goeldi, Belém, v. 5, n. 2, p. 345-361, maio-ago. 2010.
- VINTE E DOIS DE MAIO. **O Alto Purús**, Senna Madureira, ano 2, n. 64, p 1, 16 de maio de 1909.
- VITAL, André Vasques; HOCHMAN, Gilberto. Da malária e da 'corrupção': medicina e saberes locais no noroeste do Brasil (Comissão Rondon, 1907-1915). **Bol. Mus. Para**. Emilio Goeldi, Belém, v. 8, n. 1, p. 77-94, abr. 2013.

Foto: Vista parcial do 2º Distrito de Rio Branco durante a inundação do Rio Acre, 1940



Fonte: Acervo digital da Fundação Elias Mansour (FEM), 2015.

Artigo 4 – Which is riskier: life on the floodplain or in housing imposed from above? The case of flooding regions in Rio Branco, Acre, Brazil*

Abstract

Poor communities living in areas at high risk of flooding are often considered by authorities to be victims of their own “choice” in locating their dwellings in such areas. Instead of the government contributing to improving their resilience, the situation can become a way to justify the people’s relocation to areas not susceptible to flooding. The dynamics of living in flood-prone areas are examined here in the context of the Baixada da Habitasa and Seis de Agosto districts in Rio Branco, Acre, Brazil. Analysis of documents and semi-structured interviews with managers and with inhabitants of the districts under study, obtained soon after the last flood (April/May 2014), provide the basis of this study. Situations where people face up to the floods and reject removal to temporary shelters (or the temporary payment of a monthly sum as rent) are explored. This resistance to relocation can be seen even when the state proposes their transfer to permanent housing.

KEYWORDS Acre; disaster; flooding; risk; vulnerability.

* Artigo aceito para publicação na revista *Environment and Urbanization*, Vol. 28, n. 1, April 2016.

I. Introduction

Acre is a state of Brazil, situated at the extreme southeast of the Brazilian Amazon. Its soils, derived from sedimentary rocks, support a highly preserved natural vegetation consisting mainly of tropical forest. The climate is equatorial, characterized by high temperatures, high annual rainfalls of around 2,000 millimetres and high relative humidity. Its hydrography, formed by the Juruá and Purus river basins, provides good drainage across all the municipalities in the state. The capital, Rio Branco, has a population of 336,038 inhabitants (according to the 2010 census by the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Brazilian Institute of Geography and Statistics). Rio Branco is crossed by the River Acre, which is fed by several tributaries⁽¹⁾.

These natural conditions are responsible for floods that occur and persist for an average of 30 days per year in several districts of Rio Branco, including part of the city centre (Photo 1), mainly as a result of the slow rise of the water level of the River Acre, and the slow return of its waters to the main channel. This natural phenomenon is associated with socio-environmental factors that have varying impacts on the populations resident in the flooded districts⁽²⁾.

¹ Acre (State) (2010), *Natural resources: geology, geomorphology and soils of Acre*, ZEE/Acre, Phase II, State Secretariat of the Environment – SEMA, Acre State Ecological-Economic Zoning Programme, Rio Branco, 100 pages; also IBGE (2014), *Estados [States]*, available at <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ac>; and Macêdo, M N C, H C T Dias, F Maria, G Coelho, E A Araújo, M L H Souza and E Silva (2013), *Ambiente & Água* Vol 8, No 1, pages 206–221.

² On the risks related to flooding see Nchito, W S (2007), “Flood risk in unplanned settlements in Lusaka”, *Environment and Urbanization* Vol 19, No 2, pages 539–551; and Plate, E J (2002), “Flood risk and flood management”, *Journal of Hydrology* Vol 217, No 1–2, pages 2–11.

Photo 1:**Central Area of Rio Branco during the flood of 2012**

SOURCE: “Rio Acre desabriga 1,7 mil pessoas” [“Rio Acre uproots 1,700 people”], Blog do Altino Machado [Blog of Altino Machado], available at <http://www.altinomachado.com.br/2011/04/rio-acre-sobe-e-desabriga-17-mil.html>. Photo: ©Marcos Vicentti, 2012.

Some districts are affected every year between the months of January and April. Others are only affected by exceptional flooding, such as that in: 1988 (with a maximum level or ML of 17.12 metres), 1997 (ML=17.66 metres), 2006 (ML=16.72 metres), 2009 (ML=15.50 metres), 2010 (ML=15.53 metres), 2011 (ML=16.16 metres) and 2012 (ML=17.64 metres). Among these floods, special mention should be made of the most recent in 2012 – the second largest recorded, after 1997 – not only because of the volume of water, but also because of the social, economic and environmental damage caused⁽³⁾. Figure 1 indicates the areas that would be inundated in the city centre with a water level of 18.00 metres, only slightly higher than the 2012 flood.

³ Local Government of the Municipality of Rio Branco (2013), *Plano de contingência operacional de enchentes – 2013* [Operational Contingency Plan for Flooding – 2013], Department Coordinating Municipal Civil Defense – COMDEC, Rio Branco.

Figure 1:

Panoramic view of Rio Branco city centre with a simulated flood with a water level of 18,00m



SOURCE: Local Government of the Municipality of Rio Branco (2014a), *Vista panorâmica do centro de Rio Branco com mancha de inundação estimada para a cota de 18,00m* [Panoramic view of Rio Branco city centre with an estimated flood with a water level of 18.00m], Information and Georeferencing Division, Rio Branco.

The extent and impact of the 2012 flood are demonstrated by its spread on reaching a level of 17.64 metres, i.e. 3.64 metres above the overflow level, through 30 districts of the city, with 30,173 buildings destroyed or damaged⁽⁴⁾. Only 1,783 families (6,803 people in total) were admitted to the six temporary shelters, while most others made homeless sheltered with relations. An estimated 32,076 people in all were affected across the 30 flooded districts; in 14 of these districts, floods covered more than 30 per cent of the total area. Especially hard hit were the Baixada da Habitasa district, with 87.6 per cent affected, involving 503 properties, and Seis de Agosto, with 43.0 per cent affected and 1,211 properties inundated (Figure 2A

⁴ Brazil (2013), *Banco de dados e registros de desastres: sistema integrado de informações sobre desastres - S2ID* [Database and disaster records: integrated disaster information system - S2ID], Brazil Ministry of National Integration, National Civil Defence Secretariat, available at <http://150.162.127.14:8080/bdrd/bdrd.html>.

and Figure 2B)⁽⁵⁾. The total value of the losses and damage so caused to the environment, natural resources, economy and society was US\$ 94 million⁽⁶⁾.

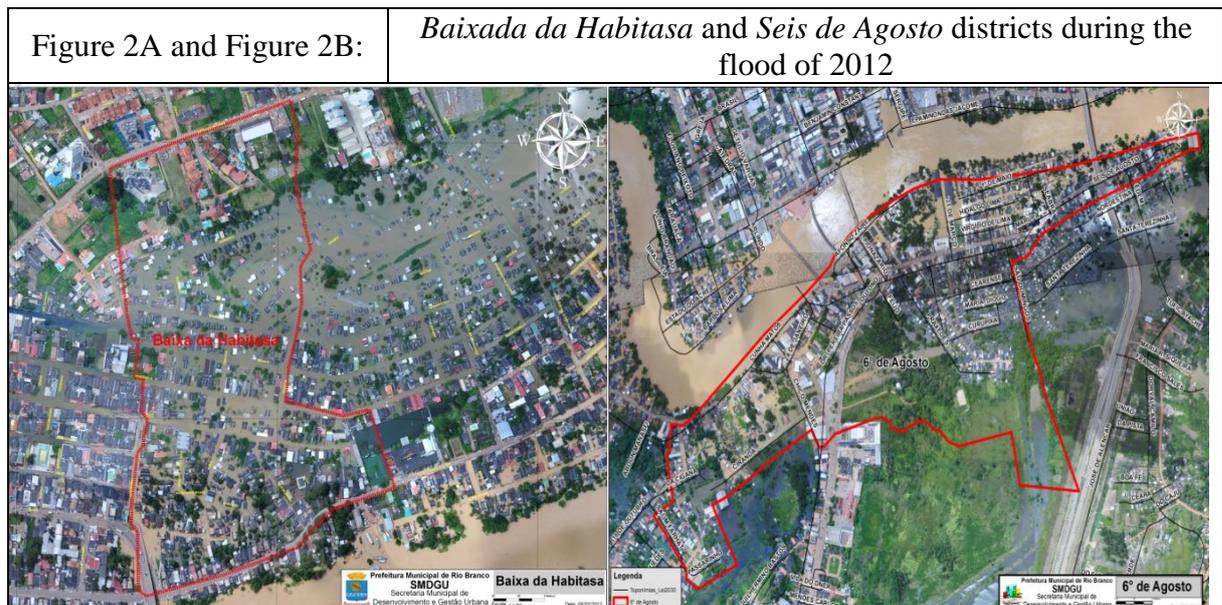


Photo: © Local Government of the Municipality of Rio Branco, Municipal Secretariat of Development and Urban Management – SMDGU, Rio Branco, 2014.

Up to the 1970s, Rio Branco followed its normal course of political, economic and socio-cultural development, with public authorities just managing to keep up with the rate of population growth, both natural and migratory. Migration to the city from forest communities, displaced by the arrival of cattle graziers from the centre-south of Brazil during the 1970s⁽⁷⁾, caused the rapid growth of several new districts in the city. At least 30 of these districts were in areas susceptible to the periodic flooding of the River Acre, especially the districts of Taquari, Triângulo Novo, Cidade Nova, Baixada da Habitasa and Seis de Agosto.

State and municipal public authorities adopt both short- and long-term measures in response to serious floods. During flood periods, many people may relocate to temporary shelters, and

⁵ Local Government of the Municipality of Rio Branco (2012a), *Relação quantitativa de imóveis atingidos por bairros* [Quantitative report of the properties affected by district], Information and Georeferencing Division, Rio Branco.

⁶ Local Government of the Municipality of Rio Branco (2012b), *Relatório de avaliação de danos (AVADAN)* [Damage Assessment Report], Rio Branco. Values in reals were converted into US dollars using information provided by the Brazilian Central Bank, available at <http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/batch/taxas.asp?id=txdolar>.

⁷ Oliveira, Luiz Antonio Pinto (1985), *O sertanejo, o brabo e o posseiro: Os cem anos de andanças da população acreana* [The backwoodsman, the hired ruffian and the land grabber – The one hundred years of the wanderings of the people of Acre], Dissertation, Federal University of Minas Gerais, Belo Horizonte, 101 pages.

emergency supplies of drinking water and food, and immunization against contagious diseases, are provided. After the waters have returned to the river's main course, part of this population, those who are at special risk, are evacuated to safe areas. At the same time, reconstruction of the district infrastructure is carried out.

Some idea of the difficulties encountered in dealing with these flood-prone areas can be gained by observing that, even in the more well-to-do areas of the city, there are problems with sanitation and drainage, and this where the population is better equipped to cope with these problems. In the poorer areas, the lower levels of schooling and income can exacerbate the difficulties⁽⁸⁾.

For decades, the authorities have put off developing efficient and effective responses. To this should be added the fact that the planning decisions for these districts are for the most part “from the top down”, without the participation of the people who live in these areas – the parties mainly concerned with the issue⁽⁹⁾.

However, the present mandates of the state and municipal governments include a greater focus on the problem, and there is a disposition to resolve it definitively. This is mainly through the removal of those residing in the flood-prone areas to housing blocks. Some of these are social housing and others, like the Cidade do Povo, meet a higher standard and include infrastructure. The Cidade do Povo has an outpatient clinic, school and shops, with a total of 10,518 units – around 60,000 people. A third of these units is intended as social

⁸ Regarding the levels of schooling and of income, together with other variables, influencing the coverage of the water supply and sewerage network, consult Rezende, S, S Wajnman, J A M Carvalho and L Heller (2007), “Integrando ofertas e demandas de serviços de saneamento: Análise hierárquica do panorama urbano brasileiro no ano de 2000” [“Integrating supply and demand of sanitation services: hierarchical analysis of the Brazilian urban panorama in the year 2000”], *Engenharia Sanitária e Ambiental* Vol 12, No 1, pages 90–101. In relation to urban inequalities in general, see Stephens, C (2011), “Revisiting urban health and social inequalities: the devil is in the detail and the solution is in all of us”, *Environment and Urbanization* Vol 23, No 1, pages 29–40. And for specifics see Nornan, G and S Pedley (2011), “Exploring the negative space: evaluating reasons for the failure of pro-poor targeting in urban sanitation projects”, *Journal of Water, Sanitation and Hygiene for Development* Vol 1, No 2, pages 86–101.

⁹ See Gohn, M da G (2004), “Empoderamento e participação das comunidades em políticas sociais” [“The empowering and participation of communities in social policies”], *Saúde e Sociedade* Vol 13, No 2, pages 20–31.

housing, at zero cost, for the low-income population living in risk areas, especially those subject to flooding⁽¹⁰⁾.

Although these housing blocks are located in flood-free areas, this does not mean that they represent the heart's desire of all those who are supposed to be relocated to them. There is conflict and discontent on both sides – the managers and the future dwellers.

The fact is that only part of the problem is resolved through relocation. There are significant factors that provoke resistance to removal. To live in the districts subject to flooding means living closer to the central area of the city, near jobs, schools and urban amenities. But it also means a continued lack of any sort of urban service such as drainage, solid waste disposal, sewerage and drinking water.

This paper takes a two-pronged approach: it looks on the one hand at the demands of the flood-prone areas and the interventions needed on the part of the authorities to resolve their problems, and on the other at the attitudes of the residents – how they cope with the setbacks they face, sometimes rejecting the initiatives of the authorities to remove them.

The paper draws from two main data sources: government documents and the responses of both state and municipal managers and the inhabitants of the districts of Baixada da Habitasa and Seis de Agosto. Semi-structured interviews were carried out with 12 residents (six from each district), between April and May 2014, as well as with representative officials in the field of urban infrastructure, specifically around the management of flood-prone areas.

To protect the identity of the residents interviewed, each was provided with a fictitious name, which was added to the alpha-numeric code from the front wall of their residence. These codes were used by the public authorities to identify the inhabitants of the risk areas; the letters identified the districts (BH indicates Baixada da Habitasa and SA Seis de Agosto), and the numbers indicated the order in which households were registered (01, 02, 03...). As for the officials, it was felt that there was no need to maintain their anonymity, if only because of the public positions that they occupied.

¹⁰ Acre (State) (2012), *Projeto Cidade do Povo* [The Cidade do Povo Project], State Secretariat of Infrastructure and Public Works, Rio Branco.

This paper also draws on the experiences of a nonparticipating observer of the work of the Municipal Civil Defence as it provided relief to the victims of the flood that occurred between January and February 2014.

II. The waters are coming and the people are preparing

In a historical analysis of public policy for the resolution of problems relating to the urban sanitation situation in the districts of Rio Branco affected by the flooding caused by the River Acre, three distinct phases can be discerned⁽¹¹⁾.

- 1) Between the emergence of the city in 1882, and the 1970s, almost nothing was done.
- 2) From the 1970s to the 1990s, with the increase in the number of residents living in this situation, the authorities felt obliged to help those affected, removing them to temporary shelters, but without adopting a clear policy that went beyond palliative solutions.
- 3) From the 1990s to the present day, there has been a willingness on the part of the authorities to face up to the problem more explicitly, with actions ranging from the possibility of infrastructure improvements to the removal of residents from more critical areas into permanent dwellings.

The focus of the present article is only the third phase.

¹¹ On the structural evolution of Rio Branco, consult, among other references: Acre (Territory) (2002), *Relatório de governo (1899 to 1905), Os anos do conflito [Government report (1899 to 1905), The years of conflict]*, José Plácido de Castro, Gabino Besouro, Deocleciano Souza, Epaminondas Jácome (Printing House of the Law Court of the State of Acre), Rio Branco; Acre (Territory) (1930), *Relatório de governo elaborado por Hugo Ribeiro Carneiro 1928/1929 e enviado ao ministro da Justiça e Negócios interiores [Government report prepared by Hugo Riberio Carneiro 1920/1929 and sent to the Minister of Justice and the Interior]*, Augusto Vianna de Castello, Rio Branco; Acre (Territory) (1947), *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. General Eurico Gaspar Dutra, D. S. Presidente da República pelo Major José Guiomar dos Santos, Governador Delegado da União no Território Federal do Acre referente às atividades da administração acreana no exercício de 1947 [Report presented to General Eurico Gaspar Dutra, President of the Republic by Major José Guiomar dos Santos, Governor Delegate of the Union in the Federal Territory of Acre relating to the activities of the Acre administration in the year 1947]*, Rio Branco; and Local Government of the Municipality of Rio Branco (2014b), *Prefeitura de Rio Branco com você no dia a dia [Local Government of the Municipality of Rio Branco with you in your daily affairs]*, available at <http://www.riobranco.ac.gov.br/index.php/rio-branco.html>.

The migrants who arrived in Rio Branco in the 1970s were almost exclusively rubber workers expelled by the arrival of large agricultural and extractivist projects in the rural areas of Acre. They started to occupy uninhabited spaces with no owners present, on the periphery or preferably near the centre of the capital, and a large part of these areas was subject to flooding. As they settled in, facing up to the local powers, contesting ownership of the spaces that they had occupied, and putting down roots, their territories started to be distinguished by specific ways of life that included, in addition to dealing with the seasonal flooding, coping with the precariousness of inadequate infrastructure.

These settlements and the lifestyle that went with them were resisted by the public authorities, as they did not fit into the rules of urban planning: in the place of streets, there were alleys; drinking water and electric power were, in large part, “stolen” by means of clandestine connections; domestic waste was jettisoned on wasteland; sewage flowed in the street; the plots of land were not properly delimited and fenced off; and the houses were not built to typical urban building standards.

The districts of Baixada da Habitasa and Seis de Agosto, in addition to having these features, were also frequently flooded. In contrast to the other periodically flooded districts, where flooding occurs on average once every five years when there are major floods, in these two districts it occurs every year, as soon as the waters of the River Acre reach their overflow level⁽¹²⁾. People residing there have a whole system of responses to the floods, from forecasting their onset to determining the possibility of returning to their dwellings.

It is precisely by appropriating this responsibility for the flood risk to which the residents are subject that the present public entities justify their efforts to remove the populations who live there to areas that are free from the threat of flooding, and constructed in conformity with more acceptable principles of residential urban planning. However, they have also been providing some infrastructural services to the two districts, such as paving and drinking water, with a view to meeting some of the needs of the residents who resist removal.

¹² See reference 3.

Analysing the question in more detail, it can be said, therefore, that there are two fronts of intervention in these flooded areas: removal (either to temporary shelters or to permanent dwelling places) and improvement of the local infrastructure.

a. Removal: from resistance to acceptance

It is important to stress that removal is the primary policy for resolving the problems of the districts in question – on the part of both the government of the state of Acre and the local government of Rio Branco – and this is reflected in the observations of the officials interviewed, as can be seen from the following extract:

“Really for these areas subject to flooding, that we normally characterize as risk areas and areas which are too unhealthy even to be occupied, [the goal] is to remove people from them. Because when these areas are occupied, you saturate them – if you don’t have adequate sanitation you end up saturating these areas, and by the technical recommendations of the CPRM⁽¹³⁾ – who today are our consultants for these risk and flooded areas, because even when they are not flooded these are risk areas – the technical recommendation is always the removal of this population.”⁽¹⁴⁾

The fact is that the present officials, having inherited a problem that goes right back to the beginnings of the town of Rio Branco, with no real response from past administrations, have decided to eliminate it in as straightforward and radical a manner as possible. They are going beyond their role as urban regulators and providers of infrastructure, and are removing residents to new territory⁽¹⁵⁾, built, in large part, to be completely different from the

¹³ The Mineral Resources Survey Company (CPRM) is a company of the Brazilian government, connected to the Ministry of Mines and Energy, that is responsible for geological services in Brazil.

¹⁴ Santos, M J S (2014), Interview with the research project “A dinâmica das águas e das gentes: histórias, percepções e políticas públicas de saneamento em áreas inundáveis de Rio Branco” [“The dynamics of the waters and the peoples: stories, perceptions and public policies of sanitation in areas subject to flooding in Rio Branco”], July, Federal University of Minas Gerais/Federal University of Acre (UFMG/UFAC), Rio Branco.

¹⁵ A good discussion of territories can be found in Haesbaert, R (2004), *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade* [The myth of deterritorialization: from the end of the territories to multiterritoriality], Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.

communities that they built themselves⁽¹⁶⁾. In some cases, in an even less satisfactory solution, residents are moved to temporary quarters.

b. Temporary shelters and social rent

In the face of an insufficient supply of social housing to meet these demands, there are three types of temporary shelter, related to the floods in Rio Branco:

- buildings specifically constructed for people rendered homeless by the flood, and later dismantled when they are able return to their districts;
- the residences of relatives; and
- more permanent properties, rented with a subsidy from the public authorities, to shelter those who have lost their property during the flood or are at risk.

Residents may select these rented dwellings, and apply the monthly payment from the authorities to the rent. This varies between US\$ 133 and 223⁽¹⁷⁾, depending on the number of household members⁽¹⁸⁾. The insignificant amount of this “social rent” is a matter of dispute on the part of the residents because it may not cover the rent of a dwelling large enough for whole family, or the other associated expenses such as rates (property tax), electricity and transport. This makes it an unattractive option for many.

According to one affected resident:

“Leave my little shack to go and pay rent? Another thing, at the time, the money they were giving for rent was 300 reais. For 300 reais you couldn’t accommodate a family. So if we got a house we could put a family in we

¹⁶ In the territory constructed by the public authorities there is inflexibility regarding some practices that can be seen in the flood-prone areas, such as the raising of animals and the increase of the size of the residence in accordance with the needs of the inhabitants.

¹⁷ Values quoted on 06/09/2014, in accordance with information collected from Banco Central (Brasil), *Dólar americano*, available at <http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/batch/taxas.asp?id=txdolar>. (US\$ 1 = 2.24 real.)

¹⁸ Silva, C D (2014), Interview with the research project “A dinâmica das águas e das gentes: histórias, percepções e políticas públicas de saneamento em áreas inundáveis de Rio Branco” [“The dynamics of the waters and the peoples: stories, perceptions and public policies of sanitation in areas subject to flooding in Rio Branco”], April, UFMG/UFAC, Rio Branco.

would have to make up the rent money out of our own pockets: Over my dead body I say.”⁽¹⁹⁾.

Another concern is the delay that can occur in paying the benefit, causing misunderstanding between the tenants and the property owners. There is also the uncertainty around the ultimate provision of permanent social housing, which makes it unclear how long residents will need to remain in the rental properties. As Vargas points out: *“to leave the condition of risk through removal, even with public subsidies for the payment of rent, does not provide the desired level of security. The expectation of receiving their own house, which frees them from the threat of expulsion, continues.”*⁽²⁰⁾.

c. Permanent social housing

A preliminary analysis of the policy of removal to permanent dwellings indicates that for residents in precarious conditions, the only truly acceptable solution is transfer to a planned housing block built in accordance with all the conventional urban standards. Otherwise, interviews indicated that residents’ decision to accept removal or not depends on factors external to the removal policy, and related mainly to their cultural and socio-economic conditions.

For those who came from the rubber plantations of the rural zone in Acre and who have lived for decades in areas subject to flooding, the familiarity with proximity to water courses, whether for leisure purposes or the satisfaction of their material needs, is a determining factor. One person interviewed in Baixada da Habitasa declares: *“[...] my father fishes, he works in the fishery business, we are going to put the motor where? The nets where? On our heads?*

¹⁹ Feitosa SA-04 (2014), Interview with the research project “A dinâmica das águas e das gentes: histórias, percepções e políticas públicas de saneamento em áreas inundáveis de Rio Branco” [“The dynamics of the waters and the peoples: stories, perceptions and public policies of sanitation in areas subject to flooding in Rio Branco”], May, UFMG/UFAC, Rio Branco.

²⁰ Vargas, D (2009), “Eu fui embora de lá, mas não fui: a construção social da moradia de risco” [“I left it there, but didn’t go away: social construction of the risk habitation”, in N Valencio, M Siena, V Marchezini and J Costa Gonçalves (editors), *Sociologia dos desastres: solução, interface e perspectivas no Brasil* [The Sociology of disasters: solution, interface and perspectives in Brazil], RiMa, São Carlos, pages 80–95.

Where are we going to fish? There's going to be nowhere for us to fish there, don't you think?''⁽²¹⁾.

As regards socio-economic conditions, it was evident that the main justifications for resistance to removal – especially for those who were to be transferred to the Cidade do Povo project – were the size of the new properties, their location and distance from the city centre, and the impact of the built form (terraced housing) on their social relationships.

In the flood districts, homes tend to be built, even if with much difficulty, large enough to accommodate the number of household members. In the new properties, there is a legally defined spatial homogeneity related to the standards for social housing (also known as “housing of social interest”)⁽²²⁾:

“Everything is foreseen in the works code, in the conventional questions of architecture... Really, everything. There is nothing out of the normal, now it is a social housing unit, a social model, it is a dwelling of social interest; and a dwelling of social interest is also characterized, it has a certain area to be considered of social interest; we are working with a state government programme, with the federal government, with federal standards, federal legislation and resources that have limitations for dwellings of social interest; so that there are income brackets that delimit this dwelling of social interest.”⁽²³⁾.

Instead of building standards reflecting the social realities of the potential inhabitants, the inhabitants are expected to adjust to the new established standard. This adjustment is a challenge: *“the space they are providing for a family is insufficient, there is no space; the*

²¹ Rogério BH-359 (2014), Interview with the research project “A dinâmica das águas e das gentes: histórias, percepções e políticas públicas de saneamento em áreas inundáveis de Rio Branco” [“The dynamics of the waters and the peoples: stories, perceptions and public sanitation policies in areas subject to flooding in Rio Branco”], April UFMG/UFAC, Rio Branco.

²² The dwellings have an average area of 40 m² with two bedrooms, a living room and a kitchen.

²³ Souza, R F (2014), Interview with the research project “A dinâmica das águas e das gentes: histórias, percepções e políticas públicas de saneamento em áreas inundáveis de Rio Branco” [“The dynamics of the waters and the peoples: stories, perceptions and public sanitation policies of areas subject to flooding in Rio Branco”], May, UFMG/UFAC, Rio Branco.

houses are really small; another thing, they cannot be expanded, there is no way to add to them; my family can't fit into the space they are going to provide [...]."⁽²⁴⁾.

As regards the location, its acceptability is intimately related to the time it takes residents to get to the centre of Rio Branco, where they earn their living. Their current homes in Baixada da Habitasa and Seis de Agosto are just a few minutes from the city centre, a distance that can easily be covered on foot. From the Cidade do Povo, by contrast, the distance is at least 10 kilometres. This forces this low-income population to use public transport, which in its turn has an impact on the family budget.

So we have reactions like the following: *"for us, who work here... a long way off! The city centre to my work, a minute and I'm there; and out there [referring to the Cidade do Povo] it takes half a day to come and go.*"⁽²⁵⁾.

As regards the reluctance of the people living in the areas subject to flooding to go to the terraced Cidade do Povo houses, the words of Silva SA-39 represent a typical argument:

"Now pay attention! My son, like the government, he only thinks of himself. He doesn't think of our part: it's a house only for two families. And if in that house for two families he puts there some people who aren't all that good; he puts there a drug trafficker, he puts a *noiado* [addict]. Look here son, I think that that is a lack of respect of the government for the people. They want to stick us besides some people who we don't know [...]. Who really likes this business of *emendado* [terraced housing]? If I wanted to live like that I wouldn't be here, I would be living in a big house, divided into rooms for rent. Terraced housing, a great pile, not even a bug can stand it, I'm not going there."⁽²⁶⁾.

When this woman insists that she will not go to the Cidade do Povo to live in a house that will be occupied by two families, her tone suggests at first that this rejection is due only to the fear

²⁴ See reference 19.

²⁵ See reference 19.

²⁶ Silva SA-39 (2014), Interview given to the research project "A dinâmica das águas e das gentes: histórias, percepções e políticas públicas de saneamento em áreas inundáveis de Rio Branco" ["The dynamics of the waters and the peoples: stories, perceptions and public sanitation policies in areas subject to flooding in Rio Branco"], May, UFMG/UFAC, Rio Branco.

that her future neighbours may possibly not be very good people and may cause her harm. Given that it is far more likely in the Cidade do Povo that a person of goodwill will be the neighbour rather than a drug trafficker or an addict, it becomes evident that the real concern is something different. It is not only the fact of living “in terraced housing, piled up like bugs” with unknown people who are not good people and who could do her harm. It is the unfamiliarity of the entire pattern of the built environment. The boundaries that separate neighbours in Baixada da Habitasa and Seis de Agosto are fences defining the lots, not walls dividing houses into two, as in the Cidade do Povo. Instead of freestanding houses separated by narrow alleyways, the Cidade do Povo has large blocks of terraced housing, divided by wide streets. Back in Seis de Agosto there is first the individual house and the land that it is on, occupied possibly only by this woman and her husband; second, the neighbourhood as a social territorial construct, with its possibilities for both present and future relationships of both trust and distrust, with friends and enemies; and last, the relationship she has with the district, its periphery and so many other places of political, economic and social intercourse (network territories)⁽²⁷⁾.

The “fear” of the person interviewed, therefore – that we may suppose to be common to a large number of the people living in the areas subject to flooding – is that of facing up to the new. They have to go through a process of deterritorialization of the safe familiar place they are part of, built up socially over time, and of the reterritorialization imposed by the public authorities.

Removal, it has to be admitted, is an extreme solution that should be supported by very convincing justifications. Two such justifications have been presented by the authorities: 1) the floods, because of their natural (or divine) character, have proved themselves difficult or even impossible to prevent; and 2) the risks of disasters caused by flooding are high.

As regards the first, realistically, the economic conditions of the state and the local city government are insufficient to cope with the scale and cost of the kind of engineering work that might offer protection. From a cost–benefit perspective (economic and social benefits) it seems to be more realistic to remove the people from the areas subject to flooding than to attempt the management task that would be necessary every year.

²⁷ See reference 19.

And as regards the risk of disaster, due to its complexity, this needs to be discussed more closely. This is done in the following section.

III. The vulnerability to risk or the risk of vulnerability

What are the risks of disaster and what level of threat are we talking about? And further, what is the degree of vulnerability of the inhabitants of these flood-prone areas?⁽²⁸⁾

There seems to be no doubt from this perspective about the urgent need for this policy of removal. As if the high probability of the floods occurring every year were not enough, the damage or loss (human, material and environmental) caused by them, even if only temporary, is considerable.

However, when one considers the classic concept of risk (as a function of threat and vulnerability) another interpretation of the “need” for removal presents itself in concrete fashion.

When we consider the frequency of flooding (every year) in the more critical areas of Rio Branco and the inability of the public authorities to contain these floods, we can conclude that these territories are indeed vulnerable to this natural phenomenon, obeying a seasonal logic. From a historical perspective, however, it has to be acknowledged that even if these territories are vulnerable to the current flooding, in the sense that it cannot be prevented, the same cannot be said of the populations inhabiting these districts, given their resilience in facing up to the risks arising from this flooding, and their capacity to respond⁽²⁹⁾.

²⁸ In this sense see, for example, Sanderson, D (2000), “Cities, disasters and livelihoods”, *Environment and Urbanization* Vol 12, No 2, pages 93–102; Adelekan, I O (2010), “Vulnerability of poor urban coastal communities to flooding in Lagos, Nigeria”, *Environment and Urbanization* Vol 22, No 2, pages 433–450; Merz, B, J Hall, M Disse and A Schumann (2010), “Fluvial flood risk management in a changing world”, *Natural Hazards and Earth System Sciences* Vol 10, pages 509–527; Sarewitz, D, R Pielke Jr and M Keykhah (2003), “Vulnerability and Risk: Some Thoughts from a Political and Policy Perspective”, *Risk Analysis* Vol 23, No 4, pages 805–810; and Tapsell, S M, E C Penning-Rowsell, S M Tunstall and T L Wilson (2002), “Vulnerability to flooding: health and social dimensions”, *Philosophical Transactions of the Royal Society of London A* Vol 360, No 1796, pages 1511–1525.

²⁹ On the capacity to respond to risks, in general, see Galoppin, G C (2006), “Linkages between vulnerability, resilience, and adaptive capacity”, *Global Environmental Change* Vol 16, No 3, pages 293–303. In relation to the capacity of resilience of the populations living in areas subject to flooding, consult Marrero-López, T and P

An important fact to consider is that, after 40 years of occupation of these flood-prone lands, their occupiers are clearly determined to remain there, despite the fact that the authorities consider these areas to be sub-standard, uninhabitable and not worth the development of concrete solutions for protecting the houses and lands. This determination, possibly, amounts to a disqualification of their right to live in and be part of the space of a “conventional city”⁽³⁰⁾.

This does not mean that the exposure of these inhabitants to the floodwaters (whether before, during or after their occurrence) is not recognizable as a potential risk, especially to health. This is attested to by the very fact that the authorities see the main solution to the problem to be the removal of part of the population, rather than the promotion of infrastructure at least minimally capable of mitigating the effects of flooding⁽³¹⁾. The sewerage system of Rio Branco is intended to completely separate rainwater from sewage, treating them in different systems; in these districts, however, it is a single system, exposing the inhabitants to water-related diseases. The possibility of catching these diseases is a burden added to the material losses from the floods, which may extend from the loss of a few objects to the total loss of the dwelling. The losses, furthermore, are related not only to submersion in the course of the flooding, but also to human actions provoked by the flood, such as robbery and theft (practised by the so-called “water rats”) and the unintended loss or destruction of domestic property by the authorities in the course of removing the inhabitants to provisional shelters.

However, because the floods in Rio Branco normally occur predictably between the months of February and March, the consequent “disaster” is relatively easy to forecast and thus the material and human damage is to some degree capable of being controlled.

The evidence for this is the well-established processes in place for dealing with the problem. Inhabitants start to watch the news more attentively by the end of January – one of the rainiest

Tschakert (2011), “From theory to practice: building more resilient communities in flood-prone areas”, *Environment and Urbanization* Vol 23, No 1, pages 229–249.

³⁰ Valencio, N (2012), “Da ‘área de risco’ ao abrigo temporário: uma análise dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária” [“From the ‘risk area’ to the temporary shelter: an analysis of the conflicts underlying a precarious territoriality”], in N Valencio, M Siena, V Marchezini and J C Gonçalves (editors), *Sociologia dos desastres: solução, interface e perspectivas no Brasil* [The sociology of disasters: solution, interface and perspectives in Brazil], RiMa, São Carlos, pages 34–47.

³¹ See Parkinson, J (2003), “Drainage and stormwater management strategies for low-income urban communities”, *Environment and Urbanization* Vol 15, No 2, pages 115–126.

months – and monitor the behaviour of the waters in the River Acre, principally the levels of alert and the amount of overflow. They know with certainty that as soon as the river leaves its main channel, their backyards will start to receive the first water. This is the time then to caulk the canoe (if they have one), to make the shelters⁽³²⁾ for their animals (dogs, chickens, ducks, pigs, cats, etc.), and to prepare the platform for storing things that cannot get wet (refrigerator, television, sound system and washing machine, among other things). As the water level rises, the platform gets moved up with it, as far as it can be raised. As for smaller articles, they are boxed up and ready for transport, if it should be necessary to leave the house.

When to leave? Under what conditions to leave? These are some of the questions that, full of material and symbolic meaning, make the decision to leave speculative and difficult. This being the case, the decision is only made, at least by a significant number of the inhabitants, when the situation becomes really extreme.

The authorities, instead of helping to improve the resilience of these communities, so as to reduce their vulnerability to the natural risks of flooding, end up assuming and encouraging responses to a vulnerability that is greater than what they actually perceive and experience, in this way superimposing technical and scientific rationality onto social rationality⁽³³⁾.

IV. Conclusions

The empirical studies undertaken in the districts of Baixada da Habitasa and Seis de Agosto in Rio Branco, Acre reveal that the public policies proposed for these flood-prone territories are a response more to a top-down view, on the part of the public authorities, than to the interests of a significant number of the inhabitants of the flood-prone lands, even if not the majority. They are solutions that fail to take into account the kinds of socio-ecological tendencies that are highlighted by the most modern concepts of resilience⁽³⁴⁾.

³² Here used with the meaning of a raised room, built normally of non-treated wood.

³³ Beck, U (2004), *Risk Society: Towards a New Modernity*, SAGE Publications Ltd, London.

³⁴ Folke presents a review of the socio-ecological perspective, which includes the association of concepts such as social learning, knowledge–system integration, agents and actor groups, social networks, institutional and organizational inertia and change, adaptive capacity, transformability and systems of adaptive governance; see Folke, C (2006), “Resilience: The emergence of a perspective for social–ecological systems analyses”, *Global Environmental Change* Vol 16, No 3, pages 253–267. For a more specific approach to water management, see

From the viewpoint of the authorities, the prevailing hypothesis is that these districts are uninhabitable because of the potential disasters related to periodic flooding, about which nothing can be done. In this context, the only reasonable risk management measures are seen as the removal of at least those inhabitants of the more critical areas, initially to temporary shelters and subsequently to permanent housing blocks.

It is important to stress that there is no unanimity among the inhabitants of Baixada da Habitasa and Seis de Agosto; some accept this argument and others reject it. Those who accept it can more easily be convinced of the need for removal, even if it is not a spontaneous conviction on their part.

On the other hand, those who reject it justify their resistance to removal on the basis that living conditions in the flood-prone lands themselves are better than those in the housing alternatives that are offered.

Taken to the extreme, the government measures will have a series of objective and subjective implications both for those removed and for those that stay. This is because, along with the removal of the inhabitants (deterritorializing them), the objective is to physically destroy the territories occupied by them, removing all the buildings. Those who depart to new housing will need to adjust themselves to new rules, customs and ways of living, different from those that they have been accustomed to. No less problematic will be the situation of those who resist and stay in the destroyed territories, as they will also have to reterritorialize, with new references for their lives and dreams.

Acknowledgement

The authors thank two anonymous reviewers for constructive feedback on an earlier version of the manuscript and the editors of *Environment and Urbanization* for reviewing the final version of the paper. We also thank the people and public servants of Rio Branco, Acre, who kindly agreed on providing interviews for the research.

Pahl-Wostl, C (2007), "The implications of complexity for integrated resources management", *Environmental Modelling & Software* Vol 22, No 5, pages 561–569.

Funding

We also acknowledge the Brazilian Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) for the support to the development of the PhD programme of the first author.

References

Acre (State) (2010), *Natural resources: geology, geomorphology and soils of Acre*, ZEE/Acre, Phase II, State Secretariat of the Environment – SEMA, Acre State Ecological-Economic Zoning Programme, Rio Branco, 100 pages.

Acre (State) (2012), *Projeto Cidade do Povo [The Cidade do Povo Project]*, State Secretariat of Infrastructure and Public Works, Rio Branco.

Acre (Territory) (1930), *Relatório de governo elaborado por Hugo Ribeiro Carneiro 1928/1929 e enviado ao ministro da Justiça e Negócios interiores [Government report prepared by Hugo Riberio Carneiro 1920/1929 and sent to the Minister of Justice and the Interior]*, Augusto Vianna de Castello, Rio Branco.

Acre (Territory) (1947), *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. General Eurico Gaspar Dutra, D. S. Presidente da República pelo Major José Guiomar dos Santos, Governador Delegado da União no Território Federal do Acre referente às atividades da administração acreana no exercício de 1947 [Report presented to General Eurico Gaspar Dutra, President of the Republic by Major José Guiomar dos Santos, Governor Delegate of the Union in the Federal Territory of Acre relating to the activities of the Acre administration in the year 1947]*, Rio Branco.

Acre (Territory) (2002), *Relatório de governo (1899 to 1905), Os anos do conflito [Government report (1899 to 1905), The years of conflict]*, José Plácido de Castro, Gabino Besouro, Deocleciano Souza, Epaminondas Jácome (Printing House of the Law Court of the State of Acre), Rio Branco.

Adelekan, I O (2010), “Vulnerability of poor urban coastal communities to flooding in Lagos, Nigeria”, *Environment and Urbanization* Vol 22, No 2, pages 433–450.

Banco Central (Brasil), *Dólar americano*, available at <http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/batch/taxas.asp?id=txdolar>.

Beck, U (2004), *Risk Society: Towards a New Modernity*, SAGE Publications Ltd, London.

Brazil (2013), *Banco de dados e registros de desastres: sistema integrado de informações sobre desastres - S2ID [Database and disaster records: integrated disaster information system - S2ID]*, Brazil Ministry of National Integration, National Civil Defence Secretariat, available at <http://150.162.127.14:8080/bdrd/bdrd.html>.

Feitosa SA-04 (2014), Interview with the research project “A dinâmica das águas e das gentes: histórias, percepções e políticas públicas de saneamento em áreas inundáveis de Rio Branco” [“The dynamics of the waters and the peoples: stories, perceptions and public policies of sanitation in areas subject to flooding in Rio Branco”], May, UFMG/UFAC, Rio Branco.

- Folke, C (2006), “Resilience: The emergence of a perspective for social–ecological systems analyses”, *Global Environmental Change* Vol 16, No 3, pages 253–267.
- Galoppin, G C (2006), “Linkages between vulnerability, resilience, and adaptive capacity”, *Global Environmental Change* Vol 16, No 3, pages 293–303.
- Gohn, M da G (2004), “Empoderamento e participação das comunidades em políticas sociais” [“The empowering and participation of communities in social policies”], *Saúde e Sociedade* Vol 13, No 2, pages 20–31.
- Haesbaert, R (2004), *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade* [*The myth of deterritorialization: from the end of the territories to multiterritoriality*], Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- IBGE (2014), *Estados* [States], available at <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ac>.
- Local Government of the Municipality of Rio Branco (2012a), *Relação quantitativa de imóveis atingidos por bairros* [*Quantitative report of the properties affected by district*], Information and Georeferencing Division, Rio Branco.
- Local Government of the Municipality of Rio Branco (2012b), *Relatório de avaliação de danos (AVADAN)* [*Damage Assessment Report*], Rio Branco. Values in reals were converted into US dollars using information provided by the Brazilian Central Bank, available at <http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/batch/taxas.asp?id=txdolar>.
- Local Government of the Municipality of Rio Branco (2013), *Plano de contingência operacional de enchentes – 2013* [*Operational Contingency Plan for Flooding – 2013*], Department Coordinating Municipal Civil Defence – COMDEC, Rio Branco.
- Local Government of the Municipality of Rio Branco (2014a), *Vista panorâmica do centro de Rio Branco com mancha de inundação estimada para a cota de 18,00m* [*Panoramic view of Rio Branco city centre with an estimated flood with a water level of 18,00m*], Information and Georeferencing Division, Rio Branco.
- Local Government of the Municipality of Rio Branco (2014b), *Prefeitura de Rio Branco com você no dia a dia* [*Local Government of the Municipality of Rio Branco with you in your daily affairs*], available at <http://www.riobranco.ac.gov.br/index.php/rio-branco.html>.
- Macêdo, M N C, H C T Dias, F Maria, G Coelho, E A Araújo, M L H Souza and E Silva (2013), “Rainfall and flow of the Riozinho do Rôla Basin on Western Amazon”, *Ambiente & Água* Vol 8, No 1, pages 206–221.
- Marrero-López, T and P Tschakert (2011), “From theory to practice: building more resilient communities in flood-prone areas”, *Environment and Urbanization* Vol 23, No 1, pages 229–249.
- Merz, B, J Hall, M Disse and A Schumann (2010), “Fluvial flood risk management in a changing world”, *Natural Hazards and Earth System Sciences* Vol 10, pages 509–527.
- Nchito, W S (2007), “Flood risk in unplanned settlements in Lusaka”, *Environment and Urbanization* Vol 19, No 2, pages 539–551.
- Nornan, G and S Pedley (2011), “Exploring the negative space: evaluating reasons for the failure of pro-poor targeting in urban sanitation projects”, *Journal of Water, Sanitation and Hygiene for Development* Vol 1, No 2, pages 86–101.

Oliveira, Luiz Antonio Pinto (1985), *O sertanejo, o brabo e o posseiro: Os cem anos de andanças da população acreana* [*The backwoodsman, the hired ruffian and the land grabber – The one hundred years of the wanderings of the people of Acre*], Dissertation, Federal University of Minas Gerais, Belo Horizonte, 101 pages.

Pahl-Wostl, C (2007), “The implications of complexity for integrated resources management”, *Environmental Modelling & Software* Vol 22, No 5, pages 561–569.

Parkinson, J (2003), “Drainage and stormwater management strategies for low-income urban communities”, *Environment and Urbanization* Vol 15, No 2, pages 115–126.

Plate, E J (2002), “Flood risk and flood management”, *Journal of Hydrology* Vol 217, No 1–2, pages 2–11.

Rezende, S, S Wajnman, J A M Carvalho and L Heller (2007), “Integrando ofertas e demandas de serviços de saneamento: Análise hierárquica do panorama urbano brasileiro no ano de 2000” [“Integrating supply and demand of sanitation services: hierarchical analysis of the Brazilian urban panorama in the year 2000”], *Engenharia Sanitária e Ambiental* Vol 12, No 1, pages 90–101.

Rogério BH-359 (2014), Interview with the research project “A dinâmica das águas e das gentes: histórias, percepções e políticas públicas de saneamento em áreas inundáveis de Rio Branco” [“The dynamics of the waters and the peoples: stories, perceptions and public sanitation policies in areas subject to flooding in Rio Branco”], April UFMG/UFAC, Rio Branco.

Sanderson, D (2000), “Cities, disasters and livelihoods”, *Environment and Urbanization* Vol 12, No 2, pages 93–102.

Santos MJS (2014), Interview with the research project “A dinâmica das águas e das gentes: histórias, percepções e políticas públicas de saneamento em áreas inundáveis de Rio Branco” [“The dynamics of the waters and the peoples: stories, perceptions and public policies of sanitation in areas subject to flooding in Rio Branco”], July, UFMG/UFAC, Rio Branco.

Sarewitz, D, R Pielke Jr and M Keykhah (2003), “Vulnerability and Risk: Some Thoughts from a Political and Policy Perspective”, *Risk Analysis* Vol 23, No 4, pages 805–810.

Silva CD (2014), Interview with the research project “A dinâmica das águas e das gentes: histórias, percepções e políticas públicas de saneamento em áreas inundáveis de Rio Branco” [“The dynamics of the waters and the peoples: stories, perceptions and public policies of sanitation in areas subject to flooding in Rio Branco”], April, UFMG/UFAC, Rio Branco.

Silva SA-39 (2014), Interview given to the research project “A dinâmica das águas e das gentes: histórias, percepções e políticas públicas de saneamento em áreas inundáveis de Rio Branco” [“The dynamics of the waters and the peoples: stories, perceptions and public sanitation policies in areas subject to flooding in Rio Branco”], May, UFMG/UFAC, Rio Branco.

Souza RF (2014), Interview with the research project “A dinâmica das águas e das gentes: histórias, percepções e políticas públicas de saneamento em áreas inundáveis de Rio Branco” [“The dynamics of the waters and the peoples: stories, perceptions and public sanitation policies of areas subject to flooding in Rio Branco”], May, UFMG/UFAC, Rio Branco.

Stephens, C (2011), “Revisiting urban health and social inequalities: the devil is in the detail and the solution is in all of us”, *Environment and Urbanization* Vol 23, No 1, pages 29–40.

Tapsell, S M, E C Penning-Rowsell, S M Tunstall and T L Wilson (2002), “Vulnerability to flooding: health and social dimensions”, *Philosophical Transactions of the Royal Society of London A* Vol 360, No 1796, pages 1511–1525.

Valencio, N (2012), “Da ‘área de risco’ ao abrigo temporário: uma análise dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária” [“From the ‘risk area’ to the temporary shelter: an analysis of the conflicts underlying a precarious territoriality”], in N Valencio, M Siena, V Marchezini and J C Gonçalves (editors), *Sociologia dos desastres: solução, interface e perspectivas no Brasil* [*The sociology of disasters: solution, interface and perspectives in Brazil*], RiMa, São Carlos, pages 34–47.

Vargas, D (2009), “Eu fui embora de lá, mas não fui: a construção social da moradia de risco” [“I left it there, but didn’t go away: social construction of the risk habitation”], in N Valencio, M Siena, V Marchezini and J Costa Gonçalves (editors), *Sociologia dos desastres: solução, interface e perspectivas no Brasil* [*The Sociology of disasters: solution, interface and perspectives in Brazil*], RiMa, São Carlos, pages 80–95.

Artigo 5 – O vaivém das águas e das gentes: representações de riscos e políticas públicas em bairros inundáveis de Rio Branco, Acre

Resumo

No presente artigo, são discutidas as várias representações sobre riscos relacionados às inundações que atingem anualmente bairros de Rio Branco, Acre, tanto por parte dos afetados, que variam entre enxergarem o risco, ora como solução, ora como problema, quanto do poder público. Em vista dessa percepção, em uma perspectiva socioeconômica, política, histórica e cultural, identifica-se o *modus operandi* que os poderes públicos (estadual e municipal) empreendem com vista a tornar esses bairros menos insalubres ou mesmo “sensibilizar” seus moradores no sentido de serem removidos para Habitação de Interesse Social (HIS). Identifica-se que: 1) entre o surgimento da cidade, em 1882, e a década de 1970, os riscos foram praticamente ignorados; 2) da década de 1970 até a de 1990, os riscos tendiam a ser (re)visitados, por parte dos removidos e dos novos ocupantes dos territórios inundáveis; e 3) de 1990 até o presente, a solução do risco se faz principalmente pela remoção. Além disso, problematiza-se a reação dos moradores frente às demandas dos entes públicos para os territórios inundáveis, que se caracterizam ou pelo acatamento ou pela rejeição.

Palavras-chave: Inundação; águas fluviais; risco; vulnerabilidade; resiliência; Rio Branco.

Introdução

Estabelecida às margens do Rio Acre, a cidade de Rio Branco sempre esteve sujeita a inundações periódicas¹, de modo que, até nos dias atuais, alguns de seus bairros mais pobres, edificadas na planície de inundação desse curso d'água, veem-se envoltos todos os anos com o aumento do volume das águas, de grande, média ou mesmo pequena proporção: “Aqui, diretamente, desde que foi gerada essa parte da terra [falando do bairro Seis de Agosto], a alagação aqui é normal; aqui é um dos lugares em que ele [Rio Acre] incomoda mais ligeiro, devido ser uma das partes mais baixa (*sic*) da cidade.” (FEITOSA SA-04, 2014).

Registre-se que, nas inundações consideradas excepcionais², em que a cota de transbordamento do Rio Acre alcança valores bem superiores às de sua borda, elas atingem também bairros mais favorecidos socioeconomicamente.

Por essa razão, há vinte anos para a presente data, o Estado e a prefeitura estão envolvidos com políticas voltadas para esses bairros inundáveis, sendo a principal delas a remoção, senão de todas as famílias neles residentes, pelo menos da porção que se encontra entre as cotas 14,90m a 16,00m (atingida primeiro e mais rapidamente pelas águas³), para Habitações de Interesse Social (HIS), uma vez que, agindo dessa forma, vislumbram a eliminação “definitiva” do risco, conforme sugere a Figura 1.

¹ De fato, veja-se, por exemplo, em matéria publicada no jornal Folha do Acre, datado de 1918: “Há muitos dias que o rio Acre transborda. Suas águas crescem de volume de dia para dia, inundando a cidade de Rio Branco, que pouco falta para ficar completamente debaixo d'agua. [...] Já é considerável o prejuízo, muito principalmente da parte dos agricultores de praias e terras baixas, onde a agua invadiu e destruiu a plantaço existente.” (A GRANDE ENCHENTE, 1918a, p. 1).

² Dentre as inundações excepcionais, destacam-se as de 1997 (a qual atingiu a cota de 17,66m), a de 2012 (com cota máxima de 17,62m) e a de 2015, esta considerada a maior da história não só pelo volume d'água (18,40m de cota máxima), mas, principalmente, pelos prejuízos socioeconômicos e ambientais. (ACRE, 2013, 2014; PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO, 2013, 2015).

³ A referida porção compreende a população de famílias em risco hidrológico e geológico da cheia do Rio Acre dos bairros identificados nos Decretos n.º 3.286 de 15/02/2012, publicado no DOE n.º 10.740 de 16/02/2012, fls. 66/67 e n.º 3.297 de 26/02/2012, publicado no DOE n.º 10.745 de 26/02/2012, fls. 33/34 que declaram a situação de “Estado de Calamidade Pública”, ratificada na Portaria n.º 66 de 28/02/2012, publicado no DOU n.º 41 de 29/02/2012 que reconheceu em seu Art. 1.º em decorrência das enchentes ou inundações graduais a situação de calamidade do estado do Acre. As famílias foram identificadas de acordo com o cadastro de Avaliação de Danos (AVADAN) e pelo levantamento do Sistema de Georreferenciamento (SIG) realizado em 2012 e 2013 pela Defesa Civil e a Prefeitura Municipal de Rio Branco.

Figura 1: propaganda do governo do Acre na entrada do projeto Cidade do Povo



Fonte: Acervo pessoal de Domingos J. A. Neto, 2015

Entretanto, é justamente junto a essa parcela dos moradores que os entes públicos vêm enfrentando as maiores dificuldades do ponto de vista do planejamento urbano, já que se esses moradores, por um lado, fragmentam-se em territórios vulneráveis a risco, materiais ou socioambientais, relacionados à presença das águas (ANDRADE; SZLAFSZTEIN, 2007), por outro, caracterizam-se pela resistência a que um número considerável deles tem à remoção⁴.

Tais dificuldades processam-se principalmente na compreensão de que as inundações, como representação de potencialidade de riscos com elas relacionados, não é a mesma entre os moradores dos territórios inundáveis e os gestores públicos. Na verdade, o conceito de risco relacionado com as inundações vem se modificando ao longo da história do Acre, de acordo com a situação socioeconômica, política e cultural dos acreanos, na perspectiva de uma visão não acadêmica e também na dos técnicos.

⁴ Veja-se, a título de exemplos, que por ocasião do cadastramento realizado em 2013 nos bairros inseridos nos decretos aludidos na nota de rodapé anterior, no bairro Seis de Agosto, do total de 480 edificações localizadas na área de intervenção, foram assinados 147 termos de declaração de desistência de futura remoção para o projeto Cidade do Povo (para onde deveriam ser removidas) e na área do Baixada da Habitasa (incluída no Projeto Socioambiental que também contempla parte do bairro Cadeia Velha), para um total de 480 famílias cadastradas, foram assinados 60 declarações de desistências para aquisição de unidade habitacional junto aos loteamentos Andirá, Cabreúva, Jacarandá, Novo Horizonte, Rui Lino e Cidade do Povo (ACRE 2012, 2013).

Numa tentativa de elucidar a percepção dos dois lados envolvidos na questão, moradores e gestores, a pesquisa que forneceu os elementos para o presente artigo fundamentou-se em entrevistas semiestruturadas, realizadas com gestores estaduais e municipais e com moradores dos bairros Baixada da Habitasa e Seis de Agosto.

Para a escolha desses bairros, considerou-se o fato de, apesar de serem igualmente inundáveis, cada um deles guarda algumas características marcantes que os diferenciam, como:

– Baixada da Habitasa⁵ – foi edificado num período mais recente no primeiro distrito de Rio Branco, próximo ao centro da cidade, em que estão assentadas as principais atividades públicas, o comércio e algumas residências de elevado padrão, razão pela qual essa área recebe maior atenção do poder público.

– Seis de Agosto⁶ – sua formação remonta ao surgimento da própria capital acriana, no hoje chamado segundo distrito da cidade, também próximo ao centro, mas que historicamente não recebe os mesmos cuidados do poder público dispensado ao primeiro distrito, desde que a infraestrutura pública foi transferida deste para aquele.

⁵ A área do bairro Baixada da Habitasa, por ser atingida todos os anos pelas cheias do Rio Acre, caracterizando estado de calamidade pública, foi contemplado pelo Decreto n.º 3.297 de 28/02/2012. A referida área está inserida no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC II), o qual fomenta o Projeto de Saneamento Integrado dos bairros Cadeia Velha e Habitasa, compreendendo ações de obras e social (ACRE 2012, 2013).

⁶ O bairro Seis de Agosto é um dos listados no Decreto n.º 3.297 de 28/02/2012 por ser atingido todos os anos pelas cheias do Rio Acre, caracterizando o estado de calamidade pública. Entre as 295 famílias que serão encaminhadas para remoção em unidades habitacionais, 27 foram contempladas na Fase I do empreendimento Cidade do Povo – as demais serão beneficiadas nas próximas etapas de entrega. Essas famílias já estão em processo de mudança para a nova residência, recebendo intervenção direta da Secretaria de Estado de Habitação e Interesse Social (SEHAB); Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDS); Secretaria de Articulação do Estado – SAE; Prefeitura Municipal de Rio Branco, através da Defesa Civil, e Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMCAS), entre outros envolvidos. Entretanto, Os quantitativos apresentados acima estão sujeitos a modificações, haja vista que as famílias estão comparecendo à SEHAB diariamente para alterar suas situações, de modo que famílias que haviam assinado “declaração de desistência” estão optando pela aquisição de unidades habitacionais, famílias que haviam manifestado interesse em adquirir casa estão desistindo do processo e famílias que ainda não haviam se manifestado estão à procura de atendimento, posteriores intervenções e concretização de sua situação como de beneficiário direto (ACRE 2012, 2013).

As águas e as gentes e a noção de risco ao longo da história

O rio, sempre o rio, unido ao homem, em associação quase mística, o que pode comportar a transposição da máxima de Heródoto para os condados amazônicos, onde a vida chega a ser, até certo ponto, uma dádiva do rio, e a água uma espécie de fiador dos destinos humanos [...]. Esses oásis fabulosos tornaram possível a conquista da terra e asseguraram a presença humana, embelezaram a paisagem, fazem girar a civilização – comandam a vida no anfiteatro amazônico. (Tocantins, 1998, p. 278).

A citação em epígrafe, extraída da obra *O rio comanda a vida*, do renomado autor paraense Leandro Tocantins, evidencia muito claramente a inter-relação entre o meio físico-natural (o rio) e os homens e mulheres amazônicos.

De fato, os rios amazônicos constituíram-se – desde a chegada dos primeiros habitantes (caçadores e coletores) provenientes de outros continentes, como também dos colonizadores, sobretudo brasileiro-nordestinos que foram fomentar a produção de borracha nativa – e se constituem até hoje em fator preponderante nos mais diversos aspectos dos modos de vida das populações que ocupam as suas margens, sejam índios, caboclos ou “civilizados”, residentes na zona rural ou na zona urbana.

O início da exploração da região amazônica, a propósito, só foi possível na época em que ocorreu (provavelmente no ano de 1527) porque os europeus (não índios) utilizaram os inúmeros canais de drenagem que a cortam em vários sentidos, sendo o Rio Amazonas o principal⁷ (SMITH, 1990).

Foi através de cursos d’água também que se deu o início do desbravamento do Acre, “[...] quando uma expedição de caráter exploratório, chefiada por Manoel Urbano da Encarnação [...] por ali passara [por volta de 1850-1860], **navegando a montante do Rio Acre até a foz do Xapuri.**” (SILVA, 1986, p. 12, grifo nosso).

A partir de então, outros desbravadores – cômicos da riqueza que a Amazônia Ocidental oferecia, como seringueiras, castanheiras, salsaparrilha, tabaco, bem como outras drogas do sertão e produtos diversos, que tinham elevado valor no mercado internacional – passaram a

⁷ Smith (1990, p. 55) Acha “[...] improvável que qualquer grupo de índios sul-americanos tenha remado todo o percurso rio abaixo [referindo-se ao Rio Amazonas], mas essa possibilidade existe”.

visitar o Acre (CASTELO BRANCO, 1961; CASTELLO BRANCO, 1947, 1958; PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO, [2013?]).

Entretanto, foi a exploração de borracha que provocou – por se consolidar como artefato de grande interesse industrial – não só o efetivo desbravamento, como o início da ocupação da Amazônia acriana por populações de origem não indígena. Foi nesse contexto que se deu o estabelecimento, em 1882, do seringal que mais tarde daria lugar à atual cidade de Rio Branco, às margens do Rio Acre (CASTELO BRANCO, 1961).

O fato de os seringais amazônicos serem estabelecidos às margens dos rios figurava como uma condição premente, considerando que, por meio desses cursos d'água, eram operacionalizadas as principais demandas envolvendo o processo produtivo da borracha, tais como o aviamento⁸ de víveres e utensílios e o escoamento da produção até os portos de Belém e Manaus.

Isso posto, é de se admitir que a relação que os rio-branquenses do passado mantinham com o rio Acre – mais especificamente entre os primeiros fundamentos do seu sítio urbano e o fim do primeiro surto da produção de borracha, portanto entre 1882 e 1913 – era, senão de dependência, pelo menos de necessidade.

Pode-se dizer, então, que os laços unindo o acriano – e o rio-branquense em particular – ao Rio Acre foram construídos histórica e culturalmente. Destarte, a partir dessa perspectiva histórica e cultural, para os cidadãos mais antigos de Rio Branco, o fato de morarem próximo às margens do Rio Acre, mais do que um risco, foi sempre percebido como uma solução.

Isto se dá na medida que, no início da formação da capital acriana, ainda como entreposto comercial dos barracões produtores de borracha, era o curso d'água usado para o transporte dessa matéria-prima e de outros produtos da floresta e para a comunicação entre uma

⁸ O “sistema de aviamento”, na concepção de Martinello (1988, p. 44-45), funcionava da seguinte forma: “[...] As casas exportadoras, ligadas ao capital monopolista, financiavam as casas aviadoras. Estas ficavam em condições de aviar os seringalistas, fornecendo-lhes todos os gêneros, utensílios e instrumentos necessários para o funcionamento dos seringais, assumindo estes a obrigação de destinar às casas aviadoras toda a produção de borracha do seringal aviado. O seringalista patrão, por sua vez, procedia ao aviamento dos seus seringueiros ou fregueses, que formavam o último elo desta cadeia e que, com a extração da borracha, tentavam amortizar a dívida que já haviam contraído no barracão do patrão”.

colocação (local onde o seringueiro era colocado para a produção de borracha) e outra, ou mesmo entre as cidades próximas. Em épocas mais recentes, passa a predominar o uso para o asseio pessoal, a lavagem de roupa, o entretenimento e o sustento alimentar.

Dessa maneira, então, a necessidade de morarem próximos à calha do Rio Acre e a consequente exposição anual às inundações por ele produzidas foram moldando o rio-branquense ao longo do tempo a conviver com as situações multifacetadas, com os diferentes níveis de risco, por eles percebidos, que essas inundações produziam: “aqui a gente vive de teimoso, porque gosta mesmo do lugar, entendeu? É só isso!” (FEITOSA SA-04, 2014).

Somente com a elevada ocupação das áreas inundáveis da capital acriana, verificada a partir da década de 1970, é que se pôde vislumbrar que o “risco” das enchentes, até então tomadas apenas como uma pequena alteração na ordem natural do curso d’água, começava a representar risco para as populações residentes dos bairros inundáveis e para o poder público⁹.

Ocorre que, além do caráter quantitativo (do aumento do número de atingidos), a percepção que parte significativa dos novos ocupantes tinha das áreas suscetíveis às inundações já não se dava numa perspectiva de peso cultural significativo, mas dada as condições socioeconômicas, de modo que só as ocupavam em virtude de essas condições não lhes permitirem a acessibilidade aos espaços tipicamente urbanos:

Até alguns anos atrás poderia se dizer que a ocupação dessas áreas foi muito histórica, um aspecto bem cultural de morar na beira do rio em meio aos moradores mais antigos. Mas atualmente, com a ocupação já por parte dos filhos desses moradores antigos, que vieram depois, você já tem uma ocupação por vulnerabilidade social. Então, se num primeiro momento era

⁹ Vale registrar que se desde a promulgação, em 24 de março de 1824, da primeira Constituição do Império do Brasil já se verifica uma preocupação com a garantia dos socorros públicos, bem como que a década de 1960 se caracterizou pelo fato de o ente público haver dado atenção aos problemas gerados pelos desastres naturais (embora de caráter assistencialista), é somente na década de 1970 que começam a se estabelecer as bases para a consolidação da organização de defesa civil, cuja materialização se deu com a criação da Secretaria Especial de Defesa Civil (SEDEC), pelo Decreto-Lei n. 83.839, de 13 de dezembro de 1979, subordinada ao Ministério do Interior. Essa situação, por si só, responde por pelo menos parte dos entraves e dificuldades de os estados e municípios até a década de 1970 coordenarem, por exemplo, as “[...] atividades relativas às medidas preventivas, assistenciais e de recuperação dos efeitos produzidos por fenômenos adversos de quaisquer origens, bem como aquelas destinadas a preservar o moral da população e o restabelecimento da normalidade da vida comunitária.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2013, p. 13), como ficou entendido ser a finalidade da SEDEC e das coordenadorias regionais de defesa civil.

uma ocupação pela relação do homem com a água, hoje a ocupação é mais pela expulsão dessas famílias pobres para áreas não habitadas, por quem tem dinheiro (OLIVEIRA, 2015).

A propósito da ocupação em áreas de risco em virtude das condições socioeconômicas, assim se manifesta Vieira BH-32 (2014):

A gente tem noção do risco que corre morando no alagado, mas por conta das condições de vida que a gente leva, então não tem como procurar um lugar melhor; porque se a gente tivesse, com certeza não estaria naquele local, né? Não estaria!

As várias fases do risco na perspectiva das políticas públicas

Ao analisar a evolução das políticas públicas direcionadas à situação do saneamento urbano nos bairros de Rio Branco atingidos pelas inundações, verificam-se, de modo geral, pelo menos três fases distintas, caracterizadas pela própria condição de como lidar com os riscos provocados por esse fenômeno socionatural.

A incapacidade de gerenciamento do risco

Entre o surgimento da cidade, em 1882, e a década de 1970, essa fase caracteriza-se pela omissão quase completa por parte do poder público em termos de um planejamento prévio com vista ao atendimento das vítimas das inundações e dos prejuízos causados à estrutura urbana¹⁰, cuja justificativa pode ser atribuída aos seguintes fatos:

a) até a elevação do Acre à categoria de Estado, em 1962, além de os gestores diretamente nomeados pelo governo federal serem em parte de fora do território acriano (em tese sem maiores vínculos e apego às causas da sua população) e permanecerem geralmente pouco tempo no cargo, o repasse orçamentário do governo federal para o referido território se

¹⁰ Essa situação culminava por provocar uma ineficiência pública durante e após aquele fenômeno socionatural, sendo que por isso mesmo não era incomum que a população inundada tivesse que contar com o socorro “privado”, como o registrado no jornal Folha do Acre por ocasião da inundação ocorrida em 1918: “A loja maçônica Igualdade Acreana também prestou socorro publico. O sr. dr. Luiz Baretto, digno veneravel dessa associação poz á disposição publica o edificio, ainda em construcção, onde vae a loja funcionar, á praça Tavares de Lyra. O edificio foi fechado e subdividido provisoriamente e nelle estão alojadas diversas pessoas, que residem á rua 6 de agosto, a que mais soffreu na inundação.” (A GRANDE ENCHENTE, 1918b, p. 2).

mostrava insuficiente para atender até mesmo outras demandas¹¹, as quais certamente eram vistas como mais urgentes e necessárias (tais como o combate às endemias da malária, as construções públicas prediais e o abastecimento de água).

b) os moradores dos bairros acometidos pelas inundações somavam um número pouco representativo quando comparados com o que passou a se registrar a partir da década de 1970. É lógico que não está se falando em termos percentuais, mesmo porque o peso da representação percentual relativo a essa questão foi bem maior antes de 1970, principalmente nos primeiros vinte anos após o início da formação de Rio Branco. Veja-se que até esse período a capital do território do Acre possuía apenas dois distritos (cada um deles acolhendo poucos bairros), em que o primeiro deles – onde havia a maior concentração populacional da cidade, uma vez que era onde se encontrava a maioria das residências e casas comerciais – ficava praticamente submerso sempre que atingido pelas inundações de grandes proporções.

Tem causado grande apreensão publica a maneira assustadora que, durante o período de 21 a 26 do corrente [março de 1918], o rio Acre recebeu novo contingente dagua quando já estava transbordando, tendo coberto quasi todas as ruas do bairro Rio Branco.

[...] Já antes do dia 21, as famílias residentes na rua Portugal, 6 de Agosto e outras haviam abandonado suas casas, invadidas pelas águas, a procura de novo pouso.

¹¹ Tanto assim era que, por ocasião da inundação registrada em 1933 o jornal O Acre assim se reportou: “que horror! Água por toda parte, rugindo ameaçando! Este é o quadro que temos diante dos olhos, sem duvida palido reflexo das cenas que Acre abaixo e Acre acima se desenrolam de instante a instante, assumindo proporções assustadoras, forçando o Governo do território a fazer despesas avultas, extra-orçamento, no momento crítico em que estamos ainda á espera da dotação destinada ao custeio da administração regional.” (O NOSSO RIO TRANSBORDA, 1933, p. 4). Ainda o mesmo periódico registra pedido de socorro, por parte do governo do território Federal do Acre, ao Ministro da Justiça em face da inundação em tela: “[...] Ao Sr. Ministro Justiça, Rio. – Urgentissimo. – Comunico v. excia acabo receber alarmantes notícias [inundação] alto Acre [...] Urge remessa verba orçamentária despesa primeiro semestre esta administração bem como abertura remessa credito especial que solicito vossencia para atender serviços socorros população em geral sobretudo famílias pobres que ficarão desamparadas pelas devastações inundações alem despesas com providencias urgentes devem ser tomadas contra surto epidemico de que estão ameaçadas logo comece vazante.” (GOVERNO DO TERRITORIO. ATOS OFICIAIS, 1933a. p. 2). Pedido nesse mesmo teor foi encaminhado também ao Ministro da Agricultura, alertando-o de que “[...] Todos os rios desse Territorio estão transbordando e continuam encher assustadoramente inundando cidades acreanas inclusive esta capital [Rio Branco]. Nossa situação é aflitíssima pela absoluta falta recursos socorrer infelizes vitimas alagação na sua maioria agricultores ribeirinhos que estão sem tecto e sem pão. Toda lavoura cultivada com ingentes sacrificios está totalmente perdida.” (GOVERNO DO TERRITORIO. ATOS OFICIAIS, 1933b. p. 1).

Daquelle dia em diante, a maioria da população de Rio Branco, transportou-se para Pennapolis.

É justamente no bairro de Rio Branco que é situado o grande movimento commercial desta cidade.

[...] Assim pois fica subentendido que os proprietários dos estabelecimento comerciais foram obrigados afechal-os [...] (A GRANDE ENCHENTE, 1918b, p. 1).

c) se por um lado as estruturas físicas públicas de Rio Branco não estavam sujeitas às inundações¹², por outro, os primeiros bairros que foram construídos próximo ao Rio Acre o foram mais por uma questão histórica e cultural, em que as inundações representavam para seus moradores não mais que uma situação natural e com as quais estavam acostumados a lidar, razão por que não reivindicavam ao poder público a mudança do *status quo*¹³.

d) às próprias condições jurídicas em âmbito nacional e local no tocante ao enfrentamento dos problemas gerados por fenômenos naturais, já que não havia no período uma legislação mais sistematizada acerca dessa questão¹⁴.

Do afastamento do risco ao risco (re)visitado

Da década de 1970 até a de 1990, mesmo quando o ente público adotava uma política de remoção para a habitação definitiva, não o fazia com base em critérios compatíveis com as características culturais e socioeconômicas dos beneficiários, tampouco tomava a iniciativa de congelar a área para assentamentos humanos, o que permitia a sua reocupação, fosse pelos próprios retirantes ou por novos ocupantes.

¹² Como o Acre só foi oficialmente incorporado ao Brasil em 1903, não se pode, por um lado, falar de edificações públicas brasileiras anteriores a essa data; por outro, porque já em 13 de junho 1909, por ato do Prefeito do Departamento do Alto Acre, Gabino Besouro – Resolução nº 9, de 13 de junho de 1909 – a sede administrativa da capital daquele departamento (e todos os seus serviços) foram transferidos para a margem esquerda do Rio Acre, em local não atingível pelas inundações.

¹³ Em verdade, como se verifica em periódicos locais (do Acre) cujas datas cobrem parte desse período histórico, o poder público apenas procurava amenizar os estragos provocados pelas inundações e não em promover ações que visassem a solução definitiva dos problemas por elas provocados. E os estragos, convém registrar, eram muitos, como sugere a matéria a seguir: “O Acre, que há muitos dias vinha enchendo vertiginosamente, transbordou afinal nos dia 16 a 20, submergindo todo o bairro Empreza, causando incalculáveis prejuízos materiais e de vida, quer na cidade quer no seio da população ribeirinha” (A INUNDAÇÃO, 1926, p. 1). A mesma matéria dá conta de pelo menos duas mortes, sendo uma na cidade e outra na zona rural.

¹⁴ Ver referência 9.

Um grande número de pessoas desabrigadas pela enchente do ano passado [1981] e que foram removidas e alojadas pelo Governo do Estado na periferia da capital, estão vendendo os imóveis recebidos para retornarem as áreas alagadas, instalando-se de forma precária (DESABRIGADOS DA ENCHENTE VOLTAM AO BARRANCO, 1982, p. 1).

Essa ação de (re)visitação do risco – comumente compreendida como oportunista, especulativa – é perfeitamente compreensiva quando se leva em conta as características principalmente socioeconômicas dos novos ocupantes dos territórios inundáveis ou dos próprios beneficiários com a política pública de remoção para habitações de interesse social. Isso porque, se aqueles, para quem essas áreas se apresentam como uma das poucas oportunidades do direito de morar, de possuir um terreno para edificação de seus barracos, estes, como as rendas que auferem não são compatíveis com os encargos provenientes da HIS, tendem a voltar para o endereço anterior.

Da solução do risco ao risco pela falta de solução

Nessa fase, que compreende da década de 1990 até o presente e se distingue pela predisposição dos entes públicos de, senão eliminar os riscos, pelo menos enfrentá-los mais abertamente, verificam-se duas ações distintas: a tentativa de retirada dos moradores residentes nas áreas mais críticas para moradias definitivas e a realização de melhorias infraestruturais nos próprios territórios inundáveis. A seção seguinte discute o período.

As entrevistas com os gestores públicos deixaram claro que a política que vem sendo posta em prática no sentido de eliminar o risco relacionado às áreas mais críticas dos territórios inundáveis de Rio Branco é, por excelência, a retirada dos seus moradores:

A gente vai remover parte desses bairros e isolar, inclusive não vai ter mais ocupação naquele local, justamente porque são áreas não edificantes e que já fazem parte de uma APP [área de preservação permanente] ou da margem do rio mesmo, da APP do Rio Acre, que foram ocupadas indevidamente e por isso esse pessoal está sofrendo aí por falta do planejamento inicial da cidade (SOUZA-GE, 2014).

Uma vez desocupadas, essas áreas deverão ser bloqueadas para a habitação, sendo-lhes atribuídas outras funções como: “[...] pista de caminhada, com uma quadra de areia, algum equipamento de lazer e desportivo [...]” (SOUZA-GE, 2014).

Esses moradores estão sendo encaminhados, sem ônus financeiros, para habitações de interesse social (ACRE, 2012), mesmo porque a maioria se encontra inserida na faixa salarial considerada baixa: “do total da população dos bairros que são afetados por desastres relacionados à água, 63% possui perfil Cadastro Único (CadÚnico), em que as famílias vivem com rendimento mensal inferior a ½ salário mínimo *per capita*.” (VALENCIO; OLIVEIRA; MARCHEZINE, SIENA, 2012, p. 136).

Se o risco é eliminado pela retirada dos moradores das áreas mais críticas, ele persiste naquelas áreas do território em que a população deverá permanecer, como se pode depreender das declarações dos próprios gestores públicos, uma vez que eles mesmos são inseguros quanto a que tipo de intervenção programar para essas áreas. Assim é que, pela visão do poder público municipal:

Com certeza a gente tem de trabalhar um plano de saneamento diferenciado, ou seja, um saneamento para água e esgoto, que tenha um funcionamento tanto na época de seca quanto na de cheia. De que forma isso vai ser feito a gente ainda não tem uma experiência concreta, e não existe um plano efetivo para fazer o saneamento nessas áreas. Porque os modelos tradicionais que existem hoje, se você fizer a ligação de água, drenagem e esgoto, eles não funcionam (SANTOS-PM, 2014).

Já por parte do governo estadual: “vai ser implantada toda a rede de coleta e tratamento de esgoto, porém, a gente sabe que o caso não se resolve definitivo, vai ser um paliativo para melhorar a situação da vida e do saneamento básico daquelas famílias.” (SOUZA-GE, 2014).

O atual “modus operandi” do enfrentamento do risco

Para ampliar a discussão das principais nuances que envolvem a relação dos moradores dos bairros inundáveis de Rio Branco com a própria inundação em si e da concepção das políticas públicas que vêm sendo empreendidas nesses bairros, são avaliados o antes, o durante e o pós-acontecimento desse fenômeno socioambiental.

Antes da inundação

Somente por volta de duas décadas atrás é que os gestores estaduais e municipais propuseram enfrentar o risco das inundações anuais que acometem vários bairros de Rio Branco de maneira mais efetiva, estabelecendo as prioridades de planejamento e a consequente resolução.

Das primeiras iniciativas, destaca-se a elaboração de mapeamento de risco dos moradores, com cadastramento socioeconômico georreferenciado, em que foi possível verificar de *per si* a real situação de cada indivíduo. No ato desse cadastramento, e de acordo com as condições socioeconômicas e culturais, bem como levando em conta o desejo das famílias, cabiam a elas três possibilidades de escolha:

- remanejamento “imediatamente”, desta feita para um abrigo provisório, na figura do aluguel social¹⁵.
- cadastramento para o programa de Habitação de Interesse Social (HIS), com previsão de remanejamento futuro.
- indenização, cujo valor do imóvel era determinado pela equipe técnica do poder público.

Uma quarta possibilidade, não presente de maneira explícita nas políticas públicas, dizia respeito ao morador não aceitar nenhuma das opções anteriores e preferir permanecer no bairro inundado.

O aluguel social, embora seja a garantia da remoção imediata, vem apresentando alguns problemas. De caráter mais permanente que os abrigos, é caracterizado pelo aluguel de imóveis por iniciativa do poder público, e que são utilizados para abrigar moradores em situação de risco ou que perderam seus imóveis durante a inundação. Se ao poder público

¹⁵ Aluguel social é um benefício financeiro eventual destinado a subsidiar o pagamento de aluguel de imóvel de terceiros a famílias desabrigadas e de baixa renda. No âmbito federal, os benefícios eventuais são assegurados pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), e pelo Decreto nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007 (BRASIL, 1993, 2007).

compete o repasse do valor do aluguel ao morador, a este recai a responsabilidade do contrato do imóvel.

Os valores do aluguel social variam entre R\$ 300,00 (trezentos reais) e R\$ 500,00 (quinhentos reais) – em valores de 2014 – de acordo com o número de membros de cada família (SILVA, 2014a). Entretanto, "o aluguel é trezentos reais, só que com trezentos reais ninguém aluga nada." (UCHOA BH-137, 2014).

Somam-se ao valor inexpressivo do aluguel, o atraso no repasse desse benefício e o não cumprimento do prazo para que o alugado seja remanejado para a moradia definitiva:

Meus meninos estão no aluguel do governo, eles estão numa casa lá no [loteamento] Santo Afonso, alugada; eles já estão há dois anos no aluguel; e só era um ano que ele [referindo-se ao poder público municipal] tinha prometido pra eles; derrubaram as casas deles (NASCIMENTO SA-31, 2014).

No caso em questão, essa insegurança é ainda motivada em virtude de, no ato da transferência para o aluguel social, o beneficiário do programa ter de assinar o Termo de Demolição da sua moradia, de responsabilidade dos entes públicos, o que se efetiva de imediato. De modo que, se o aluguel social atrasar, a ponto de provocar o despejo do inquilino, ou o morador não se adaptar à nova moradia, fica impossibilitado de voltar para a antiga.

Aparentemente absurda, a possibilidade do despejo ocasionada pelo atraso do aluguel social é real, como se poder verificar no depoimento de Lopes SA-482 (2014):

Minha filha tá no aluguel social, dois meses que ela não recebe; ela já saiu de muitas casas por causa disso; agora ela tá na casa da Rosa, uma mulher que é muito conhecida. Tá alugada, aí a mulher espera, porque sabe pode demorar, mas que vai receber.

Uma vez inscrito em um dos programas de Habitação de Interesse Social à escolha do morador, este se compromete, mediante a assinatura de documento formalizado pela Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil (dependendo da natureza do contrato), entre outras demandas, a não vender o imóvel; ele é obrigado a assinar também o Termo de Demolição, permitindo ao poder público o desmanche de sua residência logo que seja remanejado para a

moradia definitiva. Essas atitudes são tomadas no sentido de tentar manter o morador no novo endereço e coibir a reocupação do imóvel, por ele repassado ao poder público (a maioria dessas áreas não possui título definitivo).

No que toca à indenização, os valores oferecidos pelo poder público normalmente são aquém ao valor do imóvel, o que não permite ao indenizado a oportunidade de adquirir a casa própria em outro local de sua preferência: “[...] e o dinheiro da indenização que eles querem dar não serve nem para fazer o banheiro que nós fizemos aqui, que custou R\$ 4.000,00; a indenização que eles vão querer dar é R\$ 8.000,00. O que a gente vai fazer com R\$ 8.000,00?” (GELETT BH-359, 2014).

Desistindo das opções oferecidas pelos poderes públicos, cabe ao morador como única opção a assinatura de um Termo de Responsabilidade ao Risco, por permanecer morando no bairro inundável, ao tempo em que fica ciente de que a partir dali não contará mais com uma presença mais efetiva do ente público, como forma de atender suas reivindicações, como se verifica no relato de um deles: “o prefeito passou por aqui [...]. Ele disse: – não, não é obrigado a sair, só que vocês assinam um termo declarando que vocês não querem a casa de lá nem querem sair daqui, só que ninguém se responsabiliza na alagação.” (GELETT BH-359, 2014).

E essa fala é corroborada pela Secretaria de Planejamento do município:

Para as áreas em que não será possível de forma nenhuma retirar as famílias, ela assina; se ela assinar o documento dando ciência de se dispõe a ficar naquela área lá assumindo todos os riscos, ela não é obrigada a sair, ela vai ficar (SANTOS-PM, 2014).

Durante a inundação

Na medida em que os bairros são atingidos pelas águas, seus moradores enfrentam situações de naturezas diversas, as quais estão relacionadas com pelo menos três situações distintas do processo de socorro aos inundados: a permanência, a remoção e o acolhimento.

– A permanência: mesmo já tendo os quintais completamente invadidos pela água – e em alguns até com as residências parcialmente submersas – alguns moradores preferem correr o risco de ali permanecerem com vista a resguardar seus pertences: “[...] só saio da casa

quando a água tá faltando uma chave para subir no assoalho; aí é hora da gente ‘picar a mula’, procurar rumo enquanto ela volta.” (LOPES SA-482, 2014).

Fato é que, ficando os bairros desocupados e às escuras – já que a energia é interrompida durante a inundação –, favorece a prática de furtos, que vão desde utensílios domésticos até mesmo parte das residências, como esquadrias e equipamentos hidráulicos. Sem energia, então, “[...] aí fica no escuro; carapanã [pernilongo] que eu quero que você veja; não tem no mundo quem agüente; a gente passa a noite, num dorme se batendo, porque não pode... Não tem um ventilador porque não tem luz para ligar, como é que faz?” (LOPES SA-482, 2014). Como se não bastasse, permanecer no bairro inundado significa ter gastos adicionais com transporte (em barcos), com água potável, com iluminação provisória etc.

– A remoção: os desabrigados geralmente são encaminhados para órgãos públicos e os desalojados, para casas de parentes. Esse serviço, que envolve principalmente a Defesa Civil Municipal e o Corpo de Bombeiros Militar, é realizado com a utilização de barcos e caminhões dos entes públicos e, quando necessário, de terceiros, a maioria voluntários.

Entre os aspectos negativos verificados na remoção, o que mais se configura como motivo de reclamação por parte dos moradores é a perda e extravio de utensílios domésticos, como se pode verificar na fala de Lopes SA-482 (2014): “[...] vai quebrando muita coisa, com certeza quebra tudo [rindo]; muita gente perde dentro d’água; que vai tirando naqueles barcos, aí cai n’água”.

– O acolhimento: em que se verifica toda uma preocupação do poder público com a higiene, saúde, segurança, alimentação, lazer e guarda de utensílios domésticos e pessoais dos atingidos nos abrigos temporários.

Entretanto, um fato importante a ser retratado é que na inundação de 2014, encontrando-se os moradores atingidos ainda no abrigo temporário – portanto em situação de fragilidade –, foram submetidos a um cadastramento emergencial, com vista a sensibilizá-los a dali já saírem para o aluguel social. Aos que aceitaram, foi colhida a assinatura do já referido Termo de Demolição, sendo que suas residências foram postas abaixo quando ainda se encontravam inundadas:

Todas as minhas famílias que foram para o abrigo e de lá elas não retornaram mais para o bairro alagado; nós já colocamos direto no aluguel social. Assinaram o Termo de Demolição e a casa foi posta abaixo [...]. A nossa equipe trabalhou dia e noite, os técnicos de campo, usando barco e acompanhando o pessoal da obra, demoliu casas ainda dentro da água (SILVA-GE, 2014).

Se por um lado, e de maneira imediata, essa sensibilização provocou parte da eliminação do risco, por outro, e no futuro, pode trazer transtorno ao sensibilizado/alocado temporariamente, uma vez que, como já foi mencionado, é possível que do aluguel social para a habitação de interesse social pode demorar mais do que a capacidade de espera do pleiteante. Até porque “[...] teve gente que queria voltar para casa, mas voltar como, se ela estava no chão? Foi o pessoal do governo que derrubou, quando saiu para o aluguel social.” (GELETT BH-359, 2014).

Após a inundação

Duas situações de caráter bastante contraditório apresentam-se após a inundação: a primeira, compatível com as políticas públicas de gerenciamento dos riscos dos territórios inundáveis, a remoção dos moradores para abrigos temporários ou para as habitações de interesse social, de maneira definitiva; a segunda, a permanência – ainda que incerta – da outra parte, que insiste em ficar no território fragmentado material e socialmente.

Como a intenção dos entes públicos é a retirada total dos moradores das áreas mais críticas dos territórios inundáveis, dotando-as de outra função que não a de habitabilidade, a permanência de habitações nesses territórios passa a se constituir em mais um entrave para as políticas urbanas, que se veem obrigadas, por uma perspectiva, a continuar nas suas investidas de sensibilização dos moradores para a retirada¹⁶, e, por outra, a promover a reestruturação

¹⁶A responsabilidade das visitas para as demandas habitacionais de interesse social é de competência do Estado. No que tange às famílias do bairro Seis de Agosto, houve a participação da prefeitura através da Defesa Civil, pois este órgão definiu as áreas das famílias a serem cadastradas para o Programa Habitacional. Para a realização de um trabalho de tamanha envergadura e importância, os entes públicos envolvidos utilizam vários métodos de abordagens em momentos diferentes, considerando as especificidades de cada área, cada rua e de cada família. Permanecendo as pendências (não aceite de remoção e de indenização, por exemplos), a equipe retornava aos endereços, buscando conscientizar os moradores da entrega da documentação.

dos danos provocados pela inundação, em nível minimamente aceitável para os espaços urbanos tipicamente habitáveis.

Como medida imediata e preventiva, após a inundação, Estado e prefeitura tratam de promover a limpeza, a desinfecção e a reestruturação dos bairros, cabendo aos moradores a higienização de suas casas, sendo que para isso recebem um “kit limpeza” dos entes públicos.

A resistência minada pela persuasão, pela ausência e pela desterritorialização

O pós-inundação caracteriza-se por uma série de incertezas, tanto por parte dos moradores quanto – que se afigura com algo mais preocupante – por parte dos gestores públicos.

Dos gestores públicos porque, como já aludido, apoiados na tese da incapacidade econômica e técnica para resolver o risco, ficam a apostar que, de um modo mais subjetivo, suas investidas persuasivas sensibilizem os “resistentes” de que as habitações de interesse social, contrariamente ao que se verifica nos territórios inundáveis, representam o ideal de moradia e, por isso mesmo, os moradores devem aceitar a remoção.

De um modo mais objetivo, a parca ou mesmo a ausência de intervenção com vista à melhoria das condições infraestruturais nesses territórios, aliada à própria desterritorialização (HAESBAERT, 2004) provocada pela saída de parte da população, geram uma redução da resistência, e, conseqüentemente, a aceitação “espontânea” à retirada para as habitações de interesse social.

No que tange à aceitação apresentar caráter “espontâneo”, parece ficar claro nas falas dos gestores públicos que ela de fato assim o é: “nós não vamos remover essas famílias de forma impositiva, no sentido de tirar à força.” (SOUZA-GE, 2014), diz-nos um funcionário do Estado, cuja afirmativa é coadjuvada por uma pessoa ligada ao planejamento do município, ao dizer que “[...] a família não é obrigada a sair daquela área onde está, mesmo que o local seja em risco iminente.” (SANTOS-PM, 2014). Entretanto, o próprio funcionário do Estado se contradiz ao afirmar que:

Nós vamos trabalhar conjuntamente com Ministério Público, porque é uma questão de risco social; não é uma questão só de ele querer ou não querer,

ele tem que preservar inclusive a vida dele também ali. Então, toda essa abordagem legal tem que ser levada em consideração, jurídica inclusive, do risco da vida dele, da saúde dele; é responsabilidade do poder público. Então tem uma ação conjunta [...]. A gente não vai dizer assim, você vai ter que sair de qualquer jeito. Tem um trabalho social a ser feito de convencimento dessas famílias para saírem da melhor forma possível. Em todo caso, tem o **Ministério Público, que vai participar, e aí não vai ser o Estado, vai ser o jurídico, que vai dizer que ele tem que sair daí ou não**, entendeu? (SOUZA-GE, 2014, grifo nosso).

Entenda-se, então, que, se o “convencimento” falhar, aplicam-se as medidas “legais”.

Quanto à desterritorialização, ela vai sendo provocada, entre outras razões, pela perda da referência familiar, pela ausência ou insuficiência de ações governamentais, pela desestabilização do orçamento doméstico e pela intimidação.

No tocante à perda da referência familiar, numa situação em que os parentes são separados em decorrência de uns aceitarem a remoção e outros optarem pela permanência:

Aí eu ainda tinha desistido. Não fiz o cadastro com ela [assistente social]; depois eu fui lá, porque o meu pessoal todo ia sair, não ia ficar sozinha aqui; ainda resisti para não ir, mas depois, quando eu vi todo mundo indo, sozinha aqui dentro da água também não ia ficar; vou sumir também, vou procurar meus parentes, pensei (LOPES SA-482, 2014).

Já no concernente à ausência ou insuficiência de ações governamentais, por buscarem inviabilizar a dinâmica do cotidiano dos moradores:

Aí, agora, para acabar de completar, eles fizeram isso com nós: quebraram a ponte todinha. Era o nosso transporte pra nós tirar nossas coisas [...]. E esse matagal doido aí, é cobra subindo dentro da casa da gente [...] quando eles vêm roçar é só na beirinha da rua (SILVA SA-39, 2014).

No que diz respeito à desestabilização do orçamento doméstico, em virtude de ela ser auferida por intermédio de uma atividade desenvolvida dentro do próprio território inundável:

Veja esse homem aqui [...], tá devendo os cabelos da cabeça. Coitado dele! Não tem freguesia de jeito nenhum, o pobre; diz ele que tá até desgostoso, com vontade já de ir embora [...]. Esse pessoal daqui comprava açúcar, era farinha, era pão, era arroz, era feijão... Quando era aquele monte de gente aqui, aí dava pra pagar conta, pagar tudo (SILVA SA-39, 2014).

E referente à intimidação, em que os técnicos do poder público, despreparados ou “mal orientados”, tentam induzir os moradores a aceitarem impositivamente a proposta dos entes públicos, como fica patente nas palavras de Nascimento SA-31 (2014): “[...] o sujeito às vezes faz cara feia pro lado da gente [...]”, e de Silva SA-39 (2014); “[...] o homem fez foi dizer: – É, se não quiserem sair, o jeito é a gente derrubar a casa”.

Por tudo quanto foi dito, as incertezas pós-inundação por parte dos moradores estão diretamente relacionadas à própria forma como os entes públicos vêm lidando com os riscos dos territórios inundáveis.

Conclusões

Pode-se perceber, da pesquisa desenvolvida, que, pela própria incapacidade econômica e técnica no tocante à promoção de um planejamento para o saneamento dos territórios inundáveis, os entes públicos buscam a todo custo retirar os moradores desses territórios, seja para abrigos temporários, seja para as habitações de interesse social.

O *modus operandi* com vista ao alcance dessas demandas provoca reações adversas nos moradores, que vão da indiferença e aceitação até a rejeição, mas com tendência a prevalecer o interesse do poder público. Dita prevalência do interesse do poder público, por sua vez, sustenta-se no processo de desterritorialização, provocado, entre outras questões, pela perda da referência familiar, ausência ou ações governamentais descabidas, desestabilização do orçamento doméstico e pela intimidação.

Acrescente-se à dificuldade de atuação do poder público junto aos bairros inundáveis o fato de que não existe percepção comum entre gestores e moradores acerca da inundação como risco, bem como há uma diferença conceitual de risco entre os moradores do mesmo bairro, mas principalmente entre moradores de um bairro em relação aos do outro (Baixada da

Habitasa e Seis de Agosto), em que são levadas em consideração variáveis relacionadas com questões de ordem socioeconômica, política, histórica e cultural.

Tanto assim é que, no caso de determinadas porções do bairro Seis de Agosto, fragmentadas em territórios inundáveis, por exemplo, são consideradas pelo poder público mais vulneráveis a riscos materiais ou socioambientais, sendo que por essa razão pleiteiam a remoção de todos os seus moradores para conjuntos habitacionais de interesse social. Já para moradores residentes nessas mesmas porções, os riscos provocados pelas inundações são encarados como algo que já faz parte do seu cotidiano, razão pela qual opõem resistência à remoção.

Por outro lado, os moradores do bairro Baixada da Habitasa mostraram-se mais favoráveis à remoção, tanto que a maioria deles foi retirada e suas residências, postas abaixo. De modo que o território vai ficando livre para a sua nova função, almejada pelo poder público.

Referências

ACRE (Estado). Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social – SEHAB. **Mapeamento de áreas de risco para identificação e monitoramento das famílias atingidas pela alagação do rio Acre – cota 14,90 m a 16,00 m.** Rio Branco, 2014.

ACRE (Estado). Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social – SEHAB. **Plano de reassentamento.** Projeto de Trabalho Técnico Socioambiental – PTTSA. Rio Branco, 2013. No prelo.

A GRANDE ENCHENTE. **Folha do Acre**, Rio Branco, ano 8, n. 230, p. 1, 21 mar. 1918a.

A GRANDE ENCHENTE. **Folha do Acre**, Rio Branco, ano 8, n. 231, p. 1, 28 mar. 1918b.

A INUNDAÇÃO. **Folha do Acre**, Rio Branco, ano 15, n. 521, p. 1, 25 mar. 1926.

ANDRADE, M.M.N; SZLAFSZTEIN, C F. Estudos de vulnerabilidade a inundações como subsídio ao planejamento urbano no município de Novo Repartimento, PA. In: **Encontro da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional**, 12, 2007. Belém, 21 a 25 maio.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil.** Atos do poder legislativo. Rio de Janeiro, DF, Imprensa Nacional, v. 185, n. 1, p. 3331-3346, jan. 1993. Disponível em: Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em 24 fev. 2015.

BRASIL. Decreto nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007. **Diário Oficial [da] República federativa do Brasil**, poder Executivo, Brasília, DF, 17 dez. 2007. Seção 1, p. 8. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6307-14-dezembro-2007-566562-publicacaooriginal-90106-pe.html>>. Acesso em 16 jul. 2015.

CASTELLO BRANCO. José Moreira Brandão. Acreânia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 240, p. 3-83, jul./set. 1958.

_____. Caminhos do Acre. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 196, p. 74-225, jul./set. 1947.

CASTELO BRANCO, José Moreira Brandão. Povoamento da acreânia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 207, p. 118-256, jan./mar. 1961.

DESABRIGADOS DA ENCHENTE VOLTAM AO BARRANCO. **Diário do Acre**, Rio Branco, ano 1, n. 128, p. 1, 16 out. 1982.

FEITOSA SA-04 (maio 2014), Depoimento: Entrevista concedida ao projeto de pesquisa “**A dinâmica das águas e das gentes: histórias, percepções e políticas públicas de saneamento em áreas inundáveis de Rio Branco**”, Rio Branco: UFMG/UFAC, 2012.

GELETT BH-359 (abr. 2014), Depoimento: Entrevista concedida ao projeto de pesquisa “**A dinâmica das águas e das gentes: histórias, percepções e políticas públicas de saneamento em áreas inundáveis de Rio Branco**”, Rio Branco: UFMG/UFAC, 2012.

GOVERNO DO TERRITORIO. ATOS OFICIAIS. **O Acre**: órgão oficial, Rio Branco, ano 4, n. 173, p. 2, 5 mar. 1933a.

GOVERNO DO TERRITORIO. ATOS OFICIAIS. **O Acre**: órgão oficial, Rio Branco, ano 4, n. 174, p. 2, 12 mar. 1933b.

HAESBAERT, R. (2004) **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

LOPES SA-482 (abr. 2014), Depoimento: Entrevista concedida ao projeto de pesquisa “**A dinâmica das águas e das gentes: histórias, percepções e políticas públicas de saneamento em áreas inundáveis de Rio Branco**”, Rio Branco: UFMG/UFAC, 2012.

MARTINELLO, P. A “batalha da borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o vale amazônico, **Cadernos da UFAC**, n. 1, Série “C” - Estudos e pesquisas, Rio Branco, Universidade Federal do Acre, 1988. 368 p.

NASCIMENTO SA-31 (maio 2014), Depoimento: Entrevista concedida ao projeto de pesquisa “**A dinâmica das águas e das gentes: histórias, percepções e políticas públicas de saneamento em áreas inundáveis de Rio Branco**”, Rio Branco: UFMG/UFAC, 2012.

O NOSSO RIO TRANSBORDA. **O Acre**: órgão oficial, Rio Branco, ano 4, n. 171, p. 4, 19 fev. 1933.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO. **A Rio Branco que vivemos**: registro histórico dos 100 anos da prefeitura. Rio Branco: PMRB, [2013?].

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO. **Coordenadoria Municipal de Defesa Civil do Estado do Acre (CONDEC/AC)**. Disponível em: <<http://www.riobranco.ac.gov.br/>>. Acesso em 12 fev. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO (2013). *Plano de contingência operacional de enchentes – 2013*, Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC, Rio Branco.

VIEIRA BH-32 (maio 2014), Depoimento: Entrevista concedida ao projeto de pesquisa, “**A dinâmica das águas e das gentes: histórias, percepções e políticas públicas de saneamento em áreas inundáveis de Rio Branco**”, Rio Branco: UFMG/UFAC, 2012.

SANTOS-PM (jul. 2014), Depoimento: Entrevista concedida ao projeto de pesquisa “**A dinâmica das águas e das gentes: histórias, percepções e políticas públicas de saneamento em áreas inundáveis de Rio Branco**”, Rio Branco: UFMG/UFAC, 2012.

SILVA-GE (abr. 2014), Depoimento: Entrevista concedida ao projeto de pesquisa “**A dinâmica das águas e das gentes: histórias, percepções e políticas públicas de saneamento em áreas inundáveis de Rio Branco**”, Rio Branco: UFMG/UFAC, 2012.

SILVA, R.N. Evolução histórica da cidade de Rio Branco. **Rio Branco 104 anos**. Rio Branco, v. 1, n. 1 p. 12- 13, dez. 1986.

SILVA SA-39 (maio 2014b), Depoimento: Entrevista concedida ao projeto de pesquisa “**A dinâmica das águas e das gentes: histórias, percepções e políticas públicas de saneamento em áreas inundáveis de Rio Branco**”, Rio Branco: UFMG/UFAC, 2012.

SMITH, A. **Os conquistadores do Amazonas**. São Paulo: Gráfica Círculo, 1990.

SOUZA-GE (maio 2014), Depoimento: Entrevista concedida ao projeto de pesquisa “**A dinâmica das águas e das gentes: histórias, percepções e políticas públicas de saneamento em áreas inundáveis de Rio Branco**”, Rio Branco: UFMG/UFAC, 2012.

TOCANTINS, L. (1988) **O Rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record.

UCHOA BH-137 (maio 2014), Depoimento: Entrevista concedida ao projeto de pesquisa “**A dinâmica das águas e das gentes: histórias, percepções e políticas públicas de saneamento em áreas inundáveis de Rio Branco**”, Rio Branco: UFMG/UFAC, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro Universitário de Pesquisa e Estudos sobre Desastres. **Capacitação básica em Defesa Civil**. [Textos: Janaína Furtado; Marcos de Oliveira; Maria Cristina Dantas; Pedro Paulo Souza; Regina Panceri]. 3. ed. Florianópolis: CAD UFSC, 2013.

VALENCIO, N.F.L.S.; OLIVEIRA, R.C.; MARCHEZINE, V. SIENA, C. Desastres e desamparo coletivo: o ente público diante dos grupos afetados. In: Pinto, M C O B S, M J Moraes e C J Lima (orgs.), **Processos de territorialização e identidades sociais**, RiMa Editora, São Carlos, 2012, p. 125-146.

VIEIRA BH-32 (maio 2014), Depoimento: Entrevista concedida ao projeto de pesquisa “**A dinâmica das águas e das gentes: histórias, percepções e políticas públicas de saneamento em áreas inundáveis de Rio Branco**”, Rio Branco: UFMG/UFAC, 2012.

Artigo 6 – Ameaça, exposição e vulnerabilidade: uma análise da inundação de 2015 em Rio Branco à luz do triângulo do risco

Resumo

O objetivo do artigo é analisar como a inundação verificada na cidade de Rio Branco, Acre, no ano de 2015, por alcançar a maior cota até então registrada e dadas as próprias características, foi suficiente para desestabilizar a percepção de *ameaça, exposição e vulnerabilidade* – elementos integrantes do modelo do Triângulo do Risco – presentes tanto nos gestores públicos quanto nos moradores atingidos. A metodologia da abordagem consiste, num primeiro momento, em ir relacionando as características próprias das inundações periódicas ocorridas em Rio Branco – que até o ano de 2014 obedeceram a um padrão relativamente estável no que se refere, por exemplo, à velocidade e graduação da chegada das águas e ao volume atingido – com os elementos acima mencionados. Posteriormente, coteja-se a relação entre esses mesmos elementos e as particularidades da inundação de 2015, com seus reflexos na capacidade de respostas ao enfrentamento dos problemas por ela provocados.

Palavras-chave: ameaça; exposição; vulnerabilidade; risco; desastre; Rio Branco.

Introdução

De modo a se situar a magnitude dos impactos da inundação que atingiu Rio Branco em 2015, apresenta-se a comparação de dados numéricos sobre aquele fenômeno socionatural e o ocorrido no mesmo espaço urbano no ano de 2012.

Tabela 1: Dados numéricos das inundações de 2012 e de 2015, ocorridas em Rio Branco

| INUNDAÇÕES EM RIO BRANCO | ANOS | |
|---|-------------|--------------------|
| | 2012 | 2015 |
| Dados numéricos | | |
| Cota máxima (m) | 17,64 | 18,40 |
| Bairros atingidos | 30 | 53 |
| População afetada (hab) | 32.076 | 87.000 |
| Ápice do número de chamadas de natureza de Defesa Civil | 2.519 | 4.523 |
| Abrigos públicos | 6 | 31 |
| População acolhida em abrigos públicos (hab) | 6.803 | 10.599 |
| Barcos em operação de socorro às famílias | 110 | + de 150 |
| Pessoal envolvido na remoção das famílias | 550 | 1.000 ¹ |

Fontes: Adaptado de COMDEC/AC, 2015; CIOSPE, 2015.

Tomou-se a inundação de 2012 como base comparativa à de 2015 não porque ela tenha sido a maior registrada anteriormente a essa data (a maior foi a de 1997, com uma cota de 17,66 metros), mas porque provocou os impactos mais significativos no que se refere aos danos (humanos, materiais e ambientais) e prejuízos (econômicos e sociais) das inundações históricas de Rio Branco (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO, 2012). Além disso, considerou-se também o fato de esses danos e prejuízos ainda estarem muito presentes na memória, tanto dos diretamente afetados com esse tipo de desastre quanto dos entes públicos, que têm por força legal a atribuição de atendê-los.

Aliás, foi aproveitando essa memória recente que a utilização de entrevistas semiestruturadas junto a esses sujeitos consistiu em parte da metodologia empregada na pesquisa, sendo que se utilizaram também informações colhidas junto aos órgãos oficiais do Estado e da prefeitura – principalmente do Corpo de Bombeiro Militar, da Defesa Civil Municipal e do Centro Integrado de Informação de Operações em Segurança Pública (CIOSP) – e da imprensa local e nacional.

¹ Esse número diz respeito somente ao pessoal integrante do Corpo de Bombeiro, Exército, Prefeitura e governo do Acre. Para além dele, mais de 2 mil voluntários trabalharam no auxílio às as vítimas da inundação.

Como base de sustentação teórica, utiliza-se o triângulo do risco proposto por Crichton e Mounsey (1997 apud Giuntoli, 2008), no qual o princípio básico de estimação de risco é dado segundo a área de um triângulo, cujos lados são compostos pelos elementos *ameaça*, *vulnerabilidade* e *exposição*, sendo que basta uma alteração para mais ou para menos em um deles para que haja, proporcionalmente, uma alteração do risco.

Assim, o objetivo do artigo é evidenciar que a inundação ocorrida em Rio Branco no ano de 2015, por alcançar a maior cota até então registrada e dadas as suas próprias características, foi suficiente para desestabilizar a noção dos elementos integrantes do respectivo triângulo do risco que os moradores dos territórios atingidos e os gestores públicos tinham em relação àquele fenômeno socionatural.

A metodologia da abordagem consiste, num primeiro momento, em ir relacionando as características próprias das inundações periódicas ocorridas em Rio Branco (com especificidade para a de 2012) – que até o ano de 2014 obedeceram a um padrão relativamente estável no que se refere, por exemplo, à velocidade e graduação da chegada das águas e ao volume atingido – com os elementos acima mencionados. Posteriormente, coteja-se a relação entre esses mesmos elementos e as particularidades da inundação de 2015, com seus reflexos na capacidade de respostas ao enfrentamento dos problemas por ela provocados.

Inundações no Acre: controle da alta probabilidade de ocorrência e baixa previsão de magnitude das cotas?

O Jornal Folha do Acre, datado de 9 de julho de 1911, referindo-se a um aspecto da navegação no Acre, trata as inundações recorrentes naquele território como “phenomeno natural da enchente do nosso rio” (A NAVEGAÇÃO PARA O ACRE, 1911, p.1).

Numa busca mais acurada nesse mesmo periódico e no jornal O Acre, utilizando-se os termos inundação, enchente e alagação – este último de caráter mais regionalizado –, foi possível verificar várias matérias relacionadas com as inundações no Acre. Embora as inundações não sejam registradas nessas fontes obedecendo a uma periodicidade anual, é possível observar não só que a incidência com que elas ocorriam correspondia mais ou menos esta periodicidade, mas também que alguns dos espaços atingidos são os mesmos que ainda hoje sofrem as consequências desse fenômeno socionatural, principalmente aqueles localizados no

segundo distrito da cidade de Rio Branco, sua capital (A GRANDE ENCHENTE, 1918; A INUNDAÇÃO, 1926; ENCHENTE NO RIO ACRE, 1944; SENNA MADUREIRA..., 1921).

Em épocas mais recentes, a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC) da prefeitura de Rio Branco, por intermédio do seu Plano de Contingência Operacional de Enchente, relativo ao ano de 2012, deixa claro ter:

1) a segurança da probabilidade e periodicidade de ocorrências das inundações na capital acriana, ao afirmar que “todos os anos o Município de Rio Branco é atingido, em maior ou menor intensidade, pelo fenômeno das enchentes. No período chuvoso que se estende de novembro a abril, o Estado é castigado por fortes chuvas.” (PREFEITURA..., 2013, p. 6), cujo reflexo é o transbordamento lento e gradual do Rio Acre entre os meses de janeiro a abril, atingindo cota média nas últimas 7 inundações consideradas históricas de 16,61m e uma cota máxima, em 1997, de 17,66m (PREFEITURA..., 2013).

2) a certeza de que “as áreas sujeitas às inundações, bem como os riscos associados a este tipo de desastre é de conhecimento da população e também do poder público.” (PREFEITURA..., 2013, p. 8).

3) o controle das informações e do conhecimento² referentes às inundações ocorridas na capital acriana, nomeadamente para as que ela considera “[...] de grande vulto que ocasionaram prejuízos de ordem econômica e sociais.” (PREFEITURA..., 2013, p. 9), quais sejam: 1972, 1974, 1978, 1982, 1984, 1986, 1988, 1991, 1997, 1999, 2006, 2009, 2010, 2011 e 2012, sendo que por isso mesmo adverte:

Que grandes desastres já aconteceram na história [referindo-se aos provocados pelas inundações], bem como, geram prenúncios que outros maiores podem advir.

Nessa expectativa é preciso potencializar as ações de respostas, com intuito de preparar o poder público e a população de Rio Branco para um possível evento extremo (PREFEITURA..., 2013, p. 11).

² Acerca do conhecimento e controle da natureza a serviço do interesse humano, consultar Beck; Giddens; Lash (1997); Giddens (1994); Martins (2004).

O que se evidencia com essas informações, portanto, é que as inundações em Rio Branco possuem algumas características bem peculiares, o que tem contribuído para o gerenciamento delas, quer pelo poder público, quer pela população que sofre as consequências imediatas. Salienta-se, entretanto, que existe – o que soa óbvio – uma diferença comportamental entre moradores e gestores frente aos riscos provocados pelas inundações³, em que se para estes prevalece a tentativa de atenuá-los por intervenções como a retirada dos moradores antes da chegada das águas, para aqueles o que se verifica é a possibilidade de redução dos riscos, enfrentando-os no ato de suas ocorrências⁴. (Ver artigos 4 e 5).

Primeiramente, o grau de ocorrência das mesmas é bem definido (todos os anos, com maior ou menor intensidade), obedecendo a uma sazonalidade que se insere entre os meses do inverno Amazônico (janeiro a abril) e vai se alastrando lenta e gradualmente pelos territórios inundáveis, atingindo até um determinado ponto máximo dos seus perímetros.

Tem-se assim uma *ameaça* anunciada, com data bastante provável de sua ocorrência, e com determinada magnitude (o que permite, dentre outras possibilidades, estudos de gerenciamento do risco, com medidas que visem ao arrefecimento dos picos de cheias); uma *exposição* de pessoas e bens econômicos quantificados ou perfeitamente quantificáveis (o risco pode ser reduzido, por exemplo, com a adoção de políticas de remoção das pessoas mais vulneráveis para habitações de interesse social); e uma *vulnerabilidade* de caráter socioeconômico e ambiental que, pelas próprias condições anteriores, já se coloca como possível de ser em muito diminuída pela capacidade (ou possibilidade) de resiliência do poder público (o risco pode ser atenuado de várias formas, tais como implantação de sistema de alerta eficiente, evacuação dos atingidos para abrigos seguros e remoção dos bens materiais dos imóveis antes de serem inundados).

Em seguida, as particularidades intrínsecas das inundações ocorridas em Rio Branco permitiram que tanto os poderes públicos (estadual e municipal) quanto os moradores dos territórios inundáveis lhes atribuíssem uma característica subjetiva: a de ser conhecível. E se

³ É certo que existe uma diferença de percepção de risco entre peritos e os não detentores de conhecimento acadêmico. Nesse sentido, consultar, por exemplo, Giuvant (1998).

⁴ A pesquisa demonstrou que, mesmo expostos ao risco, nem todos os moradores ensinam sair dos territórios inundáveis, por razões de ordem socioeconômica e cultural, tais como maior distância da nova moradia em relação ao centro de Rio Branco, quebra de relação de vizinhança e gasto com transporte.

anteriormente procurou-se discutir a possibilidade da redução do risco na perspectiva do domínio institucionalizado e, portanto, mais técnico, a seguir se apresenta o ponto de vista dos moradores acometidos pelas inundações em sua capacidade de falar da dinâmica do enfrentamento e redução do risco por meio da *ameaça, exposição e vulnerabilidade*.

a) Da *ameaça* – ainda que conscientes do grau de perigo provocado pelas inundações, os moradores dos territórios inundáveis não podem fazer nada no sentido de atenuá-lo por meio de intervenção junto à ameaça, considerando a complexidade técnica e o custo financeiro que estariam envolvidos em uma intervenção dessa envergadura⁵.

b) Da *exposição* – expostos ao perigo todos os anos, parte dos moradores dos territórios inundáveis tem buscado formas de dele se afastar. O afastamento se dá, de maneira mais sistemática e quando possível, entre o intervalo de ocorrência das inundações, o qual consiste, além do proporcionado pelo poder público (aluguel social ou conjunto habitacional de interesse social), da mudança para local não inundável (compra, aluguel ou mesmo ocupação).

c) Da *vulnerabilidade* – no enfrentamento direto, o risco tende a ser atenuado com medidas como a elevação das palafitas o mais alto possível, de preferência fora do alcance das águas, ou a construção de trapiches durante a inundação, visando a guarda de utensílios materiais e mesmos de animais domésticos; uso de barco particular ou de terceiros para uma possível evacuação rápida; acompanhamento de subida das águas pela imprensa (principalmente falada e televisiva); contatos telefônicos da Defesa Civil e do corpo de Bombeiros Militar; e ida para abrigos temporários (de responsabilidade do poder público) ou para casa de parentes.

Por fim, ao considerar a série das inundações históricas, o poder público, além admitir a possibilidade de que eventos ainda mais importantes possam ocorrer⁶, toma para si a responsabilidade de seu preparo bem como do preparo da população de Rio Branco para possíveis eventos ainda mais extremos.

⁵ O Plano Plurianual 2012/2015 do governo atual prevê uma obra de contenção das inundações por meio de comportas, avaliado em R\$ 150 milhões (ACRE: Governo..., 2011).

⁶ As últimas pesquisas do Painel Intergovernamental sobre Mudanças climáticas (2014) projetam uma elevação da frequência e intensidade dos eventos climáticos extremos.

Com esta afirmativa, o poder público parece entender que uma inundação em Rio Branco, como evento extremo, relaciona-se com a sua magnitude em termos de cotas de alcance das águas para além da maior até então registrada, já que produziria maiores danos materiais e socioambientais. Essa concepção está em parte em consonância, por exemplo, com a de Hardaker e Collier (2013), os quais, referindo-se às inundações no Reino Unido, dizem que os eventos extremos⁷ são medidos pelo impacto ao invés de raridade, e são definidos como extremos se eles ameaçam a vida, causam sérios danos a bens ou à infraestruturas vitais.

Entretanto, ainda com base no mesmo Plano de Contingência Operacional de Enchente, é possível verificar que se o próprio poder público levava em conta a probabilidade da ocorrência de uma inundação de magnitude extrema, condicionou-a – e para ela se preparou – dentro de uma cota não superior a 18,00m, já que é a simulação máxima encontrada no referido documento.

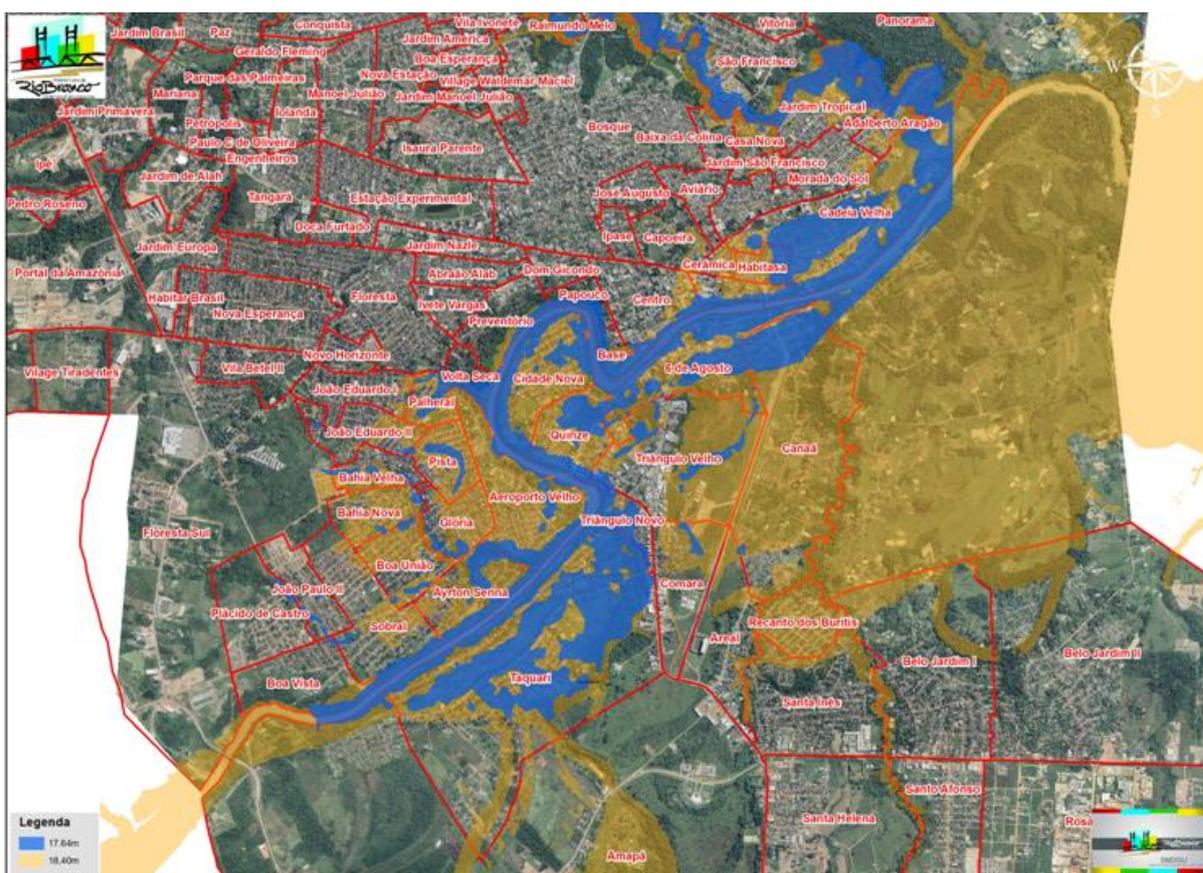
Inundação 2015: evento extremo ou o extremo da capacidade de resposta do poder público e dos moradores dos territórios inundados?

Em termo de magnitude da altura máxima atingida, apenas 74 centímetros separaram as duas maiores inundações até então já registradas em Rio Branco – 1997 e 2015 –, com cotas de 17,66m e 18,40m, respectivamente. Como neste artigo a base comparativa à inundação de 2015 é a de 2012 (com cota de 17,64m), a diferença da altura máxima das águas entre elas é de 72 centímetros. Esse valor, quando analisado dissociado de outros tantos valores por ele produzidos, pouco parece representar para além da sua expressão numérica. Entretanto, veja-se que uma simples observação das dimensões espaciais alcançadas em 2012 e 2015 – conforme expresso na Figura 1 – já permite conjeturar-se para além de sua representação quantitativa. De outro modo, se os dados que constam na Tabela 1 são suficientes por eles mesmos para demonstrar a representatividade da diferença quantitativa entre uma cota e outra, uma análise de cunho mais qualitativo tende a evidenciar de maneira mais cristalina como os gestores públicos locais e os moradores dos territórios inundáveis reagiram diante do inesperado, da excepcionalidade.

⁷ Sobre evento extremo, recomenda-se consultar, também, Stephenson (2008).

Ora, o conceito de excepcionalidade de determinado evento perigoso está relacionado não com o número de vezes de sua ocorrência, mas sim com a magnitude alcançada quando do evento perigoso em causa. De fato – e como já foi relatado –, gestores e moradores eram conscientes de que a cidade de Rio Branco inundava todos os anos, pelo menos em determinados territórios. Portanto, ao se iniciar o período chuvoso, já começavam a se preparar para o enfrentamento dos problemas advindos das inundações.

Figura 8: Mapa de sobreposição das cotas de 17,64m e 18,40m, respectivamente, as inundações de 2012 e de 2015 em Rio Branco, mostrando as áreas atingidas



Fonte: SMDGU, 2015

Considerando a cota média atingida pelo Rio Acre, extraída principalmente da série das inundações consideradas de grande vulto, tinham a noção exata de como proceder, lançando mão do aparato material e humano disponível. Atribui-se justamente a essa segurança, fundamentada na experiência de uns e no conhecimento técnico de outros, a razão primeira das várias situações que se verificam na inundações de 2015, a seguir descritas, que a tornaram excepcional. Note-se aqui que a noção primeira de excepcionalidade assentada na magnitude

só se configurou em função de os envolvidos (gestores e moradores) não terem se preparado para o evento em causa (inundação).

A percepção dos moradores: traídos pela experiência? Salvos pelo medo?

Não existem respostas únicas para cada uma das duas perguntas acima. Aliás, muitas perguntas sobre a inundação de 2015 em Rio Branco ainda terão de ser formuladas e respondidas. É natural, entretanto, que algumas indagações mereçam destaque e pressa nas respostas, não como forma de estabelecer a quem deve recair a culpa pelos problemas provocados, mas até para suscitar o debate sobre o tema em questão e propor as possíveis soluções para eventos de mesma natureza e igual ou maior magnitude que porventura ocorram no futuro.

De modo geral, a inundação de 2015 em Rio Branco atingiu, de maneira mais “democrática”, duas classes de moradores que, além de se diferenciarem pelas condições socioeconômicas, se colocaram em situações diferentes de enfrentamento dos riscos por ela provocados.

De um lado, a classe daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social, haja vista serem atingidos todos os anos pela inundação do Rio Acre, vivendo entre as cotas 14,90 e 16 metros, conforme a Portaria nº 66 de 22 de fevereiro de 2012, a qual reconheceu a situação de estado de calamidade pública em decorrência das enchentes ou inundações graduais (ACRE..., 2013, 2014). Somam-se a estes os que vivem em territórios atingidos pelas cotas acima de 16m e até 17,66m – cujas inundações já são consideradas pela Defesa Civil Municipal como históricas –, mas que a ocorrência não obedece a uma periodicidade anual. Tem-se em comum entre esses moradores a experiência da convivência com as inundações, embora em graus diferenciados.

Por outro lado, identifica-se a classe dos moradores que nunca antes havia experimentado a sensação de lidar com semelhante situação, por residirem em local mais elevado em relação à planície de inundação, considerando que seu melhor poder aquisitivo lhes permitiu disputar os espaços considerados como tipicamente urbanos.

Com relação aos primeiros, pode-se dizer, a princípio, que foram traídos pela experiência e conseqüentemente pela confiança, pois:

Eu tinha muita experiência com a alagação, mas como nunca tinha visto uma desse tamanho, achava que ela podia ser maior do que a outra mais um palmo ou menos, mas foi o contrário, deu muito mais. Eu subi as coisas, mas a água foi lá assim mesmo. Foi lá! As coisas foram subidas três vezes. Fui subindo, subindo, até onde não dava mais para subir porque encostou nas telhas. Nós sabíamos da marca da maior alagação, aí subimos as coisas mais acima dela um metro, achando que a água não ia lá, mas foi o contrário: a água foi lá e molhou tudo. Fui traída pela experiência [rindo], porque eu não achava que isso ia acontecer. Quem é que esperava por isso, não é? Nem eu nem ninguém! (SILVA, 2015).

Esses moradores conheciam bem a dinâmica das inundações nos seus mais diversos aspectos, sendo que a velocidade (lenta e gradual) e a cotação máxima (17,66m) da subida das águas assumiam maior representatividade. Assim, à chegada da inundação de 2015, alguns trataram de acompanhar pela imprensa, e mesmo *in loco*, o desenrolar dos acontecimentos, aguardando o momento propício de, havendo necessidade, construir seus trapiches costumeiros e deixar a moradia, indo para a casa de parentes ou para os abrigos oferecidos pelo poder público.

E os trapiches se fizeram necessários. E muitos dos moradores o fizeram respeitando a cota de 17,66, por considerar que, agindo assim, seus pertences estariam a salvo.

Uma vez abrigados, uns se colocaram numa condição de passividade, esperando a migração das águas para poderem retornar a seus territórios. Perderam tudo!

Não fui só eu que perdi tudo não. Muita gente perdeu as coisas. Meu filho foi um que também perdeu tudo. Ele saiu... Esse foi pra colônia, e ainda foi pior: levou a chave, deixou tudo trancado, sem se preocupar com a subida das águas. Deixou tudo suspenso até o teto, mas a água subiu até lá (SILVA, 2015).

Outros ficaram alerta e, mediante a informação de que a maior cota até então registrada estava sendo superada, trataram de providenciar a retirada dos pertences, poupando-os: “Não esperei a água subir muito não. Quando vi que já estava passando da marca na parede deixada pela última alagação, peguei tudo que podia pegar e fui procurar lugar seco para ficar.” (LINDOSO, 2015).

Ainda outros, apesar de atentarem para o alerta em questão, não chegaram a tempo de salvar os bens materiais, considerando a subida repentina das águas e a falta de um atendimento rápido por parte dos órgãos responsáveis pelo monitoramento e socorro às vítimas:

Eu até tentei salvar as coisas, mas não deu. Ficava ouvindo o noticiário, monitorando a subida das águas. Aí fui tentar chegar à minha casa, mas não tinha barco, nem do Corpo de Bombeiros, nem de conhecidos. [...] Ia à minha casa e não ia. Ficava na entrada do bairro, na beira d'água chorando e imaginando: Meu Deus, minhas coisas estão se acabando dentro d'água e eu não posso fazer nada! Mas aí não tinha como eu ir. A nado eu não ia, que eu morria, a corredeira me levava e matava. Então, deixa ser como Deus quiser! Agora só tenho o resto do barraco lá ainda de pé (SOUZA, 2015).

Ainda houve aqueles que, duvidando de um aumento além da cota 17,66m, resolveram ficar em casa e irem soerguendo seus trapiches de acordo com a subida das águas. O resultado foi que, se nas casas mais elevadas a estratégia deu certo, naquelas mais baixas chegou-se a uma situação em que era impossível elevar ainda mais os trapiches, restando-lhes apenas torcer para que as águas migrassem. Como o aumento repentino das águas, já acima das portas e janelas das casas, para a retirada dos bens materiais não havia, ironicamente, outra forma senão submergindo-os.

Não deu para salvar nada [...]. Como a gente nunca teve uma alagação nessa proporção, nós resolvemos ir ficando e levantando, empilhando como das outras vezes, não é? Só que do terceiro dia em diante ela [a água] levantou rápido, não deu para salvar nada (RIO BRANCO ENFRENTA PIOR CHEIA..., 2015).

A afirmativa atinente ao aumento da perda de bens materiais na inundação de 2015 em comparação com as anteriores sustenta-se tanto nas várias matérias publicadas pela imprensa local quanto pelo relato dos moradores dos territórios inundados e pela constatação visual, pois, à medida que as águas iam “liberando” as residências para a limpeza, pôde-se acompanhar e registrar “o quê” e estimar “o quanto” eram descartados: milhares de fogões, televisores, máquina de lavar e, principalmente, sofás e colchões. Isso sem contar que a constatação se deu no início da migração das águas, sendo que a maioria dos estragos ainda não havia aflorado, tampouco contabilizada pelos moradores.

No que diz respeito aos moradores da segunda classe referida, a primeira reação diante da inundação de 2015 foi mesmo de perplexidade. Afinal, os bairros em que vivem jamais haviam sido atingidos pelas águas de transbordamento do Rio Acre.

A percepção que esses moradores tinham das inundações era aquela que havia sido construída pelas informações veiculadas na imprensa nacional e local, principalmente nesta última, em que esses eventos perigosos em causa tendem a ser mais noticiados e com elevada riqueza de detalhes. Estes, portanto, nunca haviam experimentado diretamente a condição de inundado, e conseqüentemente tinham pouca noção da dimensão do risco a que estavam sendo expostos e da dinâmica do seu enfrentamento.

Essa situação motivou a tomada de duas medidas extremas por parte dos moradores dos novos bairros inundados – destacadas dentre outras de menor significância para a análise em particular, haja vista de assemelharem com aquelas impingidas pela já discutida primeira classe –, as quais se configuraram como fator decisivo ou para o extravio ou para o salvamento dos bens materiais. A primeira caracterizou-se pelo abandono do imóvel e de grande parte dos pertences materiais (móveis, utensílios domésticos, vestimenta e até automóvel); já a segunda, pela preocupação de garantir o abrigo da maior quantidade de bens possíveis – instigadas que foram quer pela inexperiência, quer pelo medo e insegurança por ela provocados –, retirando-as das residências tão logo as águas começaram atingi-las:

A água nunca tinha subido até aqui. Estávamos tranquilos, mas quando vimos que ia subir mesmo, nós entramos em contato com a Defesa Civil – que por sinal nos atendeu muito bem; a pessoa que falava ao telefone nos atendeu muito bem mesmo! –, mas que na prática deixou a desejar. Ficamos esperando... Meio-dia e esperando... Só que, à medida que a água subia e o socorro não vinha por parte da Defesa Civil (e nós já tínhamos ouvido falar que ela estava com dificuldade no atendimento), nós nos apavoramos e buscamos um socorro alternativo, encontrando-o junto à própria vizinhança. Foi o que nos livrou de perder tudo! (MAIA, 2015).

Verifica-se das falas dos moradores a clareza com que, além de serem surpreendidos pela superação da cota histórica, também o foram pela subida repentina das águas, dificultando o seu acompanhamento e, por extensão, a capacidade de resiliência no enfrentamento de um fenômeno até então tido como corriqueiro e razoavelmente controlável, o que contribuiu para

que houvesse um aumento significativo de perdas, principalmente de móveis e utensílios domésticos, até mesmo entre os já acostumados a lidar com as inundações.

A percepção dos gestores: excesso de confiança ou falha do sistema de monitoramento?

Fundamentado em informações meteorológicas do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), a Coordenadoria de Estadual de Defesa Civil do Acre (CEDEC/AC), por intermédio do seu então coordenador, advertia – em entrevista concedida à imprensa local –, ainda no fim do mês de dezembro, para a possibilidade de em 2015 se repetir o que ocorrera em 1997, 2012 e 2014, ou seja, duas alagações no mesmo ano, sendo a primeira entre os meses de janeiro e fevereiro, de baixa proporção, e a segunda no mês de março, de elevada magnitude:

Todos os anos que houve grandes alagações aconteceram duas alagações no mesmo ano, a primeira em janeiro e fevereiro e a segunda em março, que é maior. As alagações que aconteceram em março de 97, 2012 e 2014 foram alagações potentes que ficaram registradas na história da nossa cidade. E se isso acontecer em janeiro, de o rio ultrapassar a cota de alerta de transbordamento, a gente pode se preparar porque possivelmente irá acontecer mais de uma vez durante o ano (TAVARES, 2014).

Por outro lado, um técnico do mesmo órgão que embasara o coordenador da CEDEC/AC nas suas previsões de uma “grande alagação” para 2015 garante – também em entrevista a imprensa local –, em meados de janeiro do ano em questão, que mesmo existindo “[...] uma previsão de enchente para o Rio Acre, considerando o prognóstico de chuvas que está acima da média para todo o estado, no entanto, não há proporções alarmantes.” (POJO, 2015a).

Antes de entrar no mérito da discussão propriamente dita acerca desses pronunciamentos, convém esclarecer uma questão importante: entende-se que tanto um quanto outro são de caráter oficial, pois, quanto ao primeiro, apesar de ter sido veiculado em um site particular e oposicionista à gestão do atual governo do estado, fora feito por pessoa jurídica investida do dever de informar sobre os assuntos atinentes à sua pasta; já o segundo porque, mesmo proferido por alguém não pertencente à esfera governamental, fora publicado no site oficial do governo do Acre.

Ora, ainda que se admita a eficácia do sistema de monitoramento dos rios acrianos, já que a informação fora garantida pela Agência Nacional de Águas (ANA), por intermédio de seu superintendente, em informações prestadas à imprensa (POJO, 2015b), o mesmo não se pode dizer ou quanto à percepção da eficiência do referido sistema pelos próprios profissionais que o manipulam e/ou dele se utilizam, ou mesmo da segurança da leitura dos dados obtidos, quer pelos gestores, quer mesmo pelos técnicos. Pois se assim não fosse, certamente não seriam incongruentes as falas reproduzidas acima, ainda que pesem para a justificativa de possíveis falhas as contidas na fala de um membro do CIOSP e também operador da sala de situação (sistema de monitoramento) do Corpo de Bombeiros Militar do Acre. Perguntado se houvera tido falha no sistema quanto à não previsibilidade de uma inundação de tamanha magnitude, ele respondeu:

Quando se trata de meteorologia, é uma situação muito delicada [...]. Então, a região amazônica, vamos dizer assim, tem a sua variação meteorológica, e em virtude também das alterações que o mundo está sofrendo, é algo imprevisível. A única coisa que eu posso te colocar como previsível – e isso a atuação da Defesa Civil todos os anos ela se prepara – é: vai ter alagação! A proporcionalidade dessa alagação é outra situação [...]. A questão da falha, eu acredito que não tem como você aferir. Eu falo isso porque a gente acompanha lá de perto: logo que começa o período da alagação, nós temos vários pesquisadores que ficam ali dentro [sala de situação]. Então eles se baseiam em dados meteorológicos, aquilo que é fornecido, e esses dados eles modificam muito no espaço de 12 horas. É uma coisa, assim, incrível! [...] Eram vários fatores estudados ao mesmo tempo [...]. Tudo isso era avaliado todo santo dia, porque se modificava muito. Ninguém esperava uma alagação nessa magnitude (SANTOS, 2015).

Para além disso, considere-se a ineficiência da capacidade de previsibilidade de ocorrência de uma inundação em 2015 superior àquelas consideradas históricas, cuja maior cota registrada fora, como já mencionado, na de 1997, com 17,66m. Essa ineficiência levou técnicos, gestores e moradores – estes últimos, tanto dos territórios costumeiramente inundáveis quanto, e principalmente, dos que foram inundados pela primeira vez – a serem pegos de surpresa, como se pode deduzir das falas a seguir.

Diz o prefeito de Rio Branco:

Nós esperávamos uma cheia que pudesse ultrapassar 17 metros, o que já seria a maior dos últimos anos, mas não a maior cheia de todos os tempos, com 18,40. Foram quase 80 centímetros acima da maior cheia, em 132 anos. (RIO BRANCO ENFRENTA PIOR CHEIA..., 2015).

E o governador do Acre:

Estamos vivendo um drama social e econômico. São vidas, famílias e pessoas que estão vendo seus bens sendo destruídos. O governo, unido com a prefeitura, está dando todo o suporte, o governo federal também está sendo solidário, mas essa é uma tragédia de consequências ainda não medidas. Não sabemos o que pode ocorrer nas próximas horas (NASCIMENTO; BRASIL, 2015).

Já pelo lado dos moradores, um inundado do bairro Seis de Agosto destaca:

As pessoas que mexem com a ciência das águas, essas coisas, disseram que este ano não ia ter alagação. Foi isso que eu ouvi, aí eu também nem me avexei [apressei]: Ah, isso é uma alagaçãozinha pouca! Isso aí talvez nem molhe o assoalho. Que nada, foi o contrário do que o homem pensou (PELEGRINO, 2015).

Deduz-se, portanto, que houve uma reação em cadeia, em que todos foram influenciados pela imprevisibilidade, o que culminou com prejuízos significativos, provocados, de maneira mais pontual, pela falta de informações precisas⁸ e pela dificuldade encontrada pelo poder público na promoção de uma resposta mais célere ao evento extremo em causa, cujos prejuízos recaíram diretamente sobre os principais afetados, os moradores.

O que dizer das dificuldades encontradas pelo poder público quando do socorro aos afetados pela inundação 2015? Voltando-se aos seus dados numéricos e comparando-os com os da inundação 2012, pode-se encontrar parte da resposta, ainda que se analisem somente os mais representativos.

⁸ Quanto à falta de informação, tem-se por certo que “muitas vezes o afetado se expõe ao risco pela simples razão do desconhecimento das medidas que podem reduzi-lo e das vantagens de evitá-lo. O maior fator de vulnerabilidade é a falta de informação.” (CUNHA, 2012).

a) Cota máxima – Não foi fora de propósito essa expressão do prefeito de Rio Branco ao caracterizar a magnitude da inundação de 2015. 80 centímetros “a prumo” – como os moradores dos territórios inundáveis costumam se referir aos níveis alcançados pelas águas do Rio Acre na régua linimétrica – até parece pouco. Entretanto, como é comum em rios que correm sobre bacias sedimentares, centímetros na vertical podem representar dezenas de metros na horizontal, conforme sugere o item seguinte.

b) Bairros atingidos – Passou-se de 30 bairros atingidos na inundação de 2012 para 53 na de 2015. Isso representou um aumento considerável no volume de imóveis alcançados pelas águas e em consequência mais pessoas e bens materiais a salvar. Essa quantidade a mais de bairros atingidos não pode simplesmente ser vista no seu aspecto numérico, pois se tratava de bairros cujos moradores nunca haviam enfrentado inundações. Não conheciam a dinâmica de com elas lidar. Não sabiam, por exemplo, a quem recorrer, a hora propícia para pedir socorro, como preparar os trapiches para proteger os pertences da água (caso não resolvessem removê-los) ou mesmo prepará-los para remoção, dificultando o socorro.

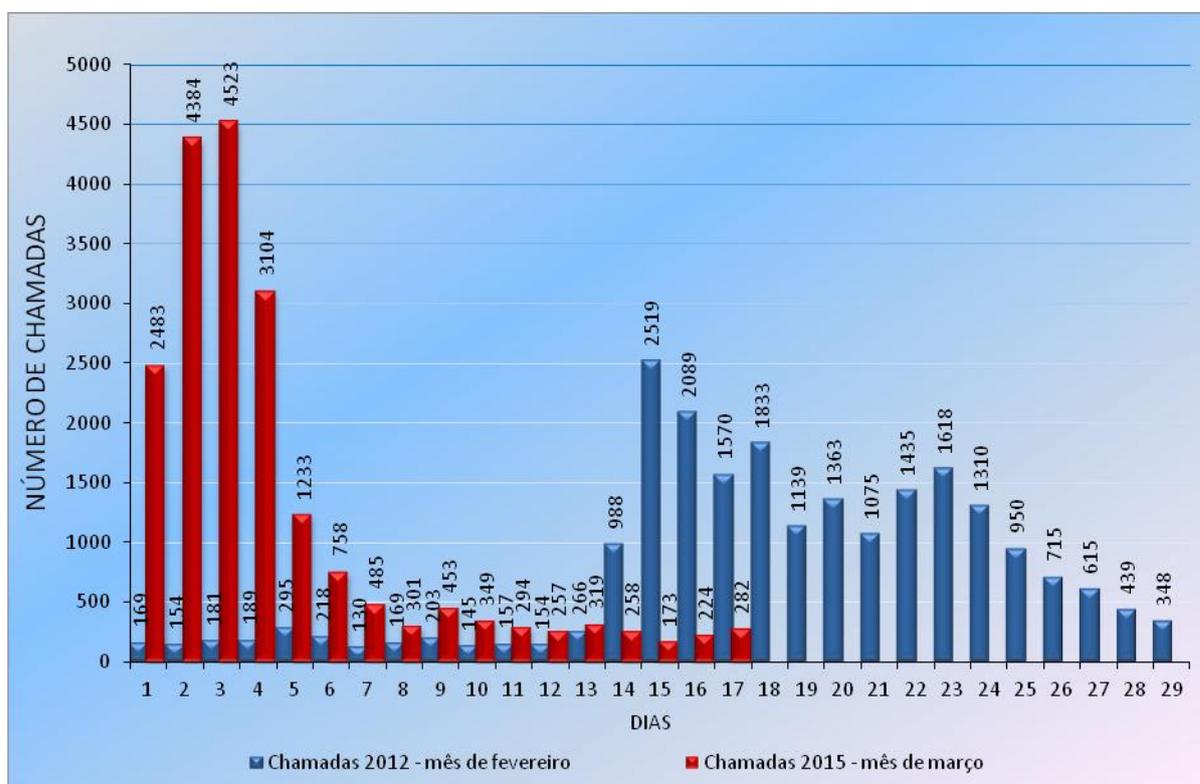
c) Abrigos públicos e números de pessoas acolhidas – o maior abrigo público de Rio Branco é o seu parque de exposição, com capacidade de atendimento máximo de 5.000 pessoas. Por essa razão, se na inundação de 2012 houve a necessidade de preparar seis abrigos para acolher 6.803 desabrigados, na de 2015 esse número passou para 31 abrigos, com vista a atender 10.599 pessoas. Importante considerar que os primeiros 100 boxes do principal abrigo começam a ser construídos⁹ antecipadamente à chegada das águas aos bairros. À medida que a água vai aumentando lenta e gradualmente de volume, novos abrigos são providenciados. No caso particular da inundação de 2015, teve-se a agravante de as águas subirem muito rapidamente e atingirem um número maior de pessoas, ensejando a improvisação de abrigos às pressas para atendê-las.

d) Ápice do número de chamadas de natureza de defesa civil – o centro nevrálgico de atendimento de pedido de socorro às vítimas das inundações, assim como de todas as chamadas de ocorrências de Bombeiros e de Defesa Civil, é o CIOSP. Trabalhando com uma

⁹ À medida que o Rio Acre se aproxima da sua cota de alerta (13,50m), a Defesa Civil Municipal, utilizando a estrutura dos galpões cobertos do parque de exposições, começa a construir os primeiros boxes, que consistem em uma estrutura de madeira e lona (PREFEITURA... 2015).

média de 10 atendentes, eles são capazes de acolher a todas as ocorrências, desde que numa situação de normalidade, com um número de chamadas diárias que não chega a trezentos. No entanto, como se pode verificar na Figura 2, na inundação de 2012, e principalmente na de 2015, esses números foram em muito extrapolados, provocando uma situa o de incapacidade de atendimento não são para um número considerável de ocorrências, como também no tempo de resposta a essas ocorrências.

Figura 2: Gráfico de ocorrência de chamadas de Bombeiros e Defesa Civil, nos períodos de 01/02/2012 a 29/02/2012 e 01/03/2015 a 17/03/2015, com destaque para o ápice de chamadas recebidas, em virtude das inunda es de 2012 e de 2015



Fonte: Adaptado de CIOSP, 2015

Interessante observar que o crescimento do número de chamadas na inunda o de 2012 obedeceu ao ritmo da subida das  guas e, em decorrência, do nível de comprometimento dos imóveis e moradores atingidos. Para melhor caracterizar e testificar essa assertiva, basta que se compare o gráfico em questão com o de acompanhamento do nível do Rio Acre em metros (Figura 3), referente, também, às inunda es de 2012 e 2015, ocasião em que se percebe, como foi dito, uma coincidência de acréscimo dos valores nos dois gráficos entre os dias 14 e 27, bem como que os números amostrais nesses dias não são radicalmente dispares, demonstrando com isso que as águas subiam lenta e gradualmente, permitindo aos moradores,

por um lado, solicitar o socorro devido, e ao poder público que garantisse, por outro, o atendimento das ocorrências.

Era uma situação que, apesar de não se configurar corriqueira, estava dentro daquilo esperado, tanto por parte dos moradores quanto dos gestores públicos, no que se refere às cotas consideradas para as inundações caracterizadas como históricas.

Figura 3: Gráfico de acompanhamento do nível do Rio Acre em metros, referente às inundações de 2012 e de 2015, ocorridas em Rio Branco, respectivamente, nos meses de fevereiro e março



Fonte: Adaptado de COMDEC, 2013

Conquanto ambas as inundações, de 2012 e de 2015, sejam consideradas como históricas, esta última apresentou características que em se muito diferenciaram daquela, com reflexos diretos nos pedidos de socorro dos inundados, não só pelo número de chamadas, mas também pelo tempo de permanência desses tipos de pedidos.

Usando informações contidas na Agência de Notícias do Acre (2015) e fornecidas pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (2015) como referências para a análise dos gráficos acima com relação à inundação de 2015, tem-se que no dia 1º de março de 2015 o Rio Acre atingiu, de acordo com as informações contidas na Figura 3, a cota da inundação de 2012 (17,64m), motivo pelo qual a coluna que representa o número de chamadas junto ao CIOSP

nesse mesmo dia (2.483) é em muito próximo ao verificado no ápice por ocasião daquela inundação (2.519), conforme registrado no gráfico relativo à Figura 2.

Entretanto, diferentemente no que ocorrera em 2012, mas obedecendo à subida repentina das águas, no dia seguinte essa subida influenciou nas chamadas de tal ordem que elas alcançaram um aumento considerável (4.384). Fato é que às 18 horas do dia 2 a cota já era de 17,92 metros, a qual, para além de superar todas as cotas históricas até então registradas, começa a atingir territórios antes nunca inundados, provocando pânico nas populações neles residentes (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO ACRE, 2015).

Outro fator a ser considerado no gráfico constante na Figura 2, relativo à inundação de 2015, é que ele registra quatro dias intensos de chamadas, seguidos de uma queda vertiginosa dessas ocorrências, aparentando situação de normalidade nos dias subsequentes. O que ocorreu, no entanto, foi que as águas subiram com tamanha rapidez, pegando todos de surpresa, e parte da população que não pôde contar com o socorro do poder público – seja porque as ligações não foram atendidas, seja por falta de pessoal para atender aos chamados feitos – foi socorrida pela iniciativa de voluntários ou viu seus pertences serem cobertos pelas águas de uma hora para outra, não fazendo mais sentido registrar ocorrência no CIOSP.

Nesse aspecto, tem-se a seguinte sequência de dias relacionados com a subida das águas (primeiro registro, pela manhã): dia 1, 17,64m; dia 2, 17,78m; dia 3, 18,11m; e dia 4, 18,34m. No dia 5, a cota da inundação de 2015, registrada por volta das 18 horas, atingiu o seu ápice, medindo 18,40m (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO ACRE, 2015; COMDEC/AC, 2015).

Comparando-se o gráfico de ocorrência de chamadas de natureza de Bombeiros e Defesa Civil referente à inundação de 2015 (Figura 2) com o de acompanhamento do nível do Rio Acre em metros também relativo àquela catástrofe socionatural (Figura 3), tem-se que, embora se observe algo semelhante ao ocorrido com a mesma comparação feita para a inundação de 2012 – ou seja, que o crescimento do número de chamadas obedeceu ao ritmo da subida das águas e, em decorrência, do nível de comprometimento dos imóveis e moradores atingidos –, há que se ponderar o fato de que a diminuição do número de chamada, a partir do dia 6, não se deu não em virtude da migração das águas, mas pelos estragos repentinos, não fazendo mais sentido a solicitação de socorro.

A propósito de chamadas não atendidas, tem-se que, para as relacionadas com a inundação de 2012, elas foram da ordem de 4.416 para um total de 22.416¹⁰, efetivadas no período de 01/02/2012 a 29/02/2012, ou seja, 15 dias anteriores e 15 dias posteriores à data em que foi registrado o ápice de chamadas durante aquele fenômeno socionatural. Já para as que dizem respeito à inundação de 2015, alcançaram 9.594 para um total de 28.725, realizadas entre os dias 17/02/2015 e 17/03/2015, equivalendo a 15 dias anteriores e 15 posteriores a 3/03/2015, data do ápice de chamadas (CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÕES EM SEGURANÇA PÚBLICA, 2015).

Ainda no que pese ao número de chamadas não atendidas nos períodos em questão, tomado como baixo pelas autoridades¹¹, assim foram justificadas:

Cabe salientar que a baixa quantidade de ocorrências não atendidas em ambos os períodos, não significa que todas ou a maioria foram atendidas, mas tão somente que, foram encaminhadas para as devidas providências junto aos setores competentes (Defesa Civil Estadual e Municipal/Bombeiros Militar), e em seguida fechadas (CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÕES EM SEGURANÇA PÚBLICA, 2015).

No aspecto mais geral, e com uma análise voltada mais especificamente para o Triângulo do Risco, tem-se que se não havia nenhuma dúvida dos poderes públicos (estadual e municipal) quanto à probabilidade da ocorrência de inundação na cidade de Rio Branco em 2015, contudo, a *ameaça* quanto à sua magnitude fora algo de discordância técnica, mas sem que as previsões para um volume maior das águas ultrapassassem aquele registrado quando da maior inundação.

Na verdade, houve, sim, previsão de que haveria uma inundação em Rio Branco que superaria todas as cotas historiadas nos últimos 60 anos, mas, por se tratar de informações registradas

¹⁰ Estão incluídas todas as chamadas de natureza de Defesa Civil, contendo as seguintes classificações: chamadas interrompidas, uso indevido, reiteração de ocorrências, geração de ocorrências, informação ao solicitante, trotes, orientação, engano, chamadas não completadas, chamadas de agradecimentos, outras chamadas (informes e alertas de veículos), chamadas atendidas e classificadas, e chamadas recebidas não atendidas (CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÕES EM SEGURANÇA PÚBLICA, 2015).

¹¹ Embora o número das chamadas não atendidas diga respeito a todas relacionadas à Defesa Civil, este atingiu um percentual de 20% na inundação de 2012 e de 33% na de 2015, sugerindo que não fora tão pouco expressivo – até porque nem todas as chamadas consideradas atendidas materializaram-se em atendimento ao pedido de socorro, conforme ficou patente a partir das manifestações dos entrevistados.

em um site independente, elas não foram levadas muito a sério¹². Primeiramente foi uma previsão, em 6 de janeiro de 2015, sem, contudo, especificar uma data exata de ocorrência, mas com a certeza de que se daria em breve:

Minha prioridade é alertar, novamente, para a grande enchente do rio Acre, comparável àquelas que ocorreram no início do século XX e nas décadas de 1940 e 1950, quando suas águas chegaram nas proximidades das escadarias do palácio Rio Branco, na capital acreana [...] ¹³. E Rio Branco está preparada para a maior enchente dos últimos 70 anos? Uma coisa é certa: ela vai se repetir, sim! E isto não é alarme catastrófico, não, mas um aviso para que se pense como enfrentar e sair de uma situação dessas, quando começar a acontecer. Quando vai acontecer? Não sei, mas está perto! (FRIALE, 2015).

Depois, em 28 de fevereiro do mesmo ano, quando as águas do Rio Acre já atingiam a cota de 17,30m em Rio Branco, afiançou suas previsões ao publicar:

ALERTA URGENTÍSSIMO: Ainda durante esta semana, o nível do rio Acre, em Rio Branco, ultrapassará a marca histórica de 2012, com 17,64 metros, e a de 1997, quando atingiu 17,67 metros. O Tempo Aqui analisou e calculou rigorosamente o volume de água das chuvas que caíram nos vales dos rios Acre e Xapuri e do riozinho do Rola [...].

Assim, Rio Branco sofrerá a maior enchente dos últimos 60 anos, com o nível do rio Acre ultrapassando a marca de 17,67 metros, alcançada no ano de 1997 (FRIALE, 2015).

Essa falta de eficiência no tocante à não previsão de elevação da cota maior até então registrada, lamentavelmente, evidenciou-se como um fator de forte contribuição para que os

¹² O site O Tempo Aqui em muito não tem acertado em suas previsões, entre as quais chegou a cogitar que nevaria em Rio Branco. Razão pela qual pesquisadores e leigos não o têm como plenamente confiável.

¹³ Com base em informações verbais e em fotos antigas, o site O Tempo Aqui afirma que já houve em Rio Branco inundações de maior magnitude do que a registrada em 1997. Essa afirmativa parece encontrar sustentação em uma reportagem publicada no jornal O Acre, dando conta de que no dia 21 de fevereiro de 1933 o Rio Acre atingiu a cota de 19,10m (AS CHUVAS, 1933). Entretanto, ainda que não se duvide da veracidade dessas informações, há que se considerar a possibilidade de que determinadas situações tenham corroborado para a maximização dos dados, tais como que no período em discussão a cidade de Rio Branco ainda se concentrava em sua maior parte no hoje denominado Segundo Distrito – ensejando, portanto, maior número de afetados, em termos proporcionais, com as inundações – e que parte do solo urbano tenha sido elevada posteriormente, evitando ser atingida por volumes d'água equivalentes aos registrados no passado.

prejuízos causados pela inundação ocorrida em 2015 na capital acriana tenham atingido proporções superiores às registradas até então. Até mesmo – mas não apenas – pela maior quantidade de bens móveis e imóveis, bem como de pessoas à sua *exposição* e *vulnerabilidade*, nesse caso cerca de 87.000, contra 32.076 em 2012.

Outro elemento, que se considera de natureza política e burocrática, viria também contribuir para que não tenha havido um afastamento de um bom número de moradores dos possíveis riscos provocados pelo evento iminente. Trata-se da não remoção de parte daqueles que residem entre a cota 14,90m e 16,00m e que já haviam sido contemplados com a habitação de interesse social, mas que só receberam as chaves das novas residências durante a inundação 2015, apesar de as moradias já estarem prontas¹⁴.

O ato solene da entrega das 967 moradias, construídas com recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida, contou com a presença da própria presidente da República, Dilma Rousseff, por ocasião de sua vinda ao Acre no dia 11 de março de 2015. Disse a presidente: “Eu já fui a vários estados em situação de calamidade pública. Mas temos que nos orgulhar porque é a primeira vez que chego a um estado que, diante dessa situação, já possui medidas concretas, com casas prontas para atender à população.” (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO ACRE, 2015).

Conclusões

Tendo sido os riscos provenientes da inundação de 2015 aumentados pela *ameaça* de uma magnitude não prevista e por uma *exposição* provocada, sobretudo, em função dessa não previsão, era natural que a *vulnerabilidade* também interferisse no aumento desses riscos. E o foi porque, como o poder público não contava com uma superação da cota máxima até então registrada, se limitou, de início, a alertar a população para uma situação com a qual ela já estava acostumada a lidar. Depois, com a subida das águas para além do previsto, não conseguiu atender a todos os chamados de socorro para remoção dos moradores do território inundado no tempo necessário de evitar que seus bens materiais fossem atingidos pelas águas.

¹⁴ Trata-se, em realidade, de uma atitude que se pode considerar “moeda de troca”, em que o ato solene de entrega das casas aos moradores dos territórios inundáveis rende voto. E, como tal, pode ser manipulada politicamente.

Alguns exemplos da dificuldade de atendimento das ocorrências puderam ser devidamente constatados, sendo o primeiro deles já a partir do congestionamento de chamadas no CIOSP, pois, não bastassem os inúmeros pedidos de socorro, aquele setor registrou que alguns deles foram reiterados em até 14 vezes, caracterizando o desespero dos moradores em sair o quanto antes do território inundado (CIOSP ENFRENTA CONGESTIONAMENTO..., 2015).

Outra dificuldade de atendimento se fez representar na quantidade insuficiente de pessoal especializado e até mesmo de voluntários para prestar serviços nos abrigos em atividades lúdicas, distribuição de alimentos e serviços de saúde – motivando forte “campanha” do poder público nesse sentido (TELES, 2015) –, e de barcos nas unidades de socorro, o que desencadeou um pedido de apelo por parte do coronel Batista do Corpo de Bombeiros, visando o aluguel desse equipamento:

No momento em que Rio Branco está em situação de calamidade pública, nós estamos com dificuldades de atender todos os chamados de pessoas desabrigadas. Apelamos aos proprietários de barcos com motores que procurem o Corpo de Bombeiros, a fim de alugarmos esses equipamentos (DEFESA CIVIL..., 2015).

Embora o poder institucionalizado tenha sido surpreendido com uma inundação em Rio Branco no ano de 2015, que em boa medida fugiu às previsões para esse tipo de catástrofe socionatural, torna-se imperioso destacar não só o seu reconhecimento quanto à dificuldade na promoção de atendimento aos por ela afetados, pelas suas próprias condições materiais e humanas, como também as manobras possíveis de serem efetivadas quanto ao envolvimento de terceiros e equipamentos de particulares, visando com isso a redução dos riscos.

Como sugestões, necessário se faz que os poderes públicos, à medida que devem seguir ampliando o número de beneficiários das áreas de riscos em programas de habitação de interesse social, devem igualmente promover melhorias nas condições técnico-operacionais de monitoramento das inundações e estabelecer um sistema de alerta eficiente, os quais deverão ser minimantes capazes de, além de avisar aos moradores dos territórios inundáveis da probabilidade e magnitude de ocorrência do referido evento, apontar os possíveis riscos por ele provocados, assinalando as medidas cabíveis de seu enfrentamento.

Um bom sistema de alerta, não deveria se limitar a atingir a população apenas por meio da mídia, em todas suas modalidades. Faz-se necessário também que se possa ter unidades móveis nos territórios potencialmente atingidos, atualizando os moradores sobre a previsibilidade do evento ou mesmo da sua evolução.

Parece salutar, ainda, a elaboração de cartilhas, panfletos ou outra forma de esclarecimento à população de que as inundações, apesar de serem vistas por alguns moradores como um fenômeno natural, podem oferecer graves perigos à saúde, principalmente doenças de veiculação hídrica, como a leptospirose e a hepatite, para mencionar apenas duas.

Referências

ACRE (Estado). Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social – SEHAB. **Mapeamento de áreas de risco para identificação e monitoramento das famílias atingidas pela alagação do rio Acre – cota 14,90 m a 16,00 m**. Rio Branco, 2014.

ACRE (Estado). Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social – SEHAB. **Plano de reassentamento**. Projeto de Trabalho Técnico Socioambiental – PTTSA. Rio Branco, 2013. No prelo.

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Desenvolver e servir – Plano Plurianual 2012-2015**. Rio Branco, 2011.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO ACRE. Rio Branco, 11 mar. de 2015. Disponível em: <<http://www.agencia.ac.gov.br/noticias/alagacao-2015>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

A GRANDE ENCHENTE. **Folha do Acre**, Rio Branco, ano 8, n. 231, p. 1, 28 mar. 1918.

A INUNDAÇÃO. **Folha do Acre**, Rio Branco, ano 15, n. 521, p. 1, 25 mar. 1926.

AS CHUVAS. **O Acre**, Rio Branco, ano 4, p. 1, 5 de mar. de 1933.

BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997.

CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÕES EM SEGURANÇA PÚBLICA (CIOSP). Disponível em: <http://www.agencia.ac.gov.br/noticias/acre/ciosp-divulga-balanco-de-atendimentos>>. Acesso em: 2 mar. 2015.

CIOSP ENFRENTA CONGESTIONAMENTO DE CHAMADAS PARA ATENDIMENTO EMERGENCIAL. **ORB**, Rio Branco, 2 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.oriobranco.net/noticia/acre/ciosp-enfrenta-congestionamento-de-chamadas-para-atendimento-emergencial>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA (COMDEC/AC). Prefeitura Municipal de Rio Branco. Disponível em: <http://www.riobranco.ac.gov.br/>. Acesso em 18 mar. 2015.

CUNHA, Maria Inez Resende. Inundações brasileiras – uma questão de política pública. In: Congresso virtual brasileiro – Administração, 9, 2012. **Anais eletrônicos...** CONVIBRA, 2012.

DEFESA CIVIL ALUGA BARCOS PARA ATENDER DESABRIGADOS NA CAPITAL ACREANA. **ORB**, Rio Branco, 4 mar. 2015. Disponível em: <http://www.oriobranco.net/noticia/enchente/defesa-civil-aluga-barcos-para-atender-desabrigados-na-capital-acreana>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

ENCHENTE NO RIO ACRE. **O Acre**, Rio Branco, ano 14, n. 739, p. 1, 26 mar. 1944.

FRIALE, Davi. ALERTA URGENTE: Nível do rio Acre, em Rio Branco, deverá superar a marca histórica de 1997, neste domingo, e poderá ficar próximo ou superar 18 metros na segunda-feira. O tempo aqui – a melhor previsão do tempo!, 28 fev. 2015. Disponível em: <<http://otempoaqui.com/alerta-urgente-nivel-do-rio-acre-em-rio-branco-devera-superar-a-marca-historica-de-1997-neste-domingo-e-podera-ficar-proximo-de-18-metros-na-segunda-feira>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

FRIALE, Davi. As maiores enchentes dos últimos 60 anos: Brasileira, Manaus, Porto Velho, Tarauacá... E Rio Branco está preparada? Rio Branco: O tempo aqui – a melhor previsão do tempo!, 6 fev. 2015. Disponível em: <<http://otempoaqui.com/as-maiores-enchentes-estao-dos-ultimos-60-anos-brasileira-manaus-porto-velho-tarauaca-e-rio-branco-esta-preparada/>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

GIUNTOLI, Ignazio. **Sistema Web-GIS participativo associado a indicadores de gestão descentralizada de risco de inundação**. 2008 110 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Hidráulica e Saneamento)- Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

GIUVANT, Julia S. A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. Revista Brasileira de Informações Bibliográficas – **ANPOCS**, n. 46, 1998. p. 3-38.

GOVERNO E PREFEITURA PEDEM COLABORAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS. <http://www.agencia.ac.gov.br/noticias/acre/governo-e-prefeitura-pedem-a-olaboracao-de-voluntarios.>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

HARDAKERA, Paul; COLLIER, Chris. Flood Risk from Extreme Events (FREE) – a National Environment Research Council directed programme. Editorial. **Q. J. R. Meteorol. Soc.**, London, Vol 139, No 671, page 281, 18 mar. 2013

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. IPCC. Summary for Policymakers. In: **Climate Change 2014: Impacts, adaptation and vulnerability**. Contribution of Working Group I to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA, pp. 1-32, 2014.

LINDOSO, P. R. Depoimento [mar. 2015] Entrevistador: Domingos J. A. Neto. Rio Branco: UFMG/UFAC. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa de tese “**A dinâmica das águas e das gentes: histórias, percepções e políticas públicas de saneamento em áreas inundáveis de Rio Branco**”, Rio Branco: UFMG/UFAC, 2012.

MAIA, R. M. Depoimento [mar. 2015] Entrevistador: Domingos J. A. Neto. Rio Branco: UFMG/UFAC. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa de tese “**A dinâmica das águas e das gentes: histórias, percepções e políticas públicas de saneamento em áreas inundáveis de Rio Branco**”, Rio Branco: UFMG/UFAC, 2012.

MARTINS, Clitia Helena Backx. A sociedade de risco: visões sobre a iminência da crise ambiental global. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 233-248, abr. 2004

NASCIMENTO, Aline; BRASIL, Janine. ‘NÃO SABEMOS O QUE PODE OCORRER NAS PROXIMAS HORAS’, DIZ TIÃO VIANA. Rio Branco: G1 AC. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/03/nao-sabemos-o-que-pode-ocorrer-nas-proximas-horas-diz-tiao-viana.html>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

PELEGRINO, J. S. Depoimento [mar. 2015] Entrevistador: Domingos J. A. Neto. Rio Branco: UFMG/UFAC. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa de tese “**A dinâmica das águas e das gentes: histórias, percepções e políticas públicas de saneamento em áreas inundáveis de Rio Branco**”, Rio Branco: UFMG/UFAC, 2012.

POJO, Ana Paula. Rios sobem, mas dentro da faixa de normalidade, afirma Sipam. Agência de notícias do Acre, Rio Branco, Agência de notícias do Acre, 12 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.agencia.ac.gov.br/noticias/acre/rios-sobem-mas-dentro-da-faixa-de-normalidade-afirma-sipam>>. Acesso em: 18 mar. 2015a.

POJO, Ana Paula. Monitoramento dos rios no Acre é eficaz, diz Agência Nacional das Águas. Rio Branco, Agência de notícias do Acre, 5 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.agencia.ac.gov.br/noticias/acre/monitoramento-dos-rios-no-acre-e-eficaz-diz-agencia-nacional-das-aguas>>. Acesso em: 18 mar. 2015b.

PREFEITURA CONSTÓI PRIMEIRO ABRIGOS NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES. Prefeitura de Rio Branco – com você no dia a dia. Disponível em: <<http://www.riobranco.ac.gov.br/index.php/noticias/noticias-itens/ultimas-noticias/8475-prefeitura-constr%C3%B3i-primeiros-abrigos-no-parque-de-xposi%C3%A7%C3%B5es.html>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

RIO BRANCO ENFRENTA PIOR CHEIA DA HISTÓRIA E TEM DEZ MIL DESABRIGADOS. Profissão Repórter. G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2015/03/rio-branco-enfrenta-pior-cheia-da-historia-e-tem-cinco-mil-desabrigados.html>. Acesso em: 18 mar. 2015.

SANTOS, C. S. Depoimento [maio 2015] Entrevistador: Domingos J. A. Neto. Rio Branco: UFMG/UFAC. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa de tese “**A dinâmica das águas e das gentes: histórias, percepções e políticas públicas de saneamento em áreas inundáveis de Rio Branco**”, Rio Branco: UFMG/UFAC, 2012.

SENNA MADUREIRA ESTEVE DEBAIXO DÁGUA. **Folha do Acre**, Rio Branco, ano 11, n. 342, p. 1, 10 fev. 1921.

SILVA, M. F. L.: Depoimento [mar. 2015] Entrevistador: Domingos J. A. Neto. Rio Branco: UFMG/UFAC. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa de tese , “**A dinâmica das águas e das gentes: histórias, percepções e políticas públicas de saneamento em áreas inundáveis de Rio Branco**”, Rio Branco: UFMG/UFAC, 2012.

SOUZA, F. S.: Depoimento [mar. 2015] Entrevistador: Domingos J. A. Neto. Rio Branco: UFMG/UFAC. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa de tese “**A dinâmica das águas e das gentes: histórias, percepções e políticas públicas de saneamento em áreas inundáveis de Rio Branco**”, Rio Branco: UFMG/UFAC, 2012.

STEPHENSON, David B. Definition and origin of extreme events. In: DIAZ, H. F. and MURNANE, R. J. **Climate Extremes and Society**. Columbia: Cambridge University Press, 2008. p. 11-23.

TAVARES, Luciano. Defesa Civil prevê grande cheia do Rio Acre em 2015. **AC24horas**. Rio Branco, 29 dez. 2014. Disponível em: < <http://www.ac24horas.com/2014/12/29/defesa-civil-preve-grande-cheia-do-rio-acre-em-2015/>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

TELES, Jaqueline. Governo e prefeitura pedem colaboração de voluntários. Rio Branco: Agência de notícias do Acre, 6 mar. 2015. Disponível em: <http://www.agencia.ac.gov.br/noticias/acre/governo-e-prefeitura-pedem-a-olaboracao-de-voluntarios>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

As pesquisas que ora se concluem em forma de tese seguiram seu curso original, embora tenha havido algumas modificações, adendos e recortes no projeto que as fomentaram, dada a necessidade de acomodar a própria estrutura física do documento final, bem como adequar situações de ordem teórico-metodológica e de natureza histórica e espacial.

Fato é que, se a pretensão de estruturar a tese em forma de artigos já se colocou como um desafio, esta se tornou ainda mais desafiadora, considerando possuírem os artigos “luz própria” no que concerne principalmente ao espaço e ao período pesquisado, apesar de no geral conformarem aspectos dos riscos relacionados às políticas públicas de saneamento e de saúde-doença dos acrianos.

Como justificar, então, uma sequência lógica entre assuntos aparentemente desconexos e ocorridos em espaços e tempos tão distintos? Ora, a princípio, admite-se que, se não existe uma sequência rígida entre os artigos para além da temática e da especificidade que os permeiam, ela não se colocou como motivação, ou mesmo como preocupação primeira, quer na fase da consulta às fontes, quer na da pesquisa e da redação.

A ideia, como indica o próprio título da tese, foi no sentido de se resgatarem pontos fragmentados, mas importantes, que nortearam a história do saneamento, da salubridade e conseqüentemente da saúde dos acrianos, tanto na perspectiva dos gestores quanto dos beneficiários da gestão no período, permitindo como isso que análises futuras possam ser instigadas e aprofundadas a partir dessas premissas.

Mesmo não se tratando de um apanhado histórico linear e total das condições de salubridade no Acre, os artigos retrataram situações que vão desde o período em que a posse das terras que no futuro viriam compor o seu território ainda pertencia à vizinha República da Bolívia (1870-1903) até a presente data (2015), desta feita evidenciando questões mais relacionadas com o saneamento voltado para as áreas inundáveis de sua capital, Rio Branco.

Entretanto, considerando que um dos objetivos da pesquisa era a materialização/divulgação de seus resultados por intermédio da publicação em revistas especializadas, de acordo com os temas abordados nos artigos, bem como que nesses periódicos o espaço designado para publicação é comumente reduzido, admite-se que as abordagens da tese refletem essa

situação, sem, contudo, oferecerem maiores prejuízos para as hipóteses que se pretenderam testar e evidenciar.

Dessa forma, no primeiro artigo (*Saúde e ambiente nos seringais do Acre boliviano (1870-1903): o papel de fatores e processos exógenos*), em que foram definidos como objeto de análise os seringais nativos acrianos explorados entre os primeiros trinta anos do século XIX e os três primeiros do século XX, teve-se por objetivo descrever e compreender como fatores externos ao processo produtivo da goma elástica se colocavam como condição de risco à saúde dos com eles envolvidos.

Como de fato, a produção de borracha em si mesma não se configura como uma atividade que se pode caracterizar perigosa. No entanto, evidenciados preliminarmente em forma de hipótese, restou provado que fatores e processos extrínsecos àquela produção foram os principais responsáveis pelo número expressivo de adoecimentos e mortes no período estudado, nomeadamente junto àqueles pertencentes ao principal elo da cadeia produtiva, o seringueiro.

Foi ele, o seringueiro, mais do que qualquer outro trabalhador da seringa, o que mais diretamente se achou exposto tanto às agruras do meio ambiente quanto às condições escorchantes estabelecidas nas relações de produção, situação essa favorecida pela total ausência do poder público quanto à higiene e à salubridade nos seringais, no contexto histórico em questão.

Desse período, convém mencionar ainda, assevera-se que, mesmo com o crescimento dos projetos de pesquisas da Universidade Federal do Acre voltados para as questões acrianas a partir da década de 1980 – motivados em função da qualificação do seu quadro docente das mais diversas áreas do conhecimento –, muitas lacunas ainda carecem de ser preenchidas.

A realidade é que, apesar de compreender parte do chamado primeiro surto da borracha (que vai de 1870 a 1912), pouco se tem dito das terras do Acre quando estas ainda não haviam sido incorporadas ao Brasil. Dessa maneira, falar da situação socioeconômica, cultural e ambiental da população acriana como fatores e processos exógenos que mediavam os riscos verificados durante o processo produtivo da goma elástica não constitui-se trabalho simples e fácil, primeiro e especialmente pela falta de registro mais específicos nesse sentido.

Registros desse período, a propósito, estão mais voltados para a “contabilidade”¹ da produção e para os regulamentos que abalizavam a cadeia produtiva, e muito menos para os modos de vida aí verificados. É certo, porém, que tais documentos possibilitam ao pesquisador perspicaz ir para além dos registros neles contidos.

Os trabalhos mais específicos e notórios sobre as condições físicas e principalmente humanas do passado da Amazônia, de modo geral, e do Acre, em particular, aliás, “mergulham” não mais fundo que o início da primeira década do século XX², como os de Euclides da Cunha, em seus célebres escritos reunidos em *À margem da história*, publicado postumamente, em 1909 (CUNHA, 2006).

Em razão disso, recomenda-se aos órgãos públicos, mais especialmente à UFAC, tomarem para si a responsabilidade de coleta e sistematização (formação de um banco de dados) de documentos oficiais antigos, em âmbito local e regional, quanto nacional e internacional – uma vez que a formação histórica do Acre nos seus mais diversos aspectos (econômico, político, social e cultural) extrapola as fronteiras brasileiras –, bem como de quaisquer artefatos documentais relativos ao território acreano. Esta seria condição fundamental para possibilitar, minimamente, recontar a história dos seus antepassados numa perspectiva outra que não a dos heróis, dos detentores do poder.

No artigo segundo, intitulado *Entre [as] Chagas e [a] Cruz: a posição dos cientistas de Manguinhos frente às ações do Estado nas zonas malarigênicas produtoras de borracha da Amazônia-Acre (1912-1913)*, depreenderam-se três conclusões, de acordo com os títulos de suas seções.

A pesquisa relativa à seção *Entre Chagas e Cruz ou do vivenciado e escrito ao ponderado e publicado*, mais do que fazer uma comparação entre a posição de Osvaldo Cruz e Carlos

¹ Os registros da produção eram lavrados nos chamados livros-caixa. Neles eram registrados também os mantimentos fornecidos pelos patrões-seringalistas aos seringueiros e, conseqüentemente, os saldos e as dívidas destes.

² Apesar de não se desconsiderar alguns escritos sobre a Amazônia anteriores ao século XX – fruto principalmente de expedições – como o de Acuña (1994); Carvajal (1992); Chandless (1886, 1869); e La Condamine (1992) –, os relatos que aí se verificam, além de parte deles não serem considerados como verossímeis, não retratam, o que interessou mais de perto a presente pesquisa, o processo produtivo da borracha na Amazônia-Acre.

Chagas, distinguiu a postura desse último, a que se chamou de sociocientífica, frente à situação dos seringueiros nas zonas malarigênicas produtoras da goma elástica.

Ora, como o objetivo da missão era o de determinar as condições médicas e sanitárias e da consequente proposta de estabelecer as bases da profilaxia de parte da Amazônia Ocidental, o que Carlos Chagas fez, na qualidade de partícipe principal dos trabalhos de campo, foi justamente o de descrever tudo que se referia a esse objetivo. Observador perspicaz, nada parece ter escapado aos olhos daquele pesquisador, tendo suas observações sido direcionadas para pelo menos os seguintes campos de análise:

1) meio ambiente – estando mais relacionado com a habitação e alimentação, veja-se, a título de exemplo, que se por um lado e equivocadamente aquele cientista suaviza a situação ambiental do seringueiro³, por outro denuncia as precárias condições de um posto de alojamento de soldados no distrito de Penápolis (atual Segundo Distrito), na cidade de Rio Branco, no Acre. Neste quesito, ainda observou que as manifestações epidêmicas guardavam relação de obediência a determinadas épocas do ano, bem como que a distribuição espacial das barracas do seringueiro – orientada em virtude da própria condição em que as árvores lactíferas se encontravam em meios a tantas outras espécies vegetais – se caracterizava por atingir distâncias consideráveis uma das outras, haja vista terem de ser percorridas a pé, o que dificultava o trabalho profilático na região.

2) relações de produção – embora não tenha se dedicado ao entendimento de como se davam as relações entre as várias categorias sociais envolvidas no processo da produção da borracha, Carlos Chagas não foi omisso em retratar pelo menos a questão mais importante que envolvia as duas que certamente se colocavam nos extremos da cadeia produtiva, o seringalista e o

³ Diz-nos Chagas (1972, p. 68-69): “Ficamos surpreendidos do conforto relativo em que vivia o seringueiro, que possui plantações, criando pequenos animais e mantendo a família numa condição de vida farta. Apesar de não ser essa a condição geral entre os seringueiros e sim limitadas aqueles que são mais aplicados ao trabalho, indica o fato de que a vida do seringueiro não é tão miserável quanto faz supor a tradição que nos chega no Sul.”. Nesse aspecto, comunga-se com as impressões de Souza (2014), de que tudo leva a crer não ter Carlos Chagas visitado uma colocação de seringa, mas sim à moradia de algum outro membro dentre os que compunham a cadeia produtiva, pois se para estes era permitido atividades como plantar e criar pequenos animais, para o seringueiro lhe era proibido desempenhar outra atividade laborativa para além da produção de borracha, como assevera a historiografia que trata das condições socioeconômicas nos seringais nativos no período do primeiro surto (1870-1912). Sobre as condições socioeconômicas nos seringais da Amazônia-Acre recomenda-se a consulta das seguintes referências: Benchimol (1965, 1977, 1992); Castelo Branco (1961); Costa (1973); Cunha (2006); Martinello (1985); Pinto (1984); Reis (1953); Santos (1980); Silva, Arimatéia, Batista (1997) e Souza (1977).

seringueiro,⁴ nos mais diversos aspectos. Sua preocupação foi no sentido de mostrar que o poder discricionário dos seringalistas ainda imperava na indústria extrativa da borracha no Acre, a ponto de tratar os doentes de maneira diferenciada de acordo com as suas condições econômicas.

3) saúde-doença – por todo os lugares que percorreu, procurou Calos Chagas e os demais médicos da comissão, na medida do possível, diagnosticar e até promover o tratamento de determinadas doenças, fazer levantamento estatísticos dos casos endêmicos e epidêmicos, colher amostras de exemplares de mosquitos, barbeiros e moluscos, e pôr em prática os testes clínicos de medicamentos desenvolvidos pelos cientistas do IOC, como no caso do tártaro emético e sua aplicação no tratamento da leishmaniose (SCHWEICKARDT; LIMA, 2007).

4) capacidade produtiva dos seringais – em que no caso específico dos alocados às margens do Rio Acre, Carlos Chagas chama a atenção para o fato de que, apesar de serem mais produtivos do que todos até então visitados, também os superam com relação ao índice endêmico, de letalidade e de condição mórbida e generalizada pela malária. Evidenciava, com essas observações, que em muito se podia aumentar a capacidade produtiva da borracha à medida que suas forças produtivas recebessem do poder público os cuidados necessários ao pleno gozo de suas condições satisfatórias de saúde.

5) ausência do poder público – foi nesse campo que o cientista do IOC teceu suas considerações mais contundentes em relação à responsabilidade pelas condições sanitárias desfavoráveis pelas quais se encontravam as zonas produtoras de borracha na Amazônia. Lembrando o episódio relatado no “resumo geral dos estudos no Rio Negro”, veja-se que aí são feitas denúncias explícitas de que o próprio Estado (no caso o Amazonas), ao invés de buscar promover a cura de doenças que eram responsáveis diretamente pela inação ou mesmo pelo aniquilamento da principal força motriz da produção de borracha, punha-se a distribuir conselhos irracionais e drogas ineficazes. Do mesmo modo, atribui aos poderes públicos em geral, a culpa do elevado índice dessas moléstias, em especial a malária, pela mais absoluta

⁴ De fato, se o seringalista era o patrão, o proprietário dos seringais e a quem cabia os lucros da produção, o seringueiro, apesar de ser o detentor de parte dos meios para a fabricação da borracha (tais como faca de corte e tigela para coleta do látex), dificilmente obtinham saldo. Aqui chama-se a atenção no sentido de que o simples fato de os seringueiros serem detentores de parte dos meios de produção levou a que muitos pesquisadores discutissem o caráter do modo de produção reinante nos seringais de cultivo da Amazônia nesse período produtivo.

ausência de assistência médica e medicamentosa, as quais, uma vez sendo levadas a efeito, seriam perfeitamente eficazes.

Disse-se tudo isso para concluir que Carlos Chagas fundamentou seu trabalho, e conseqüentemente sua linha de raciocínio na redação de seu relatório, em duas premissas básicas: determinar as condições médico-sanitárias da região que lhe fora confiada para esse fim, bem como apontar os gargalos que determinavam essas condições. Afinal, era esse o principal objetivo da comissão do IOC.

E mais, Carlos Chagas, a exemplo dos cuidados tomados por Oswaldo Cruz, poderia, ao redigir seu relatório, ter focado sua exposição apenas no problema, ou melhor, em determinar as condições médico-sanitárias das áreas por ele percorridas, sem, contudo, apontar os seus principais responsáveis (o Estado e os seringalistas). Em assim fazendo, é razoável se admitir que além de não cumprir com o real objetivo da comissão, negaria o que se chamou de postura “sociocientífica”, seu compromisso de profissional da ciência médica com a sociedade e, ironicamente, com aqueles que, apesar de ser o principal elo da cadeia produtiva, eram também os mais acometidos pelas doenças que os deixavam inválidos ou mesmo lhes causavam a morte, sendo que por tudo isso é que eles estavam a reclamar os conhecimentos científicos e as medidas políticas capazes de reverterem o *status quo* negativo que envolvia a produção de borracha. Para tanto, necessário se fazia, antes de mais nada, que se dissesse o que até então vinha sendo adotado nesse sentido como forma de demonstrar os possíveis equívocos e abalizar as políticas futuras com vista ao estabelecimento das bases da profilaxia desta parte da Amazônia.

A seção *Entre as chagas e a cruz: Estado e biopoder (“fazer viver ou deixar morrer”)* foi motivada pelas observações vigorosas de Carlos Chagas em relação às ações do poder público nas regiões malarigênicas da Amazônia-Acre produtora de borracha, precisamente em um período em que a produção dos seringais de cultivo asiáticos começavam a superar a proveniente dos seringais nativos brasileiros.

Contudo, antes de esboçar as conclusões propriamente ditas da mencionada seção, é preciso apresentar duas considerações que lhes são importantes, já que elas não puderam ser elaboradas ao longo do texto, por razões principalmente de espaço: a primeira é sobre o conceito e o contexto histórico do poder do Estado em Foucault (2005), utilizado aqui na sua

fase mais evolutiva (biopoder); a segunda, derivada da primeira, diz respeito senão ao racismo, mas pelo menos ao preconceito social que o Estado, na figura do poder público local, manifestava como parte da justificativa para as condições que envolviam a saúde-doença dos produtores diretos da borracha.

Essas considerações de Foucault acerca do poder dos Estados racistas não são, a princípio, reconhecem-se, as que melhor se conformam às ações (ou mesmo à falta delas) tanto do governo central quanto dos poderes locais na Amazônia-Acre durante um período crucial na produção de borracha. A escolha teórica em pauta, entretanto, reconhece-se também, ainda que pouco deslocada do período histórico e muito do espaço explorado por Foucault, cumpriu o objetivo pelo qual foi escolhido, o de realmente causar impacto, pois, embora a manifestação ou mesmo a neutralidade dos Estados (central e locais) não tenha se dado por questões de ordem puramente racista, foi possível verificar, pelo menos, como já se fez menção, uma forma de preconceito social junto aos principais envolvidos na produção gumífera, os seringueiros, à medida que transferiam a estes a responsabilidade pelo acometimento das doenças causadoras de tantas mortes entre eles, em decorrência de suas condições sociomateriais de vida.

A verdade é que, no período em que a comissão do IOC estivera na Amazônia, ainda sequer se podia falar de racismo no Brasil no sentido da aplicação do termo relacionado às concepções eugênicas. O termo brasileiro eugenia, a propósito, foi “[...] introduzido como título de uma tese médica em 1914.” (STEPAN, 2005, p. 45), sendo que somente em 25 de janeiro 1918 é que se tem formalmente a fundação da primeira sociedade brasileira de eugenia, cuja função precípua “[...] era divulgar a idéia da eugenia e introduzir uma nova linguagem no debate brasileiro. Temas tradicionais da medicina – alcoolismo, doenças venéreas, degeneração, fertilidade, natalidade, tuberculose – eram ligados à ‘purificação’ e a eugeniização da nação [da ‘raça’] brasileira.” (STEPAN, 2005, p. 56).

No entanto, mesmo que a questão racial estivesse presente no movimento eugênico brasileiro, principalmente na década de 1920, ela fora em muito mitigada se comparada com a verificada nas eugenias mais rigorosas, mesmo porque a eugenia brasileira, assim como também as suas congêneres latinas, não gerou políticas de esterilização e controle total dos considerados fracos, preguiçosos, criminosos, degenerados e insanos da cadeia de hereditariedade, a

exemplo do que ocorrera com a eugenia anglo-saxã, fomentada que fora pelos seus higienistas raciais (EVANS, 2011; STEPAN, 2005).

A bem dizer, a eugenia brasileira da década de 20, segundo Stepan (2005, p. 168), “[...] identificava-se não com o racismo, mas com saneamento”. Sem mais delongas sobre essa questão, essa mesma autora, fundamentada em Ramos (1935), assevera que “o ‘Manifesto dos Intelectuais Brasileiros contra o Racismo’, assinado (entre outros) por Roquette-Pinto, Freyre e o antropólogo Artur Ramos, representou a manifestação mais pública do antirracismo dos cientistas brasileiros na década de 1930”.

Isso posto, e sendo a borracha uma matéria-prima de elevado retorno financeiro aos cofres da União (principalmente via exportação para os mercados mundiais), era de se esperar que o poder público não medisse esforços no sentido de melhorar suas condições produtivas, as quais passavam necessariamente pelo estabelecimento das bases da profilaxia da região que a produzia.

O que se viu, no entanto, foi que, nem mesmo a necessidade imperiosa de se preservar vida da mão de obra seringueira, como produtora de uma riqueza material importante para a nação brasileira, se colocou como significativa e, por isso mesmo, não efetivamente observada, ainda no que pese o fato de a produção de borracha asiática já se apresentar naquele período como uma forte concorrente no mercado mundial e, conseqüentemente, a possibilidade de levar à bancarrota os seringais nativos brasileiros, como realmente se deu.

Embora a higiene pública e a medicalização se colocassem para o Estado como mecanismos eficientes e possíveis no sentido de debelar as doenças endêmicas e epidêmicas que acometiam os extratores do látex, “fazendo-os viver”, este escolheu – como que antevendo os fatos – “deixá-los morrer” a investir numa atividade produtiva com futuro incerto; em outras palavras, sequer se aproximou, em contradição, da adoção da política sanitária cujos primeiros germens já haviam “contaminado” principalmente o *establishment* científico brasileiro da área médica⁵, como também daquilo que poucos anos mais tarde viria a se colocar como sendo o

⁵ Trata-se do período em que médicos, políticos e outras classes sociais começaram a se preocupar com os problemas de saúde verificados nos “sertões” brasileiros, tendo entre os anos de 1910 e 1920 o seu apogeu, especialmente no que concerne ao combate às três endemias que mais os atingiam: ancilostomíase, malária e mal de Chagas. Daí, então, a consolidação de uma política de saneamento rural e da regeneração social do país

norteador do movimento eugênico encetado principalmente no estado de São Paulo, o de que, como preconizara Penna (1923 apud Stepan 2005), eram as doenças e epidêmicas e endêmicas – e não a raça – que incapacitava os sertanejos e caboclos; ou ainda, como asseverou Azevedo (1919 apud Stepan, 2005, p. 168), “[...] a eugenia exigia a eliminação de venenos [aqui também representados pelas doenças], não de pessoas”. E o Estado, ressalta-se, ao invés de eliminar as doenças, contribuiu para a eliminação das pessoas!

O último subtítulo do artigo dois (*A presença do IOC no Acre: entre equívocos metodológico-técnico-operacionais e condições ambientais*) tratou da presença dos cientistas de Manguinhos no Acre mais pormenorizadamente. Aí se apreendeu como conclusão que embora se admita que as observações e as pesquisas empreendidas não tenham atingido satisfatoriamente o resultado objetivado, quer por equívocos metodológico-técnico-operacionais, quer por condições ambientais, os cientistas de Manguinhos trouxeram contribuições significativas para o combate às doenças que imperavam o processo produtivo da borracha, especialmente no que se refere à malária, pois, ainda que não tenham tido acesso ao foco principal dessas doenças, deixaram claro não só o seu elevado grau de letalidade, bem como a maneira de como o Estado devia intervir no sentido de erradicá-la.

No artigo três (*A “era do saneamento” no Brasil (1910-1930) e seus reflexos no Território Federal do Acre*) – que tinha por questionamento central saber o porquê de o Território Federal do Acre e, por conseguinte, a cidade de Rio Branco, sua capital, não haver recebido do Poder Central um tratamento antecipado e diferenciado no tocante às políticas públicas de saneamento já que estavam sob seus auspícios política, econômica e administrativamente – chegaram-se as seguintes conclusões: falta de uma efetiva contribuição econômica do Acre para os cofres da União a partir da derrocada da exportação de borracha; ínfima dotação orçamentária proveniente do governo federal, incapaz de cobrir os custos para a efetivação de uma estrutura de saneamento mais sólida; recursos financeiros federais destinados ao território acriano, geridos e fiscalizados pela Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional do Amazonas e pelo Tribunal de Contas de Manaus, até o final de 1927; presença de um comodismo político-administrativo, provocado por representantes da própria União,

nesse período. Para um aprofundamento sobre esse assunto indicam-se as seguintes referências: LIMA, HOCHMAN, 1996; LIMA, 1996; NEIVA, 1919; NEIVA, PENNA, 1999; PENNA, 1918; PENNA, 1923 e THIELEN, 1921.

principalmente entre os provenientes de outros centros (falta de uma identificação com os problemas acrianos); malversação do erário público; instabilidade político-econômica e a consequente efemeridade das gestões; dado o isolamento do território, a garantia de que as epidemias que lhes acometia não extrapolavam as fronteiras locais.

Analisando-se a dinâmica do viver em territórios inundáveis por populações dos bairros Baixada da Habitasa e Seis de Agosto, no quarto artigo (*Which is riskier: life on the floodplain or in housing imposed from above? The case of flooding regions in Rio Branco, Acre, Brazil*) apontam-se, em conclusões, que as políticas públicas propostas para esses territórios respondem mais a uma visão *top down*, da parte do poder público, do que aos interesses, senão da maioria dos seus moradores, pelo menos em parte significativa deles. São soluções que percebem o risco basicamente como uma ameaça natural que acomete populações vulneráveis, deixando de considerar tendências sócioecológicas como as trazidas pelos conceitos mais modernos da resiliência.

Na visão dos entes públicos, prevalece a tese de um território inabitável pelas condições insanáveis dos desastres provocados pelas inundações periódicas e que, por isso mesmo, a medida possível de gestão de risco não é outra senão a remoção pelo menos daqueles moradores das áreas mais críticas desses territórios, sendo inicialmente para abrigos temporários e, posteriormente, para conjuntos habitacionais definitivos.

É importante resgatar que esse argumento é tanto compartilhado quanto rechaçado entre os moradores dos bairros pesquisado (Baixada da Habitasa e Seis de Agosto), evidenciando uma não unanimidade entre eles. Assim é que, para os que o assimilam, fica mais fácil o convencimento ou mesmo a espontaneidade para a remoção. Para os que o rechaçam, vislumbrando possibilidades de melhores condições de moradia no próprio território inundável, parecem apoiar-se nessa possibilidade para justificar a resistência à retirada, preferindo conviver no território inundável.

Levada ao extremo, a medida governamental desencadeará uma série de implicações objetivas e subjetivas tanto para os removidos quanto para os que ficarem⁶, pois, junto com a remoção

⁶ Acompanhando-se o processo de perto (*in loco*), pode-se afirmar que essas implicações já se fazem sentir junto aos moradores tanto dos territórios antigos quanto dos recém-ocupados. Veja-se que se neste observa-

dos moradores (desterritorializando-os) procede-se a destruição física dos territórios por eles ocupados (removendo as edificações). Assim, com a ida de parte dos moradores para os novos espaços de moradia, estes necessitarão se territorializarem em novas bases – regras, costumes, modos de vida – diversas daquelas com as quais estão acostumados a lidar. Não menos problemática será a situação dos que resistirem em permanecer nos territórios destruídos, haja vista que haverão de se reterritorializarem também sob novas referências de vida e de sonhos.

Para além dos achados e das conclusões do presente artigo, assim como do artigo 5, recomenda-se ao poder público que, precedentemente à elaboração dos diagnósticos referentes aos moradores dos territórios inundáveis, os peritos devem ser submetidos a rigoroso treinamento técnico e operacional, pois o trabalho prático (de campo), apesar de às vezes ser pouco considerado, pode expressar significativamente aquilo que fora planejado no gabinete. No enfrentamento do problema das inundações, toda demanda econômica e técnica deve ser apreciada, não se eximindo, inclusive, do auxílio externo.

Por fim, e principalmente, deve se levar em consideração que afastar os moradores dos riscos provocados pelas inundações não se limita necessariamente a medidas como indenização ou remanejamento, primeiramente para abrigos temporários e definitivamente para habitações de interesse social, mas que existem outras possibilidades à escolha dos próprios moradores, com destaque para a permanência deles nos territórios inundáveis.

Interessante notar que, quanto à possibilidade da permanência de moradores nos territórios inundáveis, eles próprios, mesmo na condição de leigos, reconhecem a capacidade técnica do poder público de solução do problema, como se verifica na fala de um deles:

Rapaz, eles aqui tinha alguma maneira de evitar a alagação: do jeito que eles construíram isso aí que a água não incomoda [refere-se à Avenida Amadeo Barbosa], tinha espaço para se construir alguma coisa de modo a não passar água. Outra: essa água ela entra por uma vala que tem ali; então, se aterrasse do pé da serra [sic], essa água não vinha aqui. (FEITOSA SA-04, 2014).

se um reclame por conta, por exemplo, dos constantes roubos e dos elevados encargos advindos com a nova moradia (“a minha conta de luz, contou dona “Nega” (2015), moradora do bairro Cidade do Povo, tá vindo R\$ 200,00; quando eu morava lá no Seis de Agosto, eu pagava bem pouquinho, pois era área de invasão, não é?”); naquele, os poucos moradores que restaram se ressentem da presença dos vizinhos, do comércio... Enfim, da estrutura territorial que existia antes da remoção.

No artigo quinto (*O vaivém das águas e das gentes: representações de risco e políticas públicas em bairros inundáveis de Rio Branco, Acre*), conclui-se que, pela própria incapacidade econômica e técnica no tocante à promoção de um planejamento para o saneamento dos territórios inundáveis, os entes públicos buscam a todo custo retirar os moradores desses territórios, seja para abrigos temporários, seja para as habitações de interesse social.

O *modus operandi* com vista ao atendimento dessas demandas provoca reações adversas nos moradores, que vão da sua indiferença e aceitação até a sua rejeição, mas com a tendência de prevalecer o interesse do poder público, dado o processo de desterritorialização provocado, entre outras questões, pela perda da referência familiar, ausência ou ações governamentais descabidas, desestabilização da renda doméstica e pela intimidação.

Desnecessário lembrar que a produção do artigo seis (*Ameaça, exposição e vulnerabilidade: uma análise da inundação de 2015 em Rio Branco à luz do Triângulo do Risco*) não fazia parte do projeto inicial da tese. Entretanto, a inundação que assolou a cidade de Rio Branco em 2015 merecia, de fato, um capítulo à parte, considerando que, nos mais de 130 anos de existência da capital acriana⁷, sua população não havia experimentado uma catástrofe com tamanha magnitude, a ponto de ter provocado, quer entre os moradores, quer em meio aos órgãos públicos, uma situação de desestabilidade quanto à noção de ameaça, exposição e vulnerabilidade aos riscos relacionados com as inundações.

Por conseguinte, tendo sido os riscos provenientes da inundação de 2015 aumentados pela *ameaça* de uma magnitude não prevista e por uma *exposição* provocada, sobretudo, em função dessa não previsão, era natural que a *vulnerabilidade* também interferisse no aumento desses riscos. E o foi porque, como o poder público não contava com uma superação da cota máxima até então registrada, limitou-se, de início, a alertar a população para uma situação com a qual ela já estava acostumada a lidar; depois, com a subida das águas para além do previsto, não conseguiu atender a todos os chamados de socorro para remoção dos moradores

⁷ Os fundamentos do sítio urbano de Rio Branco iniciaram-se, concorda a maioria dos historiadores acrianos, em 28 de dezembro de 1882, quando do estabelecimento do local de construção do barracão que viria a ser a sede do seringal Volta da Empresa, formado por Neutel Newton Maia, à margem direita do Rio Acre, hoje Segundo Distrito. (ALMEIDA NETO, 2004).

do território inundado no tempo necessário de evitar que os seus bens materiais fossem atingidos pelas águas.

Embora o poder institucionalizado tenha sido surpreendido com uma inundação em Rio Branco no ano de 2015 que em boa medida fugiu às suas previsões para esse tipo de catástrofe socionatural, é digno de registro não só o seu reconhecimento quanto à dificuldade, pelas suas próprias condições materiais e humanas, na promoção de atendimento aos por ela afetados bem como sua capacidade em utilizar manobras possíveis de serem concretizadas, visando, com isso, a redução dos riscos.

Inserem-se os seis artigos em um longo período da história sanitária do Acre, estendendo-se de 1870 até a contemporaneidade. A ideia original do projeto de pesquisa para a tese, a propósito, era o de evidenciar, numa trajetória linear e total, o saneamento no território acriano no aludido período – influenciado por leituras como *Saneamento no Brasil: políticas e interfaces*, de autoria de Rezende e Heller (2008) –, dando destaque, ao seu final, para a percepção de riscos e de políticas públicas para os bairros inundáveis de Rio Branco, tanto por parte dos seus moradores quanto dos gestores (governo e prefeitura locais).

Entretanto, não demorou muito para que se apreendesse que uma investigação dessa envergadura não era possível de ser realizada em curto prazo, pois, associada ao fator tempo, pesava a situação de que não se poderia falar da história do saneamento no Acre dissociada das condições socioeconômicas, políticas e culturais que lhe permeavam, uma vez que essas sempre influenciaram naquela de maneira significativa.

Como se pode perceber, o projeto inicial não foi de todo abandonado, à medida que, apesar de não se fazer na tese uma descrição geral da história do saneamento no Acre, tem-se aí uma estruturação que permite observar aspectos relevantes, quer do seu passado, quer do seu presente. Os do passado porque os artigos da primeira parte, inseridos no espaço-temporal do Acre entre 1870 e 1930, elucidaram, de modo geral, que, se por um lado, na ausência de uma política pública de saneamento, principalmente nos seringais nativos acrianos, os produtores da borracha estavam expostos aos riscos relacionados não com a produção em si, mas a fatores e processos exógenos com origem no ambiente, por outro, uma vez efetivadas as políticas públicas, estas não foram suficientemente capazes de debelar o principal problema sanitário que atingia os seringueiros: as doenças-infectocontagiosas, tendo-se na malária a

principal delas, já que era a responsável pelo maior número de adoecimento e morte entre eles.

Já os contemporâneos, em razão de os artigos da segunda parte da tese, que têm por cenário a cidade de Rio Branco, permitirem observar que as políticas públicas voltadas para os territórios inundáveis da capital acriana, apesar dos progressos alcançados nos últimos 20 anos, ainda não contemplam de maneira suficiente as classes menos favorecidas, dadas as suas condições socioeconômicas, políticas e culturais.

REFERÊNCIAS (Introdução, Conclusões e Recomendações)

ACRE (estado). Governo do Estado do Acre. **Frente Popular do Acre**: Plano de Governo. A vida vai melhorar (versão preliminar). Rio Branco: Frente Popular do Acre, 1998.

ACRE (estado). Governo do Estado do Acre. **Plano Plurianual – PPA (2008/2011)**. Rio Branco: Frente Popular do Acre, 2007.

ACRE (estado). Governo do Estado do Acre. **Propostas da frente popular para o governo do Acre (2011-2014)**. Rio Branco: Frente Popular do Acre, 2010b.

ACRE (estado). Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social. Projeto de Trabalho Técnico Social. Nova Estação - **Recuperação da Bacia e Fundo de Vale**. Rio Branco, 2008.

ACRE (estado). Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social. **Plano de reassentamento**: projeto de trabalho técnico socioambiental – PT TSA. Rio Branco, 2013. No prelo.

ACRE (estado). Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social. **Projeto de trabalho social - PTS**. Rio Branco, 2014. No prelo.

ACRE (estado). Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA. **Programa Estadual do Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre. Recursos naturais: geologia, geomorfologia e solos do Acre**. ZEE/Acre, fase II, escala 1:250.000. Rio Branco, 2010a.

ACRE (estado). Governo do Estado do Acre. **Plano Plurianual (2012-2015)**: desenvolver e servir. Rio Branco: Frente Popular do Acre, 2011.

ACRE (estado). Secretaria de Estado de Habitação e Interesse Social. **Projeto Cidade do Povo – Memorial descritivo e justificativo**. Rio Branco: SEHAB 2012.

ACRE: RELATÓRIOS DE GOVERNO (1899 a 1905). **Os anos do conflito** (José Paravicini, Cunha Matos, José Marques Ribeiro). Rio Branco: Gráfica do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, v. 1, [2002a?].

ACRE: RELATÓRIOS DE GOVERNO (1906 a 1910). **Os anos do conflito** (José Plácido de Castro, Gabino Besouro, Deocleciano Souza, Epaminondas Jácome). Rio Branco: Gráfica do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, v. 2, [2002b?].

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental - ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ____ et al. (Org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ACSELRAD, Henri. The “Environmentalization” of Social Struggles – the Environmental Justice Movement in Brazil, São Paulo, **Estud. Av.**, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.

- ACTUALIDADES. **Folha do Acre**, Cidade de Empreza, ano 1, n. 27, p. 1, 5 mar. 1911.
- ACUÑA, Cristobal de. **Novo descobrimento do grande rio das Amazonas**. Rio de Janeiro: Agir, 1994.
- AFONSO, MARCOS. BOSTAL: Onde a vida não é vida, **Repiquete**, Rio Branco, ano 1, n. 1, 8-15 jul. 1985.
- AGÊNCIA BRASIL. **Entenda a técnica do empate**. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/especial/2014-01/heranca-de-chico-mendes>. Acesso em: 7 jan. 2015.
- ALMEIDA NETO, Domingos José de. “**Aos trancos e barrancos**”: identidade, cultura e resistência seringueira na periferia de Rio Branco – Acre (1970-1980). Rio Branco: EDUFAC, 2004.
- ANDRADE, J. P. Previsão hidrometeorológica visando um sistema de alerta antecipado de bacias em cheias urbanas. Dissertação (Mestrado em Engenharia Hidráulica e Saneamento)-Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2006.
- AREOSA, João. **O risco no âmbito da teoria social**. In: 6 Congresso português de sociologia: mundos sociais, saberes e práticas. Lisboa: Faculdade Nova de Lisboa, 24 a 28 jun. 2008.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O barão de Rothschild e a questão do Acre. **Rev. Bras. Polít. Int.**, v. 43, n. 2, p. 150-169, 2000.
- BARDIN, Laurence. Análise de entrevistas: férias e telefone. In:_____. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010. Cap. 4, p. 89-117.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, Martin W., GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 6. Ed. Petrópolis: Vozes, 2007. Cap. 1, p. 17-36.
- BECK, Ulrich. Risk society and the provident state. In: LASH, S.; SZERSZYNSKI, B.; WYNNE, B. **Risk, environment and modernity**. London: Sage Publications, 1996.
- BECK, Ulrich. **A reinvenção da política**: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997a.
- BECK, Ulrich. **A dissolução e auto-risco na sociedade industrial**: o que isso significa? In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997b.
- Beck, Ulrich. Risk Society: **Towards a New Modernity**, SAGE publications ltd, London, 2004.
- BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia**: um pouco - antes e além - depois. Manaus: Umberto Calderaro, 1977. 841 p. (Amazoniana, 1).
- _____. **O cearense na Amazônia**: Inquérito antropogeográfico sobre um tipo de imigrante. Belém: SPVEA, 1965. 87 p.
- _____. **Romanceiro da batalha da borracha**. Manaus: Imprensa Oficial, 1992. 314 p.
- BESOURO, Gabino. Relatório de governo. ACRE: RELATÓRIOS DE GOVERNO (1906 a 1910). **Os anos do conflito** (José Plácido de Castro, Gabino Besouro, Deocleciano Souza,

- Epaminondas Jácome). Rio Branco: Gráfica do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, v. 2, [2002b?], p. 45-109.
- BEZERRA, Maria José et al. (coord.). **Cidade de Rio Branco - a marca de um tempo: história, povo e cultura**. Rio Branco: Globo, 1993. 89 p.
- BOWEN, Glenn A. Document Analysis as a Qualitative Research Method, **Qualitative Research Journal**, vol. 9, no. 2, pages 27-40, 2009.
- BRASIL. Decreto nº 1.181, de 25 de fevereiro de 1904. **Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil**. Atos do poder legislativo. Rio de Janeiro, DF, Imprensa Nacional, v. 1, p. 59, 1907. Disponível em: Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em 24 fev. 2015.
- BRASIL. Decreto nº 1.820, de 19 de dezembro de 1907. **Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil**. Atos do poder legislativo. Rio de Janeiro, DF, Imprensa Nacional, v. 1, p. 151-155, 1908. Disponível em: Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em 24 fev. 2015.
- BRASIL. Decreto nº. 5.206, de 7 de abril de 1904. **Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil**. Atos do poder legislativo. Rio de Janeiro, DF, Imprensa Nacional, v. 1, p. 421-427, 1907. Disponível em: Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em 24 fev. 2015.
- BUTTEL, F. Instituições sociais e mudanças ambientais. **Idéias**, Campinas, UNICAMP/IFCH, v. 8, n. 2, p. 9-37, 2001.
- CALIXTO, Valdir de Oliveira. **Plácido de Castro e a Construção da Ordem no Aquiri**. Rio Branco: Fundação Elias Mansour, 2003.
- CARTIER, Ruy et al. Vulnerabilidade social e risco ambiental: uma abordagem metodológica para avaliação de injustiça ambiental. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 12, p. 2695-2704, dez. 2009.
- CARVALHO, José. **A primeira insurreição acreana**. Rio Branco: Fundação Elias Mansou, 2002.
- CASTELLO BRANCO. José Moreira Brandão. Acreânia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 240, p. 3-83, jul./set. 1958.
- _____. Caminhos do Acre. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 196, p. 74-225, jul./set. 1947.
- CASTELO BRANCO, J. M. Brandão. O gentio acreano. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 207, p. 3-78, abr./jun. 1950.
- CASTELO BRANCO, José Moreira Brandão. Povoamento da acreânia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 207, p. 118-256, jan./mar. 1961.
- CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Experiências de seringueiros de Xapuri no Estado do Acre e outras histórias**. 2014. 395 f. Tese (Doutorado em História)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- CASTRO, Antonio Luiz Coimbra de. **Manual de planejamento em defesa civil**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Defesa Civil, 1999.
- CASTRO, José Plácido de. Relatório do prefeito interino. ACRE: RELATÓRIOS DE GOVERNO (1906 a 1910). **Os anos do conflito** (José Plácido de Castro, Gabino Besouro, Deocleciano Souza, Epaminondas Jácome). Rio Branco: Gráfica do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, v. 2, [2002b?], p. 7-42.

CAVALCANTE, L. M. Geologia do estado do Acre. In: SOUZA, C.M; ARAÚJO, E.A; MEDEIROS, M. F. S. T; MAGALHÃES, A. A. (Org.). **Recursos naturais: geologia, geomorfologia e solos do Acre**. Rio Branco: SEMA, 2010, v. 2, p. 10-29.

CARVAJAL, Gaspar de. **Relatório do novo descobrimento do famoso rio grande descoberto pelo capitão Francisco de Orellana**. São Paulo: Scritta Eitorial, 1992.

CEDEPLAR. **Migrações internas na Região Norte: o caso do Acre**. Belo Horizonte: SUDAM/UFMG/FUNDEP, 1979. 2 v.

CHAGAS, Carlos. Exploração das questões médico-sanitárias em diversos rios da bacia Amazônica – Relatório de viagem. In: **Sobre o saneamento da Amazônia**. Manaus: P. Daou, 1972a, Segunda parte, p. 53-118.

CHAGAS, Carlos. Exploração das questões médico-sanitárias em diversos rios da bacia Amazônica – Relatório de viagem. Relatório de observações e pesquisas nos rios Solimões, Juruá e Tarauacá. In: CRUZ, Oswaldo; CHAGAS, Carlos; COUTINHO, Afrânio. **Sobre o saneamento da Amazônia**. Manaus: P. Daou, 1972a. Segunda parte, p. 53-119.

CHANDLESS, William. Ascent of the River Purus. London, **Royal Geographical Society**, v. 35, 1866, p. 86-118.

_____. Notes on a journey up the river Juruá. London, **Royal Geographical Society**, v. 39, 1869, p. 296-310.

COHEN, Louis; MANION, Lawrence and MORRISON, Keith. **Research Methods in Education**. 6th ed. London: Routledge, 2000.

COSTA, João Craveiro. **A conquista do deserto ocidental: subsídios para a história do território do Acre**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973. (Brasiliana, 191).

CRICHTON, D., MOUNSEY, C. How the Insurance Industry will use its flood research. In: **Proceedings of the Third MAFF Conference of Coastal and River Engineers**, 1997, p. 131–134.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

DEAN, W. **A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel, 1989.

DUARTE, Alejandro Fonseca. As chuvas e as vazões na bacia hidrográfica do rio Acre, Amazônia Ocidental: caracterização e implicações socioeconômicas e ambientais. **Amazônia: Ci. & Desenv.**, Belém, v. 6, n. 12, jan./jun. 2011.

DUARTE, A. F. Aspectos da climatologia do Acre, Brasil, com base no intervalo 1971 – 2000. **Revista Brasileira de Meteorologia**, São Paulo, v.21, n.3b, p.308-317, dez. 2006.

DOUGLAS, Mary; Wildavsky, Aaron. **Risk and culture**. As essay on the selection of technical and environmental dangers. Berkeley, CA: University of California Press, 1982.

ESTERBERG, K. G. **Qualitative methods in social research**. Boston: McGraw-Hill, 2002, 256 p.

ESTRATÉGIA INTERNACIONAL PARA LA REDUCCIÓN DE DESASTRES LAS AMÉRICAS. 2004. Disponível em: <<http://www.eird.org/esp/terminologia-esp.htm>>. Acesso em: 5 jan. 2015.

EVANS, Richard J. Rumo à utopia racial. In: _____. **O terceiro reich no poder: o relato mais completo e fascinante do regime nazista entre 1935 e 1939**. Tradução de Lúcia Brito São Paulo: Planeta do Brasil, 2011. 1040 p. v. 2, cap. 6, p. 573-652.

- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. (Perspectiva do Homem, 42).
- FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? *História & perspectivas*, Uberlândia, v. 6, p. 5-23, jan./jun. 1992.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Prefácio. In: ALMEIDA NETO, Domingos José de. “**Aos trancos e barrancos**”: identidade, cultura e resistência seringueira na periferia de Rio Branco – Acre (1970-1980). Rio Branco: EDUFAC, 2004.
- FERREIRA, Berta Weil Análise de conteúdo. *Revista Aletheia*, Universidade Luterana do Brasil, Canoas-RS, n. 11, p. 13-20, jan./jun. 2000.
- FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004. 312 p.
- FOUCAULT, MICHEL. Aula de 17 de março de 1976. In: **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005. 285-315.
- GASKELL, George. Entrevista individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som**: um manual prático. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. Cap. 3, p. 64-89.
- GIBBS, Lois M. **Love Canal**. 20th anniversary revised edition. Gabriola Island: New Society Publishers, 1998.
- GIDDENS, A. **Mundo em descontrole**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.
- _____. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: UNESP, 1996.
- GIUVANT, Julia S. A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia. Rio de Janeiro, **Estudos sociedade e agricultura**, v. 16, p. 95-112, 2001.
- GIUVANT, Julia S. **A trajetória das análises de risco**: da periferia ao centro da teoria social. *Revista Brasileira de Informações Bibliográficas*, ANPOCS, n. 46, 1998, p. 3-39
- GIUNTOLI, Ignazio. **Sistema Web-GIS participativo associado a indicadores de gestão descentralizada de risco de inundação**. 2008 110 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Hidráulica e Saneamento)- Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.
- GRACIOSA, Melissa Cristina Pereira. **Modelo de seguro para riscos hidrológicos com base em simulação hidráulico-hidrológica com ferramenta de gestão do risco de inundações**. 2010. 163 f. Tese (Doutorado em Engenharia Hidráulica e Saneamento)- Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.
- HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental, São Paulo, **Revista de gestão integrada em saúde do trabalho e meio ambiente**, v. 3, n. 1, p. 1-20, abr. 2008.
- HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento**: as bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo: HUCITEC – ANPOCS, 1998.
- ICMBio. **Reserve extrativista Chico Mendes**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/populacoes-tradicionais/producao-e-uso-sustentavel/uso-sustentavel-em-ucs/239-reserva-extrativista-chico-mendes.html>. Acesso em: 10 jan. 2015.
- INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. IPCC. Summary for Policymakers. In: **Climate Change 2014**: Impacts, adaptation and vulnerability. Contribution

of Working Group I to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA, pp. 1-32, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010. Aglomerados subnormais: informações territoriais**. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

LA CONDAMINE, Charles-Marie de. **Viagem pelo Amazonas (1735-1745)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão [et. al.]. 4. ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996 (Coleção Repertórios).

LEVINE, A. **Love Canal: science, politics and people**. Lexington (MA): Lexington Books, 1982.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. “Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República”. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional**. São Paulo: Huvitec, 2013.

LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, Martin W., GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 6. Ed. Petrópolis: Vozes, 2007. Cap. 1, p. 137-155.

MAANTAY, Juliana, MAROKO, Andrew Maroko. Mapping urban risk: Flood hazards, race, & environmental justice in New York, NY, **Applied Geography**, n. 29, p. 111–124, 2011.

MACÊDO, M N C, H C T Dias, F Maria, G Coelho, E A Araújo, M L H Souza e E Silva. Precipitação pluviométrica e vazão da bacia hidrográfica do Riozinho do Rôla, Amazônia Ocidental, **Ambi-Água** Vol. 8, No 1, páginas 221-2013.

MARTINELLO, Pedro. A “batalha da borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o vale amazônico, **Cadernos da UFAC**, n. 1, Série “C” - Estudos e pesquisas, Rio Branco, Universidade Federal do Acre, 1988. 368 p.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização**. São Paulo: contexto, 2009.

MARTINS, Edílson. Quero ficar vivo para salvar a Amazônia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 25 dez. 1988, ano 98, n. 260. Primeiro Caderno, p. 9

MATTOS, R. A. C. Relatório de governo. In: ACRE: RELATÓRIOS DE GOVERNO (1899 a 1905). **Os anos do conflito** (José Paravicini, Cunha Matos, José Marques Ribeiro). Rio Branco: Gráfica do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, v. 1, [2002a?], p. 87-135.

MEIRA, Augusto. **Autonomia acreana**. Rio Branco: Fundação Elias Mansour, 1998.

MEMORIAL DOS AUTONOMISTAS. In: **Novo Acre: governo parceiro, povo empreendedor**. Portal do Governo do Acre. Disponível em: <<http://www.ac.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

- MENDES, Felismina. **Risco**: um conceito do passado que colonizou o presente. Évora, 2014. Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos913/risco-passado-presente/risco-passado-presente.shtml>. Acesso em 03.10.2014.
- MICHELAT, Guy. Sur l'utilisation de l'entretien non directif en sociologie. **Revue Francaise du sociologie**, V. 16, n. 2, p. 229-247, 1975.
- MINAYO, M. C. S., **O Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 10 ed., São Paulo: Editora Hucitec, 2007. 269 p.
- MOGALAKWE, Momageng. The Use of Documentary Research Methods in Social Research, **African Sociological Review**, Vol.10, N. 1, pages 221-230, 2006.
- MONTEIRO, Débora Évelin Ferreira; FONSECA, Dante Ribeiro da. Extrativismo e agricultura: uma comparação entre a produção da borracha e do café entre os anos de 1850 e 1930. **Revista Veredas amazônicas**, Porto Velho, v. 2, n. 2, p. 1-34, jul./dez., 2012.
- NEGA (jan. 2015). Depoimento: Entrevista concedida ao projeto de pesquisa “**A dinâmica das águas e das gentes: histórias, percepções e políticas públicas de saneamento em áreas inundáveis de Rio Branco**”, UFMG/UFAC, Belo Horizonte/Rio Branco.
- NEIVA, Arthur; PENNA, Belisário. **Viagem científica: pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás**. Brasília: Senado Federal, Ed. fac-sim., 1999.
- NEIVA, Arthur. “Cinco Anos no Norte do Brasil”, **Revista do Brasil**, v.11, n.41, maio 1919.
- NUNES, Juraci Regina Pacheco. **Modernização da agricultura - pecuarização e mudanças**: o caso de Altu Purus. Rio Branco: Indústria Gráfica e Editora Tico-Tico, 1991.
- NUNES, L. H. Mudanças climáticas, extremos atmosféricos e padrões de risco e de desastres hidrometeorológicos. In: **população e Mudanças climáticas**: dimensões humanas das mudanças ambientais globais. Campinas: Núcleo de estudos de População - NEPO/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2009.
- ÔCHOA, Maria Pinêdo; IGLESIAS, Marcelo Piedrafita; TEIXEIRA, Gleyson de Araújo (org.). **Índios no Acre**: história e organização. Rio Branco: Comissão Pró-índio do Acre, [2003].
- OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de. **O sertanejo, o brabo e o posseiro**: os cem anos de andanças da população acreana. 1985. 101 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985.
- OLIVEIRA, Nonato. Mato e lixo invadem a Baixada da Habitação. **O Rio Branco**. Rio Branco, ano 25, n. 4.804, p. 3, 2 de fev. 1995.
- OLIVEIRA, R. C., (maio 2014), **Depoimento**: Entrevista concedida ao projeto de pesquisa “**A dinâmica das águas e das gentes: histórias, percepções e políticas públicas de saneamento em áreas inundáveis de Rio Branco**”, Rio Branco: UFMG/UFAC, 2012.
- PARK, Jonathan and GRIFFITHS, Mark. Participant and Non-participant Observation in Gambling Environments, **ENQUIRE**, Vol. 1, N. 1, pages 1-14, June 2008.
- PENNA, Belisário. Pequenos Cuidados Hygienicos, **Revista do Brasil**. v. 9, n. 33, set. 1918.
- PENNA, Belisário. **Saneamento do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos, 1923.

- PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 179-195, nov. 2001.
- PINTO, Nelson Prado Alves. **Política da borracha no Brasil**: a falência da borracha vegetal. São Paulo: Hucitec - Conselho Regional de Economia, 1984. 168 p. (teses e pesquisa).
- PORTAL BRASIL. **Reserva Extrativista Chico Mendes é modelo de sustentabilidade**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2014/10/reserva-extrativista-chico-mendes-e-modelo-de-sustentabilidade>. Acesso em: 8 jan. 2015.
- POSSEIROS urbanos. **Varadouro**, Rio Branco, v. 2, n.14, p. 9-10, mar. 1979.
- PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998. Cap. 8: p. 103-130.
- PENNA, B. **O saneamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora dos Tribunais, 1923.
- POZZER, Camila; MAZZEGA, Pierre. A redução de risco de inundação no Brasil: uma prioridade no quadro legislativo do país. **Água & Sociedade/Paranoá**, Brasília, v. 10, p. 25-36, 2013.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO. **A Rio Branco que vivemos**: registro histórico dos 100 anos da prefeitura. Rio Branco: PMRB, [2013?].
- PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO. Decreto nº 366, de 28 de março de 1953. Dispõe sobre a fixação dos perímetros urbano e suburbano da cidade de Rio Branco, capital do Território Federal do Acre. **O ACRE – Órgão Oficial**. Rio Branco, ano 23, n. 1115, col. 4 e 5, p. 2, 5 de abr. 1953.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO. Coordenadoria Municipal de Defesa Civil. **Plano de contingência operacional de enchentes – 2013**. Rio Branco: COMDEC, 2013.
- PREFEITURA DE RIO BRANCO. **Com você no dia a dia**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.riobranco.ac.gov.br/index.php/rio-branco.html>>. Acesso em: 26 jan. 2015.
- REIS, Arthur César Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1953, 149 p. (Documentos da vida rural, 5).
- RIBEIRO, José Marques Acauã. Relatório de governo. In: ACRE: RELATÓRIOS DE GOVERNO (1899 a 1905). **Os anos do conflito** (José Paravicini, Cunha Matos, José Marques Ribeiro). Rio Branco: Gráfica do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, v. 1, [2002a?], p. 139-154.
- RIBEIRO, Napoleão. **O Acre e os seus heróis**: contribuição para a história do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2008.
- RANZI, Cleusa Maria Damo. **Raízes do Acre**. Rio Branco: EDUFAC, 2008.
- REZENDE, Sonaly Cristina; Heller Léo. **O saneamento no Brasil**: políticas e interfaces. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- RODRIGUES, Francisco apud AFONSO, Marcos. BOSTAL: Onde a vida não é vida, **Repiquete**, Rio Branco, ano 1, n. 1, 8-15 jul. 1985.
- ROULSTON, Kathryn. J. **Reflective Interviewing: A Guide to Theory and Practice**. Sage, 2010.
- RUBINGER, Sabrina Dionísio. **Desvendando o conceito de saneamento no Brasil**: uma análise da percepção da população e do discurso técnico contemporâneo, 2008. 197 f.

- Dissertação (mestrado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos)- Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia (1880-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. 358 p.
- SÁ-SILVA, Jakson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANE, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-14, jul. 2009.
- SCHWEICKARDT, Júlio César; LIMA, Nísia Trindade. Os cientistas brasileiros visitam a Amazônia: as viagens científicas de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas. **História, ciência e saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 15-50, dez. 2007. Suplemento.
- SCHWEICKARDT, Júlio César. Território e saúde pública: o saneamento rural no Amazonas, 1921-1930. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011, p. 1-15.
- SELVA, João. A reabilitação do Acre: actividades acreanas sob a administração Hugo Carneiro – 1927-1929. Manaus: Armazens Palácio Real, 1929.
- SILVA, Adalberto Ferreira da. **Raízes da ocupação recente das terras do Acre**: movimento de capitais, especulação fundiária e disputa pela terra. Belo Horizonte: CEDEPLAR-UFMG, 1982. 79 p.
- SILVA, José P. da (Coord.). **Arranjos Produtivos Locais no estado do Acre**: mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para política de apoio. Projeto: Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos Impactos dos Grandes Projetos Federais no Nordeste. Nota Técnica 02. Rio de Janeiro: BNDES: RedeSist, 2009.
- SILVA, Lidiane Rodrigues Campêlo da et al. Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 9., 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2009.
- SILVA, Maria do Perpetuo Socorro; ARIMATÉIA, José Rodrigues; BATISTA, Frankcinato da Silva et al. **Seringueiro – memória história e identidade**. Rio Branco: UFAC/CDIH, 1997. 3 v.
- SILVA, Renato Nunes da. Evolução histórica da cidade de Rio Branco. **Rio Branco 104 anos**. Rio Branco, v.1, n. 1 p.12-13, dez. 1986.
- SILVA, Sheila Maria Palza. **Políticas públicas e ambientalismo no agroamazônico: um estudo de caso do Acre (1999-2010)**. 2012 1985. 329 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- SMITH, Anthony. **Os conquistadores do Amazonas**. São Paulo: Gráfica Círculo, 1990.
- SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **“Varadouros da liberdade”**: empates no modo de vida dos seringueiros de Brasiléia-Acre. 1996. 305 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- _____. Varadouros de uma vida: Matias por ele mesmo. **TempORAL**. Rio Branco, v. 1, n. 1, p. 1-109, nov. 1977.
- SOUZA, Deocleciano Coelho de. Relatório concernente ao anno de 1909. ACRE: RELATÓRIOS DE GOVERNO (1906 a 1910). **Os anos do conflito** (José Plácido de Castro, Gabino Besouro, Deocleciano Souza, Epaminondas Jácome). Rio Branco: Gráfica do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, v. 2, [2002b?], p. 113-132.

- SOUZA, Mauricélia Barozo Alves de; NEVES, Marcos Vinícius. **Catálogo da exposição Dez vezes Seis: imagens de dez décadas da rua seis de agosto**. Rio Branco: FEM, 1996.
- SOUZA, R. F., (maio 2014), **Depoimento**: Entrevista concedida ao projeto de pesquisa “**A dinâmica das águas e das gentes: histórias, percepções e políticas públicas de saneamento em áreas inundáveis de Rio Branco**”, Rio Branco: UFMG/UFAC, 2012.
- SOUZA, Sérgio Roberto Gomes de. “**Desnervados, desfibrados e amarelos**” em busca de cura: saúde pública no Acre territorial (1904-1930). 2014. 256 f. Tese (Doutorado em História)- Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2014.
- THIELEN, Vilela Eduardo et al. **A ciência a caminho da roça. Imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/Casa de Oswaldo Cruz, 1991.
- TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. 2 v.
- TOCANTINS, Leandro. **O Rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 1988.
- TOMINAGA, L. K; SANTORO, J; AMARAL, R. (Orgs.) **Desastres Naturais: conhecer para prevenir**. 1.ed. São Paulo: Instituto Geológico, 2011. 196 p.
- TRIÂNGULO resiste às ameaças. *Varadouro*. Rio Branco, v. 4, n. 20, p. 9, abr., 1981.
- VANNEUVILLE, Wouter et al. Is ‘Flood Risk Management’ Identical to ‘Flood Disaster Management’? **Earthzine**, 2011. Disponível em: < <http://earthzine.org/2011/03/21/is-flood-risk-management-identical-to-flood-disaster-management/>>. Acesso em: 06 mar. 2015.
- VERGARA, Moema de Rezende. Ciência, Fronteiras e Nação: Comissões Brasileiras na Demarcação dos Limites Territoriais entre Brasil e Bolívia, 1895-1901. **Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi**, Belém, v. 5, n. 2, p. 345-361, maio-ago. 2010.
- VEYRET, Yvette (org.). **Os riscos: o home, como agressor e vítima do meio ambiente**. 2. ed. São Paulo: contexto, 2013.
- VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. **A pesquisa em história**. São Paulo: Ática, 1995.
- VISCONTI, P. E. *et al.* Modelo de seguro para inundações graduais em unidades habitacionais. In: Simpósio brasileiro de recursos hídricos – Água: desenvolvimento econômico e socioambiental, 9., 2013. Bento Gonçalves, **Anais...** Bento Gonçalves, ABRH, 2013. P. 1-8.
- WALKER, Gordom; BURNINGHAM, Kate. Flood risk, vulnerability and environmental justice: Evidence and evaluation of inequality in a UK context. **Critical Social Policy**, v. 31, n. 2, p. 216-240, may 2011.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Ofício ao Coordenador Estadual da defesa Civil

SMARH Programa de Pós-graduação em Saneamento,
Meio Ambiente e Recursos Hídricos - UFMG

DINTER UFMG/UFAC
Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Engenharia
Programa de Pós-Graduação em
Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Universidade Federal do Acre
Pró-Reitoria de Pesquisa e pós-graduação

Ofício DINTER UFMG/UFAC

Em 3 de fevereiro de 2014

De: Domingos José de Almeida Neto
Doutorando em Saneamento
Para: Coronel Antonio Carlos Marques Gundim
Coordenador Estadual de Defesa Civil
Assunto: solicitação (faz)

Senhor coordenador,

Ao tempo em que o cumprimentamos cordialmente, pedimos vênua para relatar e ao final solicitar o que segue:

Considerando que estamos desenvolvendo uma pesquisa para nossa tese de doutoramento junto à Universidade Federal de Minas Gerais e em convênio com a nossa UFAC, cujo tema central é **A DINÂMICA DAS ÁGUAS E DAS GENTES: histórias, percepções e políticas públicas de saneamento em áreas alagáveis de Rio Branco**.

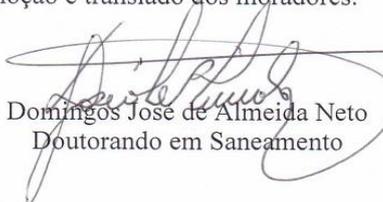
Considerando, também, que para o desenvolvimento pleno da referida pesquisa necessário de faz que realizemos trabalhos de campo em espaços delimitados no nosso plano de atuação, tais como os bairros Seis de Agosto e Baixada da Habitasa.

Considerando, ainda, que momento mais adequado não há para retratarmos a realidade dos espaços a serem pesquisados do que este que ora enfrentamos (de “alagação”).

Considerando, por fim, que parte da logística de atendimento aos acometidos com o fenômeno da “alagação”, se desenvolve na esfera do setor sob vosso comando.

Solicitamos de Vossa Senhoria apreciar nosso pedido de: 1) informações eletrônicas referentes a dados de, dentre outros, estatísticas, relatórios e logísticas da operação de remoção dos moradores das áreas alagadas para abrigos seguros; 2) concessão de entrevistas com o(s) responsável(eis) direto(s) pela logística; 3) documentar a operação logística através da tomada de imagens estática (fotografia) ou em movimento (filmagem); e 4) acompanhar (talvez na condição de voluntário), quando possível, a operação de remoção e traslado dos moradores.

Atenciosamente.


Domingos José de Almeida Neto
Doutorando em Saneamento

Recebido em
04/02/14

Antonio Carlos Marques Gundim
CEL. BM - Coordenador Estadual de Defesa Civil
RG: 1200204

Senhor Coronel Antonio Carlos Marques Gundim
Coordenador Estadual de Defesa Civil

Apêndice 2 – Ofício ao Coordenador Geral do CIOSP

SMARH Programa de Pós-graduação em Saneamento,
Meio Ambiente e Recursos Hídricos - UFMG

DINTER UFMG/UFAC
Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Engenharia
Programa de Pós-Graduação em
Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Universidade Federal do Acre
Pró-Reitoria de Pesquisa e pós-graduação

Ofício DINTER UFMG/UFAC

Em 19 de maio de 2015

De: Domingos José de Almeida Neto
Doutorando em Saneamento
Para: Major PM Roberto Marques da Silva
Coordenador Geral do Centro Integrado de Operações em Segurança Pública (CIOSP)
Assunto: solicitação (faz)

Senhor coordenador,

Ao tempo em que o cumprimentamos cordialmente pedimos vênias para – com base na conversa que tivemos hoje pela manhã – relatar e ao final solicitar.

Considerando que estamos desenvolvendo uma pesquisa para nossa tese de doutoramento junto à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e em convênio com a nossa gloriosa Universidade Federal do Acre (UFAC), cujo tema central é A DINÂMICA DAS ÁGUAS E DAS GENTES ACRIANAS: recortes importantes de histórias, percepções e políticas públicas de saneamento-saúde no Acre-Rio Branco (1870-2015).

Considerando, também, que para o desenvolvimento pleno da referida pesquisa necessário de faz que realizemos trabalhos de campo em órgãos delimitados no nosso plano de atuação, tais como Corpo de Bombeiros e Defesa Civil.

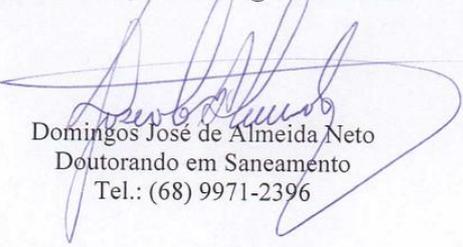
Considerando, ainda, que por ocasião da última inundação a que o Acre, de modo geral, e Rio Branco, de maneira particular, foram alvos, forçoso se faz que escrevamos um capítulo extra sobre ela na nossa tese.

Considerando, por fim, que parte da logística de atendimento aos acometidos com o referido fenômeno sócio-natural se desenvolve na esfera do setor sob vosso comando.

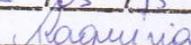
Solicitamos de Vossa Senhoria apreciar nosso pedido de fornecimento de informações relativas, primeiro, às inundações de 2012 e 2015 em Rio Branco, como segue: 1) Relatório de ocorrências geradas no período de pico de chamadas de natureza de Defesa Civil; 2) Relatório de ligações de bombeiros (193); e 3) Relatório de chamadas perdidas. Quanto ao nosso segundo pedido de informações, diz respeito aos mesmos relatórios anteriormente citados, mas desta feita referentes a apenas um dia normal de atendimento, escolhido aleatoriamente, e que pode ser, por exemplo, um dia qualquer do mês em curso, cujo objetivo é a proceder a uma análise comparativa destes com aqueles.

Por oportuno, e caso seja possível, as informações solicitadas podem ser prestadas por intermédio do nosso endereço eletrônico: dojoalme2008@hotmail.com.

Atenciosamente.


Domingos José de Almeida Neto
Doutorando em Saneamento
Tel.: (68) 9971-2396

A Sua senhoria
O senhor Major PM Roberto Marques da Silva
M. D. Coordenador Geral do CIOSP

CIOSP
Protocolo n.º
Brm 22 / 05 / 15 As 07:19 hs

Responsável

Apêndice 3 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (início)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto de Pesquisa: “A DINÂMICA DAS ÁGUAS E DAS GENTES: histórias, percepções e políticas públicas de saneamento em áreas alagáveis de Rio Branco

Você está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você.

O participante ou voluntário da pesquisa fica ciente que:

I) O presente estudo terá uma abordagem qualitativa, tendo em vista a necessidade de propiciar a análise da dinâmica das águas e das populações residentes nas áreas alagáveis de Rio Branco em relação aos modelos de políticas e de gestão de saneamento empregados nessas áreas de riscos. O(a) senhor(a) será entrevistado(a), respondendo um roteiro de perguntas abertas referente ao tema. As entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas e o seu conteúdo será tratado sistematicamente por métodos analíticos;

II) não é obrigado a responder as perguntas contidas no instrumento de coleta dos dados da pesquisa;

III) tem a liberdade de desistir ou de interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação, sem penalização nenhuma e sem prejuízo a sua saúde ou bem estar físico;

IV) O participante ou voluntário não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária;

V) Terá como benefícios contribuir para acrescentar à literatura dados referentes ao tema, já que a pesquisa evidenciará a capacidade de os moradores participarem efetivamente das políticas públicas de saneamento para as áreas de suas residências, tornando os serviços de saneamento implantados mais eficientes e eficazes à medida que serão direcionados para as aspirações e prioridades da comunidade;

VII) Terá como possíveis riscos a quebra de sigilo de informações, constrangimento nas abordagens etc.;

VII) Como medidas adotadas pelo pesquisador para prevenir ou minimizar os riscos, o pesquisador despenderá o máximo de cuidado quanto à guarda das informações prestadas e zelo quanto a forma de abordagem e do tipo de pergunta a ser feita;

VIII) Os dados obtidos durante a pesquisa serão mantidos em sigilo pelos pesquisadores, assegurando ao participante ou voluntário a privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa;

IX) Os resultados poderão ser divulgados em publicações científicas mantendo sigilo dos dados pessoais;

Apêndice 3 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (fim)



X) Durante a realização da pesquisa, serão obtidas as assinaturas dos participantes da pesquisa e do pesquisador, também, constarão em todas as páginas do TCLE as rubricas do pesquisador e do participante da pesquisa;

XI) Caso o participante da pesquisa desejar, poderá pessoalmente, ou por meio de telefone, entrar em contato com o pesquisador responsável para tomar conhecimento dos resultados parciais e finais desta pesquisa.

Eu, _____, residente e domiciliado na _____, portador da Cédula de identidade, RG _____, e inscrito no CPF _____ nascido (a) em ____/____/____, abaixo assinado, declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas. Desta forma concordo de livre e espontânea vontade em participar como voluntário (a) do estudo acima descrito.

- () Desejo conhecer os resultados desta pesquisa.
() Não desejo conhecer os resultados desta pesquisa.

Rio Branco - Acre, _____ de _____ de _____

Assinatura do participante: _____

Testemunha 1: _____
(Nome / RG / Telefone)

Testemunha 2: _____
(Nome / RG / Telefone)

Nome do Responsável pela Pesquisa: *Domingos José de Almeida Neto*

Assinatura Pesquisador Responsável: *Domingos José de Almeida Neto*

Contato do Pesquisador: Campus Universitário - BR 364, Km 04 - Distrito industrial - CEP: 69.920-900 Rio Branco - Acre. E-mail: dojoalne2008@hotmail.com. Tel.: (68) 9971-2396

Contato do CEP/UFAC: Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Acre: Campus Universitário - Bloco da PROPEG, sala 26, tel. (68) 3901-2211, e-mail cepufac@hotmail.com, BR 364, Km 04 - Distrito industrial - CEP: 69.920-900 Rio Branco - Acre

ANEXOS

Anexo 1 – Parecer Consubstanciado do CEP (início)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ACRE- UFAC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A DINÂMICA DAS ÁGUAS E DAS GENTES: histórias, percepções e políticas públicas de saneamento em áreas alagáveis de Rio Branco

Pesquisador: Domingos José de Almeida Neto

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 27020814.8.0000.5010

Instituição Proponente: Universidade Federal do Acre- UFAC

Patrocinador Principal: Universidade Federal do Acre- UFAC

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 558.016

Data da Relatoria: 13/03/2014

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de pesquisa para o desenvolvimento de tese de doutorado que visa a fundamentalmente dar voz aos moradores das áreas "alagáveis" de Rio Branco, Acre, no que se refere à concepção destes em relação às políticas públicas de saneamento para essas áreas. Será realizada uma análise qualitativa por meio de entrevistas semi-estruturadas com grupos focais. As entrevistas serão realizadas em um grupo amostral de 100 pessoas nos bairros Seis de Agosto e Baixada da Habitasa.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a dinâmica das águas e das populações residentes nas áreas alagáveis de Rio Branco em relação aos modelos de políticas e de gestão de saneamento empregados nessas áreas de riscos.

Objetivo Secundário:

Resgatar a história do saneamento em Rio Branco, desde os seus primórdios até os dias atuais, sendo que ao seu final será descrito os motivos pelos quais áreas que são constantemente alagadas - e por essa razão consideradas insalubres - ainda são ocupadas por moradias.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Quanto à avaliação dos riscos, o pesquisador indica a quebra de sigilo de informações e eventuais

Endereço: "Campus Universitário" Reitor Aúlio G. A de Souza", Bloco da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, sala 26
Bairro: BR364 Km04 Distrito Industrial **CEP:** 69.915-900
UF: AC **Município:** RIO BRANCO
Telefone: (68)3901-2711 **Fax:** (68)3229-1246 **E-mail:** cepufac@hotmail.com

Anexo 1 – Parecer Consubstanciado do CEP (continuação)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ACRE- UFAC



Continuação do Parecer: 558.016

constrangimento nas abordagens. Como benefícios que podem advir da pesquisa aponta que a pesquisa evidenciará a capacidade de os moradores, num processo de empoderamento, participarem efetivamente das políticas públicas de saneamento para as áreas de suas residências, tornando os serviços de saneamento implantados mais eficientes eficazes à medida que serão direcionados para as aspirações e prioridades da comunidade.

Diante do exposto, ante os princípios éticos que devem nortear as pesquisas, maleficência x beneficência, conclui-se que os riscos, embora existam, serão bastante minimizados se a pesquisa for conduzida de forma correta, justificando, dessa forma, a realização da pesquisa ante os benefícios que podem advir para os sujeitos de pesquisa e, em especial, para a população local de um modo geral.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Sob o ponto de vista metodológico, não se vislumbram vícios ou falhas que possam comprometer os aspectos éticos da pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- 1- FOLHA DE ROSTO: está corretamente preenchida.
- 2- TCLE: foi feita a análise e as formalidades da Resolução CNS nº 466/12 foram observadas na confecção do documento.
- 3- No Protocolo de Pesquisa consta a declaração do pesquisador se comprometendo a iniciar a coleta dos dados apenas depois da aprovação do protocolo pelo CEP.
- 4- Instrumento de Coleta de Dados: o instrumento anexado ao Protocolo atende aos objetivos da pesquisa e seu teor atende às exigências éticas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Considerando que no Protocolo de Pesquisa constam todos os Termos de Apresentação Obrigatória, os quais estão elaborados e/ou preenchidos adequadamente, atendendo as exigências estabelecidas na Resolução CNS Nº 466/2012 e do CEP-UFAC, conclui-se pela emissão de Parecer favorável à realização da Pesquisa.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP-UFAC informa que:

Endereço: "Campus Universitário" Reitor Aúlio G. A de Souza", Bloco da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, sala 26
Bairro: BR364 Km04 Distrito Industrial **CEP:** 69.915-900
UF: AC **Município:** RIO BRANCO
Telefone: (68)3901-2711 **Fax:** (68)3229-1246 **E-mail:** cepufac@hotmail.com

Anexo 1 – Parecer Consubstanciado do CEP (fim)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ACRE- UFAC



Continuação do Parecer: 558.016

1- Esta pesquisa não poderá ser descontinuada pelo pesquisador responsável, sem justificativa previamente aceita pelo CEP, sob pena de ser considerada antiética, conforme estabelece a Resolução CNS Nº 466/2012, X.3- 4.

2- Em conformidade com as diretrizes estabelecidas a Resolução CNS Nº 466/2012, XI.2, d; o pesquisador responsável deve apresentar relatórios parcial e final ao CEP. O Relatório parcial deve ser apresentado após coleta de dados, "demonstrando fatos relevantes e resultados parciais de seu desenvolvimento" (Resolução CNS Nº 466/2012, II.20) e o Relatório Final deverá ser apresentado "após o encerramento da pesquisa, totalizando seus resultados" (RESOLUÇÃO CNS Nº 466/2012, II.19).

RIO BRANCO, 15 de Março de 2014

Assinador por:

Luciete Basto de Andrade Albuquerque
(Coordenador)

Endereço: "Campus Universitário" Reitor Áulio G. A de Souza", Bloco da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, sala 26
Bairro: BR364 Km04 Distrito Industrial **CEP:** 69.915-900
UF: AC **Município:** RIO BRANCO
Telefone: (68)3901-2711 **Fax:** (68)3229-1246 **E-mail:** cepufac@hotmail.com

Página 03 de 03

Anexo 2 – Ofício nº 340/2015/CIOSP/SESP (início)



Ao: Sr. Domingos José de Almeida Neto
Doutorando em Saneamento
Referência: Ofício DINTER UFMG/UFAC
Anexo: Relatório
Assunto: Informação - Presta

Senhor Doutorando,

Cumprimentando cordialmente a V. S.^a, encaminho relatórios pertinentes às ocorrências e chamadas de **Defesa Civil (enchente e alagação)** registradas neste Centro, levando em consideração o ápice de chamadas recebidas no serviço **193 (BM)** no ano de 2012 a data de 15/02/2012, portanto, de 01/02/2012 a 29/02/2012 (15 dias anteriores e 15 dias posteriores a esta data), e para o ano de 2015 a data de ápice foi 03/03/2015, portanto, será apresentado o período de 17/02/2015 à 17/03/2015. Acrescentamos um período considerado normal, portanto, em período alheio às condições de enchente, para utilização, se necessário.

| TOTAL DE OCORRÊNCIAS DE BOMBEIROS E DEFESA CIVIL* | PERÍODO 2012 | PERÍODO 2015 | PERÍODO NORMAL | DATA ALEATÓRIA |
|--|----------------------------|----------------------------|----------------------------|---------------------------|
| | 01/02/2012 À 29/02/2012 | 17/02/2015 À 17/03/2015 | 29/04/2015 À 27/05/2015 | 15/05/2015 |
| OCORRÊNCIAS ATENDIDAS | 5906 | 7155 | 553 | 18 |
| OCORRÊNCIAS NÃO ATENDIDAS | 115 | 3 | 0 | 0 |
| DUPLICADAS E OUTROS | 23 | 14 | 5 | 1 |
| OCORRÊNCIAS GERADAS | 6044 | 7172 | 558 | 19 |

| EXCLUSIVAMENTE NATUREZA DEFESA CIVIL* | PERÍODO 2012 | PERÍODO 2015 | PERÍODO NORMAL | DATA ALEATÓRIA |
|--|----------------------------|----------------------------|----------------------------|---------------------------|
| | 01/02/2012 À 29/02/2012 | 17/02/2015 À 17/03/2015 | 29/04/2015 À 27/05/2015 | 15/05/2015 |
| DEFESA CIVIL ATENDIDAS | 5514 | 6453 | 10 | 0 |
| DEFESA CIVIL NÃO ATENDIDAS | 34 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL DEFESA CIVIL | 5544 | 6453 | 10 | 0 |

Centro Integrado de Operações de Segurança Pública - CIOSP
Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP
Palácio das Secretarias – Subsolo. Av. Getúlio Vargas nº 232, Centro. Rio Branco-AC. CEP: 69900-660
Fones: 3212-1902/ 3212-1926 - E-mail: ciosp.sesp@ac.gov.br

Anexo 2 – Ofício nº 340/2015/CIOSP/SESP (Término)

| CHAMADAS* | PERÍODO 2012 | PERÍODO 2015 | PERÍODO NORMAL | DATA ALEATÓRIA |
|------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|----------------|
| | 01/02/2012 À 29/02/2012 | 17/02/2015 À 17/03/2015 | 29/04/2015 À 27/05/2015 | 15/05/2015 |
| CHAMADAS ATENDIDAS | 17010 | 19131 | 4867 | 171 |
| CHAMADAS NÃO ATENDIDAS | 5416 | 9594 | 388 | 7 |
| TOTAL DE CHAMADAS | 22426 | 28725 | 5255 | 178 |

**Os dados detalhados seguem no relatório em anexo.*

Encaminho ainda, via e-mail, os relatórios e gráficos de chamadas dos referidos períodos, pormenorizados, com total de chamadas por dia, contendo as seguintes classificações: chamadas interrompidas, uso indevido, reiteração de ocorrências, geração de ocorrências, informação ao solicitante, trotes, orientação, engano, chamadas não completadas, chamadas de agradecimentos, outras chamadas (informes e alertas de veículos), chamadas atendidas e classificadas e chamadas recebidas não atendidas.

Cabe salientar, que a baixa quantidade de ocorrências não atendidas em ambos os períodos, não significa que todas ou a maioria foram atendidas, mas tão somente que, foram encaminhadas para as devidas providências junto aos setores competentes (Defesa Civil Estadual e Municipal/Bombeiros Militar), e em seguida fechadas.

Atenciosamente,

Roberto Marques da Silva – Maj PM
Coordenador Geral do CIOSP